





## **Vivência: Revista de Antropologia**

É a revista do Departamento de Antropologia – DAN e da Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS.

### **A revista tem registro nos seguintes indexadores internacionais:**

*Sociological/Abstracts*

*Social Services Abstracts*

*World Political/Science Abstracts*

*Linguistics and Language Behavior Abstracts*

### **Endereço para correspondência:**

Vivência: Revista de Antropologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Departamento de Antropologia – DAN

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS

(1º andar salas 903, 912 e 919)

Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova

CEP: 59.152-2240

Natal/RN

E-mail: [vivenciareant@yahoo.com.br](mailto:vivenciareant@yahoo.com.br)

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCHLA  
Divisão de Serviços Técnicos

002

Vivência: revista de antropologia. V. 1, n 51 (jan/jun. de 2018). Natal: UFRN/DAN/PPGAS, 2018.

1-Antropologia- periódico.

Semestral.

Descrição baseada em: n. 51, 2018.

Este número é em parceria com a EDUFRN

Nº 51 | ISSN 0104-3064 | 2018

## **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

Reitor(a): Ângela Maria Paiva Cruz  
Vice-Reitor: José Daniel Diniz Melo

## **Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**

Diretora: Maria das Graças Soares Rodrigues  
Vice-Diretor: Sebastião Faustino Pereira Filho

## **Departamento de Antropologia – DAN**

Chefe: Rozeli Maria Porto  
Vice-Chefe: Julie Antoinette Cavignac

## **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS**

Coordenador: José Glebson Vieira  
Vice-coordenadora: Carlos Guilherme Octaviano do Valle

## **Revista Online**

Editores: Paulo Victor Leite Lopes, Julie Antoinette Cavignac e Carlos Guilherme Octaviano do Valle

## **Assistente Editorial**

Maria Alice de Albuquerque Neri e Ana Cláudia Dantas Galvão

**Vivência: Revista de Antropologia** ISSN: 0104 3064 (versão impressa):  
<http://www.cchla.ufrn.br/vivencia>

**Vivência: Revista de Antropologia** ISSN: 2238 6009 (versão online):  
<https://periodicos.ufrn.br/vivencia>

## **Comissão Editorial**

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)  
Carlos Guilherme Otaviano do Valle (UFRN)  
Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)  
Elisete Schwade (UFRN)  
Francisca de Souza Miller (UFRN)  
José Glebson Vieira (UFRN)  
Julie Antoinette Cavignac (UFRN)  
Lisabete Coradini (UFRN)  
Luiz Carvalho de Assunção (UFRN)  
Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)  
Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)  
Rozeli Maria Porto (UFRN)

## **Conselho Editorial**

Angela Maria de Souza Torresan (Universidade de Manchester/Inglaterra)  
Antônio Carlos Diegues (USP)  
Carmen Silvia Rial (UFSC)  
César González Ochoa (UNAM/México)  
Cornélia Eckert (UFRGS)  
Clarice Ehlers (UFRGS)  
Edmundo Marcelo Mendes Pereira (UFRJ/Museu Nacional)  
Ellen Fensterseifer Woortmann (UNB)  
Gabriela Martins (UFPE)  
Gloria Ciria Valdéz Gardea (El Colégio de Sonora/México)  
Ilka Boaventura Leite (UFSC)  
Jean Segata (UFRGS)  
José Guilherme Cantor Magnani (USP)  
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ/Museu Nacional)  
Maria Manuela Carneiro da Cunha (Universidade de Chicago/EUA)  
Miriam Pillar Grossi (UFSC)  
Rafael Antonio Peréz-Taylor y Aldrete (UNAM/México)  
Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (PUC-SP)  
Roberta Bivar Carneiro Campos (UFPE)

**Normatização:**

Editoria da Vivência: Revista de Antropologia

**Revisão de texto em português:**

Ricardo Alexandre a A. Macedo / Joyce Urbano Rodrigues (Caule de Papiro Gráfica e Editora)

**Revisão de texto em inglês:**

Gleudson José da Costa (Caule de Papiro Gráfica e Editora)

**Revisão de texto em espanhol:** Diana Margarita Sorgato (Caule de Papiro Gráfica e Editora)

**Projeto Gráfico/Editoração Eletrônica:**

Caule de Papiro Gráfica e Editora

**Obra da capa:**

Paula Lacerda

**Parceria:**

Editora Universitária da UFRN – EDUFRN

- 007 **APRESENTAÇÃO**  
*PRESENTATION*  
*Carlos Guilherme do Valle*  
*Julie Antoinette Cavignac*  
*Paulo Victor Leite Lopes*
- 
- 011 **CONFERÊNCIA**  
*CONFERENCE*  
**A ECLOSÃO DO COLONIAL EM NOSSO COTIDIANO**  
*João Pacheco de Oliveira*
- 
- 025 **DOSSIÊ**  
*DOSSIER*
- 
- 026 **“MENINAS DANADAS”:  
EXPLORAÇÃO SEXUAL, PROSTITUIÇÃO E AGÊNCIA  
FEMININA EM CONTEXTO INDÍGENA**  
*“MENINAS DANADAS”: SEXUAL EXPLOITATION,  
PROSTITUTION, AND FEMALE AGENCY IN INDIGENOUS  
CONTEXT*  
*Martinho Tota*  
*Greilson José de Lima*  
*Cassandra Vêras*
- 
- 050 **PESQUISA CLÍNICA, ÉTICA E DIREITO À SAÚDE:  
PRÁTICAS EMERGENTES DE BIOATIVISMO  
CIENTÍFICO NO BRASIL**  
*CLINICAL TRIALS, ETHICS AND RIGHT TO HEALTH:  
EMERGING PRACTICES OF SCIENTIFIC BIOACTIVISM IN  
BRAZIL*  
*Rosana Castro*
- 
- 073 **PRÁTICAS CORPORAIS, IDENTIDADE E FORMAÇÃO  
DE *HABITUS* ENTRE GRUPOS DE PRATICANTES DA  
CAPOEIRA E DA DIETA NATURALÍSTICA**  
*BODILY PRACTICES, IDENTITY AND FORMATION OF  
HABITUS AMONG GROUPS OF PRACTITIONERS OF  
CAPOEIRA AND NATURALISTIC DIET*  
*Maristela Oliveira de Andrade*  
*Eduardo Evangelista Bonfim*  
*Fábio Lúcio Antunes Guedes*
- 
- 088 **DO ESQUADRINHAMENTO AO BATE-PAPO:  
PAQUERA HOMOERÓTICA COMO PERFORMANCE  
RITUALIZADA NO FACEBOOK**  
*THE RUMMAGE TO CHAT: FLIRTING AS RITUALIZED  
HOMOEROTIC PERFORMANCE ON FACEBOOK*  
*Fabrizio de Sousa Sampaio*
- 
- 109 **UMA RELAÇÃO ENTRE VAQUEIROS E SEUS ANIMAIS  
NO SERTÃO PERNAMBUCANO**  
*A RELATIONSHIP BETWEEN CAWBOYS AND THEIR ANIMALS  
IN PERNAMBUCANBUSHLAND*  
*Maximiliano Carneiro-da-Cunha*  
*Andiara Valentina de Freitas e Lopes*
- 
- 122 **MIGRAÇÕES ESTUDANTIS: DESAFIOS E LIMITES DE  
INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE DE DESTINO**  
*STUDENT MIGRATION: CHALLENGES AND LIMITS OF  
INTEGRATION IN FOREIGN COUNTRIES*  
*Rogéria Campos de Almeida Dutra*  
*Leonardo Francisco de Azevedo*  
*Aline Cristina Laier*

- 133 **PATRÕES E CATIVOS: RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NOS SERINGAIS DO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS**  
*MASTERS AND SLAVES: WORK RELATIONSHIPS AND STRATEGIES OF RESISTANCE IN THE RUBBER PLANTATIONS OF THE UPPER SOLIMÕES RIVER, AMAZONAS*  
Edna F. Alencar
- 
- 152 **APRENDENDO A “OLHAR SOBRE OS OMBROS”: O USO DO FILME E DA FOTOGRAFIA NA PESQUISA COMO UMA EXPERIÊNCIA DE DEVOLUÇÃO E COLABORAÇÃO**  
*LEARNING TO “LOOK OVER THE SHOULDERS”: THE USE OF FILM AND PHOTOGRAPHY IN A SOCIAL RESEARCH AS AN EXPERIENCE OF FEEDBACK AND COLLABORATION*  
Mariana Leal Rodrigues
- 
- 174 **ARTIGOS**  
*PAPERS*
- 
- 175 **USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DINÂMICAS DO TRABALHO DOCENTE**  
*USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND WORK DYNAMICS OF TEACHING*  
Tássio de Souza Damasceno  
Denise Machado Cardoso  
Lorena Tamyres Trindade da Costa
- 
- 193 **PESQUISA E TRABALHO NO CÁRCERE: DESAFIOS DA PESQUISA E DO TRABALHO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS NA PRISÃO**  
*RESEARCH AND WORK IN PRISON: THE CHALLENGES OF RESEARCH AND THE WORK OF OFFICERS IN PRISON*  
Francisco Elionardo de Melo Nascimento
- 
- 215 **GÊNERO-GRAFÍAS SANITARIAS  
ALGUNAS REFLEXIONES EN TORNO A UNA INTERVENCIÓN PERFORMÁTICA EN BAÑOS PÚBLICOS**  
*RESTROOMS GENDER-GRAPHIES SOME REFLECTIONS AROUND PERFORMATIC INTERVENTION IN PUBLIC RESTROOMS*  
Daniel Fernández Fernández  
Mariangela Pluchino Arias
- 
- 226 **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SUAS PRÁTICAS DE GOVERNO**  
*THE INSTITUTIONALIZATION OF DIFFERENCE: REFLECTIONS ON INCLUSIVE POLICIES IN EDUCATION AND GOVERNANCE PRACTICES*  
Sandra Cristina Morais de Souza  
Mary Rangel
- 
- 239 **MEMORIAL**  
*MEMORIAL*  
**UMA ANTRPOLOGIA TRAÇADA PELA PAIXÃO**  
Luiz Assunção

# APRESENTAÇÃO

Carlos Guilherme do Valle  
Julie Antoinette Cavignac  
Paulo Victor Leite Lopes

O presente número da *Vivência – Revista de Antropologia*, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem a honra e a satisfação de trazer ao leitor um conjunto variado, heterogêneo, de artigos, orientados por certos eixos interpretativos, mas destacando o projeto pluralista de nosso programa de pós-graduação e de suas publicações institucionais. São 14 textos ao todo: doze deles artigos, além da conferência do professor João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), que abre o presente número, e do memorial do professor Luiz Assunção (PPGAS/UFRN), que fecha a *Vivência*.

A conferência de João Pacheco foi realizada durante a XV Semana de Antropologia de 2017. Foi ocasião em que o antropólogo desenvolveu uma reflexão aprofundada sobre a persistência de parâmetros de colonialidade e de concepções históricas coloniais no Brasil contemporâneo. Isso é extremamente aparente quando se consideram os modos de compreensão dos povos indígenas em nosso país, inclusive atualmente, ainda que esse regime de entendimento social e cultural (desqualificador) tenha maior abrangência e se remeta a outras experiências coletivas e societárias que são corriqueira e sistematicamente atravessadas por hierarquias, dinâmicas de desigualdade e relações de vulnerabilização social. João Pacheco invoca aos pesquisadores e estudantes em formação que reflitam de modo mais aprofundado sobre os usos que fazem de suas próprias categorias analíticas, além de pensarem seriamente nos modos de construção de suas pesquisas. Deve-se acrescentar que João Pacheco advoga em favor de um olhar acurado e de uma etnografia rigorosa das formas de produção de conhecimento, inclusive o antropológico, com o propósito de evitar reificações que produzam representações desqualificadoras da alteridade cultural e social, muitas vezes respondendo, sobretudo, a pressupostos coloniais que têm continuidade em nossos esquemas de pensamento.

Em seguida, temos o dossiê “Antropologia e(m) campo” do número 51 da *Vivência*, composto ao todo por 8 artigos. Todos os textos do dossiê trazem pesquisas que evidenciam um forte compromisso com o ofício etnográfico, algumas vezes rompendo os limites canônicos da pesquisa de campo mais convencional. O primeiro artigo que compõe o dossiê, “Meninas danadas”: exploração sexual, prostituição e agência feminina em contexto indígena”, de Tota et al., trata das dinâmicas e processos de vulnerabilização social pelos quais passam mulheres de diferentes faixas etárias, em especial jovens, no que concerne à sexualidade e às relações de gênero. O contexto societário é extremamente plural e inclui também diferenciação étnica, o que complexifica a discussão proposta pelos autores. Por meio de estudo etnográfico, os autores abordam os modos de acusação moral que se estendem muitas vezes às mulheres nos contextos pesquisados.

Em seu artigo, “Pesquisa clínica, ética e direito à saúde: práticas emergentes de bioativismo científico no Brasil”, Rosana Castro traz uma análise instigante sobre um tema ainda pouco explorado em Antropologia no nosso país, o caso das pesquisas clínicas. Partindo das discussões mais contemporâneas de Antropologia da Saúde e da emergência de ativismos biossociais, a autora recupera os posicionamentos públicos de cientistas, de profissionais da biomedicina e das próprias pessoas com doenças raras e/ou seus familiares no que diz respeito à maior flexibilização dos trâmites de realização de pesquisas em seres humanos. Ao trazer à luz questões caras ao debate do “direito à saúde”, a autora mostra como critérios e princípios bioéticos acabam por ser colocados à prova a partir de um campo social em disputa.

No caso da pesquisa de Andrade et al., cujo artigo se intitula “Práticas corporais, identidade e formação de habitus entre grupos de praticantes da capoeira e da dieta naturalística”, podemos nos aproximar de questões teóricas a respeito da corporeidade a partir de duas experiências etnográficas distintas, desenvolvidas pelos autores. Uma delas deriva de pesquisa de campo com capoeiristas de um grupo em Salvador (BA), enquanto a outra experiência foi resultante de trabalho de campo realizado em um centro de terapias holistas voltadas às mulheres. A partir da reflexão das singularidades dos dois contextos, o artigo mostra como as práticas corporais articulam-se à processos identitários, embora estes sejam afetados por fluxos culturais tanto das tradições locais como das dinâmicas globais.

O artigo de Fabrício Sampaio, “Do esquadrinhamento ao bate papo: paquera homoerótica como performance ritualizada no facebook”, segue outra direção. Em primeiro lugar, o autor pretende fazer uma etnografia virtual em uma rede social digital bastante conhecida. Assim, ele procura abordar os modos e práticas de interação afetivo-sexual homossexual, em especial a prática da “paquera”, como rituais específicos de sentido erótico entre homens. Em segundo lugar, uma das intenções do artigo é apreender os significados que se constituem por meio da paquera online, perscrutando as performances de gênero, os usos do corpo e da sexualidade como partes de uma ritualização interpessoal. Percebe-se que temos, assim, outro modo de constituir a pesquisa de campo etnográfica, agora vivida por meio de plataformas digitais, ainda que as relações sejam iminentemente sociais e culturais.

É verdade que as relações se processam de múltiplas formas. Nesse sentido, o artigo de Carneiro da Cunha & Lopes, “Uma relação entre vaqueiros e seus animais no sertão pernambucano”, traz uma interessante reflexão sobre as relações entre humanos e animais a partir de suas experiências de pesquisa de campo. Além do longo processo histórico que associa a região do Pajeú e de Serra Talhada com a criação de gado, os autores destacam diversos aspectos do cotidiano dos vaqueiros e, ainda mais, das modalidades de competição em que eles participam, tais como as *pega de boi* e as *vaquejadas*. É importante destacar a importância dos sons nas relações entre vaqueiros e seus animais, o gado, que serve de uma linguagem de percepções e orientações, cuja matriz deriva de um longo antecedente histórico e cultural com a pecuária.

A pesquisa de Rogéria Dutra et al., “Migrações estudantis: desafios e limites de integração à sociedade de destino”, empreende um esforço comparativo de caráter antropológico no sentido de entender as experiências de estudantes “intercambistas”, sejam eles brasileiros no exterior ou estrangeiros no Brasil. Embora seja uma experiência comum durante a formação acadêmica de ensino superior, pouco ainda se refletiu sobre a migração estudantil. O artigo busca analisar, portanto, os significados que têm o intercâmbio estudantil, considerando o atual estímulo à internacionalização do ensino superior. Desse modo, os desafios, limites e obstáculos vividos são particularmente analisados

pelos autores, que demonstram as estratégias criadas a fim de contornar as condições sociais de (im)possibilidade que podem advir da experiência de viver no exterior.

O artigo de Edna Alencar, “Patrões e cativos: relações de trabalho e estratégias de resistência nos seringais do Alto Solimões, AM”, recupera de modo exemplar uma temática importante para os estudos amazônicos, que merece ser retomada, tendo em vista as transformações atuais que têm ocorrido na região Norte, sobretudo no que concerne os ideais e discursos de desenvolvimento. Os seringais se constituem ambiente central de imaginação cultural e social para diferentes áreas da Amazônia, tal como o contexto abordado por Alencar, que é foco de pesquisas sociais e antropológicas por décadas. Tomando a perspectiva temporal, histórica e da memória, a autora aborda os diferentes modos de se enquadrar o passado, tendo em vista as diferenciações e hierarquias sociais, o que opõe seringalistas e seringueiros no entendimento dos modos de ocupação do espaço e das relações desiguais entre atores/grupos sociais. Desse modo, acusações são feitas, sobretudo, por parte dos antigos seringueiros que questionam o antigo regime de *cativeiro* em que viviam, trazendo à tona a dimensão das relações de violência e dominação que estavam presentes na produção de borracha nos seringais do Alto Solimões. Com isso, um leque de estratégias sociais era disposto pelos seringueiros a fim de contestar as relações hierárquicas acionadas pelos seringalistas.

Fechando o dossiê, temos o artigo de Mariana Leal Rodrigues, “Aprendendo a *olhar sobre os ombros*: o uso do filme e da fotografia na pesquisa como uma experiência de devolução e colaboração”. Temos, assim, outro foco em termos das relações que se estabelecem em “campo”. Nesse caso, as relações entre antropóloga e seus interlocutores, durante longo período de contato e relações, em projetos de pesquisa que valorizam e refletem sobre a criação e valorização dos vínculos entre seus participantes. A troca de registros visuais entre pesquisadora e seus interlocutores é tomada como foco, mas a autora preocupa-se em problematizar os desafios de representação cultural das pessoas envolvidas na pesquisa. Preocupa-se, ainda mais, com as implicações que a produção audiovisual, sobretudo fotografias e filmes, têm para processos de reconhecimento de saberes tradicionais como patrimônio imaterial.

Se a revista *Vivência* 51 apresenta o dossiê “Antropologia e(m) campo”, o número atual ainda inclui artigos enviados por meio de fluxo contínuo. São quatro artigos e o memorial do professor Luiz Assunção para professor titular de Antropologia da UFRN. No caso do artigo de Damasceno et al., “Uso das tecnologias de informação e comunicação e dinâmicas do trabalho docente”, os autores refletem sobre a disseminação de novas práticas pedagógicas, potencializadas pelo cotidiano onipresente de tecnologias digitais. Podemos aventar que as novas tecnologias de informação e comunicação têm sido operadas por motivações variadas dentro de sala de aula, inclusive ultrapassando o sentido pedagógico que o artigo ressalta. Nesse caso, o artigo pode ser um interessante aporte para se pensar os usos variados de tecnologias digitais e, além disso, as dinâmicas de conflito, muitas vezes balizadas por processos políticos mais amplos, que se evidenciam entre docentes, alunos e outros atores sociais que se engajam nas salas de aula como espaços sociais que mostram as conexões entre diferentes escalas/níveis sociais.

Em seguida, o artigo de Nascimento, “Pesquisa e trabalho no cárcere: desafios da pesquisa e do trabalho dos agentes penitenciários na prisão”, expõe uma reflexão a respeito do trabalho dos agentes no que concerne a ressocialização de presidiários. O autor reflete a partir de sua dupla inserção, enquanto pesquisador e agente penitenciário, o que mostra a complexidade das etnografias que vêm sendo ultimamente feitas, em diversos contextos e tradições

nacionais de Antropologia. Isso está evidente também no artigo seguinte de Fernández & Arias, “Gênero-grafias sanitárias: algunas reflexiones entorno a uma intervención performativa em banos públicos”, onde os autores mostram, a partir de sua própria intervenção em banheiros públicos de uma universidade da Costa Rica, como a atuação de pesquisadores pode desestabilizar com os parâmetros binários de gênero. Com isso, mostram dilemas que perpassam a despatologização das experiências e identidades transexuais. Por fim, o artigo de Souza & Rangel, “A institucionalização da diferença: reflexões sobre políticas inclusivas na educação e suas práticas de governo”, traz uma contribuição, a partir da proposta de Michel Foucault, sobre as implicações epistemológicas da emergência da categoria “inclusão”, que é muito cara para as políticas de educação no exterior e em nosso país. Em paralelo aos usos da categoria e significados da ideia de diferença, cuja institucionalização se faz por meio de práticas governamentais, a ideia de inclusão se constitui como uma estratégia disciplinar que, paradoxalmente, anula as diferenças em si mesmas, o que teria implicações para o governo das pessoas e populações. Trata-se de um texto que coloca em questão diversas ideias que têm sido aceitas e disseminadas publicamente sem o devido crivo crítico.

O número 51 da *Revista de Antropologia Vivência* do PPGAS/UFRN se encerra com a publicação do memorial apresentado pelo Professor Luiz Assunção como um dos requisitos para a ascensão à classe de professor titular na carreira do magistério superior. Trata-se de etapa crucial na consagração da trajetória acadêmico-institucional de todo o docente de instituições de ensino superior. O Professor Luiz Assunção resgata uma trajetória por caminhos plurais, deslocamentos espaciais e/ou geográficos, seja no próprio estado do Rio Grande do Norte, de onde é nativo, seja por outros estados e países. Seu memorial traz como se deu a formação progressiva de um ofício que se fez em processo, assinalando a inserção e a vinculação à instituições, sobretudo, mas não exclusivamente, a UFRN, além da rede social de pessoas que têm relevância para se entender os estudos sobre cultura popular, etnicidade/racialidade, religiões afro-brasileiras no país. Trata-se de um memorial que mostra a paixão pela Antropologia e os temas de interesse mais caros ao professor, enredados aos diálogos com seus interlocutores de pesquisa e a outros intelectuais. É um memorial-depoimento que traz uma visão abrangente da história da Antropologia e das Ciências Sociais no Rio Grande do Norte desde a década de 1970, sem estar desvinculada de uma história que é da própria Antropologia, seja em termos de nossa tradição nacional, o que evidencia a importância da formação de programas de pós-graduação em nosso país, mas também pensar a relação da Antropologia feita na UFRN em diálogo e interação com as tradições globais da disciplina.

# A ECLOSÃO DO COLONIAL EM NOSSO COTIDIANO<sup>1</sup>

João Pacheco de Oliveira<sup>2</sup>

Planejava iniciar falando diretamente sobre os processos de criminalização do ofício de antropólogo atualmente em curso para aqueles que estudam povos indígenas, seguindo de maneira estrita e obediente o tema proposto para essa mesa na programação da Semana de Antropologia da UFRN. Mas hoje na parte da manhã, dentro dessa mesma Semana, tive a oportunidade de assistir uma mesa coordenada por Juliana Melo, que me inspirou a seguir em outra direção. Percebi o quanto nossos dilemas são comuns, apesar da diversidade de objetos empíricos e das formas como pensamos resolvê-los. Entrando de chofre no meu tema mais específico, eu diria que os desafios que enfrentamos são muito maiores que a recente CPI sobre o INCRA e a FUNAI (na realidade voltada contra os antropólogos!) ou os projetos de lei que o Congresso de Eduardo Cunha e de Rodrigo Maia preparam para reformular direitos indígenas. Então, vou aqui caminhar no sentido de pensar quão grandes são os obstáculos e desafios que se levantam frente ao trabalho dos antropólogos.

Mesmo nos debates universitários persiste uma tendência – simplificada e ingênua – de pensar isoladamente os fatos da esfera política, tomados erroneamente como sempre referidos ao Estado. Isso é ainda mais forte quando se focaliza a temática indígena, pois os seus direitos são compreendidos sempre como concessões de um soberano ou de políticas governamentais. É importante, no entanto, evitar absolutizar os tiranos de plantão e aqueles tecnocratas e administradores que colocam em prática medidas que visam destruir direitos e agredir coletividades. Sim, não tenho dúvidas de que nós devemos lutar com muita energia contra um governo ilegítimo e corrupto. Na realidade até gritamos pouco, fazemos menos mobilizações do que deveríamos. Mas por outro lado, precisamos – como cientistas e pesquisadores – refletir e aprofundar muito mais sobre o que tais manifestações efetivamente podem aportar para uma compreensão crítica de nosso país e para a reformulação de nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Ou seja, precisamos ir além do ritual de protesto e da cena estritamente político-formal a que esse rito está conectado, e mergulhar no cotidiano da sociedade brasileira, compreender as suas práticas e disposições inconscientes – ainda coloniais, e nada republicanas! Fazer etnografia, testemunhar e combater a permanente produção de fronteiras, de alteridades criminalizadas. Lançar uma luz sobre essa guerra civil continuada, da qual arbitrariedades, intolerância, racismos e aumento das desigualdades são os corolários permanentes.

Nas definições do dicionário, o verbo eclodir chama atenção para algo que surge de repente, se torna visível, irrompe ou arrebenta. Entre as exemplificações, menciona sair do ovo, da casca. Eu diria que as atitudes e símbolos coloniais seriam como serpentes que saem de suas cascas. Nas formas usuais de pensar e de sentir, o colonial é visto como algo ultrapassado e irracional, sendo objeto de reprovação e censura. Porém, em contextos de forte conflito de

interesses, ou ainda que afetam as hierarquias sociais e o sentimento de honra, tais atitudes podem definir o curso da vida social, impondo-se como uma via para resolução de problemas que aparentemente não teriam outra solução.

## O COLONIAL DENTRO DA NOSSA CONTEMPORANEIDADE

Uma tentativa recente que fiz de refletir sobre isso foi o livro que eu chamei provocativamente de *O Nascimento do Brasil*. Embora o foco dos meus estudos seja o indígena, não há ali a intenção de supor que o Brasil só possa ser pensado e compreendido unicamente na chave indígena. O que este livro aponta é que a história da nação foi escrita sem reconhecer aos indígenas qualquer significação e importância, o que é algo errado e que inviabiliza inclusive as tentativas de reinterpretá-la sem adotar uma postura crítica radical.

A escravidão indígena, ainda hoje muito pouco conhecida pelos brasileiros e quase totalmente ausente nos livros didáticos, foi um dos pilares da colonização, ao qual logo veio juntar-se a escravidão dos africanos e o tráfico negreiro. Ao longo dos séculos e de acordo com potencialidades econômicas e ambientais de cada região, diversos segmentos da população foram subalternizados, estigmatizados e excluídos de direitos.

A independência política não implicou no término da escravidão negra e a república coexistiu perfeitamente com várias modalidades de trabalho forçado. Ainda hoje, os registros de trabalho escravo no país apontam não para empresas atrasadas (supostos “resquícios” de velhas relações “feudais” ou “escravocratas”), mas para empreendimentos agroindustriais altamente lucrativos e com presença significativa no mercado internacional.

Eu queria recuperar aqui e agora um tema de grande importância. É o quanto há, na sociedade brasileira, em especial no Nordeste, de preconceituoso em relação ao “outro”. É necessário logo de início fugir de generalidades e de eufemismos. Não estamos lidando com um *alter*, um *diferente*, algo que corresponde a um espelho de um *ego* de certo modo, mas sim de um “outro”, que representa o inimigo e uma forma extremamente negativa de humanidade.

É preciso dar nomes concretos a esses “outros”, que são os excluídos pela elite dirigente das modalidades mais plenas de cidadania – são os negros e indígenas, por extensão metonímica os pardos, mestiços e pobres. O Rio Grande do Norte é, por sinal, um dos estados do Brasil em que a presença indígena foi por mais largo tempo negada e excluída das suas manifestações culturais e de suas tradições intelectuais. Os indígenas foram devorados e esquecidos, assimilados aos estudos de cultura popular, como tão brilhantemente Carlos Guilherme do Valle (1993; 2005) nos mostrou em relação ao ritual do Torém. Algo também semelhante se poderia dizer da invisibilidade dos negros no estado, igualmente verificada no Ceará e na Paraíba.

Há curiosidade em relação aos indígenas, há museus para guardar objetos arqueológicos ou de populações amazônicas, há a obra superimportante do notável Luís da Câmara Cascudo, entre outros autores a citar. Mas o que os pesquisadores e o pensamento hegemônico julgam estar tratando quando falam desse “outro”, o indígena, são puramente “coisas do passado”. Tal como no horizonte cognitivo e emocional do indianismo do século XIX (de que trato no cap. 2 do livro acima citado), os indígenas foram declarados como inexistentes, e tudo que com a sua vida atual se relaciona é apropriado facilmente por um discurso preconceituoso e deslegitimador.

Necessitamos tomar isso mais a sério. A descontinuidade entre aquelas representações do fim do século XIX e a dos pesquisadores atuais é abissal, assim como as orientações da ciência e do mundo dos direitos. No entanto o senso comum continua a apelar para as concepções acadêmicas do passado e a divergir das demandas referidas aos direitos estabelecidos na Constituição de 1988. Ao constatar isso, desvela-se o quanto de atitudes racistas e preconceituosas, nada republicanas, centradas na explícita reprodução da desigualdade que ainda pesam sobre o nosso contexto universitário atual e as atividades de pesquisa e extensão de que participamos.

Falamos hoje nos debates da manhã a respeito da absoluta insensibilidade da sociedade brasileira em relação a verdadeiros processos de genocídio realizados no cotidiano. É o caso, por exemplo, dos jovens negros em favelas cariocas, que abordei no último capítulo de *O Nascimento do Brasil*. Isso não é específico do Rio, também ocorre regularmente em São Paulo e na maioria das grandes cidades do país. As violências praticadas no dia-a-dia contra a maioria da população urbana – negra, parda ou pobre – são fatos inteiramente naturalizados pela opinião pública, enquanto a grande mídia se esmera em difundir a sensação de insegurança na classe média, estimulando a construção de estereótipos criminalizantes sobre a população das periferias. Os estrangeiros muitas vezes se chocam com isso, mas os brasileiros parecem crer que isso faz parte de um legado colonial do qual não há escapatória, que se trata da única forma de resolver problemas sociais para os quais não veem outra solução possível. Isso é terrível e muito preocupante!

Os antropólogos e outros cientistas sociais precisam ter a capacidade de mergulhar nesse passado colonial ainda absolutamente vivo e trazer à tona o quanto do Brasil atual é produto de uma sociedade que foi montada sob a bandeira da apropriação de territórios e de recursos naturais de “outros”. Primeiro os povos indígenas, com a sua escravização e a imposição de modalidades compulsórias de trabalho; logo após com os escravos negros, prosseguindo depois com mamelucos e caborés, por fim toda a população rural. A construção de comunidades políticas e a acumulação de riquezas se deu mediante a guerra e a continuada “outrificação” de grupos e pessoas igualmente habitantes desse espaço, mas cujos direitos foram desde o início – e continuam a ser – absolutamente desconhecidos e negados. Intolerância e racismo são componentes imprescindíveis dessa forma econômica e desse modo de dominação política.

A colonialidade de que estou tratando não é apenas a crítica das teorias sociológicas eurocêntricas, um belo e importante trabalho empreendido por Aníbal Quijano e outros pensadores latino-americanos. O nosso desafio prioritário é fazer etnografia e análise das práticas sociais que embasam esse modo de organização social, cuja singularidade decorre de qualificar como criminosa toda e qualquer pessoa ou grupo social cujos interesses colidam com os interesses daqueles que controlam as posições políticas e econômicas dominantes. Os quais impõem, a ferro e fogo, padrões de uso das terras e de gestão de recursos naturais que lhes sejam mais lucrativos. Tal modo de existência política é só em aparência nacional e republicana, não deixando de lado as suas bases coloniais, alimentando o racismo e a intolerância não como vestígios arqueológicos, mas como atitudes e ideologias contemporâneas.

No Brasil, o desafio aos jovens pesquisadores não pode ser somente evitar repetir de forma mecânica as teorias eurocêntricas, para isso inspirando-se equivocadamente na glamourização do “nacional”, do “latino-americano” ou mesmo do “sul”, nem tão pouco na pura estetização de cosmologias indígenas. O desafio é refletir criticamente sobre as suas próprias categorias analíticas e a sua forma de construção de uma investigação. É fundamental um esforço metateórico de revisar as condições de produção do conhecimento, procurando

tornar-se consciente do solo ideológico em que tais métodos e teorias foram desenvolvidos, observando e descrevendo cuidadosamente os condicionantes que os jogos de poder impuseram às ferramentas e aos trabalhos produzidos.

## O REGIME TUTELAR: DITADURA MILITAR, OS INDÍGENAS E OS ANTROPÓLOGOS

Avançando mais em relação ao nosso tema, eu queria pontuar a antiguidade dessas limitações. Não seria correto não levar em conta as restrições advindas da origem social e étnica da grande maioria dos pesquisadores, que ainda hoje faz dos indígenas e afrodescendentes uma parte tão exígua de nossos estudantes (sobretudo pós-graduados) e profissionais. Cabe agregar também que a antropologia no Brasil se consolidou como disciplina universitária na década de 1970, sobretudo com a criação dos cursos de pós-graduação, e que isso ocorreu justamente dentro do período da ditadura militar (1964-1985). A Comissão Nacional de Verdade, assim como suas duplicações estaduais, pôs a nu um pouco da dimensão violenta de toda ação militar durante esses anos.

A visão idílica que Darcy Ribeiro e outros haviam construído, de que os militares, e mais especificamente Rondon e seus seguidores, tiveram um papel importante para preservar os indígenas de uma situação adversa de fronteira, revelou-se como bastante parcial. O que vemos agora, a partir dos dados colocados, é totalmente distinto. Frequentemente foram autoridades militares da própria agência indigenista, por solicitação de proprietários e grileiros, que retiraram famílias indígenas de seus antigos lugares de habitação (“tekoha”), amontoando-as em reservas pequenas. Que deslocaram grupos de indígenas de uma região para outra, de modo a liberar terras para empreendimentos econômicos. Que criaram uma instituição carcerária em Minas Gerais, a Fazenda Krenak, para punir aqueles indígenas que eram considerados pelos administradores como “rebeldes” ou “incômodos”.

O abandono forçado de “terras tradicionais”, o acirramento dos conflitos e do faccionalismo, a imposição de práticas repressivas e carcerárias nas reservas indígenas, tais foram algumas das consequências profundamente negativas e perversas deste indigenismo tutelar. Em um desfile militar de sete de setembro, o Dia da Pátria, realizado em Belo Horizonte, em 1973, em plena ditadura, um grupo de indígenas exibiu-se conduzindo a um outro indígena (supostamente um infrator) acorrentado a um pau de arara. Isso celebrava a maneira autoritária e truculenta de tratar com os críticos do *status quo*, os desviantes, os que são ditos “fora do sistema”, em suma os “outros”, que só merecem a tortura, o desrespeito e a violência. Essa foi a pedagogia levada pela FUNAI para as aldeias indígenas!

O que eu queria recuperar com vocês – para exorcizar - era essa visão romantizada que durante décadas a literatura antropológica (com raras exceções) passou para o público em geral sobre a atuação dos militares na questão indígena. Tal narrativa falava de uma agência estatal que protegia os indígenas, que promovia a demarcação e regularização de terras para eles, que realizava igualmente ações assistenciais específicas (educação e saúde). Na realidade o que nós vimos foi um quadro totalmente diverso, em nenhum momento houve realmente uma preocupação da agência oficial em demarcar terras de índios, em promover a fiscalização sobre essas terras, que foram (e prosseguem) extensamente invadidas. Exatamente agora, graves conflitos estão ocorrendo na Amazônia decorrentes das invasões de garimpeiros no território dos Mundurucus, Yanomami, Cinta-Larga e em vários outros povos. Por sua

vez, as ações assistenciais desenvolvidas pela FUNAI foram inócuas e avanços só ocorreram com a transferência dessas incumbências para ministérios específicos (MEC e MS), com quadros técnicos e expertise mais adequada.

Vários dos pesquisadores aqui presentes já fizeram belas etnografias do “regime tutelar” entre os indígenas do Nordeste (caso dos Truká, com Mércia Batista; dos Potiguaras, com Glebson Vieira; dos Xucuru, com Rita Neves). Mas convém aqui, em especial dirigindo-me aos jovens, destacar a dimensão oculta e o paradoxo da tutela, pontos que focalizei nos meus estudos sobre os Ticunas. Enquanto instituição social, a tutela tem um aspecto profundamente enganoso, derivado da sua definição jurídica, que remete a uma relação que parece ser dual, unicamente estabelecida entre um protetor e um protegido. Dessa aparência decorre inclusive a sua funcionalidade, pois mascara uma relação de dominação e omite inteiramente a multiplicidade de vínculos estabelecidos entre tutor, tutelado e outros agentes sociais.

Como ferramenta analítica, a tutela precisa ser concebida como uma relação, no mínimo, triangular. Além daqueles dois elementos evidentes na relação jurídica, no vínculo contratual, existe um terceiro personagem que em geral é aquele que tem interesses naquelas terras ocupadas pelos indígenas, na sua mão de obra ou nos recursos ambientais das áreas que ocupam. As atividades desenvolvidas pela agência indigenista estiveram, através de vínculos administrativos e políticos, na maioria das vezes, em sintonia fina com esse terceiro elemento. Isto é, com um ator social que sempre se qualifica como privado, que não necessariamente ocupa postos na administração pública, mas que pode influenciar os governos para que os índios sejam cada vez mais expropriados.

Esse é um relato sucinto e esquemático dos impactos da ditadura e da tutela militar nas condições de vida dos indígenas. Mas se fizéssemos isso com a moldagem de temas e métodos de pesquisa, certamente iríamos encontrar, dentro de nossas memórias reprimidas, muitas influências diretas do regime militar sobre nossas próprias formas de realizar pesquisa. Não vou entrar em detalhes porque eu não teria condição nem tempo para isso aqui. Àqueles que tiverem curiosidade, recomendo consulta a debates filmados organizados no Centro Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) e no PPGAS-MN em 2014, aos cinquenta anos do golpe militar de 1964. Mas se houver perguntas, posso dar detalhes de episódios sucedidos no trabalho de campo, onde realmente o pesquisador era colocado diante de toda uma estrutura piramidal de um poder repressor, no limite cristalizado no Serviço Nacional de Informações (SNI) e no Conselho de Segurança Nacional (CSN), a um pequeno passo, portanto, de ser enquadrado como um agente subversivo ou mesmo um terrorista.

O que vemos hoje, em 2017, no relatório e nos procedimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a FUNAI e o INCRA, não é absolutamente algo novo! A FUNAI continuou militarizada até meados dos anos 1980, chegando a contar, em suas posições de direção, com a presença de doze gerais ou coronéis. Isso afetou não apenas os indígenas, mas claramente as próprias condições da pesquisa, o acesso às aldeias e à interlocução com os indígenas, bem como as formas de circulação dos trabalhos antropológicos. Mas é uma pauta para investigações futuras, desenvolvidas na perspectiva da história da Antropologia no Brasil.

# A NECESSIDADE DE UMA ETNOGRAFIA DAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Eu queria explicitar alguns pressupostos de minha análise, que é derivada de alguns autores (FABIAN, FOUCAULT, BARTH E BOURDIEU), mas que resulta igualmente de vivências, experiências e elaborações próprias. Em especial, o monumental trabalho de Stocking Jr sobre a história da Antropologia, que nos impõe tomar como ponto de partida o fato de que todo conhecimento é socialmente produzido, narrado e interpretado, transmitido e utilizado. Não tem cabimento continuar a atualizar uma história idealista da ciência, fixada apenas nos conceitos e normatividades, sem buscar enraizar os cientistas em seu contexto social. Para isso é imprescindível registrar e refletir minuciosamente sobre os usos sociais que foram atribuídos a esses conhecimentos.

Essa nova abordagem deve ser praticada desde o momento inaugural e primário da pesquisa de campo, buscando transformar autores e obras em atores efetivos e em produtos de situações sociais vividas. Ou seja, compreendendo os dados e as interpretações que engendraram como resultantes de uma específica “situação etnográfica” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 33), a qual precisa ser desvendada e cuidadosamente analisada, pois traz uma nova luz para os conceitos e teorias formuladas, a metodologia adotada, os usos e sentidos que o trabalho poderá ter. Essa, creio, é uma ferramenta muito importante para o trabalho crítico.

Na pesquisa de campo e nas etapas seguintes, o trabalho do antropólogo é profundamente marcado pela sua inserção social e pela conjuntura política em que vive. O público ao qual ele se dirige, as instituições às quais está vinculado e as agências financiadoras que o subsidiam, bem como as perguntas e interdições colocadas pelos grupos dominantes, são fatores que também configuram o contexto de sua pesquisa, e precisam, portanto, serem descritos e considerados. Os limites da pesquisa, o que ela vê ou silencia, o que ela deve buscar e responder (ou inversamente tratar como secundário), precisam ser objeto de descrição e reflexão, pois podem manter vínculos íntimos com o exercício da etnografia e a elaboração de conceitos, métodos e teorias interpretativas.

Não basta atentar para ideologias políticas reivindicadas. Frequentemente o pesquisador assume uma postura de antagonismo ao núcleo de poder na sociedade, declarar-se de “esquerda” ou um ‘radical’. Isso pode ser até uma fonte fácil de prestígio para intelectuais e artistas, mas ele continuará, de qualquer modo, imerso e limitado por outras redes e jogos de poder de que não se dá conta ou que prefere não enunciar. É importante que os seus interlocutores na pesquisa, assim como os seus leitores posteriores, tenham consciência disso.

Pensando, sobretudo, nas navegações pela disciplina a serem empreendidas pelos jovens estudantes e pesquisadores, eu queria aqui, com intenção de estimular o debate, enumerar quatro formas de fazer Antropologia. Correspondem a cristalizações vivas de práticas distintas e que fizeram parte da história da disciplina. Antes foram propulsores e agora se tornaram obstáculos ao avanço da Antropologia. São metáforas (e não conceitos), visam funcionar como sinalizadores, desestimulando gostos antigos, deslegitimando hábitos estabelecidos e ainda atuantes, demarcando escolhas impensadas e apontando verdadeiros icebergs a evitar.

Me preocupa o quanto de pressupostos coloniais continua a ser reproduzido em nossos manuais e na leitura dos clássicos, transmitidos através de metáforas e categorias consagradas, mas que nos afastam de pensar a singularidade do processo de conhecimento, impondo interpretações antigas a

experiências novas e que poderiam ter resultados fecundos. Queria destacar em especial o quanto de uma relação colonialista continua a existir na interação entre “nós” (os antropólogos) e os nossos “outros” (os indígenas, entre outros), bem como entre nós, os cientistas e autores, e o nosso público. Talvez colocar imagens caricaturais, pesadas como as que vou acionar a seguir, pode ajudar-nos a pensar se a Antropologia tal como a praticamos, em sala de aula, no campo ou na extensão universitária, move-se realmente em um universo pós-colonial.

## QUATRO FORMAS DE CONCEBER O “OUTRO”

Nesta parte final, gostaria de voltar ao debate mais amplo sobre a Antropologia e as suas múltiplas formas de relação entre os antropólogos e seus “outros”, isto é, como se dá de maneira plural a construção de conhecimentos em antropologia. Embora claramente inspirado e devedor de Johannes Fabian (1983), a minha preocupação não se volta para as correntes teóricas e as disputas internas à academia, mas para as relações de uso e dominação transportadas e instituídas pela própria atividade de pesquisa.

A primeira dessas formas seria a que o “outro” assume fora das suas condições reais de existência, como se pudesse ser observado e sobreviver dentro de vitrines. Mas como “o índio em vitrine?”, vocês perguntarão. Notem que as vitrinas dos museus foram construídas (ou inspiradas) pelo trabalho dos primeiros antropólogos. Isso se iniciou na Inglaterra, prosseguiu pela Alemanha, passou aos Estados Unidos e atingiu as partes mais distantes do mundo. Museus foram lugares importantes para pensar a formação de nações republicanas e para mostrar a distribuição e as clivagens da expansão colonial dos séculos XIX e XX, assim como para legitimar governos, evidenciando para o público em geral a importância de uma nova ciência, a Antropologia.

Mesmo depois de saírem dos museus, terem como cenário as salas e anfiteatros das universidades, os antropólogos continuaram a coisificar os seus “outros”, redispando-os segundo séries históricas e analíticas construídas a partir de referenciais externos. As galerias foram substituídas por teses, livros, artigos, *powerpoints* e vídeos, onde se anunciava ao público o índio destilado de qualquer periculosidade, leia-se iniciativa ou resistência, devassado e lógico, transformado em uma marionete de conceitos e de teorias alheias.

A antropologia metropolitana, herdeira da história natural, sempre lidou com os seus “outros” como seres mortos, desprovidos de dores e iniciativas. O que ela focaliza e nos reapresenta como seu objeto são, como nos mostrou Fabian, ficções construídas fora do seu contexto social e de seu tempo histórico. As instituições ali representadas, tal como as personagens que lá surgem, não são instituições nem pessoas reais – estas foram combatidas e destruídas pela ação colonial – mas sim aquelas que foram remontadas pelos pesquisadores e colecionadores e que vieram na sequência das ações militares de conquista.

As instituições “nativas” das quais falam os antropólogos, algumas vezes até com afetada admiração, correspondem a valores, crenças e modos de vida que foram intencionalmente destruídos, espartilhados ou domesticados pelo mundo colonial, do qual o pesquisador é parte e, durante a investigação, indiscutivelmente o beneficiário. É impossível não lembrar do exercício da biologia nos séculos XVII e XVIII, elaborando as teorias sobre a anatomia humana a partir do estudo comparativo de cadáveres, consolidando protocolos de conhecimento e princípios éticos (FOUCAULT, 1980). Para o espírito científico da época, era totalmente irrelevante indagar de quem eram aqueles corpos

e como chegaram até os laboratórios e anfiteatros. O importante era ampliar as teorias científicas que resultavam de tais experimentos.

Também para os antropólogos tornou-se um tabu falar da relação colonial e de como concretamente foram obtidos os indicadores daqueles costumes e os adornos que caracterizavam a dignidade daquela pessoa, muitas vezes conseguidos como troféus de guerra. O mesmo cúmplice silêncio vai se estender ao trabalho de campo, que se torna um valor fundamental para a Antropologia do século XX, mas que continuará a ser descrito de modo ingênuo, meramente subjetivo e por vezes até triunfalista. O que chama a atenção é unicamente a etnografia dos “outros”, que os imortaliza como fora do tempo, tomando como suposto que os dados e entrevistas procedem de colaborações espontâneas, enquanto resultam de fato de constrangimentos, medo, penúria e comércio de informações características de situações de guerras ou já da *pax* colonial.

É muito importante reconhecer que a nossa profissão foi pautada dentro de um projeto cognitivo universalista e acentuadamente eurocêntrico de coletar objetos de cultura em muitos lugares do mundo para refletir comparativamente sobre eles. Pouco importavam as condições em que tais povos e instituições viviam, o que contava é como entrariam na história do conhecimento ocidental e seriam utilizados pelas instituições de ciência. A museologização, num primeiro momento, no ato de coleta e no desdobramento posterior da pesquisa, promoveu a descontextualização dos elementos de cultura dessas populações – o que Alban Bensa chama de efeito *dé-realisant*, de negação de sua realidade. Num segundo momento, na exibição contemporânea dos resultados atingidos, realiza de maneira sistemática e inconsciente uma “outrificação” de coletividades vivas e de sujeitos históricos reais, que permanecem sendo qualificados como “primitivos”, “selvagens”, “remanescentes”. Ou seja, a representação engendrada pelos museus, a “ilusão museal” (Pacheco de Oliveira & Santos, 2016), toma-os como se fossem “fósseis vivos”.

A Antropologia, quando surge, tem suas práticas e teorias relacionadas à formação de museus e coleções. No entanto, ainda hoje, sem aplicação a objetos, mas sim a ações e eventos sociais, persiste nela uma tendência à objetificação, que isola as pessoas concretas, as dinâmicas e variações, destilando-as de seus contextos de operação, instituindo protocolos de conhecimento que negam a sua condição de sujeitos históricos. Nessa condição, os objetos da Antropologia, os “outros”, são transformados em exemplificações acadêmicas de teses e teorias, sem questionamentos éticos, políticos e epistemológicos.

Uma segunda modalidade de pensar seria o laboratório. Ela está mais de acordo com nossas expectativas universitárias atuais - nós imaginamos sempre que os indígenas e os “outros” podem ser objetos de teses, livros e comunicações, servindo como marcadores de uma trajetória acadêmica individual ou de equipe. Tal linguagem é bastante adequada para explicarmos nossos trabalhos para as autoridades universitárias ou científicas – em sua maioria integradas por pessoas formadas no domínio das ciências experimentais e lógico-dedutivas, não nas ciências humanas – que os avaliam e lhes atribuem recursos e tempo de dedicação. Com nossos aparatos conceituais e metodológicos, fazemos crer que conseguiremos colocar essas populações dentro de situações que permitam uma observação rigorosa e o estabelecimento de generalizações e conclusões.

De tanto argumentarmos dessa forma e constatararmos até a sua relativa eficácia em demandas burocráticas, acabamos por acreditar nela. Esquecemos que quem está dentro e quem está fora do laboratório são exatamente da mesma escala, disputando e compartilhando interesses e valores, e que a situação de pesquisa necessariamente irá associá-los de formas múltiplas e imprevistas. Em muitos momentos durante a pesquisa de campo, é difícil saber quem é realmente

o “eu” e o “outro”, o observador e o observado, quem está de um lado e do outro do campo da observação. Os pesquisadores são observados, geram informações para os seus “nativos”, que os reinterpretem todo o tempo e muitas vezes reagem contra a forma e o objetivo da investigação.

A noção de laboratório parece funcionar muito bem dentro do contexto científico atual e assim, apesar dos inconvenientes, acabamos por adotá-la em nossas unidades de pesquisa, grupos de formação e atividades de extensão. Mas há um preço – o de concebermos nossa prática de pesquisa segundo padrões inadequados e distorcidos. Por exemplo, quando um economista está observando a linha de preços ou os índices de inflação, não tem qualquer impacto no que está estudando, a sua presença é praticamente irrelevante dentro de um grande conglomerado estatístico. Não é assim a situação do pesquisador dentro das áreas indígenas, quilombolas, periferias urbanas, grupos estigmatizados, presídios, instituições governamentais ou mesmo filantrópicas. O pesquisador em Antropologia muitas vezes é uma pessoa de bastante importância na vida local do grupo que estuda, a sua simples presença pode afetar em muito os padrões de atuação daquelas pessoas. O pesquisador está sempre sendo observado!

Em certas situações, a sua conduta será copiada e poderá ser tomada como um modelo a ser seguido. Quase sempre é um mediador na relação de seus objetos de investigação com outros agentes sociais, frequentemente serve também como intermediário entre o local e outras escalas, e até algumas vezes pode ser interpretado como um mensageiro das tradições e de personagens cosmológicos. Não é raro dentro da literatura etnológica encontrar pesquisadores que foram imaginados como messias, xamãs e reencarnação de personagens míticos ou de figuras importantes do passado.

O laboratório, assim, é uma forma bastante unilateral de pensar uma relação de pesquisa, minimizando os impactos que o investigador tem naquilo que estuda, evitando problemas de responsabilidade social e de construção conjunta de comunidades políticas e de formas de cidadania. Com essa ferramenta intelectual e afetiva, o pesquisador parece delimitar claramente os seus próprios objetivos, compromissos e limites, o destino da população observada é um; e o do pesquisador, totalmente outro. Finda a pesquisa antropológica, os seus “outros” irão continuar a viver com os mesmos problemas de antes, e o pesquisador terá pela frente uma carreira acadêmica potencialmente ascendente.

Pensar a situação etnográfica como um laboratório é algo muito inadequado, pois elide questões éticas e políticas, não permite explorar e qualificar a forma de objetividade e rigor que embasa concretamente cada relação de pesquisa, estimula uma ideia simplista de não-interferência nos processos observados e separa equivocadamente os dados e suas elaborações posteriores do contexto em que está situado e as interações concretas de que resulta.

Uma terceira forma de falar sobre o “outro” seria a estetização. Os indígenas, por exemplo, dos quais falarei mais explicitamente nesta parte, foram objeto de uma construção romântica dentro do ocidente, e isso vem desde o século XVI. Foram colocados pelos filósofos como seus duplos, propondo ao ocidente formas de humanidade que existiriam sem o autoritarismo, a violência e a exploração. Foram estímulos poderosos para utopias políticas e projetos de reforma social. Se são bons para fazer pensar, estão sempre recobertos por ideias como a de atraso, inadequação ao mundo contemporâneo e um inevitável desaparecimento.

Uma inspiração romântica foi sem dúvida importante para o trabalho de campo, levando os antropólogos a explorar regiões distantes, algumas vezes ambientes inóspitos. Eram grandes desafios buscar entender as razões e sentidos

que motivavam os indígenas reais, ao invés de repetir os preconceitos coloniais. Os antropólogos tentaram assim entender essas sociedades e culturas em seus outros termos, recusando argumentos simplistas e explicações etnocêntricas. Contribuíram dessa forma em muito para descolonizar a ciência ocidental, mostrando a diversidade e eficácia das múltiplas formas de organização social e a pluralidade de saberes, línguas e experiências que compunham os conhecimentos indígenas.

Muito raramente, porém, os antropólogos chegaram a essas populações antes de pesadas intervenções coloniais, que se refletiram em grandes perdas demográficas, deslocamentos compulsórios, situações de privação, dependência e patronagem. No Brasil, por exemplo, os casos de guerras declaradas contra povos indígenas, as chamadas “guerras justas”, que vitimaram os Tupinambás, Aymorés, Caetés, Manaós, índios do Sertão do Nordeste, Muras, Botocudos, Puris, etc, antecederam a Independência.

Outras ações similares, no entanto, prosseguiram por todo o século XIX, como as de “pacificação e catequese” (implicando “descimentos” e “correrias”, com destruição de malocas e a morte e escravização no vale amazônico) e a caça profissional e o extermínio por “bugreiros” (na região sul e em Mato Grosso).

A República trouxe, através de uma agência estatal específica, o SPI e depois a FUNAI, uma forma menos letal de intervenção, a chamada ação indigenista, com as “pacificações”, que implicaram sedentarização, tutela e patronagem, empreendidas por militares (Rondon e seus seguidores) e, mais tarde, pelos chamados “sertanistas” (os irmãos Villas Boas, Francisco Meireles e muitos outros).

As etnografias realizadas sobre os indígenas do Brasil sempre os estudaram no “pós-pacificação”, em condições de sedentarização e dependência, seja na situação histórica de “regime tutelar”, com o domínio da FUNAI (em Postos e Parques Indígenas), ou de agências missionárias, seja sob a patronagem de fazendeiros, extratores e comerciantes e autoridades locais.

É um mérito indiscutível, a partir da memória contemporânea e dos depoimentos dos indígenas atuais, reconstituir essas populações enquanto sistemas autônomos de organização social e de conhecimentos, trazendo a especificidade dessa experiência para o patrimônio da ciência e da humanidade. Mas há um risco enorme em supô-las como instituições ideais e ignorar a complexidade real dessas populações, que continuam a reproduzir elementos de suas tradições e pôr em prática estratégias sociais e políticas, lançando mão inclusive de outros conhecimentos e alianças (não somente com antropólogos, mas também com indigenistas, missionários e agentes econômicos variados). A cultura, resgatada pelo pesquisador, não pode ser imposta aos indígenas de carne e osso, que não podem ser tutelados e avaliados exclusivamente por uma abstração acadêmica, mas têm – como qualquer população do planeta – seus próprios horizontes e suas estratégias políticas.

É comum que as pessoas se encantem ao ver certas exposições, vídeos, documentários sobre os indígenas que exibem as tradições nativas como referenciais únicos. O antropólogo, no entanto, deve se perguntar: isso corresponde a algum indígena real, algum projeto político existente dentro dessas populações? E frequentemente a resposta é negativa. Ao observar a situação dentro das aldeias, fazer uma visita, por exemplo, a áreas distantes da Amazônia, nos limites com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana Inglesa, o que se encontra é algo completamente diferente. Estão implantadas nessas áreas indígenas formas extremas de violências, submissão às populações envolventes e

agentes externos (como madeireiras, mineradoras etc), inclusive com a ação de grupos armados, contrabandistas e narcotraficantes. Em muitos casos, é o próprio órgão tutelar ou missionários que subalternizam e reprimem tais populações. Por outro lado, os conflitos internos revelam-se de grande intensidade, envolvendo disputas entre famílias, gênero, geração, opções religiosas. Relatos muito próximos às periferias urbanas podem ser feitos sobre indígenas que habitam no interior do Amazonas, a mais de mil km de Manaus.

O indígena estetizado que vemos em alguns grandes museus, que são celebrados em exposições no Grand Palais de Paris, é um produto construído por antropólogos, museólogos, colecionadores e estudiosos de arte primitiva. Esses profissionais têm um mérito, como o artista também, de produzir uma bela obra que possa emocionar o público urbano e atrair turistas de todas as partes do mundo. Mas aquela obra é uma ficção, uma construção que remete ao artista e de maneira alguma ao próprio pesquisado, nem à sua realidade vivida.

Há que mencionar, por fim, uma outra categoria, que é o mercado, que se infiltra e reenquadra algumas das práticas que derivam das metáforas precedentes. Os conhecimentos e imagens sobre os “outros” engendradas durante o processo de pesquisa também podem ser transformados em bens e produtos de mercado, gerando retornos como qualquer outra mercadoria. O mercado de consultorias é um grande escoadouro para jovens pesquisadores que não são absorvidos na estrutura universitária de ensino e pesquisa, operando em relação à produção de conhecimentos com regras próprias e frequentemente discrepantes da comunidade científica (vide livro e documento produzido pela ABA sobre perícias antropológicas – 2014 e 2016).

Também não é raro que, para obter financiamentos, equipes de pesquisa tenham de metamorfosear suas propostas de investigação em prioridades estabelecidas por governos e instituições internacionais, podendo assim acessar fundos e programas especiais de fomento a certos temas de pesquisa.

Sendo empurrados com tamanha força nessa direção, não é de surpreender que os próprios estudantes e pesquisadores comecem de modo não consciente a adequar os seus objetos de investigação com posturas e critérios impostos pelo mercado, e não pelos cânones da Antropologia. Frequentemente você vê pesquisadores sendo apresentados como “especialistas”, o que supostamente lhes autorizaria a falar e escrever com liberdade sobre povos indígenas, recebendo disso todas as benesses possíveis e transformando-se em detentores de um conhecimento único, comercializável por empresas privadas e apossado por governos. Mas é função do conhecimento antropológico vir a substituir a manifestação concreta de vontade dos indígenas, anulando-os enquanto sujeitos políticos? Não é desrespeitoso e unilateral fazer supor que o seu futuro está inscrito em seu passado e pode ser lido com exatidão pela nova casta de leitores de mãos e cartomantes em que o mercado transforma os aprendizes afoitos de uma ciência ainda mal purgada dos pressupostos do colonialismo? A ideia de um “especialista” sobre algum povo indígena é estratégia política de uma perversidade absoluta, com efeitos igualmente deletérios sobre o processo de conhecimento e os próprios rumos da disciplina.

Certamente os professores aqui presentes têm a experiência de, em comissões de avaliação, ler inúmeros projetos de pesquisa. Muitos nos deixam com a incômoda sensação de que o autor parece estar evoluindo pelas prateleiras de um supermercado, comparando produtos e preços, como se estivesse escolhendo um objeto que ele pode comprar e levar para casa, declarar então como seu e dali tirar futuros ganhos e prazer. Para uma disciplina como a Antropologia, cuja experiência de pesquisa frequentemente se realiza dentro das casas dos pesquisados, acessando suas memórias e arquivos, compartilhando narrativas

e sensações bastante íntimas, tudo isso é muito invasivo e preocupante. Se o pesquisador se imagina como tão descolado da situação concreta que vivencia e investiga como então pretender, senão como retórica ou simulação, “transformar o exótico em familiar” ou buscar algo como uma “fusão de horizontes”?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu arrolei essas formas de conceber e falar sobre os indígenas como um estímulo para que procedamos a uma catarse em relação às nossas práticas e representações cotidianas, apontando a presença de atitudes e imagens coloniais não apenas na vida brasileira contemporânea, mas também em nosso cotidiano de pesquisa. Certamente, na maioria dos contextos acadêmicos, repudiamos com energia essas quatro formas de pensar o indígena. Mas no momento em que explicamos as nossas atividades de pesquisa para colegas de outras disciplinas, profissionais liberais, autoridades e mesmo nossos amigos e parentes, será que aquelas imagens não afluem com muita força? E será que, em momentos de informalidade, em que – professores e estudantes – fazemos pilhérias com os nossos desejos e limitações, não patinamos igualmente naquelas antiquadas ideias?

Espero que esta fala enseje uma boa e útil polêmica. Reitero que sem um esforço de descolonização muito ativo dos nossos instrumentos, dos usos concretos que damos a teorias e métodos, como tentei fazer em outras ocasiões, não conseguiremos produzir avanços maiores em nossa própria disciplina. Tão-pouco seremos capazes de lidar com o desafio de estudar a eclosão do colonial no mundo contemporâneo, de fazer etnografia e refletir sobre os processos reais de dominação, outrificação, violência e criminalização da maioria da população.

Não serão as citações consagradas do estruturalismo, do interpretativismo ou de muitos outros “ismos” que nos podem fazer avançar. O que nos pode libertar é ter uma consciência crítica em relação à nossa prática investigativa. A questão crucial é enfrentar o caráter dialógico e histórico da produção de conhecimento.

## NOTAS

<sup>1</sup> Transcrição da Conferência de João Pacheco de Oliveira na Semana de Antropologia UFRN 2017, realizada por Cristina Diógenes Souza Bezerra, revisada por Angela Falcundo e pelo autor.

<sup>2</sup> Antropólogo e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Fez pesquisa de campo prolongada com os índios Tikuna, do Alto Solimões (Amazônia), da qual resultou sua dissertação de mestrado (UNB, 1977) e sua tese de doutoramento (PPGAS, 1986), publicada em 1988. Realizou também pesquisas sobre políticas públicas, coordenando um amplo projeto de monitoramento das terras indígenas no Brasil (1986-1994), com apoio da Fundação Ford, projeto que resultou em muitos trabalhos analíticos, coletâneas e atlas. Orientou mais de 60 teses e dissertações no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), voltadas sobretudo para povos indígenas da Amazônia e do Nordeste, em programa comparativo de pesquisas em etnicidade e território apoiado pelo CNPq e FINEP. Atuou como professor-visitante em alguns centros de pós-graduação e pesquisa no Brasil (UNICAMP, UFPE, UFBA, UFAM e Fundação Joaquim Nabuco) e no exterior (Universidad Nacional de La Plata/Argentina, Università di Roma La Sapienza, École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris, Universidad Nacional de San Martín/UNSAM/Buenos Aires e Institute des Hautes Études de l'Amérique Latine/IHEAL/Sorbonne Nouvelle/Paris 3). É pesquisador 1A do Conselho Nacional de Pesquisas/CNPq e bolsista FAPERJ do Programa Cien-

tista do Nosso Estado. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia/ABA (1994/1996) e por diversas vezes coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas. Nos últimos anos vem se dedicando ao estudo de questões ligadas a antropologia do colonialismo e a antropologia histórica, desenvolvendo trabalhos relacionados ao processo de formação nacional, a historiografia, bem como a museus e coleções etnográficas. É curador das coleções etnológicas do Museu Nacional e organizou a exposição “Os Primeiros Brasileiros”, relativa aos indígenas do nordeste, exibida em Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro e em Córdoba, Argentina. Junto com lideranças indígenas foi um dos fundadores do Maguta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, sediado em Benjamin Constant (AM), que deu origem ao Museu Maguta, administrado hoje diretamente pelo movimento indígena

<sup>3</sup> Houaiss, Antonio – *Mini Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo, Editora Objetiva, 2001.

<sup>4</sup> Pacheco de Oliveira, J. – *O Nascimento do Brasil e outros ensaios. ‘Pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016. Cabe esclarecer que esta referência não é de teor comercial, está disponível em: <<http://jpo-antropologia.com.br/pt/>>. Como todos os meus trabalhos, pode, portanto, ser acessado e baixado até por celulares (muito usados pelos estudantes para pesquisas), também está acessível em meu *Facebook*.

<sup>5</sup> Valle, Carlos G. O. do. *Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1993; Valle, Carlos G. O. do. “Compreendendo a dança do torém: visões de folclore, ritual e tradição entre os Tremembé do Ceará”. *Revista Antropológicas*, ano 9, vol. 16 (2), pp. 187-228, 2005.

<sup>6</sup> Vide Benites, Tonico. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape* (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus *tekoha*. Tese de doutorado (Antropologia Social). PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. 2014.

<sup>7</sup> Vide Correia, José Gabriel Silveira, A ordem a se preservar: a gestão dos índios no reformatório agrícola indígena krenak. Dissertação de mestrado (Antropologia Social) PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000.

<sup>8</sup> Para uma visão crítica da história do SPI, vide Souza Lima, A. C. – *Um grande cerco de paz*. São Paulo/Petrópolis, ANPOCS/Vozes, 1994.

<sup>9</sup> Vide Pacheco de Oliveira, J. – *‘O nosso governo’*: Os Ticunas e o regime tutelar, São Paulo/Brasília, Marco Zero/CNPq, 1988.

<sup>10</sup> V. de Pacheco de Oliveira, J. – “*La situación etnográfica como una triada*”. *Boletim de Antropologia*, V. 20, n. 37:51-80. Universidad cde Antioquia, Medellín, Colombia. 2006.

<sup>11</sup> Para um aprofundamento, vide Valente, R. – *Os fuzis e as flechas. História de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

<sup>12</sup> Entre outros, vide Stocking Jr, G. W. *Race, culture, and evolution: essays in the history of Anthropology*. Chicago The University of Chicago Press, 1968; *The shaping of American Anthropology, 1883-1911*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974; *Functionalism historicized: Essays on British social anthropology*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984;

*Observers observed: essays on ethnographic field work*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1984; *Colonial situations: essays on the production of anthropological knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988; *Volkgeist as method and ethic: essays on boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1996; *Unfinished business: Robert Gelstom Armstrong, the Federal Bureau of Investigation, and the history of Anthropology in Chicago and at Nigeria*. In: HANDLER, Richard (ed.). *Central sites, peripheral visions: cultural and institutional crossings in the history of anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006. p. 99-247.

<sup>13</sup> Vide Pels, P.; Salemink, O. - *Colonial subjects: essays on the practical history of anthropology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.

<sup>14</sup> No sentido usado por Bachelard, G. – *La formation de l’esprit scientifique*. Paris, J. Vrin, 1971.

<sup>15</sup> Vide Fabian, J. – *O tempo e o outro. Como a antropologia estabelece seu objeto*.

Petrópolis, Vozes, 2013; e *Anthropology with an attitude. Critical essays*. Stanford, Stanford University Press, 2001.

<sup>16</sup> Vide Foucault, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

<sup>17</sup> Pacheco de Oliveira, J. e Santos, R. C. M – “*Descolonizando a ilusão museal: etnografia de uma proposta expositiva*”. *Museus e atores sociais. Perspectivas antropológicas*. Lima Filho, M.; Abreu, R.; Athias, R. Recife, Editora UFPE. 2016. (pág. 125-155).

<sup>18</sup> Pacheco de Oliveira, João; Mura, Fábio; Barbosa, Alexandra. (Org.). *Laudos Antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA, 2015.

dossiê

# “MENINAS DANADAS”: EXPLORAÇÃO SEXUAL, PROSTITUIÇÃO E AGÊNCIA FEMININA EM CONTEXTO INDÍGENA

## “MENINAS DANADAS”: SEXUAL EXPLOITATION, PROSTITUTION, AND FEMALE AGENCY IN INDIGENOUS CONTEXT

**Martinho Tota**

*martinho.tota@gmail.com*

*Pós-Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ*

*Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC)*

**Greilson José de Lima**

*greilsonlima@gmail.com*

*Doutor em Antropologia Social pela UFPE*

*Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)*

**Cassandra Vêras**

*cassandraveras@gmail.com*

*Doutora em Sociologia pela UFPB*

*Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*

### RESUMO

Este artigo, construído a partir de fragmentos registrados durante pesquisas realizadas em pequenos municípios localizados no Litoral Norte do estado da Paraíba, trata de questões de sexo e gênero envolvendo crianças e adolescentes sexualmente “exploradas”, jovens mulheres engajadas na prática prostitutiva e “meninas danadas”, isto é, mulheres igualmente jovens, não diretamente inseridas no mercado de sexo comercial, mas que ainda assim são suscetíveis aos mesmos processos de rotulação aos quais são submetidas as “verdadeiras” profissionais do sexo. Embora cada uma dessas situações guarde particularidades que as distinguem, em todas elas está em jogo uma tensão entre as vulnerabilidades implicadas nas identidades de gênero e a autonomia feminina. Ou seja, os discursos e as representações “vítimistas” muitas vezes esquecem-se dos desejos e da capacidade a que os sujeitos mulheres, mesmo neste contexto específico, têm de obedecer ou resistir.

**Palavras-chave:** Exploração sexual. Prostituição. Gênero.

### ABSTRACT

This article, constructed from fragments recorded during surveys conducted in small towns located on the north coast of Paraíba state, deals with issues of sex and gender involving children and adolescents sexually “exploited”, young women engaged in the prostitution practice and “meninas danadas”, young women also, not directly inserted into the commercial sex market, yet susceptible to the same labeling processes which the “real” sex workers are. Although each of these situations keep particularities that

distinguish them, in all of them is at stake a tension between the vulnerabilities involved in gender identities and female autonomy. That is, the victimized discourses and representations often leave aside the desires and the abilities these women, even in this specific context, must obey or resist.

**Keywords:** Sexual Exploitation. Prostitution. Gender.

## INTRODUÇÃO

Aquilo que o senso comum consagrou como a “profissão mais antiga do mundo” tem uma história. Na verdade, inúmeras histórias que variaram e têm variado ao longo do tempo, de acordo com cada contexto social, cultural, moral e político. Os significados atribuídos às(aos) e pelas(os) prostitutas(os), garotas(os) de programa, profissionais do sexo às suas vidas inseridas no mercado ou comércio sexual também são diversos. E é importante, para além das categorias comumente empregadas ou vulgarmente postas, compreendermos suas arestas, permitidas pelas experiências e narrativas e, desse modo, desenvolver as aflições e sonhos e atualizar os reflexos que os personagens reais nos apresentam.

No Brasil, o tema prostituição tem sido abordado por historiadores, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, juristas; por organizações não governamentais, igrejas e agências estatais (FREITAS, 1985; GASPAR, 1985; BACELAR, 1992; FONSECA, 1996; BENEDETTI e FÁBREGAS-MARTÍNEZ, 2000; MARTINS, 2003; ARAÚJO, 2006; OLIVAR, 2007; PASINI, 2005, 2009; LOSSO, 2010, entre outros). Paulo Sérgio do Carmo, por exemplo, em seu livro *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil* (2011), remonta aos primeiros atos do processo colonizador, e mostra como as mulheres indígenas que viviam nas terras recém “descobertas” foram sexualmente exploradas pelos portugueses. Ao longo dos séculos, sobretudo com a intensificação do tráfico de escravos oriundos do continente africano, as mulheres negras foram ocupando um lugar cada vez mais destacado nas preferências e fantasias eróticas do “lúbrico” português, obliterando, conseqüentemente, o lugar ocupado por mulheres índias na economia dos afetos e prazeres (FREYRE, 1994; MOUTINHO, 2004).

Carmo (2011) observa que no Brasil o comércio sexual envolvendo mulheres esteve intimamente respaldado numa cultura machista, racista, heterossexista, elitista, imbuída de uma moral e de uma religiosidade marcadas pela ambiguidade e, portanto, perversas quanto às relações de gênero. Prova disso é que, no Brasil Colônia, ainda que concebida pela Igreja Católica como prática pecaminosa e/ou ilícita, a prostituição feminina era tida como uma “falta” menos grave do que o adultério e a homossexualidade. Segundo Carmo (2011, p. 72-73), “[a] Igreja fazia vista grossa ao ato do meretrício, desde que [este] fosse realizado para aplacar a pobreza [das mulheres]”. Mas o que significava “ser prostituta” no Brasil colonial? Na verdade, antes de sua “institucionalização”, qualquer comportamento sexual tido como “desviante”, “transgressor”, praticado por uma mulher, poderia levá-la a ser qualificada como “prostituta”, “meretriz”, “mulher da vida”, “mulher pública”, e assim por diante. “As mulheres apartadas de seus maridos aventureiros [por exemplo], ao lutarem pela própria sobrevivência, eram consideradas meretrizes e, caso abrigassem outras mulheres, corriam o risco de ser denunciadas como alcoviteiras” (CARMO, 2011, p. 78-79, 82). Desse modo, os limites entre ser ou não ser são tênues, e a tensão gerada implica no maior controle social da sexualidade feminina, e de maior vulnerabilidade para a mulher que é rotulada, ou daquelas que vivem essa vigília opressora, a qual recai mais pontualmente junto àquelas que se distanciam ou contestam a “matriz machista”.

A expansão e a “institucionalização” da prostituição feminina constituíram aspectos característicos das sexualidades brasileiras ao longo dos séculos, sobretudo após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro no início do século XIX. Apesar disso, Carmo (2011, p. 151-152) afirma que “o país sempre oscilou muito” “[e]ntre a abolição e a regulamentação da profissão”. Uma solução parcial desse problema foi “a tolerância às casas de prostituição em zonas determinadas e a intervenção policial para manter a ordem”. A partir de 1890, a exploração do sexo comercial tornou-se crime. Ironicamente, foi também nessa época que teve início o tráfico de mulheres oriundas de diversos países europeus que chegavam ao Brasil para se prostituir. Estas, por sua vez, dividiam espaço ainda com mulheres negras cativas, inaugurando uma realidade profundamente estratificada no âmbito da prática prostitutiva<sup>1</sup>. A partir do século XIX e princípios do XX, assistimos ao aparecimento de um ingrediente a mais neste cenário já bastante multifacetado, isto é, o discurso médico-legal e a consequente patologização de uma série de práticas sexuais, dentre elas a prostituição. Nas palavras do autor, “a santidade da família dependia da continuidade da prostituição, contanto que ela fosse regulamentada e higienizada, sujeita ao poder policial e médico. (...) Sendo impossível a erradicação da prostituição (...) juristas e médicos (...) temiam que tais impulsos não satisfeitos acabassem por manchar a moral das famílias, atingindo a virgindade das filhas” (CARMO, 2011, p. 256-257).

Dando um salto no tempo, vemos que o debate sobre a temática prostituição passa a adquirir novos contornos e matizes, sendo politizada (para o bem e para o mal), a partir das décadas de 1960 e 1970, graças ao surgimento dos feminismos congregados em torno da luta contra a sujeição das mulheres frente aos homens. Nesse contexto, algumas agentes (acadêmicas e/ou ativistas) viram na prostituição um alvo privilegiado para suas reivindicações (MCINTOSH, 1978; BARRY, 1979; CHAPKIS, 1997; NAGLE, 1997; BARNARDO’S, 1998; FARLEY, 2004). Contudo, nas agendas feministas contemporâneas existem clivagens importantes, ilustradas pelas posições divergentes quando estão em jogo questões como a legalização/descriminalização da prática prostitutiva. Para Raymond (2003), por exemplo, diretora da Coalition Against Trafficking in Women (CATW), tal prática constitui-se em um desserviço à cidadania de muitas mulheres em diversos países. Isto porque, segundo ela, a legalização da prostituição favoreceria apenas os cafetões, traficantes de mulheres e a indústria sexual; concorreria para alimentar a prostituição clandestina; aumentaria a prostituição infantil; motivaria os homens a comprarem os serviços sexuais das mulheres de uma forma muito mais permissiva e aceitável socialmente; as próprias mulheres engajadas na prática da prostituição, afirma ela, não a queriam legalizada. Raymond (2003) defende que o Estado, em vez de “acumular dinheiro com os benefícios econômicos da indústria sexual, deveria investir no futuro das mulheres prostituídas providenciando para elas recursos econômicos”. A despeito de seu “radicalismo”, a postura defendida por Raymond (2003) encontrou e encontra ressonância tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Swain (2004) está ao lado daquelas que combatem veementemente a institucionalização da prostituição, por ver nessa uma forma de violência contra a mulher. Para ela, legalizar ou descriminalizar tal prática implicaria na banalização/naturalização desse tipo de violência.

Não obstante, sem adentrar propriamente a polêmica envolvendo os prós e contras à legalização e descriminalização da prostituição, e sem desconsiderar os aspectos negativos (abusos, violência, vulnerabilidade em relação a doenças sexualmente transmissíveis e dependência de drogas, etc.) presentes nas vidas de muitas mulheres inseridas no comércio sexual, autores como Doezema (2001), Weitzer (2007), Coy (2009), empreendendo análises mais sofisticadas e menos maniquistas, concebem a prostituição não apenas como reprodução ou

fonte de violência e humilhação contra as prostitutas. Para Weitzer (2007), a alegação de que as profissionais do sexo são meras vítimas e de que a violência é regra está alicerçada em dados pouco confiáveis, uma vez que a maioria dos estudos utiliza amostras colhidas aleatoriamente, sem levar em conta, portanto, pessoas de carne e osso.

Esse debate, contudo, foge aos objetivos deste artigo. Na verdade, pretendemos refletir aqui a respeito de algumas questões sobre as quais nos detivemos entre maio de 2012 e fevereiro de 2013, período no qual estivemos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como pós-doutorandos e conduzindo uma pesquisa intitulada “Sem reservas: prostituição juvenil na Terra Indígena e zona rural da Paraíba”, que tinha a professora Loreley Garcia como coordenadora principal. Conforme sugere o título, tratava-se de um estudo sobre “mulheres jovens que trabalham como prostitutas em regiões situadas nas áreas rurais e na terra indígena da Paraíba” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 1). Uma questão central levantada no projeto e norteadora da pesquisa estava referida à “conexão entre a ausência de empoderamento das meninas, associada a condições de extrema pobreza e a inserção na indústria sexual. Destaca-se que apenas a extrema pobreza não explica o ato de vender o próprio corpo para a sobrevivência, ela deve estar acoplada a condições culturais que, de um lado, desvalorizam e desqualificam jovens mulheres e, de outro, podem apresentar a prostituição como um projeto de mobilidade social e econômica e como uma resistência ao modelo de família patriarcal” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 5). Vale destacar que o estudo no qual nos inserimos consistia na continuação ou desdobramento de uma pesquisa anterior – intitulada “Entre campos, mares e trajetos: experiências etnográficas no Litoral Norte da Paraíba”, tendo a professora Silvana Nascimento, da Universidade Federal da Paraíba, como coordenadora –, que também contemplava, entre outras problemáticas, a questão da prostituição de mulheres jovens, e compreendia os municípios paraibanos de Mamanguape, Rio Tinto, Mari, Sapé e Guarabira.

Durante os nove meses em que permanecemos na equipe, atuamos principalmente no município da Baía da Traição, situado na Microrregião do Litoral Norte da Paraíba, local já conhecido por um de nós, por ter desenvolvido lá uma pesquisa anterior (cf. TOTA, 2012). Por essa razão, o que será exposto neste artigo apresenta as marcas do tempo dedicado à investigação científica (ainda em andamento) e do espaço no qual a mesma foi empreendida. Importante acrescentar ainda que esse texto não trata exclusivamente da temática prostituição, pois no decorrer da pesquisa nos deparamos com um quadro social multifacetado envolvendo gênero, geração e sexualidade. Neste quadro, constavam não apenas mulheres jovens engajadas na prática prostitutiva propriamente dita, mas também a “exploração sexual de crianças e adolescentes” e as “meninas danadas”, isto é, jovens mulheres que, mesmo não atuando como “profissionais do sexo”, eram rotuladas por escaparem a uma sexualidade determinada pelo modelo socialmente idealizado pautado na monogamia e no recato.

## “EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”

Às vésperas de nossa primeira incursão à Baía da Traição para darmos início à pesquisa sobre prostituição, um de nós recebeu o convite de um professor da Universidade Federal da Paraíba para participar de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB) e pelo Centro de Estudos de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O evento, que aconteceu no dia 6 de julho de 2012 no município de

Rio Tinto, tinha como título “Criança Indígena: Respeito e Dignidade”, e abordava a questão da “violência sexual contra crianças e adolescentes” da etnia indígena Potiguara. Para a audiência, o Ministério Público Federal solicitou a presença de uma série de instituições e agentes sociais como lideranças indígenas, representantes do Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEEP), Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP), Coordenação Técnica Local (CTL) da Baía da Traição, Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara, Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Humano e de Segurança da Paraíba, além de uma antropóloga da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de temas relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas. A realização da audiência foi motivada pelas denúncias – que chegaram ao Ministério Público Federal via Conselho Tutelar de Rio Tinto – de exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas de uma mesma família, com a “anuência da mãe delas”.

Receando que a participação no evento pudesse comprometer nossa inserção na condição de pesquisadores na Baía da Traição, uma vez que nossas futuras interlocutoras poderiam achar que éramos na verdade agentes da “polícia” ou do MPPB, preferimos declinar do convite. Dias depois, porém, ainda no mês de julho, fomos ao encontro de Walter Ribeiro, promotor de justiça de Rio Tinto, para obtermos junto a ele maiores informações sobre os casos de “exploração sexual” de crianças e adolescentes e também acerca da prostituição na região da Baía da Traição. “Nos últimos três anos”, disse-nos ele,

“tem havido uma incidência maior de crimes dessa natureza contra criança e adolescente. O índio da etnia Potiguara é aculturado. Ele é totalmente integrado à sociedade. Mas há certas coisas que eles reclamam como da cultura. E um dos problemas é direcionado a essa questão da exploração sexual da criança e do adolescente. Eles propagam o falso entendimento de que a iniciação sexual precoce do adolescente indígena faz parte da cultura. Porque para eles, a garota de 11, 12, 13 anos já pode manter relação sexual, já pode ter companheiro, já pode ter filhos. E isso tem nos criado um problema muito severo, porque na hora que isso acontece, desvirtua totalmente a vida do garoto ou da garota, que abandona a escola, se esquece da vida em sociedade e fica sem nenhum futuro, já que não mais estuda e não quer trabalhar. Esse envolvimento sexual e amoroso precoce contribui para a falta de dias melhores para aquela criança e para aquele adolescente que não mais estuda e não trabalha. Então, diante dessa situação, nós vimos tomando algumas medidas no intuito de precaver fatos dessa natureza”.

Segundo Walter Ribeiro, as denúncias eram feitas na maioria das vezes por conselheiros tutelares e agentes de saúde não indígenas:

“É como se fosse um acordo velado entre eles [índios]. Muitas vezes há convivência dos pais. Muitas [crianças e adolescentes “vítimas de exploração sexual”] só têm mãe, os pais não figuram no grupo familiar. Elas [as mães das “vítimas” e as próprias “vítimas”] aceitam favores como alguns bens, celulares, alguma facilidade. O silêncio da mãe indígena muitas vezes é em troca de favores. O índio não leva esse fato ao conhecimento da comunidade e às autoridades”.

Caberia perguntarmo-nos, contudo, sobre a natureza da relação entre a “jovem explorada” e o “explorador”. De acordo com o promotor,

“Na maioria das vezes é aceita a convivência comum. Ele seduz e passa a viver sob o mesmo teto com a criança por um ou dois anos, até ela ficar grávida e abandoná-la. É isso o que acontece”.

Esta realidade, ainda segundo ele, predominava nas aldeias indígenas. Já o “comércio sexual” emergia como “fatos isolados” fora delas, isto é, no núcleo urbano dos municípios da Microrregião do Litoral Norte paraibano:

“Prostituição já diz respeito a outro fato. Essa situação no meio indígena é meio diferenciada, é de exploração sexual mesmo, não de prostituição<sup>2</sup>. É estupro de vulnerável, vulnerável devido à condição de juventude da criança e do adolescente. Porque as garotas são induzidas como se fosse pelo costume. Essa facilidade vai movida como se fosse uma coisa natural, como se isso fosse da própria constituição do lugar, a aceitação de casos dessa natureza”.

Para Walter Ribeiro, eram sobretudo os homens indígenas aqueles que consideravam isto “normal”. Ainda segundo o promotor, era a carência financeira que propiciava este fato, tornando difícil para as próprias mães das garotas “exploradas” “resistirem a esse tipo de coisa. A maioria dos índios não trabalha. Eles vivem desses favores, do Bolsa Família, dessas benesses”. Muitos dos “exploradores” eram “criminosos” que roubavam, se refugiavam nas aldeias e

“Às vezes são esses, que detêm um certo recurso, que conseguem manter essa vida com as adolescentes. Aí a troca é em relação a esses. De uma certa forma, angariam algum bem e vai ter maior facilidade. É muito difícil levar o adolescente para o caminho certo quando ele quer se desviar. E eu admito inclusive que muitas dessas crianças terminam se prostituindo e saindo até do lugar”.

O quadro exposto pelo promotor Walter Ribeiro dizia respeito principalmente ao município de Rio Tinto, ainda que ele afirmasse que a situação não era muito distinta da encontrada em outros municípios do Litoral Norte paraibano. De todo modo, um dia depois de tê-lo entrevistado, fui à Baía da Traição no intuito de colher outras informações a respeito da “exploração sexual de crianças e adolescentes” e do comércio sexual envolvendo mulheres jovens. Para tanto, a primeira pessoa a quem procurei foi Mercedes, uma conselheira tutelar indígena daquele município. Valeria a pena reproduzir alguns trechos de sua fala para averiguarmos as semelhanças e/ou diferenças de seu discurso quando comparado com aquele emitido pelo promotor de justiça. Segundo Mercedes,

“A gente tem uma demanda muito grande dessa parte de abuso sexual com criança e adolescente. E onde a gente encontra mais esses abusos é nas próprias comunidades indígenas, nas aldeias. São tios abusando das sobrinhas, os próprios pais. São pessoas adultas abusando de crianças de 9, 12 anos. Através dos abusos, é onde a adolescente, a criança mesmo de 11 anos, já fica grávida. E elas ficam com medo de dizer, porque o próprio, que faz o ato, fica assustando ela. E elas ficam com medo de dizer à família o que tá acontecendo”.

Além de atuar no sentido de coibir a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar atendia mulheres vítimas de outros tipos de violência.

“A gente teve um caso agora recentemente, que uma adolescente teve um caso com um rapaz desde os seus 10 anos, e depois dos seus 12 anos, aí ficou grávida. E o companheiro planejou o aborto, matou duas crianças. Ela estava grávida de dois. E ele fazendo medo a ela para que ela não dissesse à família. E ela ficou grávida novamente dessa mesma pessoa. E novamente ele praticou o aborto dando remédio. E ela teve que ir para o hospital, e nesta hora ele não deu apoio a ela. Foi na hora

que ela se revoltou e resolveu vir até o Conselho e contar o que tinha acontecido. Ela é daqui da cidade e ele é de uma comunidade indígena”.

Mercedes afirmou que “quando elas sofrem esse abuso, elas se recolhem, ficam assustadas, com medo, principalmente da família, porque eles ameaçam. A única forma que a gente faz é passar para psicólogo, assistente social, para que eles possam ver o que está dentro delas”. Referindo-se à audiência ocorrida em Rio Tinto dias antes, Mercedes considerava que

“Foi de grande importância, porque cabe também aos pais não jogar só a responsabilidade ao Conselho Tutelar, aos professores. Os pais também têm de estar presentes na vida de seus filhos; os pais têm que ter autonomia. O que a gente mais vê, não só na zona rural, mas na zona urbana, o índice maior é a prostituição, o abuso. Crianças dentro da sua própria casa estão sendo abusadas. Porque a gente mora numa cultura, a gente mora numa área indígena. A gente temos cultura? Temos. Mas o abuso não é uma cultura. Porque jamais, eu tendo um filho, uma filha, eu vou querer ver o pai ou um irmão abusar. Não, porque sangue é sangue, mas também tem que ter o respeito”.

Quanto à prostituição, Mercedes afirmou que algumas mulheres, inseridas no comércio sexual, ocasionalmente recorriam ao Conselho Tutelar relatando episódios de abuso: “Acontece muito, devido à prostituição. Com certeza na prostituição há esses fatos do abuso, onde os atores oferecem com aquele dinheiro, passeios, e daí acontece”. No caso das jovens que se prostituíam, Mercedes dizia que muitas eram naturais do município da Baía da Traição, mas havia também garotas oriundas de outras pequenas cidades próximas. “Mas quando chega alguém de fora, que a gente tem conhecimento, o Conselho Tutelar busca pegar essas adolescentes que vêm de fora se prostituir aqui, e busca entregar no seu município. Elas atuam aqui na cidade e também nas aldeias. É onde a gente toma as devidas providências”. Mas não era em todas as aldeias que havia garotas se prostituindo. De acordo com Mercedes,

“Tem uma [aldeia] que é mais próximo da cidade e tem todo o percurso. Não é em todas as aldeias. Mas há sim [prostituição]. Quando [a garota] conhece outras pessoas que oferecem dinheiro, passeio, então ela já começa a se envolver. E daí é que começa a ficar rebelde e querer ser adulta logo cedo”.

As meninas que se prostituíam (cujas idades variavam entre 11 e 17 anos, segundo Mercedes) atuavam em pequenos bares, localizados na cidade, mas em lugares menos visíveis, onde eram acolhidas e

“Onde os rapazes ofereciam uma quantia, bebida, uma parea [um par] de roupa, ficavam a noite com elas. Muitas recebem dinheiro e ficam com aquele cara, dormem, faz o ato sexual; mas muitas vezes a adolescente fica grávida. E quando ela vai avisar o companheiro, simplesmente [ele] dá um chute nela. E aí chega a denúncia até a gente e a gente vai até a dona do estabelecimento para comunicar a ela sobre a denúncia e tentar resolver. Porque não é certo. E se ela acolher, a culpada é ela”.

O plano de trabalho estabelecido para a pesquisa sobre prostituição juvenil na Baía da Traição inicialmente incluiu conselheiras(os) tutelares, além de psicólogas(os) e assistentes sociais que atuavam no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) local. Entretanto, como podemos observar, a partir do discurso emitido por Mercedes, o quadro apresentado por estes agentes ia ao encontro de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ou seja, não se tratava propriamente de sujeitos engajados na prática prostitutiva, que eram o objeto central do estudo. Além de excederem o escopo de nossa

investigação, a problemática envolvendo episódios de abuso e exploração sexual era de difícil acesso, entre outras razões, porque se tratava de garotas menores de 18 anos, o que tinha implicações jurídicas sérias. Além disso, muitas dessas jovens e suas respectivas famílias não se mostraram dispostas a exporem suas histórias para pesquisadores que lhes despertavam suspeitas, uma vez que poderíamos ser facilmente identificados como agentes da justiça que estavam ali para interferir em questões que para elas eram da alçada familiar.

No entanto, se não era esta a questão-chave de escrutínio naquele momento, a mesma adquire aqui um estatuto importante, requerendo algumas considerações – ainda que não seja possível no espaço de um artigo destrinçar todos os elementos contidos no problema concernente à exploração sexual de crianças e adolescentes, mesmo quando delimitado a um contexto histórico e social específico. Na verdade, e este é um primeiro ponto a ser destacado, o panorama expresso pelos depoimentos de Walter Ribeiro e Mercedes apresenta diversas similaridades com o que se verifica em outras localidades Brasil afora. No ano de 2012, enquanto estivemos engajados na pesquisa “Sem reservas”, deparamo-nos com inúmeras reportagens publicadas em jornais e sites da Internet retratando episódios de exploração de crianças e adolescentes indígenas. O que se deu no município amazonense de São Gabriel da Cachoeira é um bom exemplo:

“Uma rede de pedofilia vem se consolidando no município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), no extremo norte do Amazonas, sem que os envolvidos sejam investigados e muito menos punidos. As vítimas são meninas indígenas entre 10 e 16 anos de idade. Pessoas vinculadas a instituições sociais são ameaçadas caso façam as denúncias e as vítimas são coagidas a ficarem caladas. Nessa semana algumas pessoas ligadas a estas instituições aceitaram falar sobre os casos. Segundo elas, a exploração sexual, antes velada, tem se tornado cada vez mais escancarada. Respaldados pela falta de investigação, os exploradores sexuais e aliciadores não temem ser punidos e continuam praticando o crime contra as meninas. (...) O comércio do sexo com crianças e adolescentes tem à frente um pequeno grupo de comerciantes ‘com dinheiro’ que se instalou há algum tempo no município e funcionários públicos. O alvo preferido da exploração sexual são meninas virgens. Em muitas ocasiões, as meninas também acabam sendo vítimas do tráfico de drogas. (...) “São meninas de famílias muito pobres que vêm de suas comunidades. Sem condições financeiras, elas acabam sendo vítimas desses comerciantes”, disse uma conselheira tutelar que prefere ficar no anonimato.” (Reportagem de Elaíze FARIAS)

“Doze meninas (...) relataram aos policiais que foram exploradas sexualmente e indicaram nove homens como os autores do crime. Entre eles há empresários do comércio local, um ex-vereador, dois militares do Exército e um motorista. As vítimas são garotas das etnias tariana, uanana, tucano e baré que vivem na periferia de São Gabriel da Cachoeira... Entre as meninas exploradas, há as que foram ameaçadas pelos suspeitos. Algumas foram obrigadas a se mudar para casas de familiares, na esperança de ficarem seguras. (...) M., de 12 anos, conta que “vendeu” a virgindade para um ex-vereador. O acerto, afirma a menina, ocorreu por meio de uma prima dela, que também é adolescente.” (Reportagem de Kátia BRASIL)

“Por que existe essa exploração? Porque para alguns brancos o índio é objeto, não conta, não tem dignidade ou valor. Eles fazem o que bem entendem”, diz o bispo Edson. O crescimento populacional acelerado no município é apontado como um dos fatores que agravaram a vulnerabilidade das meninas indígenas. O número de moradores do município encravado na floresta (...) quase dobrou em duas décadas. (...)

A relação entre urbanização acelerada em municípios indígenas e exploração sexual infantil não é exclusividade do município no norte do Amazonas. Em julho do ano passado, em encontro do Grupo de Estudos sobre Infância Indígena e Trabalho Infantil da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), integrantes manifestaram a preocupação em relação a este tema. Dornival dos Santos, representante dos índios Kiriris, afirmou na ocasião que a saída de jovens das aldeias para as cidades trazia riscos de exploração pela prostituição e alcoolismo. (Reportagem de Daniel SANTINI)

É possível identificar vários pontos de contato entre o exposto nessas matérias sobre a situação em São Gabriel da Cachoeira e os discursos de Walter Ribeiro e Mercedes engendrados a partir do quadro instaurado em Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. O primeiro deles, evidentemente, diz respeito à vulnerabilidade de crianças e adolescentes indígenas do sexo feminino diante da carência financeira e do assédio de homens ocupando uma posição de dominação alicerçada em suas identidades de gênero e no capital econômico em localidades caracterizadas pela pobreza. Outra coincidência apresentada nos dois contextos incide em um outro tipo de vulnerabilidade, porém intimamente relacionada à primeira, que se traduz na propensão dessas jovens a inserirem-se direta ou indiretamente na criminalidade (consumo e tráfico de drogas, por exemplo). A violência contida na própria maneira de serem abordadas pelos “exploradores” – mas também nas ameaças de agressão ou mesmo de morte contra elas, seus familiares ou contra conselheiros tutelares, assistentes sociais que lhes dão apoio –, emerge como outro fator comum.

Embora estejamos tratando aqui de casos envolvendo crianças e adolescentes indígenas vivendo em localidades do Norte e Nordeste brasileiros, é importante termos em mente que, *mutatis mutandis*, nem todas as características presentes nestes cenários são radicalmente distintas de muitas daquelas observáveis em outros contextos sociais. A questão da prostituição, por exemplo, tal como tratada por Walter Ribeiro e Mercedes (para os casos de Rio Tinto e Baía da Traição) e pelas matérias jornalísticas (para o caso de São Gabriel da Cachoeira) encontra forte ressonância no trabalho de Reid (2001), para quem a experiência prostitutiva vivida por crianças do sexo feminino inscreve-se como uma das modalidades mais contundentes de maus tratos. Para a autora, que lança mão de uma pesquisa de cunho quantitativo, boa parte das crianças inseridas no tráfico sexual apresenta um histórico de abuso sexual, de violência doméstica, consumo de drogas, pobreza, criminalidade, etc., justificando o porquê de muitas acabarem tornando-se “vítimas” da exploração sexual. Entretanto, há que nos precavermos contra conclusões apressadas e generalizantes. Muitos dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, imprimam discursos e imagens equacionando, quase que mecanicamente, crianças e adolescentes pobres vivendo nas ruas, consumindo drogas, cometendo pequenos roubos, iniciando-se na vida sexual precocemente, engravidando cedo, se prostituindo, sem, contudo, levar em conta especificidades individuais e contextuais (cf. ROSEMBERG e ANDRADE, 1999). No que tange à questão da prostituição infanto-juvenil, Sousa (2002), discutindo alguns dos principais trabalhos produzidos nesse período, observa a complexidade e a diversidade deste fenômeno e aponta para a necessidade de construirmos novas categorias que deem conta de sua multiplicidade.

Souza e Souza (2009), tratando do mesmo tema, questionam uma representação unívoca e homogeneizante, que “alcança considerável nível de estigmatização e se consagra como forma de produção estereotipada de conhecimento, que reforça a ideia de submissão desses sujeitos”, dando margens a “intervenções descontextualizadas e violadoras”:

“Incitadas por tentativas de controle social e enquadramento dessas práticas, é fato que muitas dessas ações arriscam-se mais como estratégias de interferência e dominação, repletas de julgamentos e estereótipos que culpam a família e a jovem e estreitam o campo de atuação. Tais práticas, incluídas no rol das políticas de proteção social da criança e do adolescente no Brasil, implicam contextos particulares e decorrentes de construções históricas, sociais, culturais e econômicas próprias, articuladas às demais questões sociais.” (SOUZA e SOUZA, 2009, p. 255)

Para os autores, é preciso compreender “como esses sujeitos [notadamente jovens mulheres em situação de prostituição] negociam o sistema de classificação arregimentado para eles próprios, que os comprime dentro de categorias homogêneas, sem considerar a possibilidade de posturas diversas e não convencionais” (SOUZA e SOUZA, 2009, p. 255). Certamente essas considerações são válidas para refletirmos sobre os casos de São Gabriel da Cachoeira e, o que nos interessa aqui, as falas de Walter Ribeiro e Mercedes. Como vimos, as crianças e adolescentes alvo da “exploração sexual” são construídas como indivíduos passivos, carentes, vulneráveis, sofridos. No caso das “vítimas” habitantes de Rio Tinto e Marcação, diferentemente daquelas de São Gabriel da Cachoeira, estas são objeto de assédio não de homens “brancos”, mas de outros índios, inclusive parentes (tios, pais). Quanto às suas famílias, estas aparecem atuando como “cúmplices”, “coniventes”, responsáveis, portanto, pela perpetuação deste quadro. Nesse sentido, a alegação feita por alguns índios de que a iniciação sexual “precoce” das meninas seria na verdade uma característica cultural parece aos olhos dos “operadores de direitos humanos” (promotores de justiça, conselheiros tutelares, assistentes sociais, etc.) como um engodo.

Mesmo que não seja nosso objetivo confrontar discursos, acreditamos que muito do apontado até aqui reflete questões mais gerais de natureza étnica ou familiar, entre a ação do Estado e uma busca de gerenciamento dos grupos indígenas ou das famílias quanto ao seu papel e orientação. As dificuldades dos agentes do Estado, apontadas em seus discursos, podem mascarar um oponente, ressaltar os elementos de uma “cultura indígena” que parece conivente com a violência. Porém, tudo isso pode nos desviar de questões mais complexas, que precisam ser melhor esclarecidas. Assim como não podemos fazer vistas grossas para os dramas sociais “reais”, tampouco podemos cair nas armadilhas que nos prometem respostas rápidas e fáceis. Quando estivemos na Baía da Traição engajados em outra pesquisa, percebemos na região a tendência de jovens de ambos os sexos, com idades abaixo dos 18 anos, iniciarem-se na vida sexual. No caso de nossos interlocutores homossexuais, todos eles haviam praticado sexo pela primeira vez quando tinham menos de 12 anos. Além disso, o início da trajetória sexual desses indivíduos se deu com homens mais velhos que eles (vizinhos, conhecidos, parentes) e em nenhum caso a experiência foi relatada como “abuso” ou “exploração” (cf. TOTA, 2012). Obviamente não devemos estabelecer proposições generalizantes, tampouco desconsiderar variáveis como gênero, orientação sexual, condições econômicas, fatores de ordem moral, as quais fazem toda diferença na vivência da sexualidade e no modo de interpretá-la. Por outro lado, devemos estar atentos no sentido de não tomar discursos aparentemente benevolentes como os únicos a gozarem de legitimidade. Afinal, o que nos diriam as jovens “exploradas” sexualmente e suas mães “coniventes” na Baía da Traição? O que estaria em jogo nesse imbróglio envolvendo menoridade, exploração sexual, carência financeira? Quais as lógicas morais, culturais e afetivas presidem as relações familiares, sexuais, econômicas, entre outras, nesse contexto específico? Não dispondo de “dados” para arriscar uma resposta aqui, cabe deixar essas questões em aberto como “boas para pensar”.

## “PROFISSIONAIS DO SEXO”

As primeiras menções que ouvimos à questão da prostituição envolvendo mulheres indígenas apareceram bem antes de nossa inserção no projeto “Sem reservas”. Em abril de 2009, quando um de nós deu início a uma pesquisa de doutoramento, alguns rapazes membros da Organização dos Jovens Indígenas Potiguara (OJIP) discorreram sobre as dificuldades com as quais homossexuais e “profissionais do sexo” se defrontavam na região da Baía da Traição. Um deles afirmou ser “bem dramática a questão da sexualidade, porque a discriminação é muito grande tanto ao homossexual como à profissional do sexo”. As pessoas não “respeitam esse desejo, essa opção do ser jovem, do que ele quer ser, do que ele quer seguir, o que ele sente, o que ele gosta. E o jovem que segue qualquer vida dessa tem que ser forte para enfrentar as discriminações que vêm”. Outro rapaz acrescentou: “A gente tenta bater isso de uma forma muito grande, para que o jovem, enquanto homossexual, a jovem, enquanto profissional do sexo, tenha o seu espaço; que eles sejam respeitados como são, de acordo com o seu gosto. Porque a vida é pessoal dele, só a ele importa”. De acordo com outro jovem, as pessoas “discriminam, falam, xingam o quanto querem. Mas elas não pensam que ali é uma escolha dela, é uma escolha dele. Elas não querem aceitar, porque acham que isso não é justo, que isso é parte do demônio, que a pessoa vai deixar de ser gente. Então, elas acabam não querendo aceitar”.

Através dos discursos desses jovens a respeito de homossexuais e profissionais do sexo, parecíamos estar lidando com um caso de “desvio” (BECKER, 2008, p. 14), em que o processo de “discriminação” (acusação) bem ilustrava o fato de que a existência de indivíduos passíveis de serem qualificados na condição de “desviantes” dependia da participação destes em um “sistema de relações e interações”. Acompanhando o raciocínio de nossos interlocutores, havia ainda uma polarização entre a “sociedade” de um lado, e homossexuais/profissionais do sexo de outro. Mas seriam estas duas entidades antagônicas e inconciliáveis? Ora, como diria BECKER (2008, p. 21-27), o desvio “é criado pela sociedade”, que impõe “as regras cuja infração constitui desvio”. O desvio, portanto, não é “uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. (...) o desvio é antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento”.

A OJIP, nesse contexto, atuava no sentido de “combater barreiras entre preconceito de índio com índio, sexualidade e tudo”; “para que o jovem homossexual”, “a jovem profissional do sexo”, tivessem “seu espaço”. Todavia, de acordo com meus interlocutores, para terem “direito de falar” e serem “respeitados”, homossexuais e profissionais do sexo deveriam obedecer a certas normas, como respeitar a “sociedade”, “caminhar sempre no caminho mais certo”, “não distorcer as coisas”, não “usar drogas”, não roubar nem “se envolver com pessoas perigosas”. Essa espécie de cartilha prescritiva sobre o “bom comportamento” que era exigido dos homossexuais e das profissionais do sexo tinha como efeito compreensível (ao mesmo tempo um tanto paradoxal) evidenciar o modo como era reatualizada uma gramática moralizadora que, para reconhecer-lhes a qualidade de “gente” – através de um processo de inclusão –, acabava por gerar uma série de rebentos espúrios – aqueles que cometiam “roubo” ou consumiam “drogas”; os que se envolviam na “máfia” e com “pessoas perigosas”.

Outro aspecto igualmente importante residia no fato de, ao passo em que era colocada como uma questão social, homossexualidade e prostituição também concerniam à “opção” individual. Expressões como: “o que ele quer ser”, “a vida é pessoal dele, só a ele importa”, “cada um tem sua escolha sexual,

sua opção”, remetiam ao papel desempenhado pela sexualidade na teoria foucaultiana (FOUCAULT, 1998), isto é, como força motriz “nas formas da relação do sujeito consigo mesmo”, enquanto fonte basilar de uma “ética da conduta sexual”, onde o “sujeito emerge como o próprio *locus* de uma problematização, eixo em torno do qual vai se concentrar toda uma reflexão relativa à relação consigo mesmo e com os outros”. Mas a noção de “opção” aqui estava relacionada também ao aspecto geracional, isto é, à ideia do “ser jovem”. Nesse sentido, seria interessante comparar as representações contidas nas falas de meus interlocutores com aquelas apreendidas por Mariana Paladino em sua etnografia sobre jovens da etnia Ticuna, onde a autora afirma que alguns de seus informantes “fizeram referência à violência, aos problemas do álcool e das drogas, à ‘prostituição’ (...) e ao homossexualismo que atingem os jovens, (...) sendo que ‘nada disso existia antes’” (PALADINO, 2006, p. 209, 218). Vemos assim que nos dois casos, tanto entre alguns potiguaras quanto entre alguns ticunas, homossexualidade e prostituição ocupavam lugares bastante próximos no panteão dos socialmente estigmatizados, mantendo uma perigosa proximidade também com o “mundo” das drogas e da violência. Entretanto, tais associações caminhavam igualmente em direção à “(...) ideia de *liberdade*, de *ser livre*, [a qual] estabelece um campo semântico onde também se situam a *experimentação*, a *curtição* e as *novas descobertas*” (FRANCH, 2007, p. 137, ênfases da autora).

Contudo, se, por um lado, estas condutas ou “opções do ser” caminhavam unidas na categorização de indivíduos, atraindo para estes um processo de marginalização social, justamente por agenciarem formas de vida alternativas relacionadas às suas práticas sexuais, por outro lado os rapazes ouvidos promoveram uma distinção de gênero entre homossexuais e profissionais do sexo ao citarem os primeiros como sendo do sexo masculino e estas como do feminino. Assim, enquanto os primeiros foram “homossexualizados” e “(des)-prostituídos”, as outras acabaram ficando “(des)-homossexualizadas” e “prostituídas”. À medida que a pesquisa avançou, porém, a questão do sexo comercial tornou-se mais complexa, uma vez que encontramos travestis que haviam se prostituído em algum momento de suas vidas em outras cidades da Paraíba (Rio Tinto, Mamanguape, João Pessoa), de outros estados (como o Rio Grande do Norte) e mesmo fora do Brasil (na Itália). Também ouvimos, da parte de interlocutores *gays*, menções à personagem “michê” (cf. PERLONGHER, 1987) na região. Conforme Guimarães (2004, p. 74-75), “a identidade sociossexual *michê* refere-se a um indivíduo jovem do sexo masculino, tido como heterossexual, que vende os seus serviços sexuais no mercado homossexual, recebendo do homossexual pagamento em dinheiro ou outras formas de bens simbólicos e materiais (subsistência, roupas etc.)”. Ainda segundo a autora,

“A confirmação da identidade heterossexual do *michê* (...) Fundamenta-se, sobretudo, no critério simbólico de diferenciação heterossexual (macho)/homossexual (fêmea). Nesta relação sexual *michê*/homossexual, a identidade sexual do *michê* se define como o parceiro ‘masculino’, aquele que desempenha o papel sexual ‘ativo’, de ‘quem come’ (principalmente no coito anal, prática homossexual por excelência), em oposição à identidade homossexual. É este significado simbólico atribuído à sua identidade sexual que lhe permite até aceitar, por vezes, uma relação sexual ‘sem remuneração’, mesmo que a sua posição física no ato sexual concreto e secreto seja outra.” (GUIMARÃES, 2004, p. 88)

A personagem “michê” na região da Baía da Traição, contudo, era relativamente recente, segundo alguns de nossos interlocutores *gays*, inexistindo até o final dos anos 1990. Para estes, muitos rapazes interagiam sexualmente com homossexuais sem a mediação de qualquer intercâmbio financeiro. Essa

realidade mudou em virtude da presença de turistas que presenteavam esses rapazes com dinheiro, roupas, tênis, bebidas, cigarros e outras drogas (sobretudo maconha) em troca de sexo<sup>3</sup>. Talvez não fosse por acaso que, conforme outros interlocutores, os “michês” locais cobravam para interagir sexualmente apenas com as “bichas de fora” do lugar, o que não ocorria em relação aos habitantes da Baía da Traição ou de aldeias próximas. De todo modo, mesmo para alguns de nossos entrevistados homossexuais que moravam na região, só havia um jeito de interagir erótica e/ou afetivamente com um indivíduo supostamente heterossexual: se tivesse dinheiro. Entretanto, apesar de sua preponderância, esta não era a única forma de empreender e interpretar as relações homoeróticas envolvendo *gays* e rapazes que eventualmente atuavam como “michês” ali. Dentre nossos entrevistados, simplesmente alguns não admitiam a ideia de despendar dinheiro em troca de sexo, achando-a inconcebível.

Ainda assim, num contexto onde havia limitadas alternativas de emprego e renda e, por conseguinte, escassez de dinheiro circulando, a equação envolvendo sexo e dinheiro (ou outros bens materiais) tinha um papel simbólico importante, funcionando como elemento de socialidade, comunhão e amizade, mas também, no caso dos “michês”, como “uma atividade que lhes concede prestígio e sedimenta sua masculinidade”, havendo uma “equivalência entre os fluxos eróticos e os fluxos de prestígio” (OLIVEIRA, 2009, p. 135-136). Este autor afirma ainda que o “dinheiro (...) opera como um signo marcado pelo gênero, a partir do contexto de interação em que é acionado, expressando o reconhecimento do *status* masculino que um *homem* ostenta” (idem, ibidem, ênfases do autor).

Mas quais os significados que o dinheiro teria nas relações sexuais envolvendo profissionais do sexo femininas e seus “clientes” homens? Para responder a isto, seria necessário contatá-las, tarefa não muito fácil. Ainda quando um de nós estava engajado em sua pesquisa de doutorado, localizamos um bar que funcionava como “bordel” e que ficava em uma aldeia. O local, para um visitante desavisado, poderia ser facilmente tomado por uma residência comum. Nele atuavam jovens mulheres índias e não indígenas oriundas de outros municípios paraibanos como Mamanguape e Rio Tinto, embora ocasionalmente houvesse alguma moradora da Baía da Traição ou de aldeia próxima. Na verdade, o número de profissionais do sexo ali era bastante reduzido e oscilava bastante com as constantes saídas e entradas de outras garotas. Por serem também poucos os “clientes”, geralmente moradores daquelas redondezas, o movimento ali era considerado “fraco”. Frequentemente, quando visitávamos a aldeia, encontrávamos sorridentes meninas à porta da “casa”. Algumas chegavam a passar vários meses instaladas no local e, fossem elas indígenas ou não, pareciam conviver harmoniosamente com os demais habitantes do lugar. Este mesmo “bordel” foi posteriormente localizado por pesquisadores aos quais nos juntamos, tendo sido descrito como uma das

“áreas de prostituição feminina dentro das terras indígenas que são vigiadas pelas suas lideranças, mas dirigidas por mulheres potiguaras que já possuem uma carreira no negócio da prostituição, atendendo tanto nativos quanto viajantes, especialmente catadores de caranguejos do litoral paraibano que trabalham na região sazonalmente. Como a venda de bebidas alcoólicas é proibida em áreas indígenas, os lugares de prostituição são muito controlados e, regularmente, abrem e fecham suas portas de acordo com as pressões políticas locais. Nesses discretos cabarês, misturados a casas de famílias potiguaras, há a presença de duas ou três prostitutas, indígenas e não-indígenas, que atendem a clientela local, turistas e trabalhadores sazonais. Esses espaços de prostituição dentro de áreas indígenas não estão apenas circunscritos à lógica tradicional local, mas fazem parte de redes mais amplas de prostituição

rural e litorânea na Paraíba, que estão diretamente ligadas a situações de pobreza, violência e ausência de políticas públicas.” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 10)

Ao longo do nosso trabalho de campo, que compreendeu o período entre os meses de julho e dezembro de 2012, contando com o auxílio de outros colegas de pesquisa, localizamos dois bares contíguos, situados no núcleo urbano da Baía da Traição (porém numa área menos visível da cidade), nos quais contatamos jovens mulheres engajadas na prática prostitutiva. Um desses bares era na verdade um estabelecimento diminuto, em precário estado de conservação, onde moravam e trabalhavam três garotas. Em uma das visitas que lá fizemos, observamos que os encontros entre elas e seus clientes muitas vezes eram antecedidos por uma negociação via celular. O valor estabelecido para o programa variava de acordo com as necessidades econômicas das garotas, do poder aquisitivo alegado pelos “clientes” e do tipo de relação prévia existente entre elas e estes últimos. Mesmo assim, embora “inflacionassem” o “cachê” diante dos pesquisadores, na prática as jovens profissionais do sexo recebiam em média R\$ 20,00 (vinte), R\$ 30,00 (trinta reais) por programa. Nesse estabelecimento, era uma mulher mais velha (na faixa dos 30 e poucos anos) que exercia a função de “gerente”/“cafetina”, enquanto as outras atuavam como “garçonetes”/“atendentes”. Quanto ao segundo bar, consideravelmente maior que o primeiro e no qual atuava um número igualmente maior de garotas, fiz a seguinte anotação em meu diário de campo:

“Na tarde do dia 29 de setembro de 2012, fomos ao bar X, que fica numa zona mais afastada do centro da Baía da Traição. Havíamos passado em frente ao bar na noite do dia anterior e percebemos algo de “suspeito”. Quando lá chegamos encontramos um grupo de cerca de cinco homens jovens (todos sem camisa, trajando apenas bermudas de praia) em torno de uma mesa. Numa outra mesa próxima havia outra dupla masculina. De início avistamos duas ou três mulheres. Uma delas dançava exuberantemente em volta do grupo mais numeroso de homens. Tão logo ocupamos uma das mesas, uma jovem veio nos servir cerveja. Pouco depois, Y, um homem que aparentava ter mais de 50 anos, visivelmente embriagado e usando um chapéu na cabeça, veio nos recepcionar. Ficamos sabendo pouco depois que ele era o proprietário do estabelecimento. Logo ele se dirigiu a um de nós, comunicando ao pé do ouvido que se precisássemos de alguma coisa ele mandaria as meninas nos “ajeitar”. Não foi preciso usar muito nosso senso interpretativo para entendermos a que Y se referia. Quando ele se retirou, percebemos que ele tratou de “recrutar” duas garotas, as mais bonitas daquele contexto, para nos abordar. Sem muita cerimônia, Z, uma das meninas, veio acompanhada de sua parceira e juntou-se a nós na mesa. Ela foi logo se servindo de cerveja e à amiga sem nos pedir permissão. Z nos disse que morava em (...), no Rio Grande do Norte, e que havia chegado ao bar (...) naquele dia mesmo. Por isso ela se fez de desentendida no que diz respeito ao funcionamento do bar (horários). Ela disse também que Y era seu padrasto e que sua mãe tivera um bar localizado a poucos metros dali. Z fez questão de indicar este bar duas ou três vezes, como se estivesse tentando nos mostrar o local aonde ela receberia seus clientes. Entendemos que o bar da suposta mãe de Z era um prostíbulo.

Z e sua companheira (a qual nos disse ser natural de..., interior da Paraíba, e que voltaria à sua terra natal dentro de um mês) se comunicavam continuamente através do olhar. Certamente havia uma série de códigos nesta modalidade de interação. Z também observava suas demais companheiras (que iam se avolumando com o passar do tempo, chegando ao número aproximado de sete ou oito) que rondavam as outras mesas. Uma dessas mulheres nos olhava e nos sorria insistentemente. Z demonstrava impaciência para conosco. Ela estava

querendo que tomássemos a iniciativa e efetivássemos o programa. Como não o fizemos, ela acabou por comunicar algo a Y. Este, por sua vez, aproximou-se novamente de nós e começou a proferir um discurso eivado de ironia sobre homossexualidade. Y também emitia um discurso dúbio, veladamente ameaçador, dizendo-se um homem sério e trabalhador, que nunca havia sido preso e que não permitia que ninguém pisasse em seu pé. Entendemos que ele estava desconfiado de nós, daí suas palavras. Soubemos também que Y havia levado as garotas de (...), Rio Grande do Norte, até a Baía da Traição naquele mesmo dia. Ele se referiu a elas como suas “camaradas”. Vale destacar que Y falava o tempo todo de sexo, demonstrando que era este o principal produto a ser consumido/ofertado em seu estabelecimento.”

A atitude esquivada/ameaçadora do proprietário desse bar se justificava pelos últimos acontecimentos registrados na Baía da Traição, quando os estabelecimentos que funcionavam como locais de prostituição ou “exploração sexual” de mulheres jovens foram denunciados e fechados por ordem judicial. Ainda quando eu estava em campo, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) foi acionado para visitar uma aldeia situada no município de Marcação, para averiguar casos de tráfico de drogas e de existência de bares “mantidos por não indígenas, onde se explora a prostituição”. Uma vez mais, fizeram-se presentes tanto personalidades do setor jurídico (um procurador da República, um promotor de Justiça, uma advogada), quanto pesquisadores ligados à universidade e representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo o relatório do CEDH, as polícias federal, civil e militar, a partir das denúncias feitas por lideranças indígenas, deveriam encarregar-se do “fechamento de bares e identificação dos pontos de drogas e exploração da prostituição nas aldeias” (SILVEIRA, 2012).

O “pânico moral” que se instalou a partir de denúncias como esta teve uma implicação drástica e direta nas vidas de mulheres que se prostituíam naquela região, fazendo com que algumas migrassem para outros municípios. Outras continuaram na prática prostitutiva às “escondidas”, isto é, de modo ainda mais clandestino, ou abandonaram “essa vida”. Obviamente, essa reconfiguração social impactou a boa execução da pesquisa, uma vez que as profissionais do sexo que pudemos contatar ou se recusavam terminantemente a concederem entrevistas, ou negavam o fato de atuarem na prostituição. Prova disso é que, antes da “campanha antiprostituição” na região, os pesquisadores com quem trabalhamos conseguiram entrevistar 24 mulheres – embora não sem dificuldades – com idades entre 18 e 49 anos, que moravam no núcleo urbano da Baía da Traição ou nas aldeias próximas e se prostituíam ou haviam se prostituído em algum momento de suas vidas. Tivemos contato mais estreito com duas delas, as quais, pelo fato de terem vivido como profissionais do sexo e conhecerem outras mulheres engajadas na prostituição ao tempo da pesquisa, atuaram como personagens centrais, indicando pessoas e lugares de nosso interesse. Uma delas mostrou-se especialmente solícita, contando com o nosso auxílio para promover encontros e palestras nos quais discutiríamos sexualidade com o viés da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Entretanto, enquanto estivemos inseridos no projeto “Sem reservas”, a investigação pouco avançou. Diversas razões concorreram para isso, sendo uma delas a dificuldade para localizar garotas (muitas delas viviam em aldeias afastadas da cidade ou migraram para outros municípios ou estados) dispostas a falarem sobre suas vidas e suas experiências como profissionais do sexo. Dentre elas, era frequente ouvir a afirmação de que não praticavam mais o sexo comercial depois de terem contraído matrimônio ou se convertido a alguma religião pentecostal. Além disso, “muitas (...) resistem a assumir a prostituição como trabalho por razões de ordem moral, além do fato da vida social estar aí sujeita a um controle muito mais próximo, rígido e fortemente permeado por valores morais religiosos e

conservadores, estigmatizando e marginalizando tais sujeitos” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 20-21).

Todavia, no decorrer das duas pesquisas que desenvolvemos na região da Baía da Traição, nos deparamos com modalidades de sexualidade e agência de gênero cuja articulação com experiências de “exploração sexual” ou prostituição propriamente dita inexistia ou se dava a partir de gramáticas, representações e experiências bastante diversas e fluidas, tornando problemático, portanto, empreender leituras mecânicas e homogeneizadoras acerca das múltiplas formas com que sujeitos mulheres vivenciavam suas sexualidades. Aquelas que melhor ilustram este fato eram as chamadas “meninas danadas”.

## “MENINAS DANADAS”

Em todas as visitas que fizemos à Baía da Traição, desde quando passamos a integrar a equipe do projeto “Sem reservas”, recorremos às pessoas que já conhecíamos em busca de informações sobre garotas envolvidas na prática da prostituição. Na maioria das vezes, obtivemos respostas evasivas. Algumas pessoas diziam não conhecer nenhuma profissional do sexo no local. Outras afirmavam conhecer uma ou outra, para logo acrescentar que a jovem mencionada havia migrado para outra cidade ou estado ou ainda que ela passava longas temporadas fora da Baía da Traição, tornando difícil, portanto, achá-la em casa. Dos indivíduos que disseram conhecer profissionais do sexo, também recebemos advertências quanto à dificuldade de acessá-las por muitas vezes se tratar de garotas menores de 18 anos, o que implicava em ter de solicitar às mães delas autorização para entrevistá-las.

Se, hipoteticamente, questionássemos a “veracidade” dessas respostas, poderíamos creditá-las ao receio de expor as profissionais do sexo às possíveis consequências negativas que tal exposição teria sobre suas vidas. Tal leitura não deixa de ter um fundamento concreto, dada a conjuntura social instauradora do “pânico moral” e da política “antiprostituição” a que nos referimos. Por outro lado, ao considerar as frequentes menções, feitas pelas mesmas pessoas a quem recorremos, a “meninas danadas”, “muito danadas”, “danadinhas”, “bem danadinhas”, fomos levados a perceber o quão tênue era a fronteira que separava as profissionais do sexo “de fato” (que eram em número reduzido) de garotas que apenas agenciavam uma vida sexual menos restringida pelas normas locais. Dizemos que a fronteira entre elas era tênue porque as duas categorias de sujeitos, guardadas as devidas diferenças, eram colocadas num mesmo campo semântico dominado pelas representações sociais que recaíam sobre suas vidas sexuais. Além disso, no caso das “meninas danadas”, as relações sexuais muitas vezes poderiam se dar por intermédio de uma pequena soma de dinheiro, ou, como disse Mercedes, de “presentes” como bebidas, cigarros, roupas, perfumes, celulares, etc. Essas “dádivas”, além de não constituírem regra, não eram interpretadas por essas meninas como “pagamento” pelo sexo, e sim como um “agrado”, uma gentileza. Se, socialmente falando, tal prática poderia ser qualificada por um observador externo como uma modalidade de sexo comercial, justificando, conseqüentemente, a associação entre profissionais do sexo e “meninas danadas”, para estas últimas o fato de “oferta[rem] serviços sexuais de forma descontínua (...) não [era] encarad[o] como trabalho; muitas mant[inham] relações íntimas de forma remunerada ocasionalmente, não enxergando tal prática como prostituição, mas como uma espécie de fonte alternativa de renda” (GARCIA *et al.*, 2011, p. 20-21). De qualquer forma, considerando a força que a ideologia patriarcal mantém, sobretudo no interior do Brasil – onde são consideradas “*putas* tanto profissionais do sexo propriamente ditas quanto mulheres não-casadas com vida sexual ativa, aquelas que não seguem

os padrões patriarcais de castidade, submissão e fidelidade” (MENEZES, 2002, p. 102) – muitas vezes as “meninas danadas” (mesmo quando não envolvidas com o sexo comercial) eram quase tão estigmatizadas quanto as “verdadeiras” profissionais do sexo<sup>4</sup>.

No decorrer de nossas pesquisas na região do Litoral Norte paraibano, tivemos contato com várias “meninas danadas” – diferentemente de adolescentes “vítimas de exploração sexual” e jovens profissionais do sexo –, sendo possível não somente entrevistá-las, mas estabelecer com elas um vínculo bastante amistoso. Graças a isso, será possível passar agora à descrição e análise de algumas questões colocadas por Marcinha e Karla.

Marcinha tinha 23 anos e morava com a mãe (uma mulher não indígena) em uma aldeia. Esta última mantinha um relacionamento com um homem de quem Marcinha não gostava. Este era um dos motivos pelos quais mãe e filha não se entendiam. Todas as vezes em que fomos até a casa dela a ouvimos queixar-se disso. Ela falava que, desde que seu pai morrera, a mãe já não era mais a “mesma pessoa”. Ainda assim, nossa jovem interlocutora, mesmo afirmando acalantar o desejo de migrar em busca de melhores oportunidades de trabalho, dizia não querer ficar longe da mãe. Seu maior desejo era que ambas se entendessem e que a primeira retribuísse o amor que Marcinha dizia por ela sentir. Outro aspecto que despertou nosso interesse pela história de Marcinha, e que contribuía para a relação tumultuada entre ela e a mãe, era seu modo de vida, a maneira como ela agenciava sua vida afetiva e sexual. Ela mesma se dizia muito “danada” e “namoradeira”, embora nos últimos tempos não estivesse saindo muito porque estava “amando”. O problema era que Marcinha estava amando um homem meio “errado”, casado, violento e que vinha ameaçando-a de morte.

A relação entre mãe e filha aqui poderia ser lida a partir de diversos marcos teóricos, sendo um deles fornecido pela literatura que trata das relações familiares no contexto camponês. Fortes (1962), por exemplo, considera que tais sociedades, para se reproduzirem, lançam mão de todos os mecanismos e normas institucionais para manter e transmitir o capital social de geração para geração, inclusive por meio de relações afetivas, pois é na família que se encontram suporte, afeição e senso de obrigação moral. Arensberg e Kimball (1968) acreditam que adentrar os aspectos mais íntimos dessa instituição permite entender melhor a dimensão da família como centro regulador das relações sociais, entre elas a que se efetiva entre pais e filhos, a qual está prenhe de vínculos emocionais e calcada em fortes vetores hierárquicos. Construída com afeto, obrigações e expectativas recíprocas, respeito e autoridade, a relação entre jovens e velhos, homens e mulheres é permeada de tensões. Grosso modo, espera-se dos filhos contenção e obediência, sobretudo aos pais; quanto às mães, estas aparecem como mais próximas dos filhos, dando-lhes afeição e conferindo maior “leveza” e “intimidade” à relação. Entre mãe e filha adulta, o vínculo seria ainda mais estreito. Ambas trabalhariam juntas até o momento em que esta última se casasse e estabelecesse residência própria (cf. LEWIS, 1951; THOMAS & ZNANIECKI, 1974). Tal vínculo, porém, longe de ser necessariamente harmonioso, traria consigo tensões e conflitos, de modo que não eram poucos os relatos de filhas que se sentiam exploradas pela mãe: era quando o casamento muitas vezes funcionava como uma fuga, significando a tão almejada “liberdade”.

Lançando mão dessas considerações para analisar o caso de Marcinha, vinham à tona os elementos hierarquia, respeito, conflito e afeto, todos estreitamente relacionados. Talvez o conflito proviesse justamente de um desencontro entre duas mulheres de gerações diferentes. O respeito mútuo poderia ter sido um fator de contenção da crise, mas este parecia faltar à relação estabelecida entre as duas. Nesse contexto, provavelmente contavam a morte do pai de Mar-

cinha e o fato da mãe dela relacionar-se com um homem de quem a primeira não gostava. Assim, a ausência de respeito, de autoridade e a quebra de expectativas se instalaram. O afeto também faltou, ao menos de um lado, pois Marcinha se queixava da indiferença da mãe. Em contrapartida, seu comportamento parecia contribuir para aquela quebra de expectativas. Talvez a “honra” de que fala Pitt-Rivers (1965, p. 30-31), alicerçada na “pureza sexual”, fosse uma “virtude” que lhe faltava. Sendo assumidamente “danada” e “namoradeira”, Marcinha era uma “desavergonhada” (no sentido empregado por este autor), ou seja, estava ausente nela a vergonha traduzida no “retraimento”, “rubor” e “timidez” tidos como atributos da mulher honrada. Agindo como uma mulher “ativa”, Marcinha abria mão da vergonha que não se pode ganhar, mas apenas manter através de um comportamento baseado na modéstia e no comedimento feminino (PITT-RIVERS, 1965, p. 34-40).

Voltemos agora nossas atenções para Karla, uma jovem de 22 anos, filha de uma índia e um “branco”, que morava numa outra aldeia juntamente com os avós maternos. Conhecemos Karla por ocasião de um pequeno incidente ocorrido durante uma sessão do Toré (importante ritual de caráter político-religioso praticado pelas populações indígenas localizadas no Nordeste brasileiro). Em meio ao ritual, Karla “incorporou” uma entidade espiritual. Porque destoava dos demais participantes da dança, demonstrando certo descontrole dos movimentos do corpo, algumas pessoas, notadamente mulheres, começaram a desferir uma série de impropérios contra ela. Os insultos giravam em torno da suposta “falta de homem” na vida daquela “quenga”, e que por isso ela deveria “levar uma surra” e ser expulsa dali. Dias depois desse episódio, Karla nos diria que vinha sofrendo muito nos últimos dois anos por conta de sua mediunidade. Durante o Toré, quando era invocada nos cantos a entidade Jurema, ela a incorporava. Muitas pessoas a condenavam por isso. Para algumas, Karla vivia bêbada; para outras, ela precisava levar uma “pomba bem grande”. Ouvimos da parte de outras pessoas que a hostilidade com que Karla era tratada era devida ao fato dela “sair” com vários homens, inclusive casados. Por tudo isso, Karla dizia estar depressiva e com medo de sair de casa. É importante registrar que alguns índios realizavam rituais ligados à “macumba” e ao “catimbó”, sendo por isso acusados de feitiçaria. Sendo assim, os poucos terreiros existentes em certas aldeias eram mantidos em segredo. Ainda que houvesse rezadores que diziam curar males físicos e manter contato com os espíritos dos antepassados presentes em matas e mangues da região, estes não eram vistos com bons olhos. Karla se queixava dos supostos pajés Potiguara por estes não aceitarem trabalhar com médiuns como ela. Por essa razão, ela frequentava uma casa de culto em João Pessoa e uma outra, localizada numa aldeia próxima à Baía da Traição.

A exemplo do que se deu entre os pesquisadores e Marcinha, Karla e nós nos tornamos próximos, de modo que nos encontramos outras vezes em situações informais. Uma delas ocorreu numa tarde, num bar, onde ela estava cercada por homens e mulheres em torno de uma mesa repleta de copos, garrafas e aperitivos. Ali, mulheres, assim como os homens, contavam histórias e mais histórias picantes. Durante nossa estada em campo, constatamos que não eram somente homens que ocupavam os bares, bebiam e falavam de mulheres. Estas também pareciam bastante sexualizadas, bebiam, falavam de sexo, e não foram poucos os relatos de mulheres “chifreiras” na região. Obviamente a prudência nos impedia de cairmos na armadilha de achar que “as” mulheres da Baía da Traição ou de todas as aldeias eram assim. De todo modo, o certo é que nem todas as mulheres ali eram pudicas, passivas e recatadas. Pelo menos Karla e Marcinha não o eram.

O que se deu naquela tarde nos leva ao encontro do que Fonseca (2000, p. 134-135) escreveu a respeito do humor e das brincadeiras alusivas

ao comportamento sexual de homens e mulheres na periferia de Porto Alegre. Segundo a autora, aqui “todos os assuntos se prestam a brincadeiras, mas a relação entre homem e mulher é o alvo predileto”. O “inesperado tom de deboche e referências abertas à liberdade sexual feminina”, observa a autora, a fizeram “repensar certos estereótipos sobre relações de gênero em grupos de baixa renda”. De acordo com ela, ainda que ambíguo, “o humor apresenta-se como entrada conveniente para os discursos ‘alternativos’”. É certo que aqui “[o] sentido literal das palavras se perde atrás das múltiplas interpretações da intenção do sujeito” (FONSECA, 2004, p. 138-139); ainda assim, “o humor, ‘como o bom humor em todas as sociedades, utiliza coisas que são ambíguas ou que são tabu e brinca com isso de formas diferentes’” (SEEGER, 1980, p. 69, apud FONSECA, 2000, p. 155-157). Transcrevendo as palavras de Davis (1990), Fonseca observa que

“a imagem da mulher desregrada (...) era uma imagem polivalente, que poderia operar, primeiro, ampliando as opções de comportamentos para as mulheres, dentro e mesmo fora do casamento, e, segundo, sancionando a desordem e a desobediência política, tanto para homens quanto para mulheres, numa sociedade que oferecia poucos meios formais de protesto às camadas baixas. Pôr em cena a mulher desordeira é, em parte, uma oportunidade de liberação temporária da hierarquia tradicional e estável, mas é, também, parte do conflito sobre os esforços para mudar a distribuição básica de poder da sociedade.” (DAVIS, 1990, p. 112, apud FONSECA, 2000, p. 155-157)

As brincadeiras presenciadas naquela ocasião estavam relacionadas à maneira como mulheres ilustradas por Karla e Marcinha construíam suas trajetórias sexuais e afetivas e ao modo como elas mesmas interpretavam o seu “ser mulher”. Ainda naquela tarde, Karla disse estar namorando um rapaz que vivia em outro estado brasileiro, confidenciando estar gostando dele como nunca havia gostado de outro rapaz antes. Por essa razão, ela não tinha vontade de “ficar” com outros rapazes. Era a primeira vez que isso acontecia, disse-me Karla, pois ela havia “traído” todos os seus namorados anteriormente. Além disso, dizia ela preferir namorados “de fora” do lugar, pois não queria permanecer na aldeia onde morava. Segundo Karla, caso permanecesse ali, seu destino já estaria traçado: tornar-se-ia dona de casa, e isso ela não queria de jeito nenhum. Ela queria ampliar seus horizontes, estudar, conseguir um bom emprego, ter uma vida “digna” e “independente”.

Um ano depois dessa nossa conversa, encontramos Karla falando de outro relacionamento, desta vez com um homem bem mais velho que ela, o qual vivia na região Sul do país. Karla estava novamente apaixonada, entre outras razões, por ele ser um homem “maduro” e “experiente”. Ela dizia estar à procura de alguém assim, com quem mantivesse um relacionamento estável, ainda que casamento não estivesse entre seus planos, pelo menos não a curto prazo. Karla admitia ser “namoradeira” e preferir “tomar a iniciativa” em relação aos homens.

Karla era um exemplo do grau de condenação que recaía sobre pessoas que praticavam cultos afro-brasileiros naquela região. O que não era de estranhar, em se tratando de um povo onde as religiões cristãs eram predominantes. Mas quais as razões dos acintes a ela dirigidos invocando sua espiritualidade e seu comportamento sexual? Parecia-me que Karla carregava consigo dois atributos extremamente estigmatizantes: um, de natureza religiosa; outro, de ordem sexual. Por ser umbandista e por agenciar uma sexualidade que escapava às normas socialmente aceitas, seu mundo desabava. Além disso, parecia haver ainda algo de étnico e político ali. Étnico porque sua identidade indígena era um ponto de discussões e questionamentos por parte de algumas pessoas. Político porque

ela, como sobrinha de uma liderança indígena, acabava envolvida nas disputas e polêmicas relacionadas ao faccionalismo que dividia o povo Potiguara. Assim, além de “macumbeira” e “quenga”, Karla era tida por alguns como uma “falsa índia” e, como se isso não bastasse, era parenta de uma personagem que estava longe de ser uma unanimidade. Desse modo, ela sintetizava um conjunto de atributos (de natureza religiosa, sexual, étnica, política) que, juntos ou separados, poderiam ser situacionalmente acionados para desqualificar alguém.

## NOTA CONCLUSIVA

O que poderia agregar crianças e adolescentes “exploradas sexualmente”, jovens mulheres engajadas no comércio sexual e aquelas ditas “meninas danadas”? Conforme visto no primeiro tópico deste artigo, as primeiras, no contexto do Litoral Norte paraibano (mas provavelmente em outros cenários Brasil afora), eventualmente eram impelidas – em virtude da carência financeira, pelas experiências de “abuso”, “exploração” e outras formas de violência – a adentrarem o mercado prostitutivo. Nesse sentido, haveria um *continuum* em uma trajetória que teria início numa infância sofrida e que culminaria na prostituição. Os discursos emitidos pelos mais variados atores (promotores de justiça, conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos, organizações não governamentais, igrejas, agentes indigenistas, jornalistas, etc.) sobre essa problemática, enfatizando as vulnerabilidades desses sujeitos, certamente ilustram um “caso particular do possível” (BACHELARD, 1991, p. 62). No entanto, sem desconsiderar a face cruel com a qual se apresentam fenômenos como a “exploração sexual de crianças e adolescentes” e o comércio sexual nos mais diversos recantos do país, precisamos acionar recorrentemente o senso crítico, atentando para as especificidades individuais e sociais contidas em cada caso, de modo a não emitir pareceres apressados e generalizantes, responsáveis por representações alarmistas e vitimistas, as quais, no final das contas, podem servir apenas para reproduzir ou reforçar imagens etnocêntricas, preconceituosas, estereotipadas.

Conforme dito no início deste artigo, o que apresentamos aqui são fragmentos impressionistas de uma investigação ainda em curso, portanto não cabe neste momento propor respostas para uma problemática bastante complexa, abrangente e polissêmica. Diante disso, gostaria de encerrar esse texto chamando atenção para um ponto específico contido no próprio título desse texto e que foi colocado por elas, as “meninas danadas”. Embora muitas vezes alvo de censura, discriminação, personagens como Marcinha e Karla mostram que, mesmo inseridos em cenários desfavoráveis, os sujeitos são capazes de “exercer poderes” e de “influenciar os exercidos por outros” (GIDDENS, 1989). O fato é que nem sempre os indivíduos obedecem, nem sempre são passivos, nem sempre são meras “vítimas”. Contra o medo, a exploração, a pobreza; contra a moral, a violência, o estigma, os sujeitos reagem por meio de seus desejos, de suas identificações e fantasias (MOORE, 2000, p. 15-16). Obviamente o próprio fato de resistir pode cobrar um preço às vezes alto, tanto é que, não fossem tão subversivas, transgressoras, ativas, não haveria porque rotular personagens exemplificadas por Marcinha e Karla como “danadas”. Mas ainda assim elas resistem, questionando leituras e intervenções unilaterais.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Mulatas ou negras eram vistas naturalmente como mulheres fáceis”, escreve CARMO (2011, p. 151), “mas também o eram as brancas europeias que não se comportavam

segundo as normas de pudor do país”. Em outra passagem, o autor, citando Gilberto FREYRE, diz: “as meretrizes francesas eram renomadas pela habilidade em proporcionar aos homens maduros e rapazes as sutilezas do amor, por revelarem delicadezas eróticas aos neófitos do prazer” (CARMO, 2011, p. 151-152).

<sup>2</sup>“Tem na cidade, tem na zona urbana, e são relatos, são casos isolados. Em todo município tem isso. Não se engane, não. Em todo município nosso hoje isso acontece. De garotas de 13, 14, 15 anos se renderem à exploração sexual. Aí é prostituição” (Walter Ribeiro).

<sup>3</sup>Em seu artigo, Oliveira (2009, p. 141-143) descreve um fenômeno em muito similar ao que observei na Baía da Traição. Segundo ele, “[a] despeito do fato de que à performance sexual do *homem de verdade* tende a ser atribuído um valor erótico intenso, que lhe possibilitaria em tese obter um grande número de parceiros sexuais, assim como benefícios materiais em retribuição pelo sexo, ele é investido nessa posição de ‘sujeito-objeto’ de desejo *pela* circulação na rede de parceiros, ao ser reconhecido como um parceiro de pessoas femininas”. Para os “homens”, “[a]cionar fatores outros que não o ‘desejo’ como motivações e justificações para a interação erótica entre sujeitos que não desempenham com clareza gêneros julgados opostos é uma tática de preservação da coerência dos gêneros nesse contexto de interação, que persiste atuante mesmo quando o sexo anátomo-fisiológico dos envolvidos é relativamente destituído de relevância” (ênfases do autor). Ver também Green (2000, p. 278) e Perlongher (1987, p. 24).

<sup>4</sup>“O estigma da *puta* pode transferir-se para qualquer mulher na chamada sociedade patriarcal, basta resvalar para fora do trilho para que o rótulo seja colado em qualquer uma (...) a primeira forma de se desclassificar toda e qualquer mulher começa com o estigma da puta. Todavia, particularmente, as que transgridem as regras e normas que controlam a mulher social e moralmente são as preferencialmente atingidas” (PETERSON, 1993). Estendendo estas considerações para o contexto de uma população indígena, a observação de Mariana PALADINO é tão instigante quanto esclarecedora: “Pelo que pude observar, a palavra prostituição, quando é utilizada pelos Ticuna, em geral não se refere ao comércio sexual, e sim a uma conduta que se desvia dos preceitos de uma moralidade sexual fortemente influenciada pelo cristianismo” (PALADINO, 2006, p. 209, n. 240).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rogério. *Prostituição: artes e manhas do ofício*. Goiânia: Cànone Editorial, Ed. UCG, 2006.
- ARENSBERG, Conrad M. & KIMBALL, Solon T. The Relations of Kindred. In: Family and Community in Ireland. *Cambridge, Massachusetts*: Harvard University Press, p. 59-75, 1968.
- BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1992.
- BACHELARD, Gaston. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: P.U.F., 1991 [1934].
- BARNARDO’S. *Whose Daughter Next? Children Abused Through Prostitution*. Londres: Barnardo’s, 1998.
- BARRY, Kathleen. *Female Sexual Slavery*. Nova York: Avon, 1979.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BENEDETTI, Marcos R. e FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel (orgs.). *Na Batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (v. 1). Porto Alegre: Editora Da Casa e GAPA/RS, 2000.
- BRASIL, Kátia. *Virgindade de meninas índias vale R\$ 20 no Amazonas*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1179864-virgindade-de-meninas-indias-vale-r-20-no-amazonas.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil*. São Paulo: Octavo, 2011.

- CHAPKIS, Wendy. *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labour*. Nova York: Routledge, 1997.
- COY, Maddy. This Body Which is not Mine: The Notion of the Habit Body, Prostitution and (Dis)embodiment. *Feminist Theory*, v. 10 (1), p. 61-75, 2009.
- DAVIS, Natalie Z. *Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DOEZEMA, Jo. ‘Ouch!: Western Feminists’ ‘Wounded Attachment’ to the ‘Third World Prostitute’. *Feminist Review*, n. 67, Spring, p. 16-38, 2001.
- FARIAS, Elaíze. *Meninas indígenas são vítimas de rede de pedofilia no Alto Rio Negro (AM)*. Disponível em: <[http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Prostituicao\\_Infanto\\_Juvenil-Sao\\_Gabriel\\_da\\_Cachoeira-Indios-Meninas-Alto-Rio-Negro-AM\\_0\\_770323003.html](http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Prostituicao_Infanto_Juvenil-Sao_Gabriel_da_Cachoeira-Indios-Meninas-Alto-Rio-Negro-AM_0_770323003.html)>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- FARLEY, Melissa. ‘Bad for the Body, Bad for the Heart’: Prostitution Harms Women Even if Legalized or Decriminalized. *Violence Against Women*, v. 10, n. 10, 2004. p. 1087-1125
- FONSECA, Claudia. ‘A dupla carreira da mulher prostituta’. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 7-33, 1996.
- FONSECA, Claudia. *Familia, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia. A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 257-281, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, *História da sexualidade*, v. 2.
- FORTES, Meyer. Introduction. In: GOODY, Jack (Org.). *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-14, 1962 [1958].
- FRANCH, Mônica. Jovens reassentados: construindo uma identidade coletiva. In: SCOTT, Parry, ATHIAS, Renato, QUADROS, Marion Teodósio de (orgs.). *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 123-147, 2007.
- FREITAS, Renan S. de. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1994 [1933].
- GARCIA, Loreley Gomes. *Sem reservas: prostituição na Terra Indígena e zona rural da Paraíba*. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- LEWIS, Oscar. Inter-personal relations within the family. In: *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Illinois: University of Illinois Press, p. 319-52, 1951.

LOSSO, Juliana Cavilha. *Dos desregramentos da carne: um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC*. Tese de Doutorado, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2010.

MARTINS, Denise. *Riscos na prostituição: um olhar antropológico*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2003.

MCINTOSH M. Who Needs Prostitutes?: The Ideology of Male Sexual Needs. In: SMART, C. and SMART, B. (Eds.). *Women, Sexuality and Social Control*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Rede e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa: Relume Dumará/UFPA, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Audiência pública abordará violência sexual de crianças e adolescentes potiguaras. Disponível em: <[http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=115272&id\\_pov=217](http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=115272&id_pov=217)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MOORE, Henrietta L. *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Cadernos Pagu (14), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, p. 13-44, 2000.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004.

NAGLE, Gil (Org.). *Whores and Other Feminists*. Nova York/Londres: Routledge, 1997.

OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. *Teoria e Sociedade* (2), n. 15, jul./dez., p. 108 – 137, 2007.

OLIVEIRA, Leandro de. Diversidade sexual e trocas no mercado erótico: gênero, interação e subjetividade em uma boate na periferia do Rio de Janeiro. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 119-145, 2009.

PALADINO, Mariana. *Estudar e experimentar na cidade: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “Jovens” indígenas Ticuna, Amazonas*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PASINI, Elisiane. *Homens da Vila: um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina*. Tese de Doutorado, PPGCS/UNICAMP, Campinas, 2005.

PASINI, Elisiane. *Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos*. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 237-262, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PHETERSON, Gail. The Whore Stigma: Female Dishonour and Male Unworthiness. *Social Text* (37), p. 39-54, 1993.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 13-59, 1965.

RAYMOND, Janice. *10 razões para a prostituição não ser legalizada*. Disponível em: <[http://action.web.ca/home/catw/readingroom.shtm?x=30543&AA\\_EX\\_Session=b2bc4f4df7b3087588d33f16b37fc6df](http://action.web.ca/home/catw/readingroom.shtm?x=30543&AA_EX_Session=b2bc4f4df7b3087588d33f16b37fc6df)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

REID, Joan A. An Exploratory Model of Girl's Vulnerability to Commercial Sexual Exploitation in Prostitution. *Child Maltreatment*, 16 (2), p. 146-157, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia e ANDRADE, Leandro Feitosa. Ruthless Rhetoric: Child and Youth Prostitution in Brazil. *Childhood*, v. 6 (1), p. 113-131, 1999.

SANTINI, Daniel. *Exploração sexual de adolescentes indígenas*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalhoinfantil/exploracao-sexual-de-adolescentes-indigenas/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SEEGER, Anthony. *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SILVEIRA, Felipe. *Relatório do CEDH aponta que aldeia da Paraíba tem venda de drogas e prostituição*. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/gente/2012/10/15/nws,215625,4,86,noticias,2190-relatorio-cedh-aponta-aldeia-paraiba-venda-drogas-prostituicao.aspx>>. Acesso em 15 jun. 2013.

SOUSA, Sônia M. Gomes. Pesquisas e estudos brasileiros sobre prostituição infantil e juvenil. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 11-31, jun. 2002, Belo Horizonte.

SOUZA, Rafaela Assis de e SOUZA, Lídio de. Os dilemas da nomeação: prostituição infanto-juvenil e conceitos relacionados. *Estudos de Psicologia* 26 (2), p. 247-256, abr./jun. 2009, Campinas.

SWAIN, Tânia Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. *Revista Científica Unimontes*, v. 6, n. 2, p. 23-28, jul./dez. 2004, Montes Claros.

THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America (v. I)*. Nova York: Octagon Books, 1974 [1918].

TOTA, Martinho. *Entre as diferenças: gênero, geração e sexualidades em contexto interétnico*. Tese de Doutorado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

WEITZER, Ronald. The Social Construction of Sex Trafficking: Ideology and Institutionalization of a Moral Crusade. *Politics & Society*, v. 35, n. 3, p. 447-475, September 2007.

# PESQUISA CLÍNICA, ÉTICA E DIREITO À SAÚDE: PRÁTICAS EMERGENTES DE BIOATIVISMO CIENTÍFICO NO BRASIL

## *CLINICAL TRIALS, ETHICS AND RIGHT TO HEALTH: EMERGING PRACTICES OF SCIENTIFIC BIOACTIVISM IN BRAZIL*

**Rosana Castro**

*rosana.rc.castro@gmail.com*

*Instituto de Medicina Social*

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

### RESUMO

Durante a consulta pública realizada para atualização da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, em 2011, aproximadamente 1900 manifestações foram enviadas por profissionais do campo da biomedicina, pesquisadores de várias áreas e portadores de doenças raras e seus familiares. Dentre as críticas ao marco regulatório ético da realização de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, destacam-se as quase trezentas declarações que expressaram a percepção de que um item específico do documento desestimulava laboratórios farmacêuticos a realizarem pesquisas no Brasil e, portanto, eram prejudiciais ao acesso de pessoas com doenças raras a terapêuticas experimentais. A partir dessas interpelações à resolução, este trabalho reflete sobre as justaposições entre participação em estudos científicos e acesso a tratamentos e como tais aproximações desafiam pressupostos bioéticos de proteção. À luz desse caso, busca-se caracterizar estratégias emergentes de bioativismo científico no Brasil que, mediadas pela noção de direito à saúde, enredam diversos atores sociais em demandas coletivas relacionadas à produção, regulamentação e prática científicas.

**Palavras-chave:** Bioativismo Científico. Pesquisa Clínica. Ética em Pesquisa.

### ABSTRACT

During the public consultation held in 2011 to update Resolution 196/96 of the National Health Council, approximately 1900 replies were sent by biomedicine professionals, researchers from different fields and patients with rare diseases and their relatives. Among the critical comments to this ethical guideline for conducting research involving human beings in Brazil, I highlight the almost three hundred declarations that expressed the perception that a specific item of the document discouraged pharmaceutical laboratories to conduct research in Brazil and, therefore, were detrimental to the access to experimental therapies. Based on these interpellations to resolution, I reflect on the juxtapositions between participation in scientific studies and access to treatments, and how such approximations challenge bioethical assumptions of protection. In light of

this case, I seek to characterize emerging strategies of scientific bioactivism in Brazil that, mediated by the notion of the right to health, entangle diverse social actors in collective demands related to scientific production, regulation and practice.

**Keywords:** Scientific Bioactivism. Clinical Trials. Research Ethics.

## INTRODUÇÃO

Entre os meses de setembro e novembro de 2011, aproximadamente 1900 comentários postados durante uma consulta pública interpelaram todos os artigos e incisos da minuta de um novo documento. Seu conteúdo visava atualizar e substituir a Resolução 196, de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde. Mantendo grande parte de seu texto inalterada com relação à original, inclusive seu escopo de estabelecer as “diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos” vigentes no Brasil, a minuta recebeu manifestações online de profissionais do campo da biomedicina, associações de pesquisadores de diversos campos do conhecimento e portadores de doenças raras e seus familiares. Dentre diversas críticas ao novo e ao antigo documentos, destaco neste trabalho as quase trezentas intervenções que expressaram a percepção de que determinadas disposições éticas desestimulavam o investimento de laboratórios farmacêuticos no Brasil e, portanto, eram prejudiciais ao acesso de indivíduos com doenças raras às pesquisas clínicas envolvendo novas terapêuticas.

A partir de análise etnográfica dessas interpelações à referida resolução, este trabalho reflete sobre as diversas formas com que esses atores enunciaram justaposições entre participação em estudos científicos e acesso a tratamentos. Além disso, busco compreender como, a partir de tais aproximações, eles desafiaram pressupostos bioéticos de proteção aos participantes de estudos clínicos baseados na ideia de risco e desenvolveram estratégias de bioativismo que enredaram órgãos de regulamentação da prática científica ao contexto da demanda pelo direito constitucional à saúde. Desse modo, tais enunciados tanto apontam para algumas especificidades da biossocialidade nos contextos de busca por tratamentos em fase experimental e para continuidades e deslocamentos nos processos de judicialização do direito à saúde no Brasil.

O artigo busca, ainda, compreender em que medida as demandas por participação em estudos clínicos durante a revisão da Resolução 196/96 se aproximam e deslocam historicamente algumas movimentações internacionais nas quais associações de pacientes com doenças genéticas têm se articulado em torno de processos relacionados à produção de conhecimento científico e tecnologias biomédicas. Estudos etnográficos realizados nos Estados Unidos (NOVAS, 2006) e na França (CALLON e RABEHARISOA, 2008; RABEHARISOA; CALLON, 2004), por exemplo, salientam experiências diversas nas quais grupos de pacientes com doenças genéticas e degenerativas vêm investido em engajamentos com médicos, cientistas e empresas dos ramos farmacêutico e biotecnológico com vistas ao financiamento e direcionamento de pesquisas científicas afinadas com seus interesses de aceleração no desenvolvimento de tecnologias diagnósticas e terapêuticas acessíveis.

Na literatura antropológica anglófona, tais movimentações são analisadas, principalmente, a partir de sua afinidade com a noção de biossocialidade, cunhada por Paul Rabinow (1999) quando de sua etnografia do desenvolvimento do Projeto Genoma Humano, na década de 1990. Segundo o autor, esse conceito aponta para uma nova forma de sociabilidade demarcada pelo advento da “nova genética” e suas “novas verdades”, na qual marcadores biomoleculares passaram a informar a formação de identidades e processos individuais

e coletivos impulsionados pela ampliação exponencial das possibilidades de conhecer e intervir sobre a vida (ibid., p. 147). Os estudos francófonos, por sua vez, privilegiam uma perspectiva na qual as bioidentidades são menos uma condição para a construção de relações informadas pela genômica do que um efeito dessas. Nesse sentido, privilegiam o uso da categoria “grupo emergente de interesse”, cartografando a ontogênese de novas identidades e suas interações em diversos processos sob a mirada da teoria-ator-rede (CALLON; RABEHARISOA, 2008).

Em ambas as perspectivas, uma das movimentações centrais ativas em práticas biossociais ou de grupos emergentes de interesse diz respeito à ação de coletivos de pacientes e familiares em torno de laboratórios de pesquisa, pesquisadores, empresas biotecnológicas e órgãos regulatórios da atividade científica (CALLON; RABEHARISOA, 2008; NOVAS, 2006). Mobilizando uma economia moral, na qual, tanto “a ignorância, a resignação e a falta de esperança perante o futuro são desaprovadas” quanto “a esperança de inovação que tratará ou curará estimula circuitos de investimento” (ROSE, 2013, p. 46), grupos de pacientes desempenham uma série de atividades – desde o levantamento de recursos à doação de material biológico para pesquisa – com a finalidade de orientar a produção de conhecimento e de tecnologias relativas às suas doenças segundo suas próprias perspectivas e necessidades.

Nesse cenário, se, por um lado, grupos de pacientes com doenças genéticas apostam nas possibilidades de extensão e melhoramento da vida através da intensificação das relações com atores sociais do campo das tecnologias biomédicas, por outro, as atividades desse ramo se consolidam como “o negócio de salvar vidas” (SUNDER RAJAN, 2007, p. 57). Rose aponta, nesse sentido, para uma afinidade eletiva entre “a ética somática e o espírito do biocapital”, na qual a primeira, correspondente à consolidação da corporalidade como locus fundamental de intervenção no sentido da compreensão e do gerenciamento dos sujeitos, “confere uma virtude moral particular à busca de lucro através da administração da vida” (ROSE, 2013, p. 22). Na era genômica, portanto, as relações entre diversos grupos e atores sociais, nas interfaces entre biotecnologias, biossocialidades e biocapital, são fomentadas pelas promessas presentes e futuras de intervenção sobre o domínio biológico, a serem cumpridas pela produção e consumo de tecnologias biomédicas.

A literatura etnográfica em torno de processos biossociais no Brasil vem adensando a importância que movimentações por acesso a políticas de saúde realizadas por coletivos, associações, ONGs e redes sociais virtuais de pacientes e seus familiares vêm assumindo na cena pública ao longo das últimas décadas. (VALLE *et al.*, 2013; VALLE; GIBBON, 2015; BIEHL; PETRYNA, 2016). Em especial, alguns trabalhos destacam como o associativismo por doenças no país vem adensando a produção de bioidentidades e práticas biossociais baseadas na luta por direitos (VALLE, 2015). No entanto, tais estudos indicam que tais coletivos ou famílias dedicam pouca energia para atividades relativas ao desenvolvimento de pesquisas científicas (AURELIANO, 2015) e enfatizam, por sua vez, as ações de interpelação de órgãos públicos com vistas à elaboração, implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde e assistência social sensíveis às suas condições de saúde (GRUDZINSKI, 2013; VALLE, 2013). Estudos etnográficos realizados no Brasil na última década, contudo, apontam para o fato de que ações de ativismo biossocial científico não são inéditas no país, embora tenham, aparentemente, pouca visibilidade diante das práticas de judicialização (CESARINO, 2006; PETRYNA, 2009; CASTRO; ALMEIDA, 2017).<sup>1</sup>

Ao longo deste trabalho, pretendo destacar como, durante a consulta pública à nova versão da Resolução 196/96, a ação coletiva de médicos e

pacientes e familiares de pessoas com doenças raras configurou uma experiência de aproximação entre ativismo biossocial (VALLE, 2013) e a produção de conhecimento científico que, na esteira de práticas afins descritas em etnografias no contexto nacional, aponta para a emergência de um bioativismo científico no Brasil. No caso aqui estudado, as ações se organizaram sob dois eixos de atuação direcionadas à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Enquanto o primeiro buscava desobrigar laboratórios farmacêuticos de fornecer medicamentos experimentais após o encerramento de estudos envolvendo doenças raras; o segundo visava pressionar o órgão pela liberação célere de parecer referente à análise ética de um estudo clínico, que aguardava aprovação havia meses, voltado para uma doença rara específica.

Se o envolvimento de grupos de pacientes e médicos na consulta pública aponta para continuidades com processos internacionais que relacionam bioativismo e produção de conhecimentos e tecnologias biomédicas, por outro, o acionamento da noção de “direito à saúde” como justificativa para as demandas por ações regulatórias que proporcionem melhores condições regulatórias para o contínuo fluxo de estudos internacionais para o país situa esse caso de modo particular. Diante disso, buscarei ainda apontar para como a ação em torno da consulta pública articula, de modo específico, uma economia política da esperança (NOVAS, 2006) a um processo de construção de cidadania biológica (PETRYNA, 2002; ROSE; NOVAS, 2005) na qual as noções de risco, direito e saúde são deslocadas e criticamente atualizadas à luz de processos históricos nacionais de construção de demandas judiciais para acesso a tecnologias biomédicas e da urgência em conseguir terapias em fase experimental por meio da participação em estudos clínicos internacionais.

## O SISTEMA CEP-CONEP E A REVISÃO DA RESOLUÇÃO 196/96

O cenário brasileiro dos estudos para desenvolvimento de novos medicamentos, equipamentos e intervenções biomédicas, ou pesquisa clínica, é formado por diversos atores, que têm suas ações normativamente regulamentadas por instituições do Estado e do controle social em saúde. Laboratórios farmacêuticos nacionais e internacionais, empresas especializadas em pesquisa clínica, universidades, pesquisadores e indivíduos participantes de estudos experimentais têm suas interações mediadas por regramentos de ordem sanitária e ética, oriundos, respectivamente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (Conep/CNS). Neste trabalho, focarei as atribuições e atividades desse último órgão, responsável pela chancela de eticidade na condução de quaisquer pesquisas envolvendo seres humanos no país.

A Conep foi criada em 1996, por meio da publicação da Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Este documento estabeleceu as “diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos” no Brasil e, ao mesmo tempo, criou as instâncias responsáveis pela implementação de tais regramentos: a própria Conep, cuja abrangência e competência normativa são nacionais; e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), cuja ação é local e executiva. Segundo a Resolução 196/96, a ação conjunta dessas instâncias instituiu o Sistema CEP-Conep, no qual as atribuições e atividades de cada um desses órgãos são praticadas de forma complementar. Cabe aos CEPs a avaliação ética de projetos de pesquisa “envolvendo seres humanos” em quaisquer áreas do conhecimento; ficando a Conep responsável pela elaboração de normativas nacionais, gerenciamento do Sistema CEP-Conep e avaliação ética complementar

apenas de projetos classificados em “áreas temáticas especiais” especificadas no documento – dentre as quais, protocolos internacionais de pesquisa clínica (BRASIL, 1996).<sup>2</sup>

A pesquisa biomédica experimental é a referência de modelo de produção de conhecimento científico e de discussão ética que fundamentou tanto a Resolução 196/96 quanto aquelas que são a elas subsequentes (DINIZ; GUERRIERO, 2008). Desse modo, apesar de a Resolução 196/96 e as demais regulamentações éticas da pesquisa científica se voltarem para estudos de quaisquer áreas do conhecimento, a pesquisa clínica ocupa posição central na orientação epistemológica desse corpus normativo (GUERRIERO; BOSI, 2015). Tal fato produziu uma série de tensões entre o Sistema CEP-Conep e pesquisadores das ciências sociais e humanas, que criticaram sistematicamente a inadequação das normativas éticas baseadas nas “pesquisas *em seres humanos*” para as práticas qualitativas de “pesquisa *com seres humanos*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; FLEISCHER; SCHUCH, 2010; VÍCTORA *et al.*, 2004).

Entretanto, mesmo que seu referencial de ciência forme o centro epistemológico de resoluções éticas para a atividade científica no Brasil, de um modo geral, os atores do campo da pesquisa clínica se mostraram bastante críticos à Resolução 196/96. Descontentamentos diversos foram divulgados em artigos científicos, documentos de sociedades e associações científicas e empresariais disponibilizados na internet e em colunas de opinião e cartas abertas publicadas em periódicos de grande circulação nacional, argumentando que havia problemas tanto de ordem normativa, quanto com relação à operacionalização da revisão ética pelas instâncias de avaliação de protocolos de estudos clínicos.

Destacam-se, nesse quadro, críticas feitas pelos setores médico e industrial à atuação do Sistema CEP-Conep. Ao salientar a quantidade de instâncias avaliativas necessárias para o desembaraço regulatório de um estudo clínico, a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma, por exemplo, destacou o quanto o campo da pesquisa clínica encontra dificuldades para se expandir no Brasil, sobretudo diante dos “percalços” regulatórios pelos quais um estudo experimental deve passar antes de ser iniciado (INTERFARMA, 2010, p. 16). A Sociedade Brasileira de Medicina Farmacêutica (SBMF), por sua vez, caracterizou a flagrante morosidade no processo de avaliação ética de projetos de pesquisa clínica como um “gargalo regulatório”, cujo resultado impactava nas condições de recepção condução de estudos internacionais no país, bem como na representatividade da produção de pesquisas clínicas do Brasil no cenário mundial (MOTTA; SBMF, 2008).

Ao longo dos anos, pesquisadores, médicos e empresas do setor farmacêutico exerceram uma forte pressão sobre a Conep e o CNS. Demandas pela atualização da Resolução 196/96, baseadas na identificação de problemas tanto na abrangência de seu escopo normativo quanto à lentidão no manejo do documento tornaram-se mais densas e incisivas, provocando um posicionamento dessas instâncias. Tais órgãos somente reagiram de modo significativo em 2011 quando, no mês de abril, o CNS aprovou a revisão das Resoluções 196/96 e 240/1997,<sup>3</sup> e autorizou a “formação de um GT no âmbito da CONEP para analisar as Resoluções e apresentar uma proposta de revisão ao CNS” (CNS, 2011, p. 21). Esse Grupo de Trabalho foi formalizado em junho de 2011, sendo formado por integrantes da própria Conep e do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit/MS).<sup>4</sup>

As atividades do GT de revisão resultaram em uma minuta de nova resolução para regulamentação ética da pesquisa científica no Brasil. No entanto, este documento-esboço, com pouquíssimas diferenças com relação ao original,

não seguiu diretamente para apreciação do CNS. Antes disso, foi submetido à consulta pública, um procedimento descrito na página do Ministério da Saúde como um instrumento destinado a “colher contribuições, tanto de setores especializados quando da sociedade em geral, sobre as políticas e os instrumentos legais que irão orientar as diversas ações no campo da saúde no país”.<sup>5</sup>

O documento elaborado pelo GT de revisão da Resolução 196/96 foi disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde para leitura e interposição de críticas, comentários e sugestões de quaisquer indivíduos que acessassem a página. As manifestações poderiam ser feitas a todas as partes da minuta por meio de postagem de comentários em fórum eletrônico ou por envio de correspondência postal endereçada à sede do CNS, em Brasília. Após a finalização do período de consulta pública, todas as interpelações eletronicamente submetidas ao documento foram disponibilizadas na mesma página na qual a minuta foi apresentada, sem a identificação daqueles que as postaram. O arquivo resultante dessa consulta constitui o material empírico do presente trabalho.

Na seção a seguir, apresentarei de modo breve e esquemático o conteúdo da minuta de resolução posta em consulta pública e buscarei expor um panorama numérico da participação do público. Essa visão geral será confrontada com dados relativos à manifestação de participantes que reivindicavam participação em estudos clínicos, de modo a dimensionar o conjunto de pressões feitas por esses atores. Na sequência, buscarei caracterizar essas demandas por acesso a terapias experimentais, salientando seus argumentos e os elementos a partir dos quais evocaram a importância da participação em estudos biomédicos como tratamento para uma doença rara. Ao final do trabalho, discutirei brevemente como essa estratégia de bioativismo desafia a noção de risco presente na Resolução 196/96 e, desse modo, diversifica as formas já conhecidas de organização coletiva para acesso a tratamentos por meio da interpelação de órgãos públicos no Brasil.

## A CONSULTA PÚBLICA EM NÚMEROS

A Consulta Pública, intitulada “Revisão da Resolução da Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996”, ficou aberta para recebimento de manifestações de 12 de setembro de 2011 a 10 de novembro de 2011. A via de comunicação eletrônica foi a que recebeu a maior quantidade de contribuições. Segundo informações do GT da Conep, foram contabilizadas 1890 postagens de sugestões e comentários à minuta no fórum eletrônico; enquanto que, por correio, foram recebidas 18 correspondências.<sup>6</sup> É sobre este escopo principal de comentários recebidos via internet que está centrada a análise proposta neste trabalho.<sup>7</sup>

No fórum disponibilizado na internet, a minuta foi dividida em diferentes partes, correspondentes tanto aos capítulos que a formavam, quanto às seções dentro de cada capítulo. Para fins de análise, agrupei os comentários somente sob o título de cada capítulo da Resolução, unidade mais ampla de divisão do documento. Assim, considerarei que este texto foi dividido em dez partes, cujos títulos e conteúdo estão sumarizados de modo sucinto no quadro 1. Os capítulos compreendem uma variedade de assuntos, que abrangem desde os documentos e regulamentações nacionais e internacionais sobre os quais se fundamentam os princípios epistemológicos, éticos e políticos da minuta, até os elementos básicos que devem constar em um protocolo de pesquisa a ser submetido para revisão ética.<sup>8</sup>

Quadro 1 – Conteúdo da minuta submetida à consulta pública

Capítulos	Conteúdo da sessão
<b>Preâmbulo</b>	Princípios éticos que fundamentam o documento; documentos nacionais e internacionais de referência; escopo regulamentar (pesquisas envolvendo seres humanos e direitos e deveres da comunidade científica, sujeitos de pesquisa e Estado) e; previsão de revisões periódicas.
<b>Termos e Definições</b>	Listagem de 22 termos utilizados e referenciados no texto da minuta e suas respectivas definições.
<b>Aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos</b>	Apresentação de elementos que garantem a eticidade da pesquisa científica, como: previsão do consentimento como instrumento de exercício da autonomia do sujeito da pesquisa; garantias de confidencialidade, privacidade e não estigmatização dos sujeitos da pesquisa e; garantia de tratamento e assistência aos sujeitos ao longo de toda a pesquisa, bem como de retorno a eles dos benefícios do estudo.
<b>Processo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	Deveres e procedimentos de responsabilidade dos pesquisadores para garantir que os indivíduos e grupos convidados a participar do estudo expressem sua anuência de modo informado.
<b>Riscos e benefícios</b>	Ponderações sobre a noção de que, mesmo que toda pesquisa envolva riscos, estas são justificáveis nos casos em que estes sejam superados pelos benefícios potenciais da realização do estudo e; previsão das responsabilidades de assistência e indenização em caso de dano aos sujeitos, por parte de pesquisadores, do patrocinador e da instituição responsável pelo estudo.
<b>Protocolo de Pesquisa</b>	Itens que devem constar obrigatoriamente no projeto de pesquisa e documentos que devem ser a ele anexados para submissão do estudo à avaliação ética pelo Sistema CEP-Conep.
<b>Sistema CEP-Conep</b>	Definido como um sistema composto pelos Comitês de Ética em Pesquisa e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e que trabalha “a favor dos sujeitos de pesquisa do Brasil”.
<b>Comitê de Ética em Pesquisa</b>	Definição das competências, do funcionamento e das características dos CEPs, como composição, tempo de mandato dos membros e o caráter gratuito e independente do trabalho.
<b>Comissão Nacional de Ética em Pesquisa</b>	Definição das competências, funcionamento e características da Conep, como composição, eleição e tempo de mandato dos membros, caráter gratuito e independente do trabalho e avaliação ética de projetos de pesquisa de áreas temáticas especiais.
<b>Operacionalização e outras disposições</b>	Deveres do pesquisador com relação à obediência à regulamentação prevista no documento; previsão de que agências públicas de fomento à pesquisa e periódicos científicos devem exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto de pesquisa pelo Sistema CEP-Conep.

Fonte: elaboração própria.

Na versão eletrônica da consulta pública, os comentários a cada um desses capítulos deveriam ser feitos abaixo de partes seccionadas do texto, de modo que uma manifestação se encontrasse relativamente próximo do trecho da minuta correspondente à postagem. Contudo, as manifestações ao texto puderam ser feitas de forma livre, o que permitia, inclusive, que se postasse comentários não necessariamente relacionados ao texto imediatamente correspondente. Nesse cenário, durante a leitura integral dos comentários saltou-me aos olhos um conjunto amplo de postagens que iniciam igualmente com o seguinte texto, em diferentes capítulos da minuta de resolução: “Quero que o CONEP considere a contribuição de Roberto Giugliani onde pede a exclusão desta cláusula para doenças raras e que os testes no Brasil se iniciem imediatamente”. Diversos comentários que seguiam a esta declaração inicial continham, ainda, uma manifestação explícita de reivindicação pela flexibilização dos itens da minuta relativos à obrigatoriedade de o laboratório patrocinador fornecer o melhor método terapêutico, diagnóstico ou profilático identificado no estudo clínico aos sujeitos da pesquisa por tempo indeterminado quando do término da pesquisa.

As preocupações com relação à manutenção desse item tinham diversas justificativas, que serão exploradas de modo mais detalhado na próxima seção do trabalho. Para este momento, no entanto, é importante mencionar que

a recorrência desse comentário, seguido de diferentes articulações do ônus que o desestímulo à pesquisa clínica traria para pessoas com doenças raras, foi o sinalizador da demanda por acesso a tratamentos experimentais presente na consulta pública. Nesse sentido, são justamente os comentários referentes à questão do fornecimento de tratamentos ao término da pesquisa que formam o escopo analítico deste trabalho.

Cabe, portanto, dimensionar a quantidade de manifestações relativas a esse assunto, tendo o quantitativo geral de comentários a cada capítulo do documento como referência (Tabela 1). A sistematização em termos numéricos permitiu-me caracterizar a participação na consulta pública por meio da quantidade de comentários feitos a cada capítulo do documento e, desse modo, visualizar quais partes receberam maior atenção do público em termos gerais e com relação ao tema específico do fornecimento de tratamento pós-estudo. Assim, o dimensionamento numérico mostrou-se fundamental para uma aproximação da importância do tema do fornecimento do tratamento pós-estudo, ficando para uma análise qualitativa uma aproximação dos sentidos e efeitos produzidos pelos atores que se envolveram na consulta pública em torno dessa questão.<sup>9</sup>

Tabela 1 – Quantidade de comentários feitos à consulta pública

Capítulo	Quantidade total de comentários	Comentários relativos ao fornecimento de tratamentos pós-estudo
<b>Preâmbulo</b>	137	42
<b>Termos e definições</b>	440	--
<b>Aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos</b>	479	243
<b>Processo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	104	2
<b>Riscos e benefícios</b>	63	--
<b>Protocolo de Pesquisa</b>	74	--
<b>Sistema CEP-Conep</b>	24	--
<b>Comitê de Ética em Pesquisa</b>	162	--
<b>Comissão Nacional de Ética em Pesquisa</b>	318	--
<b>Operacionalização e outras disposições</b>	85	2
<b>Total<sup>10</sup></b>	1886	289

Fonte: elaboração própria.

Os capítulos da consulta pública receberam contribuições de forma desigual, sendo que alguns tiveram grande concentração de sugestões e comentários, enquanto outros receberam poucas manifestações. Nota-se uma concentração geral de comentários nos capítulos com artigos referentes aos “Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos”, “Termos e Definições” e à “Comissão Nacional de Ética em Pesquisa”. A centralização de comentários nessas partes da minuta denota uma intensa disputa política em torno de assuntos relativos ao processo de consentimento livre e esclarecido e à distribuição dos resultados da pesquisa – notadamente por meio do fornecimento do tratamento experimental pós-estudo –; à delimitação de um escopo normativo para a resolução e à definição dos termos a ele correspondentes; e ao papel da Conep, sobretudo no que toca às suas atribuições avaliativas de protocolos de pesquisa que envolvem instituições internacionais.

Com relação ao tema do fornecimento de tratamentos após o término da pesquisa clínica, a maioria dos comentários se centrou no capítulo “Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos”. Totalizando aproximadamente 15% das manifestações online feitas durante a Consulta Pública, nota-se sua

expressividade pelo fato de comentários sobre esse tópico contabilizarem mais da metade das manifestações feitas ao capítulo mais interpelado da minuta. As razões dessa concentração estão relacionadas tanto ao conteúdo contido nesta seção, que contempla a questão do fornecimento de medicamento pós-estudo, quanto às interações entre as intervenções relacionadas a esse tema especificamente. Grande parte dos comentários começava com uma referência à postagem do Dr. Roberto Giugliani,<sup>11</sup> originalmente publicado no capítulo “Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos”.

Conforme detalharei a seguir, no conteúdo dos 289 comentários sobre fornecimento pós-estudo foi possível identificar um conjunto amplo de manifestações nas quais associações de pesquisa, pesquisadores e portadores de doenças raras ou seus familiares expuseram os motivos pelos quais reivindicavam uma alteração da determinação prevista na minuta com relação a esse item. Além disso, nessas manifestações encontra-se uma série de depoimentos nas quais pessoas com mucopolissacaridose<sup>12</sup> e seus familiares tanto reforçaram os argumentos pela flexibilização na obrigatoriedade de o patrocinador da pesquisa clínica garantir o fornecimento do tratamento experimental pós-estudo quanto apresentaram dimensões de suas histórias de vida e suas expectativas com relação à participação em um estudo clínico específico com um medicamento para tratamento dessa enfermidade.

## REIVINDICAÇÕES POR PARTICIPAÇÃO EM PESQUISAS: REARTICULAÇÕES DE RISCOS, DIREITOS E SAÚDE

A maior parte dos comentários relativos à participação em pesquisas clínicas foi postada sob o item III.4.d do capítulo “Aspectos Éticos da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos”. Esta alínea expressa a obrigatoriedade de patrocinadores garantirem aos participantes do estudo o acesso gratuito e por tempo indeterminado à melhor forma de tratamento identificada por meio da pesquisa. Desta forma, esse item expressa que o patrocinador de um estudo clínico deve arcar com os custos relativos ao uso dos tratamentos que se mostraram benéficos para os sujeitos envolvidos no estudo quando de seu término.

“III.4. As pesquisas na área de ciências biomédicas, envolvendo seres humanos, além das requisições apresentadas no item III.3, deverão observar as seguintes exigências: [...]

d. assegurar a todos os participantes ao término do estudo, por parte do patrocinador, acesso aos cuidados de saúde, acesso gratuito e por tempo indeterminado, enquanto necessário, aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos identificados pelo estudo, sempre considerado “término do estudo” o momento em que finda a participação do sujeito voluntário da pesquisa”. (Minuta de substitutivo à Resolução 196/96)

Críticas direcionadas especificamente a esse item diziam respeito à impossibilidade de ele ser aplicável para estudos direcionados ao desenvolvimento de terapêuticas para doenças raras. No primeiro comentário feito no espaço específica e diretamente relacionado ao item III.4.d., postado pelo Dr. Roberto Giugliani,<sup>13</sup> ficaram evidentes os argumentos centrais que sustentaram essa posição. Estes estiveram relacionados, principalmente, à obrigatoriedade do fornecimento de tratamento após o encerramento do estudo nos termos previstos no item causar desinteresse de empresas internacionais em conduzirem ensaios clínicos relativos a doenças raras no Brasil. Tal situação seria ocasionada

pelo fato de que, nestes casos específicos, a expectativa de retorno financeiro ao patrocinador ser muito baixa, situação que, caso mantida, teria como efeito o fato de pessoas com doenças raras não poderem acessar terapias experimentais.

“[...] Proporcionar o “acesso gratuito e por tempo indeterminado aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos identificados pelo estudo”, no caso das doenças raras, significa para o patrocinador assumir o custeio do novo método, geralmente a doação da droga testada, por tempo indeterminado, para grande parcela, às vezes a maioria, dos pacientes que apresentam a doença no país. Isso sem dúvida diminuirá, ou até mesmo extinguirá, o interesse pela realização de pesquisas clínicas com doenças raras no país pois, nessas condições, o retorno do investimento com a pesquisa nunca será considerado atraente pelo patrocinador. Convém lembrar que a maioria dessas doenças são graves e progressivas, e que o retardo no acesso aos novos métodos pode ser crítica para os pacientes. Creio que assegurar a garantia de “acesso gratuito”, no caso das doenças raras, deva ser “até que o método profilático, diagnóstico ou terapêutico esteja aprovado pelas autoridades sanitárias”. Isso garantiria o acesso do paciente enquanto o método é experimental. [...] Convém lembrar que atrair as pesquisas clínicas com novos métodos para o Brasil tem sido uma luta dos investigadores e das associações de pacientes com doenças raras, para assim permitir o acesso antecipado de uma parcela significativa dos nossos pacientes aos novos métodos. Caso as pesquisas não sejam aqui realizadas, os pacientes só teriam acesso após aprovação pelas autoridades sanitárias, o que em geral só ocorre vários anos após o início da pesquisa, o que pode ser demasiado tarde para os portadores de doenças graves e progressivas”.

Cabe destacar neste comentário, ainda, as consequências apontadas pelo pesquisador no caso de manutenção deste item na versão final da resolução. Segundo ele, as pesquisas clínicas são oportunidades para que pessoas com doenças raras tenham “acesso antecipado” a tratamentos em fase experimental. Deste modo, o desinteresse do mercado farmacêutico em investir em estudos no Brasil se reverteria em um atraso do acesso desses pacientes a uma terapêutica, o que seria bastante crítico considerando a gravidade desse tipo de doenças. Nesse sentido, argumenta-se que, diante das características específicas tanto das doenças raras quanto das pesquisas clínicas nesta área, seria necessário que somente se garantisse acesso ao melhor tratamento identificado no estudo até sua aprovação pela Anvisa.

O papel do Estado, nesse contexto, não se restringiria à anuência sanitária para uso da medicação quando da finalização dos testes. Ao contrário, conforme declarado no comentário abaixo, escrito por um familiar de um adolescente com MPS IV-A, explicitou-se que incumbiria à Conep avaliar as condições para o acesso de pessoas com essa doença a terapias experimentais por meio da participação em pesquisas clínicas enquanto que competiria à União assegurar o acesso ao produto final oriundo do estudo quando de seu término como efetivação do direito constitucional à saúde. Segundo esse participante, portanto, por um lado, era de responsabilidade do controle social em saúde a construção de um ambiente regulatório estimulante para os laboratórios farmacêuticos e, de outro, do governo federal garantir o provimento de tratamentos cientificamente testados no país ou alhures.

“[...] Queremos participar dos testes e após a conclusão a União arcar com os custos da medicação para os pacientes. Concordamos com o Dr. Roberto Giugliani.[...] Precisamos urgentemente que os teste se iniciem no Brasil. As vidas não podem esperar anos e anos pela liberação de uma medicação nos outros países para depois chegar ao Brasil por via judicial, como acontece hoje com as outras Mucopolissacaridoses. Os portadores de MPS IV-A não têm tempo para esperar. Eles morrem

antes que chegue a medicação. A responsabilidade é de vocês. Entendemos que está havendo transferência de responsabilidades, neste caso. Já não nos basta a vergonha do Brasil não investir em pesquisa, agora temos que passar por esta vergonha de sermos rejeitados pelo governo brasileiro. Rejeitados sim, porque saúde é direito do cidadão e DEVER do Estado (União), não da iniciativa privada. Já perdi um filho de 4 anos com MPS IV-A e tenho outro de 14 anos com a mesma síndrome. NÃO QUERO PERDÊ-LO POR UMA QUESTÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE TÃO ÓBVIA E FÁCIL DE SER RESOLVIDA.”

Ademais, não se considerou que a finalização de uma pesquisa clínica seria automaticamente seguida do registro do medicamento testado no Brasil. Ao contrário, estimou-se que, a exemplo do ocorrido com outros tratamentos para a doença, a medicação somente estaria disponível no país mediante judicialização antes mesmo da concessão do registro pela Anvisa, tendo como base a projeção de que outros países a aprovavam antes do Brasil.<sup>14</sup> Desse modo, apontou-se para uma lacuna temporal significativa entre a finalização das pesquisas e o registro sanitário e, assim, identificou-se mais um índice da necessidade de se garantir o fluxo de testes clínicos para o país. Assim, conforme denotado no comentário acima, o tempo foi apontado como um fator crítico quando se trata da MPS IV-A, sendo a participação em um estudo clínico a possibilidade de acesso rápido a uma tecnologia que, de outro modo, demoraria demais para estar acessível – tempo que poderia lhe custar a vida de mais um filho.

Por fim, a manifestação na postagem acima de que era preciso “urgentemente que os testes se iniciem no Brasil” sinaliza, ainda um importante deslocamento da noção de risco proposta na minuta. Enquanto o texto da consulta pública propunha a noção de risco da pesquisa como “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa ou dela decorrente”, o participante acima acionou uma percepção de que era justamente a ausência de estudos clínicos a maior fonte potencial de dano a seu filho. Assim, não se tratava de regulamentar procedimentos e condutas durante a pesquisa clínica com doenças raras aquilo que asseguraria a segurança de um participante de pesquisa, mas sim garantia das condições regulatórias que possibilitassem a sua própria participação em pesquisas clínicas no tempo mais breve possível.

Nesse contexto, ponderou-se que, mesmo que os tratamentos estivessem em fase experimental e que, portanto, os riscos que pudessem oferecer a seus usuários não se encontrassem cientificamente estabelecidos, a gravidade da doença e o risco de morrer eram mais imediatos e, portanto, justificavam e reconfiguravam o uso de terapias experimentais como tratamento. Por diversas vezes, como no exemplo abaixo, ponderou-se que o benefício em participar de uma pesquisa clínica era maior que o de, futuramente, ter acesso a um tratamento cuja segurança estivesse cientificamente corroborada. Assim, se o maior risco estava na interdição da possibilidade de participação em um estudo, o maior benefício estava, no caso das pessoas com doenças raras, em se tornar um sujeito de pesquisa clínica.

“[...] É claro que é importante que esses pacientes tenham a segurança em receber sua medicação, desde que essa imposição não os impeça de receber o benefício maior, o de participar das pesquisas, principalmente com as doenças raras que já tem por sua condição maior dificuldade de serem estudadas”.

Além das demandas por modificações na nova resolução que assegurassem estudos clínicos futuros no país, foi notável que durante a consulta pública havia a reivindicação por participação em um estudo clínico que já acon-

tecida em outros países e que aguardava autorização da Conep para ser iniciado no Brasil, sob a coordenação do Dr. Roberto Giugliani. A recorrência das frases que expressavam o desejo de que “os testes no Brasil iniciem imediatamente” ou “queremos participar dos testes” indicava a presença dessa demanda mais específica e urgente. Conforme descrito no comentário abaixo, redigido pelo pai de um adolescente com MPS IV-A, ele próprio e um grupo de pessoas com esta doença e seus familiares esperavam um parecer positivo da Conep com relação a uma pesquisa que envolvia um medicamento para mucopolissacaridose.

“[...] Meu nome é Éverton Pires, sou pai de Patrick com 14 anos e assim como ele outras 14 crianças aqui na Paraíba [...] e outras quase 50 no Brasil, aguardam ansiosamente desde agosto/11 uma decisão deste conselho para liberar o início das pesquisas para MPSIVA que poderá salvar suas vidas!!!! [...] Nosso TEMPO está acabando, pois se a pesquisa Protocolo fase 3 de Tratamento de Reposição Enzimática para MPSIVA não se iniciar até mês de Dezembro/11 o Brasil corre sério risco de definitivamente ficar de fora, o que retardará o acesso ao medicamento (por talvez até 2 anos, quando o medicamento estiver disponível comercialmente), o que para muitos talvez seja sua SENTENÇA DE MORTE ou no mínimo o convívio diário com mais dor e sofrimento com o avanço degenerativo, destrutivo e avassalador da doença!!! [...] VAMOS SALVAR ESSAS CRIANÇAS QUE JÁ SOFREM DEMAIS, PEÇAM O DESBLOQUEIO DA PESQUISA URGENTEMENTE PARA MPSIVA!!!!!! EM TODOS OS OUTROS PAÍSES INSCRITOS PARA PARTICIPAREM DA PESQUISA ELAS JÁ INICIARAM E AS CRIANÇAS JÁ ESTÃO TENDO MELHORAS COM O USO DA ENZIMA!!!!!!!!!!!! P A R T I C I P E M DA CONSULTA PÚBLICA, exerça sua cidadania!!!! [...]”.

Segundo Éverton Pires, a grande esperança de várias pessoas em participar no estudo tinha a ver com o fato de, em outros países, crianças com a mesma doença terem experimentado melhoras em sua saúde com o uso da medicação em teste. Diante disso, ele destacou que caso a Conep demorasse demais para autorizar a realização da pesquisa, o laboratório patrocinador do estudo buscaria outro país para recrutar sujeitos com MPS IV-A para testar o medicamento, extinguindo a possibilidade de seu filho e outros com a doença de participarem do estudo. Sua intervenção explícita, ainda, a existência de fluxos internacionais no contexto da pesquisa clínica com MPS IV-A: se por um lado, ele e outras pessoas interessadas em estudos com a doença trocavam informações a respeito do andamento dos testes, em um outro plano, os estudos trafegavam segundo os interesses dos laboratórios farmacêuticos, podendo se dirigir, a qualquer momento, para países de maior interesse das empresas.

De forma ainda mais dramática, manifestações de pessoas com MPS IV-A, relatando brevemente sua experiência com a doença e a importância que enxergam em serem eles próprios sujeitos da pesquisa sob guarda da Conep, explicitaram o entendimento de que o envolvimento nesse estudo era uma questão fundamental em sua trajetória terapêutica. No comentário citado abaixo, Patrick, filho de Éverton Pires, explica o quanto a participação no estudo é fundamental para a sua saúde. Ele conta que, caso consiga usar a medicação experimental, ela interromperá avanços graduais da doença, como no caso das perdas auditivas, e reverterá seus progressos deletérios sobre sua respiração e mobilidade.

“Concordo com a contribuição do Dr. Roberto Giugliani. Esta cláusula deve ser alterada para os casos de doenças raras para eu receber a medicação o mais rápido possível. [...] Sou portador de MPS IV-A, tenho 14 anos e estudo no Marista Pio X em João Pessoa. Já sei da importância desta pesquisa para a minha vida. Eu gostaria que ela se iniciasse logo.

Apesar de ter medo de agulhas, vou me submeter ao tratamento por saber que ele é muito importante para a minha saúde. Quero crescer, me desenvolver e viver uma vida normal, dentro das minhas possibilidades. Ainda não uso aparelho auditivo. Se a medicação chegar logo, nunca vou precisar usar. Uso cadeira de rodas, mas acho que posso até usar menos, depois da medicação. Vou até respirar melhor. Quero que esses testes se iniciem logo”.

O depoimento acima, e os de mais diversas pessoas com MPS IV-A, expôs o quanto o modo como foi avaliado o acesso à terapia experimental como uma esperança de mudança na história natural da doença justificava a urgência na demanda pela aprovação do estudo clínico na Conep. A substância farmacêutica em teste foi identificada, nesse contexto, não como um fármaco de efeito desconhecido, mas como um tratamento efetivo cujos efeitos estavam menos por serem descobertos por meio da investigação científica que acessados como um bem de saúde por pacientes em busca de tratamento. Ao se afastarem da compreensão de sua própria participação em pesquisas clínicas como uma questão de experimentação e organizarem estas demandas por acesso a terapias em fase de teste, os participantes da consulta pública expressaram a disponibilidade de seus próprios corpos para pesquisa farmacêutica, envolvendo-se numa complexa rede internacional de mobilização e capitalização da esperança impulsionada pela busca de saúde e bem-estar futuros.

Diante desse cenário, a seguir, farei algumas reflexões sobre como as rearticulações de risco, direitos e saúde apresentadas nesta seção apresentaram desafios à regulamentação ética da pesquisa em seres humanos vigente e denotam estratégias novas e emergentes de bioativismo no contexto brasileiro. Nesse caminho, buscarei explicitar como as ações de pesquisadores e pacientes e familiares com mucopolissacaridose durante a consulta pública tanto mobilizam uma economia moral da esperança (NOVAS, 2006) quanto configuram a construção de uma cidadania biológica (PETRYNA, 2002; ROSE; NOVAS, 2005), na qual as demandas ao controle social em saúde e ao estado pelo direito de acessar terapias experimentais particularizam movimentações biossociais internacionais em torno da produção de conhecimento científico a partir do contexto brasileiro de saúde pública.

## **ENTRE A ESPERANÇA E O DIREITO À SAÚDE: BISSOCIALIDADE, CORPO E ÉTICA**

De acordo com Carlos Novas, no contexto do ativismo biossocial direcionado para a pesquisa biomédica nos Estados Unidos, a esperança que mobiliza uma economia política específica não consiste em uma obra imaginativa, mas sim política. Nesse sentido, cabe pensar “como a esperança é materializada através de um conjunto de práticas sociais” (2006, p. 290) e, assim, a noção de economia política da esperança como categoria descritiva. Segundo o autor, três processos fundamentais permitem acioná-la dessa forma: a mobilização da promoção da saúde e do bem-estar como um ato político; a capitalização de tecidos e material genético humanos para fins de desenvolvimento de tecnologias de saúde e; o envolvimento de grupos de pacientes em processos de elaboração de normas relacionadas à pesquisa biomédica e à distribuição de seus benefícios econômicos e terapêuticos.

É possível encontrar rapidamente os três elementos estabelecidos por Novas (2006) no contexto aqui estudado. Primeiramente, a abrangência da participação de diferentes atores sociais em torno da questão do acesso

pós-estudo denota uma mobilização política significativa pela visibilização das especificidades técnicas, econômicas e de saúde da pesquisa clínica com doenças raras, notadamente as mucopolissacaridoses. Mais precisamente, tratou-se de apresentar a pesquisa biomédica em torno da doença como a própria via de promoção da saúde e, portanto, como bem e direito a ser garantido por meio da modificação do marco regulatório ético.

Mais do que isso, a recorrência de comentários repetidos e com referência sistemática ao posicionamento do Dr. Roberto Giugliani indicam não só uma ação biossocial organizada e orquestrada entre grupos de pessoas com a doença e seus familiares (RABINOW, 1999), mas também com o próprio cientista. Por um lado, sua participação na consulta pública denota que sua larga experiência em estudos clínicos internacionais patrocinados por laboratórios farmacêuticos sobre a mucopolissacaridose o colocou diretamente interessado na consulta pública. Por outro lado, a citação constante de sua postagem por pacientes e familiares sugere menos que um investimento individualista do cientista, calcado em interesses exclusivamente próprios, que uma articulação entre o pesquisador, os grupos de pessoas com MPS IV-A e laboratórios farmacêuticos em torno da politização da doença e dos estudos clínicos no debate sobre a regulamentação ética da pesquisa científica que constituía a consulta pública.

Ademais, no que toca ao aspecto relativo à saúde como questão política, saliento como os modos com que a dramaticidade vivenciada na experiência de pessoas com doenças raras e seus familiares foi um elemento fundamental na construção argumentativa dos participantes da consulta pública em torno do item relativo ao fornecimento pós-estudo. Em todos os comentários aqui apresentados, nota-se o quanto a gravidade e letalidade da mucopolissacaridose são mobilizadas como elementos que caracterizam a pesquisa clínica como uma tecnologia de saúde em si e a terapia experimental como um tratamento efetivo. Nesse cenário, o próprio corpo das pessoas com doença rara se configurou como um locus de produções políticas, científicas e afetivas (JASANOFF, 2004).

A construção da pesquisa clínica como espaço de recurso terapêutico engendrou os pacientes e seus familiares em um contexto no qual seus corpos eram automaticamente cedidos para a pesquisa clínica internacional quando eles reivindicavam a aprovação dos estudos. No entanto, diferentemente do caso analisado por Novas (2006), nos quais tecidos e material genético humanos eram colocados à disposição de pesquisadores e empresas biotecnológicas, no caso da consulta pública, o corpo e a vida como um todo foram explicitamente oferecidos para a realização de pesquisas. As perspectivas, nesse cenário, eram menos a de concessão de material biológico para o avanço incerto da ciência do que, propriamente, a luta e a construção de uma alternativa para sua própria existência imediata por meio do engajamento em empreendimentos experimentais.

Nesse sentido, a exemplo do caso acompanhado do Steven Epstein nos anos 1980 nos Estados Unidos, durante a consulta pública os participantes com mucopolissacaridose buscaram converter-se simultaneamente em sujeitos de pesquisa, “argumentando que as pesquisas serviam como um importante meio para acesso a novas terapias, teoricamente não obtíveis de outra forma” (EPSTEIN, 1995, p. 189); e sujeitos de direitos, por demandarem acesso à saúde ao se colocarem à disposição de estudos clínicos como forma de acesso tratamentos. O desafio posto às autoridades, nesse contexto, não era o de que estas promovessem estudos clínicos públicos, mas garantissem um ambiente regulatório favorável para patrocinadores privados e, uma vez encerradas as pesquisas, se responsabilizassem pelo fornecimento universal e gratuito do tratamento.

Por fim, a reivindicação por mudanças no item da minuta relativo ao acesso pós-estudo denota uma provocação explícita dos limites dos princípios éticos contidos na proposta da resolução, situada na abdicação da garantia vitalícia de tratamento fornecido pelos patrocinadores por parte dos próprios sujeitos que reivindicam a participação em estudos clínicos. Nota-se, portanto, uma tensão bioética entre os sujeitos alinhados à perspectiva de atores do campo das doenças raras e a proposta da minuta de resolução, oriunda de um órgão cuja missão é a proteção de sujeitos de pesquisa diante de interesses de outros. O documento sob consulta pública, ao propor que se incorporasse à principal normativa ética de pesquisas envolvendo seres humanos do país a garantia explícita de acesso irrestrito à medicação experimental ao término no estudo – de modo, inclusive, mais enfático que na Resolução 196/96 – explicitava esse valor central de defesa de participantes de pesquisa.

Deste modo, buscava-se cristalizar e avançar no marco deixado pela resolução original, que, assim como diretivas internacionais que abordam o fornecimento de produto experimental após o fim de um estudo clínico, preconizava que...

...a continuidade dos cuidados médicos, incluindo o tratamento, baseia-se na responsabilidade ética de compensar os indivíduos que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa em prol do desenvolvimento da ciência, e que foram expostos a riscos desconhecidos, a procedimentos invasivos adicionais, a questões sobre seus hábitos e vida pessoal, entre outros. Adicionalmente, os participantes da pesquisa podem não ter, após a conclusão do estudo, acesso ao medicamento no serviço de saúde de seu país ou mesmo a cuidados de saúde de que necessitem (DAINESI; GOLDBAUM, 2011, p. 711).

O confronto entre as perspectivas de risco e proteção dos participantes da consulta pública e do texto da minuta explicitam uma tensão entre a autonomia de indivíduos que expressaram a necessidade e o desejo de se envolverem em estudos clínicos e a posição de instituições que arrogam para si a missão de proteção desses mesmos indivíduos. Enquanto o texto da minuta sustentava a posição prevista na Resolução 196/96, de que era necessário garantir o fornecimento do tratamento pós-estudo como estratégia de garantia de compensação pelo risco assumido durante um experimento, pessoas com mucopolissacarídeos apontavam para a manutenção dessa cláusula como fator de risco em si para sua saúde.

Desse modo, o afastamento de uma percepção do risco de participação na pesquisa como algo a ser evitado e, posteriormente, devidamente compensado, aproximou os interesses de potenciais investidores farmacêuticos internacionais e pessoas com doenças raras, colocando-os, em alguma medida, em contraposição com a proposta de regulamentação ética. Tal situação, na qual a demanda por flexibilização de uma disposição regulatória economicamente desfavorável a empresas farmacêuticas configurou uma luta por acesso à saúde, materializa um aspecto da afinidade eletiva entre uma ética somática e o espírito do biocapital que, tal qual apontada por Rose (2013), denota uma articulação entre a politização da vida como valor e a mercantilização de tecnologias biomédicas como forma de estendê-la e melhorá-la.

Com efeito, somente onde a vida mesma atingiu tal importância ética, onde as tecnologias para mantê-la e incrementá-la podem representar a si mesmas como mais do que a corrupta corrida por lucro e ganho pessoal, podem colocar-se a serviço da saúde e da vida, seria possível ao biocapital alcançar tal presa em nossa economia de esperança, de imaginação e de lucro. (ROSE, 2013, p. 357)

Finalizado o processo de revisão da Resolução 196/96, o atendimento parcial das demandas relativas ao fornecimento pós-estudo e à liberação da pesquisa sobre mucopolissacaridose pela Conep denotou uma eficácia imediata aparentemente nula das estratégias empreendidas durante o período de consulta pública. No entanto, o impulso político dado nesse ínterim conduziu a movimentações políticas em outros cenários. Nesse contexto mais amplo, de um lado, as pressões por aprovação do estudo clínico com uma medicação para MPS IV-A parecem ter surtido efeito. Na sequência de uma série de articulações paralelas às pressões feitas durante a revisão da regulamentação, participantes da consulta pública, como o Dr. Roberto Giugliani e Patrick, dirigiram-se ao Senado Federal e lá encontraram apoio parlamentar para pressionar a Conep. No dia 15 de dezembro de 2011, o senador Cássio Cunha Lima, parlamentar do PSDB pelo estado da Paraíba, fez um pronunciamento no plenário da Casa e expôs a seus colegas do legislativo a situação do estudo clínico e os anseios de pessoas com MPS IV-A.

“O Dr. Roberto Giugliani já encaminhou ao Conep o pleito para que os 50 portadores de MPSIVA do Brasil – e são apenas 50 portadores, dos quais 15 vivem na Paraíba – possam receber os medicamentos desse estudo científico, dessa pesquisa. O primeiro apelo que foi feito nesse sentido foi negado pelo Conep. Ontem, em contato telefônico com a Dr<sup>a</sup> Sara, que foi de extrema solidariedade e que com certeza se sensibilizou com o depoimento do próprio Patrick, conseguimos finalmente agendar para amanhã, às dez horas da manhã, o encontro do Dr. Roberto Giugliani, que é o pesquisador responsável no Brasil, para que ele possa fazer uma sustentação oral e apresentar um recurso à decisão que negou a essas crianças o direito de viver mais. Estou aqui, portanto, para comunicar ao Senado da República não apenas a presença de Patrick, mas também para sensibilizar todos os Senadores e Senadoras para que possamos olhar para os portadores de doenças raras, de uma forma geral, no Brasil, para que, se Deus quiser, amanhã o Conep autorize essa pesquisa que, repito, já está sendo feita nos Estados Unidos, está sendo realizada em outros países, e o Brasil ainda não foi incorporado a esse grupo.”<sup>15</sup>

Segundo informações do PBAgora, portal de notícias paraibano, o estudo clínico mencionado repetidamente no processo aqui analisado foi aprovado pela Conep aproximadamente um mês após a finalização da consulta pública e no dia seguinte ao pronunciamento acima referido.<sup>16</sup> De acordo com matéria publicada no Correio Braziliense, a ação de Dr. Giugliani e Patrick, junto ao legislativo foi fundamental para que a pesquisa fosse finalmente aprovada.

“Patrick participou de palestras na capital, visitou gabinetes no Congresso, sensibilizou políticos. A esperança chega agora, depois de quase um ano de tentativas para que o Ministério aprovasse a pesquisa feita pela Rede MPS Brasil, coordenada pelo Serviço de Genética Médica do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, em parceria com um laboratório da Califórnia. Eles escolheram 22 pacientes brasileiros para aplicar uma nova droga que pode fazer com que Patrick esbanje sua alegria por muitos e muitos anos. ‘A pesquisa ficou emperrada no Brasil por quase um ano’, lamenta [o] médico Roberto Giugliani, mais uma vez à frente de um estudo inovador. Patrick embarcou para o Sul, receberá a medicação e será monitorado por seis meses para avaliar o progresso. ‘A expectativa é que o tratamento interrompa a progressão da doença’, acredita doutor Roberto. Com ele, o adolescente levou alguns amigos. ‘Não aceitaria se eles não fossem incluídos no teste, não aguento mais vê-los morrer’, diz, com uma generosidade tão rara”.

Por outro lado, a resposta do GT de revisão durante a finalização da proposta final de resolução diante desta situação foi, contudo, divergente dos anseios expressos por essa parte do público consultado. A minuta de resolução que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde no dia 12 de dezembro de 2012 tinha uma série de modificações sensíveis com relação à Resolução 196/96<sup>17</sup> e ao documento posto em consulta pública, mas não contemplava a demanda por excepcionalidade na obrigatoriedade de fornecimento de tratamento pós-estudo no caso de doenças raras.<sup>18</sup> Nesse sentido, ficou estabelecido no item III.2.d do novo documento uma pequena modificação na redação do tópico sobre o fornecimento pós-estudo com relação à minuta e a adição de mais um subitem com alguns detalhes acerca de como podem ser garantidos o acesso aos melhores resultados terapêuticos identificados pelas pesquisas:

“III.3. As pesquisas que utilizam metodologias experimentais na área biomédica envolvendo seres humanos, além do preconizado no item III.2, deverão ainda:

d) assegurar a todos os participantes ao final do estudo, por parte do patrocinador, acesso gratuito e por tempo indeterminado, aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos que se demonstrarem eficazes.

d.1) o acesso também será garantido no intervalo entre o término da participação individual e o final do estudo, podendo, nesse caso, esta garantia ser dada por meio de estudo de extensão, de acordo com análise devidamente justificada do médico assistente do participante”.  
(BRASIL, 2012).

A adição de mais uma alínea sobre esse tópico, abrindo-se a possibilidade de o fornecimento pós-estudo acontecer através de uma continuação da investigação científica parece um desfecho inusitado para o caso. Isso porque, se por um lado as tensões com relação às perspectivas de tratamento por meio da participação em estudos clínicos preconizada por grupos interessados nas doenças raras sobrepunham experimentação e terapêutica, por outro, de algum modo, a Conep se aproximou dessa percepção ao regulamentar a possibilidade de fornecimento pós-estudo por meio da extensão da pesquisa que distribuía a medicação experimental. Assim, mesmo que não se tenha aberto a exceção de obrigatoriedade no fornecimento pós-estudo para pesquisas clínicas com terapêuticas experimentais para doenças raras naquele momento, o documento referendou a percepção de que uma tecnologia em fase de testes pode ser ofertada aos usuários como um tratamento.

## **PRÁTICAS EMERGENTES DE BIOATIVISMO CIENTÍFICO NO BRASIL: CONTINUIDADES GLOBAIS E ESPECIFICIDADES LOCAIS**

O caso aqui analisado guarda uma série de continuidades com movimentações internacionais de grupos de pacientes em torno da produção de conhecimento e de tecnologias biomédicas relacionadas às suas doenças. Conforme explicitado na seção anterior, o engajamento de pacientes, familiares e pesquisadores durante a consulta pública para revisão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde desenrolou-se numa série de práticas afinadas à noção de economia política da esperança, na qual, assim como em outros contextos, “a produção da saúde está, hoje em dia, intimamente ligada à geração de riqueza” (NOVAS, 2006, p. 303). A demanda por flexibilização do item

relativo ao fornecimento do tratamento testado após o término da pesquisa para estudos com doenças raras enquadrava, simultaneamente, a busca por acesso a uma terapêutica experimental e o estabelecimento de condições mais favoráveis à condução de experimentos patrocinados por laboratórios farmacêuticos internacionais.

O caso, no entanto, denota particularidades e especificidades com relação a experiências de ativismo biossocial em torno de pesquisas clínicas nos Estados Unidos e na França. Enquanto nesses locais, o engajamento de associações de pacientes com doenças genéticas resultou, por exemplo, no levantamento de recursos e financiamento de pesquisas e integração de pacientes e familiares ao coletivo de cientistas, chegando eles inclusive a assinar publicações científicas e registrar patentes (CALLON; RABEHARISOA, 2008; NOVAS, 2006), no contexto aqui estudado vemos as ações limitadas à demanda por participação em pesquisas clínicas vindas do exterior. Mais do que isso, nota-se uma demanda por celeridade, tendo em vista que, já que os estudos clínicos “viajam”, estes poderiam ser rapidamente transferidos para outros países (PETRYNA, 2009), deixando as pessoas com mucopolissacaridoses órfãs de alternativas terapêuticas.

O que se observou durante a consulta pública não só denota a existência de iniciativas bioativistas em torno da produção científica e tecnológica no país quanto especifica um pouco a diversidade que marca esse tipo de práticas. Enquanto os estudos de Leticia Cesarino (2006), por exemplo, consideram as ações de uma associação pró-pesquisa durante a tramitação do projeto da Lei de Biossegurança, destinado a estabelecer o marco legal das pesquisas com células-tronco no país; Biehl e Petryna (2016) destacam os esforços de pessoas com mucopolissacaridose e seus familiares para continuarem a receber medicamentos de alto custo após sua participação em pesquisas clínicas por meio da judicialização. Mais recentemente, Castro e Almeida (2017) etnografaram a controvérsia ocorrida em 2015 envolvendo demandas de coletivos e associações de pacientes com câncer pela distribuição de um composto farmacêutico experimental produzido por uma universidade brasileira. Todas essas etnografias demonstram que, embora pontuais e emergentes, encontramos no Brasil movimentações biossociais significativas relacionadas ao uso de terapias experimentais pelo menos a partir dos anos 2000, e sobre as quais cabe ainda adensar nossas pesquisas etnográficas e perspectivas teóricas.<sup>19</sup>

A partir do caso aqui analisado, explicita-se que as estratégias relacionadas à produção e à participação em pesquisas clínicas durante a consulta pública diversificam as estratégias de bioativismo do campo da judicialização e enredam novos atores governamentais à cena das lutas coletivas pelo direito à saúde, notadamente aqueles relacionados à regulamentação ética da pesquisa científica. Desse modo, se em estudos anteriores nota-se que as demandas por direito à saúde se dirigiam a órgãos do legislativo, judiciário e executivo (CESARINO, 2006; BIEHL; PETRYNA, 2016; CASTRO; ALMEIDA, 2017), no caso da consulta pública notamos o enredamento do órgão máximo de controle social em saúde, na figura da Conep, devido ao seu papel regulatório da atividade científica no país.

Por outro lado, reforçam-se tanto as iniciativas coletivas nas quais o momento de transição ou construção de um marco regulatório é particularmente estratégico para a interposição de demandas de saúde a exemplo do caso acompanhado por Cesarino (2006), quanto o lugar das instâncias públicas como referência central para a garantia de acesso a tecnologias de saúde, como no estudo de Biehl e Petryna (2016). Assim, a participação na consulta pública configura-se como mais um elemento no repertório de ações coletivas biossociais pelo direito à saúde no Brasil que, no caso das terapêuticas experimentais

para doenças genéticas aqui analisado, teve as instâncias de regulamentação da ética em pesquisa como interlocutor imediato e as do judiciário como futuro, passando pelo parlamento federal e pela mídia.

## COMENTÁRIOS FINAIS

O bioativismo científico, tal qual tentei aqui caracterizar, parece denotar uma faceta da dramaticidade relativa às doenças que encontram o limite do desenvolvimento biomédico terapêutico. O fato de não haver tecnologias disponíveis para tratá-las coloca os sujeitos por ela acometidos em circuitos globais de produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, nas quais seus corpos são tanto o que lhes lança à incerteza e à esperança quanto o recurso que lhes possibilita negociar entre as complicadas relações entre seu direito à saúde, as responsabilidades do estado e os interesses do mercado farmacêutico. Suas ações mobilizam um outro tempo no contexto da judicialização da saúde, no qual cabem às pesquisas clínicas fornecer as alternativas terapêuticas imediatas, e ao Estado o acesso a elas no futuro.

As tensões relativas ao fornecimento de medicamentos após o término do estudo durante a consulta pública denotam, portanto, a precariedade de uma delimitação definitiva dos procedimentos de experimentação científica e de intervenção terapêutica. Tanto nas reivindicações colocadas por pesquisadores, pessoas com doenças raras e seus familiares quanto na redação final do item alvo de disputa política, nota-se um amalgamento entre experimentação e tratamento no contexto dos experimentos clínicos. As ações políticas de grupos interessados na modificação do marco regulatório demonstram como, em momentos específicos e estratégicos de mudança, a construção de documentos normativos pode se configurar como oportunidade para a exposição de demandas sociais, tensionamentos políticos e éticos e articulações econômicas.

## NOTAS

<sup>1</sup> O campo da saúde pública parece ter se interessado pelo bioativismo científico no Brasil, mesmo que timidamente, ainda nos anos 1990. Para um exemplo, a partir das práticas de pessoas com HIV, ver Oliveira *et al* (2001).

<sup>2</sup> As áreas temáticas especiais compreendiam nove categorias de pesquisa sobre as quais cabia à Conep se pronunciar adicionalmente aos CEPs: genética humana; reprodução humana; fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos ou não aprovados na Anvisa; equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde novos ou não registrados no Brasil; novos procedimentos não consagrados na literatura científica; populações indígenas; projetos com questões relativas à biossegurança; pesquisas com participação de instituições estrangeiras ou com envio de material biológico para o exterior e estudos para os quais os CEPs solicitassem um posicionamento da Conep (BRASIL, 1996).

<sup>3</sup> A Resolução 240/1997 regulamenta a participação de representantes de grupos de potenciais sujeitos de pesquisa nos CEPs (BRASIL 1997). Essa resolução não passou por processo de revisão junto com a Resolução 196/96 e seu texto original se mantém em vigor até hoje.

<sup>4</sup> Fiz parte deste GT como uma das representantes do Ministério da Saúde no período compreendido entre minha contratação como assessora técnica no Decit/MS, em junho de 2012, até o encerramento dos trabalhos das atividades do grupo, em dezembro daquele mesmo ano. Neste trabalho, trato apenas das informações publicamente disponibilizadas com relação ao processo sob análise.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/consultapublica>>. Acesso em: 24 Jul. 2017

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_encep2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_encep2012.pdf)>. Acesso em: 5 Fev. 2019.

<sup>7</sup> Comparando com as nove consultas públicas abertas em 2011, que abrangia temas como a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e o Programa de Avaliação para Qualificação do SUS, a relativa à Resolução 196/96 recebeu uma quantidade enormemente superior de comentários e sugestões. O documento com todas as manifestações aqui analisadas. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_ENCEP2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf)>. Acesso em: 18 Jun .2017.

<sup>8</sup> Alguns artigos ao final do documento não estão encampados em um capítulo específico e, portanto, agrupei-os sob um título mais abrangente junto ao último capítulo. Assim, renomeei a última parte da minuta, para fins deste trabalho, de “Operacionalização e outras disposições”.

<sup>9</sup> Devido ao fato de o documento final disponibilizado pelo Ministério da Saúde não conter quaisquer informações identificadoras sistematizadas, não foi possível qualificar a participação na consulta por grupos ou identidades sociais.

<sup>10</sup> Nota-se uma discrepância mínima entre a contagem feita por mim e aquela apresentada pelo GT de revisão. Acredito que possa ter havido algum erro de contagem ou este grupo possa ter feito um arredondamento do número de contribuições.

<sup>11</sup> Dr. Roberto Giugliani é médico, geneticista e pesquisador brasileiro especializado em erros inatos do metabolismo. Durante sua carreira, tem mantido relações com associações de pacientes com mucopolissacaridose e com laboratórios patrocinadores de pesquisas clínicas para o desenvolvimento de tratamentos para a doença. Atualmente é chefe do Serviço de Genética Médica do Hospital das Clínicas de Porto Alegre e professor titular do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante a consulta pública, ele era um dos responsáveis pela coordenação nacional de um ensaio clínico global que aguardava aprovação da Conep para ser iniciado no Brasil.

<sup>12</sup> As mucopolissacaridoses ou MPS são definidas doenças genéticas raras e hereditárias, que podem causar lesões no esqueleto e nas juntas, crescimento atrofiado, perda de audição e complicações neurológicas, cardiovasculares e respiratórias (DINIZ; MEDEIROS; SCHWARTZ, 2012)`"container-title": "Cad. Saúde Pública", "page": "479-489", "volume": "28", "issue": "3", "author": [{"family": "Diniz", "given": "Debora"}, {"family": "Medeiros", "given": "Marcelo"}, {"family": "Schwartz", "given": "Ida"}], "issued": {"date-parts": [{"2012}]}}, "schema": "https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"`.

<sup>13</sup> Em comunicação pessoal, confirmei a autoria desse comentário junto ao pesquisador.

<sup>14</sup> As demandas judiciais por tratamento da doença têm chamado a atenção de diversos pesquisadores do campo da genética, saúde coletiva, antropologia e economia. Ver, por exemplo, Biehl e Petryna (2011, 2016); Diniz, Medeiros e Schwartz (2012) e Medeiros, Diniz e Schwartz (2013)`"container-title": "Cad. Saúde Pública", "page": "479-489", "volume": "28", "issue": "3", "author": [{"family": "Diniz", "given": "Debora"}, {"family": "Medeiros", "given": "Marcelo"}, {"family": "Schwartz", "given": "Ida"}], "issued": {"date-parts": [{"2012}]}}, {"id": "903", "uris": [{"http://zotero.org/users/local/Sa1ZaOVs/items/2D8P4SP8"}, {"http://zotero.org/users/local/Sa1ZaOVs/items/2D8P4SP8"}], "uri": [{"http://zotero.org/users/local/Sa1ZaOVs/items/2D8P4SP8"}], "itemData": {"id": "903", "type": "article-journal", "title": "A tese da judicialização da saúde pelas elites: os medicamentos para mucopolissacaridose", "container-title": "Ciência & Saúde Coletiva", "page": "1089-1098", "volume": "18", "issue": "4", "author": [{"family": "Medeiros", "given": "Marcelo"}, {"family": "Diniz", "given": "Debora"}, {"family": "Schwartz", "given": "Ida"}], "issued": {"date-parts": [{"2013}]}}, "schema": "https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"`.

<sup>15</sup> Pronunciamento completo. Disponível em <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/393506>>. Acesso em: 05 Fev. 2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20111217145214&cat=politica&keys=conselho-etica-medica-autoriza-pesquisa-tratar-doenca-rara-casio-comemora>>. Acesso em: 05 Fev. 2019.

<sup>17</sup> Para uma sistematização de tais modificações, ver Novoa (2014).

<sup>18</sup> Uma exceção no fornecimento pós-estudo somente foi contemplada em Resolução específica recentemente publicada, com restrição para pessoas com doenças “ultrarraras” (BRASIL, 2017).

<sup>19</sup> Destaca-se, ainda, a campanha “Direito de Tentar”, inspirada em iniciativa homônima originada nos Estados Unidos e organizada por grupos de pessoas com esclerose lateral amiotrófica no Brasil. O movimento visa conquistar o direito de utilizar terapias experimentais para doenças graves (MELO, 2015).

## REFERÊNCIAS

- AURELIANO, Waleska de Araújo. Health and the value of inheritance: the meanings surrounding a rare genetic disease. *Vibrant*. v. 12, n. 1, p. 109-140, 2015.
- BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Bodies of rights and therapeutic markets. *Social Research*. v. 78, n. 2, p. 359-394, 2011.
- BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde. *Hist, Ciênc, Saúde-Manguinhos*. v. 23, p. 173-192, 2016.
- BRASIL. *Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília: 1996*. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- BRASIL. *Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: 2012*. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- BRASIL. *Resolução n. 563, de 10 de novembro de 2017. Brasília: 2017*. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso563.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- CALLON, Michel; RABEHARISOA, Vololona. The Growing Engagement of Emergent Concerned Groups in Political and Economic Life. *Science, Technology, & Human Values*. v. 33, n. 2, p. 230-261, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (Orgs.). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.
- CASTRO, Rosana; ALMEIDA, Rafael Antunes. Testemunho, evidência e risco: reflexões sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. *Anuário Antropológico*, v. 42, n. 1, 37-60, 2017.
- CESARINO, Letícia. “*Acendendo as luzes da ciência para iluminar o caminho do progresso*”: ensaio de antropologia simétrica da Lei de Biossegurança brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Ata da 220ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2011*. Disponível em: <[http://www.conselho.saude.gov.br/atas/2011/Ata\\_220.doc](http://www.conselho.saude.gov.br/atas/2011/Ata_220.doc)>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- DAINESI, Sonia Mansolo; GOLDBAUM, Moisés. Fornecimento de medicamento investigacional após o fim da pesquisa clínica: revisão da literatura e das diretrizes nacionais e internacionais. *Rev. Assoc. Med. Bras*. v. 57, n. 6, p. 710-716, 2011.
- DINIZ, Debora; GUERRIERO, Iara C. Z. Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. *R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. v. 2, n. Dez, p. Sup.78-90, 2008.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SCHWARTZ, Ida. *Consequências da judicialização das políticas de saúde: custos de medicamentos para as mucopolissacarídeos*. *Cad. Saúde Pública*. v. 28, n. 3, p. 479-489, 2012.
- EPSTEIN, Steven. *The Construction of Lay Expertise: AIDS Activism and the Forging of Credibility in the Reform of Clinical Trials*. *Science, Technology, & Human Values*. v. 20, n. 4, p. 408-437, 1995.

- FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice. *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres, 2010.
- GRUDZINSKI, Roberta Reis. *A nossa batalha é fazer o governo trabalhar: estudo etnográfico acerca das práticas de governo de uma associações de pacientes*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GUERRIERO, Iara C. Z.; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. *Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais*. *Ciênc. Saúde Coletiva*. v. 20, n. 9, p. 2515-2624, 2015.
- INTERFARMA. *Inovação e Pesquisa Clínica no Brasil*. Edições Especiais em Saúde - Volume II. São Paulo: Interfarma, 2010.
- JASANOFF, Sheila. The idiom of co-production. In: JASANOFF, Sheila (Org.). *States of Knowledge: The co-production of Science and Social Order*. London e New York: Routledge, 2004. p. 1-12.
- MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora; SCHWARTZ, Ida. A tese da judicialização da saúde pelas elites: os medicamentos para mucopolissacaridose. *Ciênc. Saúde Coletiva*. v. 18, n. 4, p. 1089-1098, 2013.
- MELO, Antonio Jorge De. *O Direito de Tentar*. Falando Sobre ELA. 2015. Disponível em: <<http://falandosobreela.blogspot.com.br/2015/11/o-direito-de-tentar.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- MOTTA, Octávio Luiz; SBMF. *Pesquisa Clínica no Brasil II: Análise crítica do Sistema CEP-Conep e propostas de aperfeiçoamento*. São Paulo: SBMF, 2008.
- NOVAS, Carlos. The Political Economy of Hope: Patients' Organizations, Science and Biovalue. *BioSocieties*. v. 1, n. 3, p. 289-305, 2006.
- NOVOA, Patrícia C. R. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. *Einstein (São Paulo)*. v. 12, n. 1, p. vii-x, 2014.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora et al. AIDS, ativismo e regulação de ensaios clínicos no Brasil: o Protocolo 028. *Cad. Saúde Pública*, v. 17, n. 4, p. 863-875, 2001.
- PETRYNA, Adriana. *Life Exposed: Biological Citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- PETRYNA, Adriana. *When Experiments Travel: clinical trials and the global search for human subjects*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- RABEHARISOA, Vololona; CALLON, Michel. Patients and scientists in French muscular dystrophy research. In: JASANOFF, Sheila (Org.). *States of Knowledge: The co-production of science and social order*. London: Routledge, p. 142-160, 2004.
- RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo. In: *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- ROSE, Nikolas. *A política da própria vida - Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROSE, Nikolas; NOVAS, Carlos. Biological Citizenship. In: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (Orgs.). *Global Assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2005.
- SUNDER RAJAN, Kaushik. *Biocapital: the constitution of postgenomic life*. 2. ed. Durham: Duke University Press, 2007.

VALLE, Carlos G. O. do. Doença, ativismo biossocial e cidadania terapêutica: a emergência da mobilização de pessoas com HTLV no Brasil. *Vivência*. n. 41, p. 27-47, 2013.

VALLE, Carlos G. O. do. Biosocial activism, identities and citizenship: making up 'people living with AIDS' in Brazil. *Vibrant*, v. 12, n. 2, p. 27-60, 2015.

VALLE, Carlos G. O. do *et al.* Introdução ao Dossiê "Bioidentidades, Biossocialidades e espaços sociais". *Vivência*. n. 41, p. 7-9, 2013.

VALLE, Carlos Guilherme Do; GIBBON, Sahra. Introduction - health/illness, biosocialities and culture. *Vibrant*, v. 12, n. 1, p. 67-74, 2015.

VÍCTORA, Ceres *et al.* *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.

# PRÁTICAS CORPORAIS, IDENTIDADE E FORMAÇÃO DE *HABITUS* ENTRE GRUPOS DE PRATICANTES DA CAPOEIRA E DA DIETA NATURALÍSTICA

## *BODILY PRACTICES, IDENTITY AND FORMATION OF HABITUS AMONG GROUPS OF PRACTITIONERS OF CAPOEIRA AND NATURALISTIC DIET*

**Maristela Oliveira de Andrade**

*andrademaristela@hotmail.com*

*Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba,*

*Doutora em antropossociologia das religiões*

*Université Sorbonne Nouvelle – IHEAL - França*

**Eduardo Evangelista Bonfim**

*duduebano@hotmail.com*

*Graduado em Ciências Sociais (UFBA)*

*Mestre em Antropologia Universidade Federal da Paraíba*

**Fábio Lúcio Antunes Guedes**

*fabioloki@gmail.com*

*Graduado em Ciências Biológicas (UNESP)*

*Mestre em Antropologia Universidade Federal da Paraíba*

### RESUMO

As práticas corporais, em suas múltiplas formas de expressão, marcam a emergência da corporeidade (Csordas 2013) como fenômeno central na sociedade contemporânea, influenciando a configuração de novas identidades e *habitus* (Bourdieu 2002). A capoeira e a dieta naturalista como modalidades de práticas corporais (Mauss 2003; Le Breton 2007) voltadas para a boa performance e estética do corpo ou para boa alimentação e saúde foram pesquisadas através de estudos etnográficos, permitindo refletir sobre os processos identitários que ora se vinculam a repertórios da memória e da tradição ora se afastam dele. As raízes locais e as tendências globalizantes identificadas nas duas práticas corporais se fundem para se incorporarem à sociedade contemporânea, provocando a desterritorialização e a fragmentação de culturas e identidades, assim como novas formas de relação com o mundo.

**Palavras-chave:** Práticas Corporais. Identidade. *Habitus*.

### ABSTRACT

Bodily practices, in their multiple forms of expression became a sign of the emergence of embodiment (Csordas, 2013) as a crucial phenomenon in contemporary society, which influences the shaping of new identities and *habitus* (Bourdieu 2002). Capoeira (a Brazilian martial art) and naturalist diet, seen as body practices (Mauss 2003; Le Breton 2007) pursuing the improvement of nutrition, health, physical fitness and body shape, were studied through an ethnographic investigation, which revealed identity processes that are either linked or opposed to memory and tradition. The local roots and the glo-

balizing trends identified in these two body practices merge to become part of contemporary society, bringing about the deterritorialization and fragmentation of cultures and identities, as well as new forms of relationship with the world.

**Keywords:** Bodily Practices. Identity. Habitus.

## INTRODUÇÃO

O corpo assume na sociedade contemporânea um lugar central na vida cotidiana, mobilizando grupos através de movimentos sociais e instituições no intuito de produzir um disciplinamento do corpo, não mais para capacitá-lo segundo a lógica capitalista da produtividade do trabalho, mas para atingir padrões de uma estética corporal e de saúde, assim como para expressar escolhas identitárias e uma relação com o mundo.

Da centralidade assumida pelo corpo na sociedade contemporânea, nasce a noção de corporeidade formulada por Csordas (2013) como condição existencial fundamental que se estabelece a partir da relação com o mundo e com as pessoas. Ele constrói o campo metodológico para analisar a relação entre o corpo e o mundo definindo suas estruturas elementares a partir de três esferas com base nas abordagens de Merleau Ponty, Bourdieu e Foucault (CSORDAS, 2013). Na primeira situa a relação entre o corpo e o mundo pela existência e a intencionalidade, conforme Merleau-Ponty, na segunda a relação entre o *habitus* e a prática, de acordo com Bourdieu e na terceira pelas relações de poder e o discurso sob a ótica de Foucault.

Este artigo propõe uma reflexão em torno dos novos significados que envolvem a cultura do corpo na contemporaneidade, considerando duas modalidades de técnicas corporais que se refere ora a um adestramento físico do corpo, ora a cuidados corporais relativos à alimentação voltados para a cura. Para demarcação desses dois campos empíricos, fez-se uso da classificação das técnicas corporais de Mauss (2003) em estudos pioneiros que levaram a sistematização do campo do estudo do corpo. A primeira pesquisa definiu o campo empírico em torno da capoeira, como técnica corporal classificada com base em Mauss (2003), como prática esportiva ou jogo, podendo igualmente ser classificada como performance, por sua forma de expressão corporal de passos cadenciados ao som de uma orquestra. A outra pesquisa definiu seu campo empírico em torno de terapias holísticas voltadas para cura através da comida, com uso de práticas corporais entendidas na classificação de Mauss (1974) como técnicas de cuidado com o corpo.

Rodrigues (1999) insere o estudo do corpo na perspectiva da história, ajudando a compreender o significado da hipervalorização do corpo na atualidade como fenômeno que sinaliza a superação do paradigma da racionalidade moderna baseado na separação entre espírito e matéria, expresso no “cogito” de Descartes, que defende a primazia do espírito. Para Rodrigues (1999) este paradigma representou a separação do corpo com o cosmos com base em sua análise contrastiva entre a sensibilidade corporal no período medieval, imbuída de significados religiosos, e a moderna submetida à ordem capitalista. Rodrigues tomou como marco divisório entre a mentalidade e sensibilidade corporal medieval e a moderna, o surgimento do capitalismo industrial: “[...] as mentalidades e as sensibilidades medievais são aquilo *contra* o que a cultura capitalista e, mais adiante a cultura industrial se definem”. (RODRIGUES, 1999, p.17, *grifo do autor*). E considerando a dimensão da cultura pós-industrial, a prática ou técnica corporal passa a ser pensada de forma a integrar corpo e mente, desdobradas em mentalidades e sensibilidades como sugere Rodrigues (1999).

A ressurgência atual da unidade entre corpo e espírito presente na sensibilidade do corpo medieval, se manifesta naturalmente dentro de uma ótica distinta. Na sua expressão medieval o corpo estava integrado à dimensão espiritual, mas submetido a uma mentalidade e sensibilidade da época em que a dor física, através da tortura ou da doença, era vista como um valor de purificação do espírito dentro de uma ótica salvífica. Conforme Rodrigues (1999 p. 57) “o sentido da dor era cósmico e mítico, não individual e técnico”.

No presente trabalho, a prática ou técnica corporal é pensada de forma a integrar corpo e mente, de modo que se a mentalidade moderna deu ênfase à racionalidade que é uma instância da ordem do espírito, com a crise da modernidade, o corpo ganha evidência, recuperando elementos da valorização da sensibilidade corporal medieval. Naturalmente, a integração corpo e mente perde o componente religioso a que estava profundamente associado no período medieval, na medida em que opera uma reintegração entre corpo e espírito, a partir de uma ética inteiramente mundana. A mentalidade no presente correspondente à ética do pós-dever (LIPOVETSKI, 1994) baseada no princípio do prazer, da satisfação física e estética, em que a dor e a doença devem ser expurgadas. Para Lipovetski (1994 p.112) “[...] a virtude não é o que legítima o esporte, mas a emoção corporal, o prazer, a forma física e psicológica. Este se converteu em um dos emblemas mais significativos da cultura individualista narcisista centrada no êxtase do corpo”.

Após esta breve contextualização histórica da relação entre o corpo e o mundo, o enfoque buscado para compreender as duas formas de expressão da corporeidade hoje será feito a partir de premissas formuladas por Csordas (2013), Le Breton (2010), Bourdieu (2002) e Hall (2006). Cabe fazer uma ressalva quanto a tentativa de usar as categorias analíticas do *habitus* e de identidade ao mesmo tempo nesta análise, tendo em vista a discrepância entre a formação do *habitus* como um processo inconsciente em que o comportamento aprendido torna-se automático, e o processo identitário que supõe liberdade de escolha fundada em uma consciência. Mas ainda que os processos investigados se apoiem em pressupostos distintos, eles não são aqui considerados inconciliáveis.

As técnicas de adestramento do corpo como defesa pessoal e performance na capoeira, e as técnicas terapêuticas de cuidado corporal através da alimentação natural atraem grupos sociais distintos, em que os praticantes da capoeira são principalmente jovens de ambos os sexos com predominância masculina, enquanto os praticantes da terapia holística e alimentação natural são formados sobretudo por mulheres mais maduras e mães de família.

A tentativa de aproximação de ambas as práticas apesar de bem distintas foi motivada pelo esforço de extrair reflexões sobre a corporeidade como expressão da sociedade contemporânea ao fazer convergir duas experiências de pesquisa envolvendo corpo e saúde, realizadas entre 2012 e 2015, a primeira sobre um grupo de capoeira de Salvador-BA<sup>1</sup> e, a segunda sobre um centro de terapias holísticas de João Pessoa-PB, com base na dieta naturalista<sup>2</sup>.

Trata-se de situar as práticas corporais em tela como movimentos culturais de afirmação identitária dos praticantes da capoeira, como modo de ser afro-baiano no contexto da cidade de Salvador-BA, ou das mulheres praticantes da terapia holística, moradoras de um bairro pobre da cidade de João Pessoa-PB, como terapeutas que adotam como princípio da cura uma dieta natural baseada em alimentos de origem vegetal que vai de encontro aos hábitos locais de valorização do consumo de carne em detrimento do consumo de verduras.

Na origem estas técnicas corporais podem ser vistas como movimento cultural de afirmação identitária ou de cura alternativa aos modelos biomédicos, gerando espaços institucionais como as escolas de capoeira e os centros de terapias integrativas e holísticas que respondem a demandas da sociedade contemporânea. Com dinâmicas próprias estas instituições expressam valores de uma corporeidade na busca do belo corpo e da destreza corporal e mental para defesa pessoal perante um mundo violento, ou na busca do corpo saudável, em reação à oferta massiva de alimentos contaminados de agrotóxicos e conservantes químicos que geram o adoecimento.

A análise que se seguirá deverá submeter os dados qualitativos coletados em ambas as pesquisas etnográficas a critérios analíticos comuns, com vistas a detectar nas duas técnicas corporais elementos comuns e contrastantes com o intuito de refletir sobre o sentido da corporeidade no mundo contemporâneo. As principais categorias de análise se referem às novas configurações identitárias (HALL, 2006), à dimensão do *habitus* (BOURDIEU, 2002), da ritualidade (SEGALEN, 2005).

## **A CAPOEIRA COMO TÉCNICA CORPORAL E PRÁTICA CULTURAL AFRODESCENDENTE: FORMANDO IDENTIDADE E *HABITUS***

O interesse em pesquisar a capoeira no grupo Gangara de Salvador-BA por um integrante do grupo surgiu com a observação de que as regras do jogo, a assimilação de novos símbolos estéticos e padrões de sociabilidade e de identidade se expressam no corpo, bem como toda ritualidade dramatizada, representando o desenvolvimento da corporeidade.

Uma pesquisa etnográfica foi realizada elegendo este grupo como campo de observação em que buscou-se perceber a vida cotidiana do grupo a partir da participação nos treinos e eventos ligados à prática da capoeira, no espaço da academia e em outros ambientes externos através das iniciativas de alguns membros que desejavam se aperfeiçoar. As relações com o grupo se configuraram em eventos de confraternização, onde o jogo de capoeira não era o principal objetivo, mas onde os laços de amizade eram reafirmados, se agregando a outras motivações para o treino. A vida do grupo era marcada não apenas por este clima amigável, havendo pontos de tensão igualmente presentes na formação do capoeirista: nos desempenhos em treinos, nos contatos com outros grupos e nas rixas entre os alunos. Ainda que, de maneira geral, a direção do grupo, através do seu mestre fundador, demais mestres e professores, sempre que possível procuravam desfazer as desavenças que surgiam na trajetória do grupo.

Antes de mais nada, é preciso dizer que se trata de uma prática desenvolvida por agentes sociais das camadas pobres da sociedade brasileira, que mesmo sem deter um domínio sobre os signos valorativos no arcabouço das representações sociais e memória coletiva no Brasil, a capoeira se impõe como alternativa de vivência social e modelo identitário. Também como importante meio de tradução de comportamento social, se compreendido no contexto das práticas sociais.

Partindo da ideia do corpo como primeira ferramenta, Mauss (2003) percebe que através do uso do corpo surge o desenvolvimento de técnicas, aprendidas conforme os valores e as regras sociais, pois o conhecimento das técnicas de como utilizar este “instrumento” facilitaria a vida cotidiana.

Considerando as condições históricas do surgimento ou da invenção da capoeira pela população negra em áreas portuárias do Rio de Janeiro e Salvador este uso do corpo voltava-se para proteção e defesa pessoal para sobrevivência do grupo em ambiente hostil marcado pela escravidão ou a memória dela.

Além disto, as regras de convívio servem também como repertório das técnicas de como se portar e os modos de uso do corpo. Certas técnicas se disseminam não só pela aprendizagem como também pela imitação daquele que angaria prestígio com sua prática ou performance (MAUSS, 2003, p. 405): “É precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social”. Os mestres da capoeira desempenham este papel, ao angariar prestígio através de suas performances e sua forma de se conduzir com malícia e vivacidade em situações ameaçadoras.

A aquisição de uma técnica requer uma educação não formal como no caso de técnicas de ofícios como os artesãos. A incorporação deste aprendizado pode levar ao estabelecimento de um *habitus* concebido por Bourdieu (2002 p. 56) como “história corporificada, internalizada como segunda natureza e assim esquecida pela história”. E embora o *habitus* tenha um caráter irrefletido e automático, o processo de aquisição dele no contexto da capoeira requer um treino e um aprendizado contínuos. Com o tempo, o universo que envolve o mundo da capoeira, e não apenas a técnica, são internalizados como uma segunda natureza, ao mesmo tempo em que engendra um processo de construção identitária. A nova identidade exprime a adoção de um *ethos* próprio a afrobaianidade que se expressa seja em uma aparência física e numa ginga no corpo, presentes em uma corporeidade, ou forma de se relacionar com o mundo.

Para Bourdieu o corpo é socialmente objetivado, portanto produto social e possui propriedades distintivas às suas condições sociais de produção (BOURDIEU, 2002). Estas condições sociais de produção se referem às estruturas sociais que dão aos indivíduos as possibilidades de ação, e ao campo que é a delimitação dos espaços simbólicos onde os indivíduos desenvolvem suas representações sociais, que neste caso são corporificadas. Assim, na formulação do conceito de *habitus* Bourdieu (2002) introduziu uma dimensão estrutural ao reconhecer as estruturas sociais, o campo e o capital simbólico como repertório dos grupos sociais corporificados.

Na capoeira, o corpo é continuamente munido de elementos simbólicos que o capacitam a estar no mundo, a agir nas estruturas sociais, e quando relacionado a associações grupais, reproduzir sociabilidades, espaços de ação, símbolos próprios. A trajetória da capoeira ao longo do século XX denota as mudanças nas estruturas sociais e sua influência marcando mudanças no padrão da capoeira e, apesar da conquista de novos espaços na sociedade, ainda se mantém ligada a espaços liminares (TURNER, 1974) ou nas margens da sociedade, não conseguindo se incorporar de fato a estrutura social, mesmo tendo sido objeto de patrimonialização<sup>3</sup>.

A corporeidade se constitui em suma, como um fato social através das diversas formas de uso do corpo, que podem ser comprovadas nas representações sociais cotidianas e ao longo da trajetória histórica da capoeira. Ela se constitui como ação estruturada, e geradora das condições objetivas da possibilidade da vida social. Aqui se admite também o corpo como sujeito humano, por onde se insere no mundo perceptivamente e o objetiva na medida em que interage com os outros sujeitos e objetos. O corpo concebido como sujeito da cultura, como premissa metodológica traz consigo grandes implicações, especialmente no âmbito dos processos identitários.

Para conhecer como as práticas corporais contribuem para a construção de identidades e de elementos formativos da sociedade brasileira, faz-se necessário compreender os códigos que fazem com que a capoeira com seus arquétipos e padrões de comportamento se consolide como forma significativa de manifestação da cultura afro-brasileira. As categorias de análise selecionadas para compreender a capoeira além da corporeidade foram aquelas que definiriam o polo da tradição, como memória/ancestralidade e oralidade.

Para abordar a tradição surge a necessidade de considerar a força da memória coletiva (HALBWACHS, 2004), consolidada no mimetismo e no poder que este tem em se fazer realizar por uma maior quantidade de indivíduos. Também pelo reconhecimento e lembrança dos indivíduos que pertencem a outros grupos percebem pelo mimetismo da performance. Trata-se das ações dos capoeiristas de tentar reproduzir movimentos através dos treinos, criando um código frente a sociedade envolvente que associa gestos, trejeitos e posturas a um comportamento específico de quem joga capoeira. Nessa perspectiva, um grupo torna-se mais integrado quando manifesta este tipo de memória, a chamada memória forte.

Daí a associação entre memória e identidade, em que o segundo conceito trazido se fundamenta na abordagem de Stuart Hall (2006) e Cardoso de Oliveira (2006) que ressaltam as disputas de poder que envolvem a construção da identidade e sua significação frente aos centros difusores de padrões sociais. A identidade cultural para estes autores, no que diz respeito aos grupos sociais excluídos e periféricos no sistema de trocas simbólicas, refere-se a rearranjos de elementos culturais, valorização de elementos outrora vistos como depreciativos. Dessa maneira, eles compreendem a identidade como a associação de interesses decorrentes de contextos de exclusão. Portanto não é o conteúdo de práticas e suas semelhanças que formam as escolhas de elementos em comum de uma identidade, mas as fronteiras que se estabelecem entre os grupos entre si e a sociedade envolvente. (BARTH, 2000).

Dentre os elementos socioculturais que definem a identidade dos grupos de capoeira que expressam a sua corporeidade tem relevância notável as práticas relacionadas com os ritos de iniciação e passagem que marcam a entrada de neófitos e a passagem de uma gradação a outra como marcos na vida social dos integrantes do grupo na capoeira. Martine Segalen (2005) afirma que os rituais se constituem como fato social, pois relaciona as diversas dimensões das representações sociais com a vida concreta como perspectiva. Os ritos e rituais são os mecanismos de inserção e continuidade em um dado grupo social – cultura, sociedade, associações. Também servem de marcação entre pessoas e pessoas; servem para a demarcação dos tempos sociais – marcações sazonais, períodos de trabalho, separações etárias; e vale ressaltar a importância dos ritos como ações simbolizantes por excelência. Na capoeira, esses ritos são representados pela iniciação com o Batismo e em seguida a passagem dos cordões, a exemplo das faixas no judô, para marcar a evolução do neófito dentro de um sistema de gradação.

As formas e os atributos dos ritos de passagem são identificados por Turner (1974) da seguinte maneira: separação/preliminares, margem/liminares e agregação/pós-liminares. As fases do processo ritual que se situam no intervalo entre a entrada e saída dos ritos de passagem traduzem para Turner (1974) o processo social, segundo o qual as mudanças ocorridas em nível macro na sociedade caracterizam um desenvolvimento cíclico, que se expressam quando nos seus subgrupos os indivíduos mudam de *status* através dos rituais.

Esta abordagem contempla o estudo do grupo Gangara, se considerarmos que a capoeira surge em zonas portuárias da cidade, tidas como espaços

liminares, e se difunde na sociedade envolvente, ao se mostrar estruturada com padrões e normas eurocêntricos. Esta inserção da capoeira passa por um processo de estruturação e institucionalização junto ao Estado, através do reconhecimento de suas potencialidades como forma de educação, expressão estética, de religiosidade e fundamentos societários. Também se aplica na inserção dos capoeiristas nas relações sociais imediatas, pois a capoeira nos seus treinos se propõe a formar novos indivíduos e seus rituais atestam isto.

Segalen (2005) em sua abordagem sobre os ritos modernos se aproxima das análises de Bourdieu (2002), quanto a ação social nas estruturas, considerando que os ritos não são somente para delinear a passagem, mas para instituir, legitimar uma nova ordem, para acessar as instâncias de poder. A ritualização expressa na capoeira contribui para a construção de um *habitus* afro-baiano que se inscreve no corpo através de uma corporeidade própria, definindo paralelamente um processo identitário entre jovens baianos que buscam na capoeira uma forma de ser no mundo.

Neste contexto se faz necessário destacar a relação da capoeira com os meios oficiais – com o Estado e seus meios de legitimação, com as entidades desportivas, instituições de ensino, com o meio acadêmico e com os institutos de apoio ao patrimônio; seja como arte marcial eminentemente brasileira, como manifestação folclórica que compõe o repertório cultural da identidade nacional, como fortalecimento das tradições afro-brasileiras, e também como estratégia de reconhecimento (HONNETH, 2003). Sua existência provoca na sociedade envolvente reações múltiplas. Nos movimentos corporais da capoeira estão descritas formas alternativas de educação e sociabilidade, reminiscências sociais de outros contextos históricos.

## **A DIETA NATURALÍSTICA COMO PRÁTICA CORPORAL DE MULHERES TERAPEUTAS NA AFYA: FORMANDO NOVO *HABITUS* E NOVA CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA**

Na segunda pesquisa a ser inserida neste trabalho a corporeidade é exercida no contexto da Afya<sup>4</sup> - Centro Holístico da Mulher, através de práticas corporais desenvolvidas no âmbito da alimentação natural, onde uma variedade de alimentos vegetais são oferecidos como parte fundamental das terapias holísticas operacionalizadas neste centro.

O primeiro contato do pesquisador com a Afya se deu no final do ano de 2011, biólogo recém-chegado à Paraíba, em busca de conhecimento fitoterápico. A casa especialmente dedicada à saúde das mulheres, criada em 1999, está situada em um bairro pobre de João Pessoa-PB, voltada para os cuidados de mulheres em situação de ‘risco social’ oferecendo tratamentos baseados na recomposição do estado de saúde feminino, através de diversas práticas terapêuticas holísticas. A ONG é fruto de um trabalho missionário liderado por Efu Nyaki, uma freira tanzaniana da congregação católica Mariknoll<sup>5</sup>, única no Brasil e acumula uma história de quinze anos de desenvolvimento de uma feminilidade ecológica, através da valorização das plantas e do cultivo da terra. Esse centro prepara mulheres do bairro onde está sediado como terapeutas e oferece terapias variadas à comunidade em geral, como a consulta bioenergética, a argiloterapia, reflexologia, Reiki, massagens orientais etc. E vem atraindo usuários da cidade e de outros estados, recebendo mestres terapeutas do Brasil e do exterior, que oferecem cursos sobre terapias holísticas diversas a quais-

quer pessoas, inclusive terapeutas do centro, que veem nisso a oportunidade de aprofundar seus aprendizados.

A singularidade deste centro advém de sua iniciativa de levar a comunidades pobres técnicas corporais do circuito neoesotérico, identificado por Magnani (1999) na cidade de São Paulo na década anterior, direcionado para outros segmentos sociais, especialmente os de formação universitária.

Na Afya, o campo escolhido para a realização desta pesquisa foi a cozinha, onde formas específicas de *cozinhar* mobilizam elementos próprios, que lhes conferem legitimidade com a prática terapêutica holística, prática essa norteadora de uma identidade naturalista/vegetariana, construída ativamente através da sociabilidade entre as mulheres aprendizes e pacientes destas terapias. Os novos sujeitos desse movimento buscam a saúde integral em um mundo em crise ambiental e almejam além dos alimentos orgânicos ou naturais, o desenvolvimento de sentimentos ligados ao amor, à liberdade e o desejo de transformação do organismo social.

Boltanski (1989) buscou investigar os usos sociais do corpo, a partir de indicadores como “alimentação, médicos, relações com a dor, cuidados corporais e de beleza” e embora utilize estas categorias para perceber distinções de classe, que não foram incorporadas em nossas reflexões, essas categorias se mostraram significativas para o presente trabalho. Cabe destacar a perspectiva do estudo de Eliane Perrin (apud LE BRETON, 2010), que identificou o “entusiasmo pelas terapias corporais”, a partir dos anos 1960, através da bioenergia, massagens, grito primal e outras voltadas para busca de um desbloqueio psicológico e físico.

Por outro lado, Csordas (2013) partindo da relação corpo-mundo detecta o avanço de um tipo de doença denominada por ele como doença ambiental surgida das dinâmicas da corporeidade no mundo contemporâneo, definida como:

[...] uma reação ao ambiente feito pelo homem, com substâncias químicas ambientais de baixo nível em geral, como se as pessoas fossem alérgicas ao mundo e adoecessem devido à totalidade da civilização material. (CSORDAS, 2013).

[...] Os sofredores descrevem uma variedade de queixas em todos os sistemas corporais, embora “os sistemas neurológicos, respiratórios e gastrointestinais sejam comumente afetados. (LIPSON apud CSORDAS, 2013 p. 302).

Estas novas afecções seriam oriundas das modernas estruturas para a produção alimentar em padrões industriais, levando às catástrofes ambientais contemporâneas, que ilustram a antinaturalidade humana alcançada na modernidade, que os movimentos holístico e ecológico pretendem superar. A problematização a partir do vegetarianismo revela a tensão entre humanos e não-humanos no contexto de uma modernidade que atribui distinta ontologia a seres da natureza ou da cultura. Surge daí uma relação entre corpos e meio ambiente, que incorpora a vertente do ecofeminismo (Khell, 2004), segundo a qual a crise ambiental resulta da má gestão dos recursos naturais pelas estruturas patriarcais da sociedade. (CSORDAS, 2013).

Na cozinha afyana, as mulheres demonstram estar cientes da complexa situação alimentar vivida pela humanidade contemporânea, nutrida por agrotóxicos e organismos geneticamente modificados—OGMs, como na fala de uma das pesquisadas quanto aos perigos de consumo de milho transgênico presente

no cuscuz muito apreciado em suas casas, preparados com massas fabricadas com esse tipo de milho.

Novos produtos industrializados vendidos como “comida” entram diariamente no cardápio do ser humano contemporâneo, produzidos em massa e consumidos em excesso, geram um estado de colapso da humanidade e uma crise dos objetos para o homem onívoro (FISCHLER, 1980, 2001; POLLAN, 2006).

Neste sentido, a cozinha natural se realiza como contraposição à presença de um *habitus* carnista, compreendido no âmbito deste trabalho como adoção da dieta da carne como indispensável e condição para uma vida saudável. Csordas (2013) destaca duas características do *habitus* como o fato de gerar uma “familiaridade confortável” e uma “determinação anônima”, ou ainda “disposições espontâneas” e “invenção sem intenção”. Tal disposição duradoura a esse tipo de dieta levou à pergunta: a dieta baseada no consumo de carne é mantida da mesma maneira fora das vivências da casa holística? E nos lares dessas mulheres, na alimentação cotidiana de suas famílias ou nos cardápios de suas festas, cujo modo de vida contraria a nova corporeidade, como conciliar?

Como esforço de mudança do *habitus* carnista, segundo o discurso vegano, Foucault (apud CSORDAS, 2013) nos ajuda a aprofundar a reflexão através da prática discursiva – o exercício de poder e a criação da verdade e do conhecimento – em que a relação entre o corpo e o mundo é permeada por relações de poder. Há um confronto entre duas ordens de discursos médico: a que se associa ao modelo biomédico que reconhece a importância do aporte de proteína de origem animal para a saúde humana; e a do discurso baseado no conceito holístico de saúde, que se baseia na dieta naturalista ou vegetariana composta de alimentos naturais (não industrializados), adotando um conceito de saúde integral do ser.

Comparações com o costumeiro hábito carnista em reação à cozinha natural, num enaltecimento das proteínas, do ômega 3, da vitamina B12 cuja falta é costumeiramente associada à força. Argumentos usados como justificativas para entender a reificada disposição de uma prática humana que ganha matizes de “desumanidade” no processo de formação de sociabilização holístico. Ressalte-se aqui o preceito de não impor sofrimento ao outro, o que gera o repúdio ao consumo de carne animal.

Na esfera das práticas, os processos de cura na Afya se compõem de rituais que envolvem a consulta bioenergética, de modo que as técnicas de cuidado corporal são associadas ao uso de práticas diagnósticas que funcionam como ritos. Em essência, a cura é realizada a partir do momento em que o próprio paciente se torna capaz de operar sua cura como uma decisão de mudança na dieta alimentar. As terapias se iniciam e terminam no prato, onde os pacientes<sup>6</sup> aprendem a cumprir o que seus próprios corpos lhes *disseram* no exame Bioenergético que é lido por meio do próprio corpo da terapeuta, em equilíbrio de seu corpo-sensível.

Uma das terapeutas da Afya explica como se interpreta esse exame em um paciente, cujo corpo pode rejeitar “Açai” numa semana, porém a evitação desse alimento será prescrita por um intervalo de tempo, na qual o terapeuta orienta “Esta indicação serve para equilibrar seu corpo por cerca de 15 dias, está bem? Volte dentro de duas semanas para que possamos dar prosseguimento à nutrição que *seu corpo precisa*”. O corpo do paciente é quem informa o contexto interno do qual o paciente está começando a compreender. Ele conquista sua cura, através de um processo que almeja recompor energias para permitir seu fluxo, através de um aprendizado das afetações do corpo em que ele emite

uma mensagem que sai do estômago, mas é preciso aprender a ouvi-lo para que alcance a dimensão cognitiva. Enquanto não estiverem ‘limpos’ o suficiente, o paciente ou o terapeuta serão incapazes de fazer a leitura do próprio corpo: apesar de habitá-lo, nem sempre estamos *conectados* com ele, a ponto de saber ouvi-lo, compreendê-lo.

Essa habilidade é acessível a quem se interesse por aprender, e uma vez inclinado a compreensão desse novo sistema mágico e libertador: a cura é promovida de dentro para fora, e a partir de uma vontade intrinsecamente comprometida de seu “eu” com o processo de autocura.

O discurso que fundamenta esta prática bioenergética pode ser percebido na análise de Le Breton:

Nas tradições populares, o corpo permanece sob a influência do universo que lhe dá energia, ele é um condensado do cosmo. Conhecemos nesse sentido as análises de Leenhardt em *Do Kamo*, que evidenciam na cultura tradicional canaque a similaridade de substância entre o homem e o vegetal. (LE BRETON, 2010, p. 26).

Como pensar a respeito de processos identitários a partir do espaço de sociabilidade constituído em torno da vida deste centro holístico que reúne mulheres terapeutas, aprendizes e pacientes. As novas configurações identitárias propiciadas por este espaço de sociabilidade permitem a construção de uma nova identidade a essas mulheres como terapeutas holistas, a qual se somará a outras identidades formadas em outras esferas da vida do bairro, seja no seu grupo familiar, com a vizinhança, bem como em seus vínculos com a esfera da religião etc. Mas se dentro da abordagem de Hall (2006) sobre a multiplicidade de identidades possíveis, as experiências de alteridades podem sugerir conflitos em função da adesão a identidades concorrentes e exclusivistas como no caso da rejeição ao *habitus* carnista presente no contexto familiar.

Em diálogo entre o pesquisador e a terapeuta mãe de família do bairro onde está sediada a Afya, ela revelou ter preparado uma “galinhada” para uma festa na família no final de semana, mas acrescentou que “era daquelas criada solta, ‘capoeira’, menos mal né?”. Em reação, o pesquisador questionou “Mas vocês não fazem galinha aqui?”. E ela respondeu “Não, não, aqui é mais natural. (risos)”.

No processo de sociabilização entre as mulheres da AFYA, um modo de vida específico apontava para o entendimento de um mundo em que era fundamental compreender a feminilidade, construída no interior de uma cozinha natural. Um processo identitário se configura a partir das experiências de socialização entre as mulheres integrantes do grupo, aprendizes e terapeutas, cujas identidades são refeitas a partir da aquisição de uma nova corporeidade ou forma de estar no mundo e de lidar com seu próprio corpo e dos pacientes. Um exemplo de identidade refeita foi constatado nesta pesquisa, quando uma terapeuta freira de uma ordem católica integrante da Afya optou por deixar a ordem para se tornar exclusivamente terapeuta holista.

As técnicas corporais ligadas ao aprendizado sobre a produção do alimento na cozinha natural estão associadas igualmente a práticas rituais com o intuito de realizar a purificação ou a limpeza energética dos alimentos que não teriam sido produzidos dentro das técnicas agroecológicas ou permaculturais. Isto porque o centro holístico com sua cozinha natural não opera ainda em condições ideais, por não terem a capacidade de produzir os alimentos preparados e consumidos nesta cozinha.

A formação de um *habitus* ecológico (CARVALHO; STEIL, 2009) representa a transição do paladar vinculado ao *habitus* carnista através da dieta naturalista ou vegetariana que reflete a incorporação de uma subjetividade ecológica, como reação ao sentimento de “mal estar da civilização” proposto por Freud, conforme a análise de Carvalho e Steil:

Estes males ecologicamente formulados, por sua vez, acabam definindo a agenda de decisões pessoais, que se traduzem em estilos de vida ecologicamente orientados, e políticas, que se expressam em pactos societários intra e intergeracionais para a preservação do planeta. (CARVALHO; STEIL, 2009, p. 84).

A mudança de mentalidade e sensibilidade das cozinheiras da Afya foi observada através de um aprendizado contínuo dentro da tradição holística. No recinto da cozinha, onde se desenrolou a maior parte do estudo etnográfico, foi percebido que o *ethos* holístico prioriza o princípio da não violência, da alegria, onde a sensibilidade constitui o ingrediente fundamental. O amor à vida, opostamente construído à alimentação dependente do sacrifício dos animais, agravado pela industrialização da prática de exploração dessas formas de vida. Do ponto de vista da ética, o movimento vegetariano se aproxima da visão holística em relação à saúde e espiritualidade, através da rejeição ao consumo de carne fundamentado em princípios éticos como o de não impor sofrimento aos animais.

## **A CORPOREIDADE EM DOIS UNIVERSOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA**

A tentativa de produzir algumas sínteses a respeito destas duas técnicas corporais, tendo como horizonte a sociedade brasileira contemporânea, tem por objetivo compreender as corporeidades que resultaram das experiências pesquisadas. Trata-se de avaliar duas modalidades de práticas corporais presentes no nosso cotidiano, que constroem em seus espaços de sociabilidade, novas configurações identitárias, sendo uma identificada com práticas corporais inseridas no repertório da cultura afro-brasileira e a outra que rompe com ela, inspirando-se em práticas de cura holísticas disseminadas por um movimento global que seria qualificado de neoesotérico por Magnani (1999). Apesar de situadas em primeira instância em polos contrastantes quanto ao critério da tradição, ambas podem ser vistas como inseridas nas dinâmicas da sociedade contemporânea, ao expressarem tendências de abertura a novas configurações identitárias em um universo de identidades plurais e mutantes. (HALL, 2006).

Na capoeira, o corpo expressa elementos identitários, através de performances executadas pelos membros do jogo, e uma vez que eles incorporam, não só a destreza de uma técnica corporal, mas um modo de vida e uma visão do mundo, passam a compor um *habitus*, para os praticantes. Os laços com o lugar, ainda que se trate de uma metrópole, Salvador, se manifestam pelo modo de ser baiano, daí o nascimento de uma identidade na capoeira que leva à formação de um *habitus* afro-baiano. Entretanto o corpo como portador de *habitus* (Bourdieu 2002) baseado na dieta da carne e baixo consumo de vegetais - presente na cultura brasileira e nordestina em particular, afeta negativamente a qualidade da saúde, levando a formação do outro grupo que defende uma ruptura do *habitus* carnista, para propor a alimentação natural/vegetariana como prática de cura.

No espaço terapêutico da Afya, onde se desenvolve um aprendizado em torno de uma cozinha natural à base de alimentos vegetais por um conjunto de mulheres da comunidade local de um bairro pobre de João Pessoa-PB, Ocorre

em paralelo a assimilação de uma nova visão do mundo e um novo modo de ser, que não compõe com o *habitus* carnista na cultura brasileira, mas depende do afastamento dele. Da ação em rede na busca da saúde integral a partir de um movimento vegetarianista, nasce um novo *habitus* ecológico (CARVALHO; STEIL, 2009), baseado em uma subjetividade contemporânea que responde a preocupações ambientais, expressando uma nova forma de relação com o mundo.

É possível vislumbrar no percurso realizado pelas práticas corporais circunscritas a espaços locais, sua incorporação a contextos globais através de ações em rede. Associada à ocupação desses espaços, as novas configurações identitárias possibilitadas por essas práticas corporais, favorecem as interações e os fluxos entre o global e o local, que dentro do contexto atual, se tornam elementos marcadores dos processos observados. As novas configurações identitárias se inserem nas tendências multifacetadas e seus hibridismos, conforme Hall (2006), de modo que cada experiência envolve a convergência de múltiplos elementos oriundos de outras culturas que se fundem produzindo novas identidades.

Acapoeira como prática dos afrodescendentes nascida em zonas portuárias no período da escravidão em locais bem delimitados como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, como espaços ligados à diáspora, em que os negros se associam em grupos para desenvolver uma técnica corporal de defesa contra as violências sofridas habitualmente. O aprimoramento dessa técnica corporal ocorreu paralelamente à construção de um processo identitário que vem sendo exercido como uma expressão da corporeidade, não apenas dos grupos locais de afrodescendentes situados nestas zonas periféricas e liminares dentro da sociedade, para afirmar-se como corporeidade que se expande do local para o global. A capoeira conquistou diversas metrópoles do mundo ocidental, em particular, experimentando uma grande expansão ao buscar uma atuação em rede. O grupo de capoeira pesquisado em Salvador possui uma academia em Buenos Aires, com a qual mantém contatos regulares e atividades comuns em alguns eventos durante o ano.

Aglobalização da capoeira reforça a tese de Hall (2006) e Sansone (2004) quanto ao caráter não essencialista da identidade negra, uma vez que ela não se limita a marcadores raciais e de memória da África com a filiação simultânea ao Candomblé e a blocos carnavalescos negros tradicionais como os afoxés baianos. Ainda que os grupos de capoeira mantenham estas afinidades e filiações comuns, cada vez mais os membros desses grupos escapam desse perfil, já que muitos filhos de famílias não negras da classe média baiana praticam capoeira. Por outro lado, observa-se também entre os afrodescendentes, numerosos convertidos a religiões evangélicas, que não se sentem obrigados às outras filiações do campo afro. Sansone (2004) encontrou nos grupos negros jovens de Salvador que não desenvolvem vínculos com a ancestralidade africana, a apropriação de estéticas corporais e estilos de vida da cultura negra norte-americana e caribenha como o reggae, o rap, o funk etc. como fruto de fluxos culturais do Atlântico negro (GILROY apud SANSONE, 2004), ou de uma globalização negra (SANSONE, 2004).

Em contraste com a prática da capoeira que nasce marcada por vínculos com o universo afrodescendente que se incorporou à tradição da cultura brasileira e busca inserção na sociedade contemporânea, a prática da alimentação natural e vegetariana nasce na sociedade pós-industrial e requer uma quebra da tradição alimentar local e nordestina, em busca de uma reconciliação com a natureza ou harmonia com o cosmo.

A Afya foi criada a partir de uma proposta globalizante oriunda dos Estados Unidos com a missão de oferecer cuidados corporais através da alimentação vegetariana e terapias holísticas. Trata-se de uma Ong formada por uma ordem religiosa católica que possui uma vasta rede internacional que se irradia pelos bairros pobres carentes de infraestrutura urbana de cidades do mundo inteiro, especialmente do hemisfério sul e penetra em um desses bairros de João Pessoa-PB para cumprir sua missão de disseminar estas práticas corporais.

Isso significa que, embora a capoeira possua vínculos com a ancestralidade afro-brasileira não se mantém cristalizada na tradição, uma vez que tem se mostrado aberta para renovação, através da secularização e profissionalização geradas por um processo de institucionalização da capoeira nas escolas, bem como prática educativa que passou a ser incorporada à prática do profissional com formação universitária em educação física.

Um processo de secularização e profissionalização vem se desenvolvendo igualmente no campo das terapias holísticas reconhecidas no âmbito da Organização Mundial de Saúde, como práticas integrativas e complementares de saúde, que no Brasil se articularam à política nacional de saúde ligada a programas de saúde da família. A criação dos Centros de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Cpics) responde a esta política, cabendo registrar a ação da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa que instalou um desses centros, denominado Equilíbrio do Ser em 2012 em um bairro desta cidade. (Prefeitura de João Pessoa).

Para finalizar estas reflexões, cabe dizer que as raízes locais e as tendências globalizantes identificadas nas duas técnicas corporais convergem não só para escolhas identitárias, como expressam corporeidades que revelam formas de se relacionar com o mundo. Corporeidades plenas de significados para seus praticantes, seja por meio de afirmação identitária da afro-descendência, seja pela vivência em um processo identitário mais flexível representado pela busca dos praticantes das terapias corporais de integração com o cosmo e em harmonia com o corpo.

#### **Agradecimentos:**

À CAPES pelo apoio financeiro na forma de bolsas de mestrado concedidas aos coautores que permitiu a realização das pesquisas.

## **NOTAS**

1 Eduardo Evangelista Costa Bonfim “A capoeira é tudo que a boca come”: representações sociais no batizado e troca de cordões no grupo Gangara Salvador-BA, dissertação PPGA-UFPB defendida em 12/09/2013.

2 Fábio Lúcio Antunes Guedes. “Dietética natural: Mulheres, ecologismo e espiritualidade na cozinha da Nova Era” Dissertação PPGA-UFPB defendida em 12/06/2015.

3 Desde 2008 a capoeira integra o Patrimônio da Cultura Imaterial através do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, cujo levantamento envolveu pesquisadores do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13983&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

4 Palavra originária da língua banto Swahili que significa saúde.

5 Maryknoll é um grupo de três organizações católicas sediadas nos Estados Unidos, são elas: CatholicForeignMissionSocietyofAmerica, MaryknollSistersof St. Dominic e MaryknollLayMissioners. Têm como objetivos: o combate à pobreza, proporcionando saúde, construção de comunidades e promovendo a paz e a justiça social dentro de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Promovendo a missão da Igreja

Católica através de serviços como: saúde e bem-estar social, agricultura sustentável, desenvolvimento econômico, direitos humanos, evangelização e educação religiosa, treinamento acadêmico e vocacional, formação da juventude cidadã, etc. Disponível em: <<http://www.maryknoll.org/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

<sup>6</sup> O paciente é aquele que, em visita à instituição, se submete a algum tipo de tratamento holístico – Reiki, Massagem, Limpeza de ouvido, Argiloterapia, Experiência Somática, Constelação Familiar ou Florais. O atendimento na AFYA é iniciado por uma análise generalista que é a Bioenergética (em inglês: Ring Test).

## REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2000.
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p.145-185 1989.
- BOURDIEU, Pierre, *Esboço para uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras-Portugal: Celta, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: *Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CARVALHO, Isabel C.M.; STEIL, Carlos A. *O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental*. *Educação & Realidade*, n. 34 (3), p. 81-94, set./dez. 2009.
- CSORDAS, Thomas. Fenomenologia cultural corporeidade: agência, diferença sexual e doença. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 3, p. 292-305, set./dez. 2013.
- FISCHLER, Claude. *El (h)ominívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HONNETH, Axel. *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KHELL, Martí. *Vegetarianism and Ecofeminism: Toppling Patriarchy with a Fork*. In *Food for Thought: The debate over eating meat*. Amherst NY: Prometheus Books, p. 327-341, 2004.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LIPOVETSKI, Gilles. *El crepúsculo del deber: la ética indolora de los nuevos tiempos democráticos*. Barcelona: Anagrama, 1994.
- MAGNANI, José Guilherme. *Mística Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- POLLAN, Michael. *The omnivore's dilemma: a natural history of four meals*. Penguin, 2006.
- PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, Centro de Práticas Integrativas e de Saúde –Cepics. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-cuida-da-saude-da-populacao-com-praticas-alternativas-e-prevencao/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

- RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: UFBA, 2004.
- SEGALEN, Martine. *Ritos e rituales contemporâneos*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

# DO ESQUADRINHAMENTO AO BATE-PAPO: PAQUERA HOMOERÓTICA COMO PERFORMANCE RITUALIZADA NO FACEBOOK

## *THE RUMMAGE TO CHAT: FLIRTING AS RITUALIZED HOMOEROTIC PERFORMANCE ON FACEBOOK*

**Fabício de Sousa Sampaio**

*farcosousa@yahoo.com.br*

*Doutor em Ciências Sociais - PPGCS/CCHLA-*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*

*Professor EBTT de Sociologia do Instituto Federal de Educação,*

*Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA/Campus Araioases*

### RESUMO

A paquera pode ser definida como um processo de busca por alguém com intenção amorosa ou sexual. Atualmente, o ato de paquerar entre homens do “off-line” é mediado e modificado pelas mídias digitais. A discussão que constitui este artigo parte do princípio de que a paquera de forma geral se constitui em um *continuum off/online* articulado e independente característico do mundo social na atualidade. E no tocante aos enlances homossexuais, a paquera não é algo impetuoso, voluntarista e desregrado. Ao contrário, no decorrer da etnografia ela se mostrou ritualística. Assim, o presente artigo é constituído pelas reflexões preliminares de uma etnografia em andamento no contexto “on-line” do Facebook, cujo objetivo principal é analisar os rituais da paquera entre homens e os seus significados socialmente constituídos. Ritual, performances de gênero, corpo e sexo constituem as chaves de interpretação do objeto em estudo.

**Palavras-chave:** Facebook. Performance. Paquera.

### ABSTRACT

Flirting can be defined as a process of searching for someone to love or for sexual intent. Currently, the act of flirting among men “off-line” is mediated and modified by digital media. The discussion in this article begins from the principle that flirting in general constitutes a continuum “off / online” articulate and independent “characteristic of the social world today. And with regard to homosexual links, flirting is not something brash, proactive and unruly. In contrast, during the ethnography it showed ritualistic. The present article consists of the preliminary reflections of an ethnography in progress in the context “on-line” on Facebook whose main objective is to analyze the rituals of flirting between men and their socially constituted meanings. Ritual, gender performances, body and sex are the key object of interpretation in this study.

**Keywords:** Facebook. Performance. Flirting.

## INTRODUÇÃO

Pouco tempo depois de criar um perfil na rede social Facebook em 2013, comecei a receber curtidas em fotos pessoais e solicitações de amizade de pessoas que eu não conhecia, principalmente de perfis masculinos. Comentando essas atividades com colegas de trabalho, eles foram unânimes ao afirmar que essas ações poderiam se configurar em paquera.

Observando mais atentamente as ações de paquera entre homens nesse contexto “on-line”, constatei que elas não se diferenciavam de um perfil a outro. Eram padronizadas. Por essa razão, foram surgindo alguns questionamentos: a paquera entre homens no Facebook seria ritualística, ou seja, seria permeada por ações codificadas que objetivariam uma eficácia nos termos de Schechner (2012)? Quais seriam esses rituais e que sentidos sociais eles teriam? Por que existiriam rituais nesse tipo de paquera? Os rituais seriam então constituintes do processo de paquera entre homens no Facebook?

Na tentativa de elucidar essas questões, uma etnografia foi iniciada no Facebook, no fim do ano de 2013. A escolha dessa rede social para constituir o contexto de pesquisa teve origem na percepção de que ela poderia ser utilizada como situação “on-line” de paquera em razão das investidas amorosas de alguns usuários em meu perfil. Após um ano de observação participante, foram escolhidos alguns sujeitos para realizar entrevistas abertas. Foram convidados trinta usuários que iam me enviando solicitações de amizade e que, sempre ao aceitá-los como amigos, eles me perguntavam se eu “curtia caras”. Logo após essa pergunta, eu me apresentava como pesquisador, expondo sinteticamente o objeto de estudo e convidava-os para serem colaboradores. Somente dez aceitaram. Esses usuários solicitaram prontamente o anonimato na pesquisa. Por isso os depoimentos serão identificados neste texto com nomes aleatórios: Josué, Cláudio, Romeno, Italiano, Sírios, David, Marcos, Romário, Rivero e Juliano.

O presente artigo é constituído pelas reflexões preliminares dessa etnografia em andamento no contexto “on-line” do Facebook cujo objetivo principal é analisar os rituais da performance-paquera entre homens e os seus significados socialmente constituídos.

Vale destacar que as vidas “on-line” e “off-line” não constituem realidades distintas e separadas. Esses ambientes – “on-line” e “off-line” – encontram-se em permanente interação, e por isso Carolina Parreiras (2011) e Richard Miskolci (2011) citam a sugestão de Hine (2009) de tratar o virtual<sup>1</sup> ou a internet como “contextos culturais”. Além disso, para o sociólogo Richard Miskolci (2011), é necessário pensar essa “divisão” como um contínuo interdependente e articulado “no qual nos inserimos assim como nossos sujeitos de pesquisa” (Ibid., p. 15). Pois, não existe um universo social apartado chamado de ciberespaço<sup>2</sup>, e sim uma mediação e modificação da vida “off-line” através das mídias digitais. (Ibid., p. 16).

Nesse sentido, se não há um espaço apartado na sociedade – ciberespaço – que poderia significar a emergência de novas sociabilidades totalmente distintas da vida “off-line”, o que existe é uma articulação entre “contextos culturais”. Assim, talvez, analisando os rituais de paquera homoerótica no Facebook, estaremos refletindo sobre esse tipo de paquera de forma mais ampla. Pois, conforme Miskolci (2011) deve-se entender que os usos sociais da mídia digital estão vinculados a necessidades e aos interesses “off-line”. Em outras palavras, no Facebook, o ato de paquerar entre homens do “off-line” está mediado e modificado contextualmente pelo “on-line”. E a paquera, de forma geral, constitui-se em um “contínuo articulado e independente” (Ibid., p. 17)

característico do mundo social na atualidade, embora em ambos os contextos culturais existam peculiaridades. O referido estudo objetiva compreender as especificidades da paquera “on-line”.

A paquera é definida a priori como a tentativa de aproximação com alguém ou a busca por namoro, “ficar”, aventura amorosa ou azaração. No cotidiano das pessoas, frequentemente esse verbo paquerar é também utilizado para se referir ao processo de observação de um objeto de consumo e que brevemente será adquirido. Não é raro ouvir, “faz tempo que estou paquerando aquele celular” ou “já paquero faz tempo aquele carro”.

O processo de paquera necessita de racionalização por parte dos paqueradores. Por isso, as discussões que constituem este artigo partem da afirmação de que os encontros para ficar, namorar ou fazer sexo, são imbuídos pelo processo de paquera. E os que buscam fazer amigos também o são. Então o processo de paquera relacionado ao campo do erótico ou sexual é tributário de certos regramentos principalmente em relação às suas finalidades, ao objeto paquerado e aos cenários culturais onde ocorre esse processo de aproximação.

Todavia a título de diferenciação, a “pegação”<sup>3</sup> é definida geralmente como a fase final do processo de paquera sexual. Encerra comumente as buscas por sexo casual principalmente em locais públicos ou já consensualmente percebidos para esta finalidade: saunas, cinemas de sexo explícito, banheiros ou certos espaços em boates gays denominados “dark rooms” – locais semifechados e escuros onde a ordem é a liberação da “pegação”, ou melhor, práticas sexuais diversificadas.

A escolha do termo homoerótica para identificar a paquera entre os homens ratifica uma postura crítico-teórica de afastar a conotação sexual unívoca acreditada pelo senso comum quando o assunto é uma aproximação erotizada entre homens. Para Costa (1992) o termo “homoerotismo” – tomado de empréstimo do psicanalista Sandor Ferenczi, contemporâneo de Freud – é mais flexível e descreve a pluralidade de atrações eróticas ou formas diversas de se relacionar fisicamente entre sujeitos do mesmo sexo biológico. Além disso, a palavra ‘homossexual’ “está excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexólogo e higienista de onde surgiu”. (Ibid., p. 23-4).

Uma das primeiras constatações da pesquisa é a de que o corpo materializado nos perfis do Facebook é o alvo da paquera. Os colaboradores relataram que analisam as fotos, as páginas curtidas, os amigos em comum e as postagens em geral a fim de construir um corpo pelo qual sentirão ou não atratividade e assim iniciar os rituais de paquera. Esse processo denominado de esquadramento faz parte do primeiro ritual da fase desfocada da paquera e será analisado posteriormente.

As relações sociais mediadas digitalmente são objeto de discussão da primeira parte do artigo. Em seguida, performance, gênero e paquera constituem o foco de análise. E na terceira parte, são identificados e analisados os rituais da paquera no Facebook.

## MÍDIAS DIGITAIS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Miskolci (2011) assevera que o uso das mídias digitais no mundo e no Brasil ainda está em processo de disseminação. As mídias transformaram os moldes de se comunicação das pessoas e as relações sociais. Algumas pesquisas<sup>4</sup>

apontam uma fragmentação identitária e outras para uma maior fluidez dos eus envolvidos na vida “on-line”.

O autor destaca dois importantes aspectos da utilização das mídias digitais: o protagonismo individual e a articulação das diferenças pessoais como elementos para efetivação de contatos e socialização. (MISKOLCI, 2011, p. 13). Essas mídias fazem a mediação e a modificação daquilo que é vivido no “off-line” – lócus de origem das necessidades e interesses dos seus usos sociais – em uma espécie de “contínuo articulado e interdependente”. (Ibid., p. 16).

O contexto cultural “on-line” também é percebido como intensificador e descorporalizador dos engajamentos instantâneos, dos consumos rápidos dos fenômenos sociais e das pessoas e também possibilitador do descarte imediato de tudo isso. Com base em Bauman (2005, p. 99) podemos afirmar que essas características do ser conectado têm efeitos colaterais desagradáveis: a “pilha de lixo”. Com tantas possibilidades, a preocupação não é com a produção do “lixo” material ou humano, e sim não se tornar objeto desse depósito. Essa preocupação gera uma ansiedade que antecipa a ação de descartar antes que seja descartado. Assim, o medo de se tornar lixo e a prática recorrente do descarte podem ser considerados como razões da frivolidade dos relacionamentos amorosos e sexuais como também da busca frenética por intervenções corpóreas em referência aos padrões vigentes de beleza.

A internet possibilita exacerbar a incompletude de determinado parceiro escolhido temporariamente pela simples razão de que ao descartá-lo, haverá uma abundância de outros possíveis parceiros. Justamente porque a internet “nos faz ver todo o mercado de escolhas possíveis a nossa disposição, [...] ao chegarmos ao encontro real, costumamos tender a subestimar, e não a supervalorizar a pessoa encontrada”. (ILLOUZ, 2011, p. 151). Bauman (2005) sentencia que com a exposição aos “contatos facilitados” pela tecnociência, os indivíduos estão perdendo a habilidade em interações espontâneas no mundo ‘real’. Afirmção contrária às conclusões de Miskolci (2012) em que os usuários buscam o contato face a face, mesmo depois de experiências de desapontamento no “on-line”.

Os contatos “virtuais” se intensificam a cada dia e a tese de que tal intensificação diminui os contatos “reais” é questionável, pois, embora muitos prefiram, por exemplo, paquerar ou buscar parceiro(a)s no “on-line”, não se tem o descarte da possibilidade das interações face a face depois dos flertes na virtualidade.

Para Eva Illouz, a internet tem como vantagem permitir um eu mais flexível, aberto e múltiplo, o que “assinala o epítome do eu pós-moderno, em sua capacidade de tornar o eu brincalhão, inventor de si mesmo e até enganoso, em sua capacidade de manipular informações a seu próprio respeito”. (ILLOUZ, 2011, p. 115). O engajamento no contexto “on-line” com comunidades e pessoas virtuais tem uma vantagem que é a possibilidade de performatizar inúmeras identidades e não correr o risco de serem descobertas ou postas à prova ao se exigir uma unidade identidade- performance cujo entorno “material” da subjetividade – o corpo – deveria expressar. Entretanto, tanto no “on-line” quanto no “off-line”, o corpo é esquadrihado incessantemente.

A internet pode se tornar um contexto mais confortável e potencial de paquera e até de amor ou sexo “virtual”, pois no “cara a cara” tanto as investidas quanto os “foras” podem ser desconcertantes para ambos envolvidos no processo de engajamento amoroso. Embora que no “on-line” essa paquera possa se tornar também mais criteriosa pela ânsia dos usuários de competirem para serem considerados mais sedutores através da construção de perfis em sites de

busca ou redes sociais cada vez mais padronizáveis e balizados por exigências do mercado amoroso e/ou sexual.

A busca de parceiro(a)s na internet adquire uma forma racionalizada, baseando-se em uma interação incorpórea caracterizada pela abundância e permutabilidade. (ILLOUZ, 2011, p. 129). Os namoros e os processos de paquera seguem princípios do consumo de massa “baseados em uma economia de abundância, escolha infinita, eficiência, racionalização, orientação para alvos seletivos e padronização” (Ibid., p. 130). Entretanto essa “aparente” abundância de corpos textualizados no “on-line” como pretensos alvos de paquera pode significar uma angustiante escassez, pois a primeira fase da paquera denominada “desfocada” nos termos de Goffman (2010) é marcada pela intensa seleção dos perfis balizados principalmente pelos critérios estéticos de beleza corporal masculina heterossexual.

O grande risco é que os indivíduos freneticamente excitados pela abundância exagerem na filtragem, seleção e descarte e passem a sobreviver apenas na esperança de que em algum acesso possa encontrar alguém que se encaixe nas suas exigências. Justamente por isso é notório nos bate-papos, os usuários entrevistados relataram abrir inúmeras janelas e conversar com várias pessoas e, ao que estiver produzindo resultado mais rápido, é dispendido mais atenção e energia, como também aqueles que não produzirem são imediatamente esquecidos ou deletados sem o mínimo de preocupação e remorso, considerados obstáculos para a busca incessante virtual.

Nas relações mediadas pelo computador, o distanciamento físico proporciona um pretense anonimato de diversas formas, “já que a relação entre o corpo físico e a personalidade do ator já não é imediatamente dada a conhecer”. (RECUERO, 2011, p. 38). Entretanto, nessa mediação, o corpo é reconstituído textualmente e não deixa de ser objeto de diferenciação ou atribuição através de marcadores sociais tais como etnia, gênero, sexualidade, classe, sexo e outros.

O contexto “on-line” pode ser considerado uma passagem quase obrigatória “para sujeitos que nutrem desejos homoeróticos em sua autodescoberta, contatos sexuais ou amorosos e a criação de redes de apoio”. (MISKOLCI, 2009, p. 176). Mas também ela pode atuar na “ampliação do armário”, porque a explicitação dos desejos homoeróticos está disciplinada pelas atmosferas do anonimato e do segredo.

O armário como regime de controle da sexualidade que rege a vida dos gays e lésbicas e também dos heterossexuais, é uma estrutura de opressão conforme Segwick (2007). Entretanto esse armário persiste nas mídias digitais não como regime de opressão gay, mas como dispositivo de controle que é incorporado subjetivamente através de aprendizado social que define tanto no espaço público quanto no privado as relações a serem reconhecidas e visíveis, como as que serão punidas e toleradas. (MISKOLCI, 2013, p. 316).

Uma das tendências vislumbradas no Facebook e recorrente na cibercultura<sup>5</sup> é a sacralização dos eus e por conta disso uma tendência obsessiva de conseguir fiéis, fãs ou adoradores. As estratégias virtuais de exibição dos corpos nos perfis das redes sociais objetivam transformá-los em objetos de consumo, ídolos ou até ‘santidades’. Na própria plataforma do Facebook e do Twitter existe a opção de seguir, e a quantidade de seguidores é razão midiática de se autoconsiderar ou de identificar determinadas pessoas celebridades ao ponto de até serem chamadas como “celebridades instantâneas”.

Essa busca para se tornar celebridade, muitas vezes legitimada pela grande quantidade de amigos nas redes sociais e/ou pela quantidade de acessos

às postagens e principalmente às fotos publicadas, parece ser um controverso “antídoto para solidão”. A internet funciona como um outdoor onde qualquer um pode ser visto. E todos parecem se estilizar constantemente como se estivessem na mira de paparazzi. (SIBILIA, 2010). Uma das conclusões da autora é a de que somente há consistência e existência na vida se houver um enfeitamento e recriação do eu como se fosse um “personagem audiovisual” (Ibid., p. 54). E esse fascínio pelo exibicionismo e pelo voyeurismo e busca de celebridade contemporânea é concernente a uma sociedade atomizada e marcada pelo individualismo de “arestas narcísicas, que precisa ver sua bela imagem refletida no olhar alheio para *ser*”. (Ibid., p. 55, grifo da autora).

Os corpos passíveis de exibição e atribuição de status de “celebridade” ou de “glamour” nos termos dos colaboradores são os corpos jovens em “boa forma” ou malhados. Na moral contemporânea da “boa forma”, os corpos autorizados a terem visibilidade e, portanto objeto de assédio pelos “outros”, são corpos sarados, musculosos, belos, de pele lisa. (CANEVACCI, 2012). A esses corpos triunfantes é permitida a nudez, a pornografia, a fluidez identitária e de orientação sexual.

A construção e a disposição dos corpos nos perfis do Facebook corroboram a ideia do corpo pensado como simples suporte da pessoa no discurso contemporâneo. Ele se colocaria para os sujeitos como um objeto à disposição para realizar qualquer feito e esvaziado de seu caráter simbólico. O corpo é visto como um lócus a ser eliminado ou modificado de uma maneira ou outra via tecnociência. (LE BRETON, 2013, p. 16).

Aprisionado pela síndrome consumista e regulado por padrões estéticos, o corpo é sempre um estorvo, um objeto descartável sempre à disposição do indivíduo para ser reformado. O corpo ou o “programa ajustado” do indivíduo precisa ser retrabalhado para materializar uma identidade, nas palavras de Le Breton (2013), “remanejável” e “revogável” do sujeito.

Na internet, o conteúdo da paquera – o corpo – como programa ajustável aos ideais estéticos dominantes é construído com auxílio da imaginação. Esse processo é desencadeado por dois textos, a foto e o perfil, “e por um conhecimento do outro que é verbal e racional, isto é, baseado em categorias e cognições, não nos sentidos”. (ILLUOZ, 2011, p. 148). Há a construção de projeções das pessoas. Esse estilo de imaginação no “on-line” “descorporifica os contatos, transforma-os em puros fatos psicológicos e textualiza a subjetividade”. (Ibid., p. 138). E diferentemente da imaginação romântica calcada no corpo e na ordem do sentir, a imaginação da internet é baseada na ordem do conhecer em que fantasiar e buscar alguém tem como referência uma lista de atributos abstratos e incorpóreos que se supõe corresponder ao ideal desejado pelo indivíduo. (Ibid., p. 148).

## PERFORMANCE, GÊNERO E PAQUERA

Conforme os relatos dos colaboradores os “corpos digitais ou virtuais” acionam o desejo e a intenção de iniciar a paquera. Entretanto é a movimentação desse corpo que tanto pode corroborar esse desejo como intensificar ou finalizar o processo de paquera. Dito de outra forma, é a performance e não somente o corpo feito de texto e imagem que é o alvo do processo de paquera. Ratificamos essa afirmação com o depoimento de Romário.

Romário mora em Sobral-CE e suas postagens<sup>6</sup> objetivam a publicação de sua vida cotidiana através de locais onde ele está ou aos quais pretende ir,

pensamentos e sentimentos relacionados a experiências pessoais pelas quais está passando e fotos de eventos, festas ou viagens. Há poucas fotos que focalizem seu corpo – sem blusa, de sunga, *selfies* frente ao espelho – como nos outros perfis analisados. Na maioria das fotos, ele está com alguém da família ou amigos. Ele confessa não desconsiderar a atração por “homens de corpão”, mas que isso não é o principal critério para prolongar a paquera ou investir em um encontro face a face: “a pessoa de alguma forma ou de outra tem que me chamar atenção. Ela não precisa ser perfeita de corpo nem nada, mas de certa forma atraente. Analiso o perfil também e vejo como é o papo da pessoa”. (Depoimento- dezembro/2014)<sup>7</sup>.

A performance é um processo de ritualização de sons e gestos em um processo de estilização do comportamento. (SCHECHNER, 2012, p. 49). Os indivíduos utilizam técnicas de performance para se dirigir aos diversos públicos com o objetivo de “manter, modificar ou inverter a ordem social existente”. (Ibid., p. 77). Ela se origina da interação entre o jogo e o ritual. Os rituais constituem ações codificadas que movimentam a memória e ajudam os indivíduos a lidar com relações sociais “ambivalentes, hierarquia e desejos que problematizam, excedem ou violam as normas da vida diária”. (LIGIÉRO, 2012, p. 49). Embora que os rituais se apresentem publicamente sob o caráter de estabilidade e permanência, eles mudam dependendo das circunstâncias sociais. (SCHECHNER, 2012, p. 84). Neste sentido podemos considerar que os rituais performatizados na paquera homoerótica dentre outras razões ajudam os indivíduos a se relacionarem eroticamente entre si em um contexto heteronormativo que, além de negar a legitimidade do desejo homoerótico, também o aprisiona em um padrão heterossexual binário de homens e mulheres.

Schechner (2012) divide a performance em eficácia e entretenimento. Dois polos que fazem parte de uma ação contínua dependendo do contexto e da função. A performance é ritual quando se vincula à eficácia ou busca resultados. E é entretenimento quando o objetivo for dar prazer, ser exibida ou passar o tempo. Para o autor, nesse jogo binário eficácia e entretenimento não são opostos, e sim continuamente interdependentes. Não há eficácia ou entretenimento puro. E é das tensões criativas desse jogo e suas várias finalidades que se originam as performances (Ibid., p. 81). Assim, a performance durante a paquera objetiva dentre outras razões principalmente tornar um corpo reconhecido como objeto de paquera ou de desejo, além de eficazmente conseguir um “fica” ou amante em contextos homoeróticos que violam de certa maneira a preservação da heterossexualidade como norma.

A performance-paquera “on-line” é ritual ao se vincular à ação racional que busca resultados específicos nos termos de Schechner (2012). E a partir dos depoimentos e das incursões no Facebook, podemos afirmar que na paquera homoerótica masculina quem executa os rituais são corpos sexuados e genericados e que buscam outros corpos também sexuados e genericados, ambos marcados socialmente pela heteronormatividade<sup>8</sup> e padrões estéticos de beleza dominantes. E especificamente na paquera entre homens, a efeminofobia – aversão aos traços ditos femininos nas performances masculinas – atua como reforçador auxiliar da heteronormatividade.

Para Judith Butler (2010) a materialização do corpo através de categorias como sexo e gênero é resultado de um processo performativo. O sexo considerado a “substância” dos corpos e o princípio fundante da estruturação binária dos gêneros não é algo que o sujeito possui e cuja materialidade é fixa ou estática, pois a própria materialidade dos corpos e sua significação é um “efeito do poder”, é indissociável de normas regulatórias. (BUTLER, 2013, p.156).

Dessa forma, Butler (2010) desestabiliza a consideração do gênero como pertencente ao domínio da cultura e o sexo, ao domínio da natureza. O gênero não é uma inscrição cultural de significado em um sexo preexistente. Ele é um meio “discursivo/cultural” pelo qual “‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (p. 25). O sistema binário dos gêneros fundado em uma relação mimética entre gênero e sexo “na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” é problematizado pela autora. (Ibid., p. 24).

O gênero produz o sexo como algo anterior à cultura e por isso adquire o status de inquestionável. As normas regulatórias através da performatividade transformam o sexo na “matéria” dos corpos. (BUTLER, 2013, p. 155). Em outras palavras, o fenômeno sexo é produzido pela reiteração do discurso como causa fundante dos corpos, e não como efeito de poder da nomeação. Ou mais sucinto, o sexo ou o “sexualmente factual” são “ilusões de substância”, assim como os gêneros, pelas quais os corpos são obrigados a se aproximarem. (BUTLER, 2010, p. 210).

O conceito de performatividade de Butler utilizado para fazer uma genealogia crítica tanto do sexo quanto do gênero corresponde à reiteração prática do discurso que objetiva produzir aquilo que nomeia. Não é um ato singular ou intencional do sujeito. É uma reiteração de uma norma ou conjunto delas que “oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição”. (BUTLER, 2013, p. 166).

A materialidade do sexo é circunscrita e contornada pela heterossexualidade (Ibid., p.170). E regulados por essa matriz<sup>9</sup>, os sujeitos são formados com referência aos seres abjetos produzidos simultaneamente. Os abjetos são possuem o status de sujeitos e funcionam como um “exterior constitutivo” do domínio de circunscrição dos sujeitos. (BUTLER, 2013, p. 156-7). E como efeito de uma prática reiterativa, a naturalização do sexo e do gênero também possui fissuras, brechas, fossos que, conforme a autora, sinalizam para as instabilidades constitutivas das construções de sexo e de gênero. (Ibid., p. 163). Em outras palavras, a materialidade do sexo, a “verdade” e coerência do gênero e o binarismo para o sexo e o gênero são “ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”. (BUTLER, 2010, p. 59).

Entretanto, o gênero como constructo cultural e reproduzido pelas performances repetitivas necessita de um corpo incessantemente modificado e em encenação vigilante para obter legitimidade. Não podemos comprar gênero em uma farmácia. A ilusão da compra da feminilidade e da masculinidade através dos fármacos considerando uma leitura crítica de Beatriz Preciado (2008) pode acabar em um detalhe biológico descoberto que traz à tona elementos corporais definidos culturalmente como pertencentes a um gênero inteligível.

De certo, a materialidade do gênero está vinculada não somente a papéis sociais, hábitos e performances a serem reproduzidas incansavelmente. A legitimidade do gênero se funda também no corpo<sup>10</sup>, na imagem de um corpo relacionado diretamente ao sexo e em movimento por posturas consagradas àquele determinado gênero. Sem corpo modificado – desrespeitando a unidade corpo e performance inteligível – a performance é jogada no estigma.

Uma das primeiras constatações etnográficas é a de que a paquera entre homens na internet é regulada pelos imperativos da “matriz heterossexual”. No regime da heterossexualidade existem “performances de gênero hegemônicas” atreladas ao feminino e ao masculino. Elas constituiriam “ficções sociais sedimentadas ao longo do tempo e que gerariam um conjunto de estilos

corporais” (BENTO, 2006, p. 92). Assim, o binarismo de gênero que sustenta a “heterossexualidade compulsória” modula também a paquera homoerótica, pois as sexualidades atualmente estão reguladas pelo dispositivo da heteronormatividade.

E outro elemento da paquera homoerótica constatado na pesquisa em andamento é a estética. Semelhante a pesquisa de Berenice Bento (2006) sobre a experiência transexual, a estética constitui em um “indicador de níveis de masculinidade e de feminilidade”. (Ibid., p. 163). Ela atuaria para visibilizar e estabilizar os corpos na dicotomia dos gêneros. Além disso, constituiria uma espécie de “capital de gênero” (Ibid., p. 228) através do qual os corpos estariam classificados como abjetos ou “glamourizados”.

Sendo assim, o corpo paquerado é marcado por um sexo que é considerado a “naturalidade” do gênero binário. Judith Butler (2010, 2013) destaca que tanto a materialidade do sexo quanto a essência do gênero são efeitos de práticas discursivas que precisam ser performatizadas. É na performance contínua e repetitiva que o poder regulador dos gêneros é produzido e naturalizado como algo “pré-cultural”. Em suma, podemos falar de performatividades de paquera como atos estilizados e repetitivos das “performances de gênero” valorizadas pelas sociabilidades homoeróticas nos contextos culturais específicos.

## FACEBOOK E OS RITUAIS DE PAQUERA

O Facebook pode ser utilizado pelos usuários sob a forma de contexto “on-line” de paquera, pois não sendo um site específico de busca por parceiros sexuais como Manhunt, Disponível, Badoo e outros, ele inicialmente é considerado uma rede social que objetiva buscar ‘amigos’ e construir uma rede de sociabilidades virtuais e na medida do possível de encontros face a face.

É uma rede social que tem muitos recursos, mas, por delimitação da pesquisa, foram escolhidos para análise dos perfis, o mural, status, a linha do tempo, os botões curtir, compartilhar e cutucar. O mural é um espaço na página de perfil do usuário onde os amigos postam mensagens para os outros verem. Pode ficar visível para qualquer um, com permissão para visualizar o perfil completo. O status fica na página de visualização pública do perfil, de acordo com o usuário, que informa seus amigos e membros de sua comunidade coisas que acham interessantes. A linha do tempo organiza cronologicamente todas as atividades, postagens e publicações dos usuários. Os botões curtir e compartilhar se relacionam a postagens e publicações e constituem os principais instrumentos de paquera virtual.

Atualmente, o botão compartilhar está sendo utilizado mais fortemente para intenções políticas: campanhas, abaixo-assinados e serviços de alerta e conscientização pública. Agora, o botão cutucar é muito polissêmico. Até os criadores dizem que ele não tem uma finalidade específica. As cutucadas podem significar um olá, um pedido de amizade indiscreto, caso não conheça o usuário, e pode ser um recurso de iniciar uma paquera ou investida sexual.

No tocante a diferenciação do Facebook em relação aos sites de anúncios de perfis com a explícita conotação sexual, como os mais famosos na cidade sobralense conforme alguns depoimentos atualmente – Manhunt, Disponível, Badoo e Planet Romeo –, é a própria razão da criação da plataforma: ser uma rede social de “amigo (a)s”. É através dessa justificativa de buscar amigo (a) que as paqueradas se iniciam. E outra razão é porque por essa motivação de criação, o teor amoroso ou sexual fica muitas vezes dissimulado e possibilita

então os flertes virtuais ritualmente executados a fim de “não espantar os boys, se você chega e diz logo o que você curte depois que o boy aceita ser seu amigo”. (Depoimento- David/2014).

Richard Miskolci (2009, 2011, 2012), em suas pesquisas sobre as buscas homoeróticas masculinas, pontua o segredo e o anonimato constituintes das paqueras em sites de relacionamento ou bate-papos. A não exposição e os cuidados dos usuários através da criação de apelidos e de um jogo de perguntas e respostas objetivariam manter em segredo as relações mediadas pela internet. Entretanto, no Facebook, com exceção dos perfis falsos<sup>11</sup>, a proteção do anonimato quase inexistente, e por isso os usuários precisam construir “estratégias”<sup>12</sup> para iniciar uma paquera homoerótica principalmente se os perfis em jogo não possuem nenhuma “pista de que curte caras”. (Depoimento – Marcos/2014). Esse cuidado ritual é necessário, porque além da paquera ser realizada com “perfis verdadeiros”, qualquer conflito interpessoal pode desencadear uma publicação do desejo homoerótico de algum dos envolvidos na paquera. E pode ser, de acordo com os colaboradores, que alguém possua uma vida heterossexual bem consolidada que possa ser desestabilizada com os “boatos” lançados na web. Marcos reside atualmente em Fortaleza, tem 22 anos e foi um dos primeiros usuários a aceitar ser entrevistado. Em seu perfil<sup>13</sup> há uma profusão de fotos sem blusa, de sunga e em festas. As postagens demarcam a evolução da modificação de seu corpo através dos exercícios de musculação. Ele relata que os critérios de seleção de um perfil para paquerar são as fotos de “corpo inteiro”, mas que na fase de bate-papo aciona outros critérios de seleção, pois prefere “ficar” com “caras” que têm uma “cabeça legal e não só corpo...”. Quando ele é paquerado ou inicia um “investimento” em alguém a pergunta se o outro “curte caras” é o ponto de partida ou pode se tornar a razão para finalizar o processo de paquera.

Durante a etnografia, percebi determinados rituais – denominados pelos colaboradores de estratégias – que constituíam a paquera homoerótica no Facebook. Esses rituais serviam para tornar esse processo mais eficaz e evitar desconfortos ou conflito de interesses amorosos entre os usuários. Além disso, os rituais eram utilizados para “informar” o processo de paquera iniciado por alguém sem que houvesse a necessidade de explicitar claramente as intenções de ambos e muitas vezes promover uma saída do armário de forma cuidadosa e paulatina: “não vou de cara primeiro, sem ter uma noção, tenho que me saber conduzir para não me expor e não me constranger e nem chegar a constranger. Mesmo se ele gostasse de homem, ainda não seria cabível por não saber o que ele tá vivendo ou seus planos”. (Depoimento- Juliano/2014). Assim, a utilização dos rituais durante a paquera virtual se justifica porque “às vezes essas coisas [um convite de amizade, uma curtida na foto ou uma cutucada] não tem nada a ver com o que você espera que seja”. (Depoimento-Romário/2014).

A paquera e a “pegação” no Facebook é complexa e ritualística. E os rituais atuam como forma de mobilizar os indivíduos a fim de os tornarem “participantes autorreguladores em encontros sociais” (GOFFMAN, 2011, p. 49). Em salas de bate-papo ou sites de busca por parceiros como Manhunt, Disponível e Badoo, geralmente o segredo e anonimato se referem à identificação do usuário e não ao seu desejo homoerótico: as pessoas já entram em salas temáticas relacionadas ao que realmente buscam na web. No Facebook, é o desejo homoerótico que é resguardado no “armário” e vai sendo ritualmente exposto aos poucos, porque o usuário já foi publicizado e há um “risco” social para muitos, ou seja, a publicização de seus desejos, através de um possível compartilhamento de sua “identificação” através de sua rede de amigos direta e indiretamente.

Na etnografia em andamento, existe uma particularidade que a diferencia da pesquisa de Miskolci (2009). No Facebook, com exceção dos fakes<sup>14</sup>, geralmente os usuários expõem informações sobre si que são passíveis de verificação como de conhecimento ou reconhecimento por outros usuários, pois cada perfil vai adicionando uma rede de amigos, e estes podem se tornar os principais ‘filtros’ da veracidade das informações publicadas no Facebook. Ao contrário dos sites de busca ou relacionamento, no Facebook o usuário “expõe” muitos aspectos de sua vida “on-line” e “off-line” tais como: seus familiares, amigos, viagens realizadas, lugares que frequentou ou frequenta, local de trabalho, estado civil, atividades que realizou ou está planejando realizar e outros. Enquanto naqueles o foco de exposição geralmente de cunho sexual são informações sobre posições e preferências sexuais e características específicas das partes pudendas, cujas fotos acompanham ou não essas informações como comprovações iniciais antes de iniciar as chamadas de vídeo e áudio, caso a plataforma disponibilize<sup>15</sup>.

Nos perfis masculinos analisados, a maioria dos usuários tanto expressam quanto justificam a construção de seus corpos baseados na moral contemporânea da “boa forma”. Aqueles que não consideram seus corpos ajustados ainda publicam incansavelmente seus investimentos diários em academias e suplementação alimentar. E os que já se consideram ajustados, sempre pontuam algo que precisam melhorar ou defendem uma vigilância constante para não “perder a forma”. É elucidativa a constatação de Marcos: “se eu fosse malhado, seria seguido por muita gente [...] os malhados se sentem firmes no seu poder de sedução, eles procuram curtir o público, mas sempre mais jovem e bonito. Pois eles (nem todos) podem escolher com o dedo”. O corpo dos malhados tem o poder de manejo sobre o desejo homoerótico e de liberdade de escolha sobre os outros corpos desejantes. Por isso se aproximam do ideal estético dominante é buscado incessantemente.

Juliano tem 36 anos. Em seu perfil há uma profusão de mensagens de autoajuda, com letras de músicas e de teor religioso. Nas últimas postagens<sup>16</sup> ele expõe dificuldades de se relacionar com outras pessoas justificando que atualmente os indivíduos são classificados por seu status financeiro e por sua adequação corporal aos padrões estéticos masculinos – “corpo sarado”. O seu álbum de fotos é constituído por imagens de sua mãe, seu cachorro, sua irmã e mensagens de superação e encorajamento. Em sua entrevista, há uma ênfase em seu corpo não ajustado aos padrões ideais de beleza, e por isso tornam-se difíceis suas paqueras tanto no “off-line” quanto no “on-line”.

Na busca de parceiro(a)s pela internet seleciona-se quem pode ser alvo da paquera por imagens dos perfis sexualizados e generificados pressupondo que tais imagens sejam confirmadas nos bate-papos ou nas exhibições da *webcam*, e conseqüentemente desencadear e confirmar a atração e o afeto ou até o amor. Ou seja, o “corpo digital” paquerado terá sua performance avaliada através das interações na plataforma, em um jogo de materialização corporal onde o gênero, a sexualidade, vocabulário utilizado, jeitos de corpo, estética e vestimentas serão modulados no delinear do processo de paquera. (GADELHA, 2015, p. 58). A performance para este autor funcionaria como dispositivo de materialização dos corpos, gêneros e sexualidades nos contexto “on-line”.

Gadella (2015) em sua pesquisa trata o “corpo digital ou virtual” feito de texto e imagem. Entretanto esse processo de feitura do corpo, no caso o alvo da paquera virtual, não é uma simples identificação, tradução ou representação de um “corpo real”. É muito mais geração de outra materialidade articulada a processos de mutação. O agenciamento dos corpos se dá entre os sujeitos, as máquinas e os espaços. (Ibid., p. 57-8). Assim, além dos diferenciais identitários,

o corpo digital se “engendra em processos de hibridização com o espaço, do real com o virtual”. (GADELHA, 2015, p. 60).

Este autor critica a ideia de reduzirmos o agenciamento entre corpo, gênero e espaço a uma perspectiva do representacional, pois “há uma performatividade do corpóreo, do espacial e do sexual que se expandem” para além desse domínio representativo. (Ibid., p. 64).

A paquera no Facebook ou no contexto “on-line” é caracterizada fundamentalmente pelo relacionamento dos usuários entre si na rede através de suas materializações corpóreas pela publicação de imagens na plataforma. A apresentação por meio da fotografia encerra uma colocação literal das pessoas na posição de que trabalham na indústria da beleza como modelos ou atores, de acordo com Illouz (2011, p. 117), onde os indivíduos têm uma extrema consciência de sua aparência física, onde o corpo se torna a principal fonte de valor social, econômico [e sexual], além de ficar exposto publicamente a fim de competir com outros corpos.

Os corpos são expostos em forma de “vitrine” acompanhados com enunciados que enalteçam atributos valorizados no mercado. Alguns confessam buscar o melhor lado do rosto para fotografar, vestimentas “que emagrecem” e posturas que evitem a identificação rápida de “que é viado”, por exemplo, “junto com viado”, “desmunhecando”. (Depoimento - Romeno/2014).

A fotografia tanto materializa e objetiva impressionar os outros como sua intensa publicação tem a função de documentar e atrair os outros – sejam futuros amigos, conhecidos, seguidores ou parceiros afetivos ou sexuais. Publicam-se também fotos que tanto documentam os fatos que marcam cotidianamente as vidas dos usuários – sempre dos momentos felizes, alegres e que seduzem – quanto, e principalmente, as autotransformações corporais – no sentido evolutivo para uma maior beleza física. Para se tornar um escolhido ou objeto das paqueras e caçadas sexuais, são necessários dois tipos de moralização corporal. O primeiro é relativo às práticas corporais, ou seja, a participação de um ascetismo frenético caracterizado pela busca de um corpo bom, belo e sadio, resultado da musculação, suplementação e dietas alimentares, além de bons hábitos de vida, sumariamente legitimados pelos ramos científicos consagrados – Medicina, Nutrição, Biologia, Fisioterapia e outros. A outra moralização é do tipo midiática. No mercado das aparências do contexto “on-line”, os “bisturis de softwares” (SIBILIA, 2006) agem para tornar a imagem bem-sucedida e eficiente como representação do corpo ausente e, além disso, construir uma ilusão de similaridade “real” do corpo distante que a imagem objetiva presentear e permanecer no imaginário de quem a visualiza.

Conforme o processo de busca por parceiros segue as regras do mercado, é de suma importância construir eficientemente nas páginas do Facebook ou de qualquer rede social ou site de relacionamento o perfil psicológico– “para se destacar em um bando homogêneo” – e fotográfico que tem como exigência “que ele se enquadre nos cânones estabelecidos da beleza e do preparo físico”, pois as pessoas bem sucedidas são “as que se distinguem por sua originalidade linguística e sua convencionalidade física”. (ILLOUZ, 2011, p. 119). Por consequência, a expectativa de que os perfis construídos tenham valores reconhecidos no mercado da paquera, do sexo e das sociabilidades virtuais no geral, promove uma competição intensa na rede representada pela incessante publicação e melhoria nos perfis, isto é, dos ‘corpos’.

No processo de descrição de si mesmo, os indivíduos se baseiam “nos roteiros culturais da personalidade desejável. Ao se apresentarem aos outros de

maneira incorpórea, as pessoas usam as convenções estabelecidas do indivíduo desejável e as aplicam a elas mesmas”. (Ibid., p. 118).

Além disso, os processos de apresentação pessoal e busca por parceiros no mundo virtual são calcados no credo psicológico conforme Illouz (2011). O outro é conhecido tendo como referência uma ideologia de compatibilidade psicológica, afetiva [ou sexual], pois a identidade se constrói pela decomposição de categorias distintas de gostos, opiniões e no caso do Facebook, amigos em comum, eventos que frequentou, viagens realizadas, postagens recentes, publicações no seu status e as fotografias. O eu é exposto publicamente para uma plateia abstrata e anônima geralmente e a internet contribui para uma ‘textualização da subjetividade’: o eu é externalizado por meios de representação e linguagem. (Ibid., p. 113).

Como resultado, a autora aponta quatro consequências: a primeira é o aguçamento no sentido de singularidade perseguido pelos eus. A segunda é a inversão da ordem da condução das interações românticas: o conhecimento precede a atração, ou pelo menos, “a presença física e a corporalização das interações românticas”. (ILLOUZ, 2011, p. 113). A terceira é a radicalização via tecnologia do eu como selecionador e o encontro como resultado da melhor escolha possível. E a quarta, a internet coloca as pessoas em uma competição por outras. (ILLOUZ, 2011, p. 114).

No Facebook, são entre curtidas, cutucadas e compartilhamentos que os usuários vão navegando pelos perfis, criando estratégias de manipulação identitária e de gênero, além de se tornarem visíveis na rede e, portanto, consumíveis entre os milhões de participantes da rede. Sem visibilidade, não se “existe” na rede social. Esse processo de navegação caracterizado pelo ritual do esquadrinhamento dos perfis pode ser considerado o início da primeira fase do processo de paquera virtual que será chamada de “desfocada”. Em uma interação “desfocada” “os indivíduos em presença visual e auditiva uns dos outros cuidam de suas próprias vidas sem estarem ligados por um foco de atenção compartilhado”. (GOFFMAN, 2011, p. 128). Não há aqui um único centro de atenção. No caso específico do Facebook, os usuários analisam os perfis e inicialmente buscam alguma “pista” ou indício de que o “cara curte” a partir das publicações, curtidas e amigos gays em comum. Ter amigos gays, curtir publicações relacionadas ao assunto da homossexualidade, não ter fotos com crianças ou junto – beijando – mulheres, curtir páginas de boates ou festas gays constituem as “pistas” apontadas pelos colaboradores. Mas um usuário relata que, mesmo sem a identificação dessas “pistas”, “a gente às vezes tenta o colar colou”. (Depoimento - David/2014). Ou então “me declaro para ele mesmo correndo o risco de pegar um fora”. (Depoimento - Juliano/2014).

Fundamentalmente a paquera “on-line” é orientada pelas “performances de gênero”. Durante o esquadrinhamento, os usuários tentam se “encaixar” e “encaixar” os perfis esquadrinhados em julgamentos de identidade de gênero reconstituídas a partir de estereótipos já reconhecidos pelo senso comum como pertencentes a perfis de “caras que curtem”. Nessa fase “desfocada” da paquera, os colaboradores vão paquerando vários perfis através de curtidas em fotos e cutucadas. Os perfis vão sendo classificados como “boy” ou “gay”: o perfil “gay” é aquele que possui as “pistas” acima; e o perfil “boy” é constituído por “coisas de hétero” – assuntos e páginas relacionados a futebol, mulheres e filho(a)s (Depoimento - Rivero/2014). Essa redução binária dos perfis corresponde ao binarismo das “performances de gênero” – masculino e feminino – que no homoerotismo assume as configurações de macho ou “boy” e fêmea ou bicha, acompanhadas da divisão também binária das posições sexuais correspondentes: macho ou másculo – ativo e gay ou afeminado – passivo.

Durante o ritual de esquadrinhamento da paquera “desfocada”, ocorre uma seleção de perfis possíveis e que possuem materializações de corpos desejáveis para serem paquerados. Ela se assemelha à paquera “off-line”, que tem seu início em uma relação peculiar com a “desatenção civil”. O paquerador pode iniciar seus investimentos utilizando-se dessa cortesia. Na desatenção civil, o indivíduo oferece um “aviso visual suficiente” de que percebeu a presença do outro e depois retira seu olhar ou atenção para não expressar que o outro “constitui um alvo de curiosidade ou interação especial”. (GOFFMAN, 2010, p. 96).

O reconhecimento da paquera entre indivíduos se dá por infrações a desatenção civil – olhar prolongado a alguém ou as olhadelas mútuas – confirmada por outros sinalizadores e pela contextualização espaço-tempo. Entretanto, no contexto “on-line”, a desatenção civil pode ser emitida pelas cortiças em fotos ou cutucadas, ou seja, através da emissão de que aquele perfil está chamando atenção a alguém. E o olhar prolongado ou mútuo – confirmador do início da fase focada da paquera – pode ser confirmado pelo retorno das cortiças em fotos, cutucadas e solicitações de amizade: “cutucadas no começo eram o auge. Hoje as cantadas por mensagens são mais frequentes e curtidas em fotos”. (Depoimento- Marcos/2014).

Tento observar um por um o perfil do Face da pessoa e tento ver como se aproximar. Observo, mando uma mensagem formal ou cutuco e daí vejo, mais nunca ir direto [...]. A pessoa fica te curtindo, mostrando interesse para as coisas que você curte e aí vai de você [...] (Depoimento-Juliano/2014).

A passagem da paquera como interação “desfocada” para um encontro ou engajamento de face [no caso engajamento “on-line”] é autorizada pela intensidade dos retornos às cortiças de fotos, pelas cutucadas e em algumas situações por comentários e mensagens direcionadas a fotos ou algo publicado: “começo a observar pelas inúmeras vezes em que curtiu uma foto ou um status em menos de um minuto [risos]. Isso acontece muito, mais o fator principal é durante a conversa no bate-papo”. (Depoimento- Romário/2014).

Observo, mando uma mensagem formal ou cutuco e daí eu vejo no que dá, mais nunca ir direto [...] eles puxam conversa, fazem comentários de alguma foto, curte alguma coisa, a maioria das coisas que curto ou compartilho num face, [...] (Depoimento- Juliano/2014).

“Cutucar”, “curtir uma foto dele”, “comentar uma foto onde ele foi marcado, ou comentar e também curtir suas recentes postagens”, “solicitar amizade” ou “mandar uma mensagem qualquer de paquera” (Depoimento-Josué/2013) foram apontadas como principais “estratégias” ou rituais de aproximação na busca por parceiros amorosos e/ou sexuais no Facebook, de acordo com os colaboradores. Tais ações são rituais por serem consideradas eficazes na busca por chamar atenção de algum usuário durante as performances de paquera. Vale destacar que, antes desses rituais, o principal ritual de seleção dos futuros objetos de desejo é a visualização das fotos e consequente análise dos perfis dos usuários localizados tanto através dos amigos dos usuários quanto também dos amigos em comum com outros usuários.

A “interação focada” da paquera virtual é marcada geralmente quando um dos usuários aceita o convite de solicitação de amizade de outro ou em menor frequência quando um deles envia uma mensagem qualquer. Na interação focada existe um único foco de atenção cognitiva e visual durante os atos de fala e gestos. E os participantes ajudam a manter esse foco de atenção. (GOFFMAN, 2011, p. 128). O início desta fase ocorre segundo os colaboradores quando dois

usuários se tornam “amigos” no Facebook. Há outros rituais de aproximação da paquera mais diretos como elogios às fotos e ao corpo dos usuários ou a solicitação de amizade como primeira ação sem passar pelas curtuições de fotos ou publicações.

Realizada no bate-papo do Facebook, essa fase “focada” principia com a deferência, ou seja, um ritual interpessoal através de pequenas saudações, elogios ou desculpas de comunicar apreciação ou estima ao receptor. Esse ritual é utilizado para se aproximar ou fazer investidas aos corpos paquerados. Entretanto é a fase mais complexa, porque lida principalmente com a confirmação das performances exibidas pelos indivíduos durante a fase desfocada ou não-verbal. E no caso do Facebook, a confirmação performática se dá por uma avaliação do desempenho linguístico em confronto com a análise do perfil realizada anteriormente através dos trânsitos “virtuais”: curtuições de fotos, de festas, eventos, páginas e publicações em geral, principalmente as fotos pessoais. Aqui, ocorre uma exacerbação/manipulação/reformulação dos significados atribuídos aos dois polos da paquera – cálculo e desejo (PERLONGHER, 1987, p. 161) – desde o início do processo. Além disso, essa fase da paquera é caracterizada pela “deferência”.

A deferência pode assumir a forma de ritual de evitação e ritual de apresentação. Os “rituais de evitação” são empregados onde a deferência leva o ator a manter distância do receptor e para não violar a esfera que está ao seu redor. (GOFFMAN, 2011, p. 65). Eles assumem a forma de proscições, proibições e tabus os quais encerram “atos que o ator deve se abster de realizar se não quiser violar o direito do receptor de mantê-lo a distância”. (Ibid., p. 74).

Um segundo tipo de deferência são os rituais de apresentação. Eles funcionam para confirmar aos receptores que são estimados e sinaliza para o tratamento que está por vir na interação. Ou seja, eles especificam o que deve ser feito. (GOFFMAN, 2011, p. 72). O autor considera que na sociedade há uma dialética constante entre rituais de apresentação e de evitação (Ibid., p. 78). Ele menciona quatro formas muito comuns desse tipo de deferência: saudações, elogios, convites e pequenos serviços onde o “ator representa concretamente sua apreciação do receptor”. (Ibid., p. 74).

Da mesma forma que na paquera “off-line” “pegar o olho” do paquerado é uma forma do paquerador ser visto e demonstrar sua paquera, evitar que alguém “pegue seu olho” constitui na forma cortes de bloquear ou interromper uma paquera em curso, pois é “compreensível que um indivíduo que deseje controlar o acesso dos outros a ele e a informação que recebe pode evitar o olhar para a pessoa que o está procurando”. (GOFFMAN, 2010, p. 106). Ou seja, quem quer evitar encontros, as olhadelas mútuas devem ser evitadas, visto que o “contato visual nos abre para engajamentos de face”. (Ibid., p. 108). No caso da paquera virtual, o evitar “pegar o olho” de alguém é constituído pelos seguintes “rituais de evitação”: não retornar as curtuições de fotos, as cutucadas e não confirmar as solicitações de amizade.

Os rituais de apresentação – regularmente empregados na fase posterior às correspondências das curtuições e solicitações de amizade – ocorrem geralmente durante o bate-papo do Facebook. Neste recurso, auxiliado pela *webcam*, os usuários entram em um processo de avaliação mútua cujo objetivo é tentar se confirmar a materialização emitida pelos corpos em seus perfis e aquela materialização que foi recebida/construída por alguém. Essas confirmações ou confrontos entre o imagético e a simulação do que poderia ser o “real” capturado pela *webcam* vão também confirmando ou modificando o desejo inicial movido pela análise dos perfis durante a fase “desfocada” da paquera.

De forma geral, essa fase “focada” da paquera no Facebook pode assumir a configuração de “multifocada”, pois os colaboradores ratificam a possibilidade de abrir várias janelas de bate-papo com outros usuários e engendrar diferentes processos “focados” de paquera. O “foco” onde será dispendida maior atenção é constituído por aquele bate-papo em que há maior possibilidade de ocorrer uma “real”: além de outros aspectos como um “perfil atraente” e “um bom papo”, a velocidade de retorno das mensagens enviadas e consequente envio de novas mensagens de ambas as partes. Se o usuário custa responder ou não pergunta nada, já é considerado indício suficiente para encerrar a conversa ou investir talvez em outro “foco”.

A possibilidade de acontecer “uma real” pode surgir na ocorrência do “ficar” ou da “pegada”, como a etapa final de um processo de paquera em que a fase de interação “focada” é essencial. Pois, para ser bem-sucedida, deve ser constituída pelo mútuo envolvimento dos indivíduos. Embora nem sempre o grau de envolvimento dos indivíduos seja semelhante, a permanência desse grau sempre estará sujeita a rupturas e distrações que, às vezes, podem até ser consideradas como sinal de desinteresse de algum dos indivíduos. Essas distrações podem mesmo se constituir em tempos necessários para dar atenção ou focalizar outros bate-papos abertos e em curso durante o “multifoco” da paquera virtual. E os colaboradores já sabem disso.

Outra variável importante nessa fase dialogada ou “focada” da paquera são os horários. Conforme o relato dos colaboradores, geralmente depois das onze da noite, os usuários iniciam as conversas mais diretamente, com frases do tipo: “e aí pegando muita gata” e “fazendo q de bom nessa madrugada”. (Depoimento-Romeno/2013). Às vezes, respostas negativas abrem caminho para os elogios e as cartadas finais: “um cara boa pinta como você, sozinho ainda...”; “é por opção, né..”; “se eu curtisse, não dispensaria mano”. (Depoimento-Italiano/2014). Daí por diante é esperado alguma frase que permita prolongar a paquera ou finalizá-la, como o outro perguntar por que o paquerador não o dispensaria. Ou na pior das hipóteses, o paquerado afirmar que não ‘curte’ homens. Interessante que geralmente o paquerador não acredita quando ouve um não, pois justamente, aquele perfil ou pessoa escolhida foi resultado de muita análise e possuía as “pistas” necessárias para iniciar a investida. E então, ele encerra a conversa às vezes até grosseiramente: “tu não curtiu foi eu, mas homem tu pega sim, falou”. (Depoimento- Sírios/2014).

Quando o perfil não tem muitas “pistas de que ele curte”, a estratégia é sempre começar com “assuntos hétero, como futebol, baladas, quantas gatas tu pegou...”. Depois, e vai depender muito da “minha percepção”, “faço elogios do corpo dele, pergunto se tá malhando muito...”. “E aí quando o cara não curte a gente nota logo, aí a gente já pede o número do *whatsapp*<sup>17</sup> e aí [...]” (Depoimento-Rivero/2014). Iniciando com assuntos do “mundo heterossexual”, o usuário parece assegurar a crença de que percebe o paquerado como heterossexual, deixando este mais confiante, que pode ter medo de que seu ‘segredo’ seja facilmente descoberto. E depois, a pergunta se o paquerado curte ou o que ele curte – unânime em todas as interações no bate-papo quando ambos já se percebem em uma interação-paquera homoerótica – também de certa maneira assegura sua identidade, ao focalizar apenas a prática do “fica” – caso se confirme – ou do sexo casual.

Em acréscimo, a grande maioria dos colaboradores da pesquisa afirmava que durante as interações de paquera inicialmente diziam serem casados ou terem medo de que suas namoradas ou esposas descobrissem suas práticas, para depois responder se “curtiam” ou não caras. Mas essa estratégia pode ser explicada pelo fato de que na busca racionalizada, seletiva e estigmatizada por parceiros no contexto “on-line”, tais afirmações ressoam no imaginário dos

usuários e no senso comum ‘real’ como homem másculo e ativo, não gay: lê-se não é do “meio” gay. Identidades superiores na ordenação heteronormativa dos relacionamentos amorosos e sexuais entre os homens. Longe de ser uma “ampliação do armário”, para alguns dos colaboradores, essas afirmações vinculadas ao mundo heterossexual funcionavam como “estratégias” para “pegar boy”, ou seja, pegar “homens de verdade” que frequentemente “curtem caras”, mas “não deixam de ser hétero”. (Depoimento- Romeno/2013).

Dessa forma, a paquera virtual reforça de forma mais racionalizada e mais angustiante, por seu caráter descorporalizador, a heteronormatividade, embora que permitam as encenações pelos usuários de identidades desvalorizadas por esse dispositivo relacionadas ao gênero e a sexualidade. Há um cuidado ritual nas investidas, porque os perfis são públicos, embora os usuários selecionem de forma identitária tais perfis buscando “pistas” de possíveis “curtidores” do homoerotismo.

É justamente na pergunta unânime feita em todas as interações durante a etnografia no Facebook – ‘vc curte h’ ou ‘o que vc curte’<sup>18</sup> – e não perguntas proferidas em tempos passados durante uma paquera homoerótica – ‘você é gay, ou homossexual, ou bicha ou viado’ e/ou seu complemento – você é ativo, passivo ou versátil – que nos despertou a reflexão acerca de um mecanismo, na sua colocação discursiva e reiterativa, utilizado na internet e que está possibilitando diferentes modos de ser, agir e repensar os relacionamentos amorosos e sexuais.

Vinculada consensualmente à conotação de efemeridade, apego e desapego rápidos, a ideia de curtição é correlata à ideia de atos de amor e sexo profundamente flexíveis, negociáveis e mutantes ao calor das emoções, dos contextos, dos desejos e dos corpos presentes ou digitais. Nesse sentido, a palavra “curtir” desidentifica o sexo e o gênero e os joga no cenário do desejo e das possibilidades e tira a obrigação de se identificar. Sendo assim, através desse mecanismo ocorre uma legitimação de práticas amorosas ou sexuais que não devem ser reconhecedoras de identificações fixas.

A “performatividade-curtição” legitima então um homem amar ou fazer sexo com outros homens e não ser considerado homoerótico: os usuários e pessoas do “off-line” compartilham da possibilidade – pressuposta como desejável e um atrativo a mais para o status de desejabilidade dos corpos por conta da efeminofobia – de se relacionar com pessoas do mesmo sexo e não serem reconhecidos como homossexuais conforme a constatação de Miskolci (2013). Dito de outra forma, a “performatividade-curtição” pode funcionar como reforçador da heteronormatividade e ponto de apoio do regime do armário nos contextos “on-line” e talvez “off-line” por desconsiderar a inteligibilidade do homoerotismo como algo a ser publicizado e reconhecido socialmente, relegando suas práticas, desejos e sentimentos ao estratégico mecanismo da desvinculação, da efemeridade ou do “por uma noite apenas” e seus correlatos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A performatividade-paquera no Facebook pode ser dividida ritualmente em duas fases: a “desfocada” e a “focada” e/ou “multifocada”. Na primeira, o ritual de esquadrinhamento objetiva selecionar perfis na plataforma tendo como referência os ideais estéticos de beleza masculinos – corpo sarado – e as “performances de gênero”.

Os corpos materializados nos perfis são classificados em duas categorias binárias apenas: em masculino – o ideal ‘macho’, ‘ másculo’ ou viril – que é perseguido por todos que paqueram e os que querem ser paquerados; e em feminino – a ‘bicha’, “trejeitada”, “afeminada” – que constitui o objeto, o exterior constitutivo do masculino supervalorizado. O corpo – material da paquera – tenta expressar o triunfo: estética ideal e masculinidade e evitar comunicar a feminilidade principalmente se não possuir a beleza corporal padrão. Além disso, o gênero performativo se relaciona com a sexualidade. O macho é ativo, e o “afeminado” – fêmea – deve ser passivo. A categoria que os colaboradores identificam como “boy” é constituída por homens ativos e passivos não afeminados que possuem uma vida social: serem másculos, possuírem namoradas ou esposas, não compartilharem de uma pretensa ‘identidade gay’ – frequentarem boates, festas, saunas e terem certos ‘gostos’ – moda, música pop, literatura, decoração ou “coisas de salão de beleza”. (Depoimento- David/2014).

A partir dessa classificação são utilizados como rituais de aproximação as curtidas de fotos ou em postagens e as cutucadas. Se ocorrer retorno significativo dessas investidas, é enviado um convite de solicitação de amizade e mensagens ou comentários sobre fotos ou status sobre o perfil alvo da paquera. Nesse momento se inicia a fase “focada” da paquera virtual que se prolonga com a aceitação da amizade solicitada e se desenrola no bate-papo da plataforma. Geralmente, nessa fase pode se configurar uma paquera “multifocada”, pela possibilidade de serem abertas inúmeras janelas e manter diferenciados “focos” de paquera na internet.

O bate-papo é caracterizado pelas confirmações das materializações corpóreas percebidas por ambos os usuários envolvidos no processo de paquera iniciado na fase “desfocada”. Ou seja, o processo de paquera virtual é atravessado pelo constante esquadrinhamento das materializações corpóreas acionadas pelos usuários – desde a seleção dos perfis desfocadamente ao bate-papo e talvez durante a “real” – possível encontro face a face.

A performatividade da paquera virtual envolve processos híbridos entre humano e máquina das dinâmicas performáticas de sexualidade e gênero. Tal processo encerra um dispositivo de materialização corpórea nos termos de Gadelha (2015) reiterativa de formas de gênero hegemônicas, de sexualidade inteligível ou de sexualidades dissidentes. Embora que o homoerotismo “on-line” esteja aprisionado no “armário ampliado”, a “performatividade-curtição” pode se constituir em fissuras temporárias desse aprisionamento.

## NOTAS

<sup>1</sup> A preferência pelos termos virtual e virtualidade neste artigo se deve à ideia de que os “processos de virtualização são concernentes a agenciamentos de corpo, do espaço, do tempo e do sexo que atravessam as dimensões do humano e do não humano”. (GADELHA, 2015, p. 67).

<sup>2</sup> O termo ciberespaço foi criado pelo escritor de ficção científica William Gibson, em 1984, com base em dois conceitos: cibernética e espaço. Gibson destacava a desconexão entre ciberespaço e espaço físico material. Com a popularização da internet e o surgimento do *world wide web* (WWW) em 1992, ciberespaço e internet passaram a ser tratados quase como sinônimos. Neste ínterim, os espaços digitais foram considerados desconexos da realidade física, processo que resultou no uso do termo realidade virtual como antônimo da vida real. (SOUZA; SILVA, 2006, p. 21-22).

<sup>3</sup> Esse termo no Brasil é utilizado para denominar de forma nativa o “cruising”: “prática espacial erotizada e erotizante de praças, parques, locais desertos na cidade que se tornam pontos para encontros fortuitos, busca de parceiros e amores entre sujeitos, do sexo masculino”. (GADELHA, 2015, p. 65).

<sup>4</sup>Na cibercultura o “eu” “também se torna desterritorializado” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 202) e, portanto, ávido por assumir as territorialidades tanto possíveis quanto estratégicas frente a seus desejos e objetivações. Eva Illouz (2011, p.115) assevera que a internet possibilita um eu flexível, aberto e múltiplo.

<sup>5</sup>Lemos (2010, p. 22) define a cibercultura como um “conjunto tecnocultural” que surge no final do século XX em consonância à microinformática e ao surgimento das “redes telemáticas mundiais”. Essa forma cultural engendra modificações nas práticas sociais por meio de “novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social”.

<sup>6</sup>Último acesso de seu perfil: 31/10/2015.

<sup>7</sup>A título de diferenciação com a citação dos teóricos utilizados na discussão, o nome dos colaboradores vem grafado com letras minúsculas em parênteses.

<sup>8</sup>Termo criado por Wagner (1993) que identifica um conjunto de disposições – discursos, valores e práticas – que naturaliza, sanciona e legitima a heterossexualidade como a única possibilidade de expressão dos sujeitos (JUNQUEIRA, 2012, p. 66). A heteronormatividade é sustentada pela heterossexualidade obrigatória conforme Louro (2012). E, além disso, reforçada pela efeminofobia no caso das relações amorosas e sexuais entre homens.

<sup>9</sup>Butler (2010, p. 216) designa como “matriz heterossexual” o modelo discursivo hegemônico da inteligibilidade de gênero que reivindica uma coerência corporal expressa na vinculação direta oposicional e hierárquica entre sexo e gênero estável. Um corpo com pênis seria um macho e ocuparia a posição social masculina. Um corpo com vagina seria uma fêmea e exerceria seu papel social feminino culturalmente estabelecido.

<sup>10</sup>Cf. Preciado (2008) e sua tese do gênero como uma ecologia política produzida por tecnologias farmacológicas e audiovisuais que modela subjetividades. Na era dos fármacos é possível a produção de corpos generificados.

<sup>11</sup>Durante a etnografia, recebi várias solicitações de amizade desses perfis os quais detectei sua falsidade por não apresentarem publicações de ações cotidianas e suas fotos serem de modelos masculinos ajustados ao padrão estético dominante: corpos musculosos. Os colaboradores afirmam não se interessarem por esses perfis corroborando a ideia de que a paquera no Facebook geralmente não é anônima como em alguns sites e aplicativos de “pegação”, onde se criam apelidos e os rostos dos usuários são ocultados para evitar a identificação durante a fase desfocada da paquera “on-line”. Entretanto o que está no armário é o desejo homoerótico que será ritualmente exposto para ambos, permanecendo em segredo na maioria das vezes para o restante dos amigos desses usuários participantes do processo ritual de paquera. Mas esses perfis falsos no Facebook e o segredo ritual da paquera, solicitado e mantido na ambiência do bate-papo, corrobora a tese de ampliação do armário de Richard Miskolci (2009).

<sup>12</sup>Pela consideração de que as “estratégias” enunciadas pelos colaboradores visavam obter resultados, ou seja, definir uma situação de paquera e estavam atreladas a um comportamento encenado para uma plateia, tais “estratégias” constituíram no decorrer da análise como “rituais” nos termos de Schechner (2012).

<sup>13</sup>Último acesso de seu perfil: 25/10/2015.

<sup>14</sup>Perfis da plataforma Facebook que geralmente se constituem de informações falsas como nome, imagens, cidade onde nasceu e outros. Conforme os usuários em que dialoguei, esses ‘fakes’ são mais utilizados para pegação e se caracterizam por possuírem muitas fotos apenas de corpo sem aparecer o rosto, principalmente das partes pudendas ou apenas de sunga. Há também os ‘fakes’ que utilizam fotos explícitas de homens coletadas na internet ou até de fotos de usuários ‘verdadeiros’ do Facebook.

<sup>15</sup>Miskolci (2012) analisa o incentivo a “sexualização” dos perfis em sites de busca por parceiros masculinos.

<sup>16</sup>Último acesso: 28/10/2015.

<sup>17</sup>Aplicativo comprado pelo Facebook em 2014 que envia de mensagens instantâneas de áudio, vídeo e textos.

<sup>18</sup>Mantive a transcrição literal, inclusive com as devidas abreviaturas.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CANEVACCI, Massino. Corpos polifônicos e tecnologias digitais. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 33-64, 2012.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- GADELHA, Kaciano Barbosa. Para além da “pegação”: performatividade e espacialidade na produção de materialidades sexuais on-line. In: *Àskesis*, v. 4, n.1, p. 56-73, jan./jun., 2015.
- GOFFMAN, Erving. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Trad. Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Celia Santos Raposos. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ILLOUZ, Eva. *O Amor nos tempos do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In. *Revista Educação On-line*. PUC-Rio, n.10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev\\_edu\\_online.php?strSecao=input0](http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0)>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- LE BRETON, David. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: vozes, p. 15-32, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Papyrus Editora, Campinas, 2013.
- LÉVY, Pierre; LEMOS, André. *O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LIGIÉRO, Zeca (Org.). *Performance e Antropologia de Richard Schechner*. Trad. Augusto Rodrigues da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade*. Autêntica Editora, 2010.
- \_\_\_\_\_. Prefácio – Desafios. In: COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 11-13, 2012.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado: notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet. In: *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190. 1. Sem. 2009.

\_\_\_\_\_. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. In: *Cronos*: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 12, n. 2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa [et al] (Orgs.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 32-52. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, p.301-324. jan./abr 2013.

PARREIRAS, Carolina. “não leve o virtual tão a sério”? - uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no on-line. In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flavio Melo de; DULLEY, Iracema (Orgs.). *Etnografias, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico*. São Paulo: Annablume, Fabesp, 2011.

PERLONGER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madri: Espasa, 2008.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. ed. 2 Porto Alegre: Sulina, 2011 (coleção cibercultura).

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: *Cadernos Pagu* (28), p. 19-54. jan./jun. 2007.

SIBILIA, Paula. O bisturi de software: como fazer um ‘corpo belo’ virtualizando a carne impura? In: ARAÚJO, Denize Correa (Org.). *Imagem (ir) realidade: comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 271-289.

\_\_\_\_\_. Celebridade para todos: um antídoto contra a solidão? *Cienc. Cult.*, v. 62, n. 2, p. 38-44, 2010.

SOUZA E SILVA, Adriana. Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos? In: ARAÚJO, Denize Correa (Org.). *Imagem (ir) realidade: comunicação e cibermídia*. Porto Alegre: Sulina, p. 21-51, 2006.

# UMA RELAÇÃO ENTRE VAQUEIROS E SEUS ANIMAIS NO SERTÃO PERNAMBUCANO

## *A RELATIONSHIP BETWEEN CAWBOYS AND THEIR ANIMALS IN PERNAMBUCANBUSHLAND*

**Maximiliano Carneiro-da-Cunha**

*maxcarneiro6@gmail.com*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAST*

**Andiara Valentina de Freitas e Lopes**

*andiaralopes@yahoo.com*

*Universidade Federal de Pernambuco – UFPE*

### RESUMO

A relação entre humanos e animais é de grande importância no nosso cotidiano, mesmo que isto não seja sempre claro para a maioria de nós. Essa relação tem sido objeto de crescente interesse por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento nas últimas décadas, através dos Estudos da Relação Humano-Animal. Este artigo tem como foco a vida dos vaqueiros pernambucanos e sua relação com os animais com os quais convivem constantemente, seja no trabalho diário ou nas competições de habilidades, nas Pega de Boi e nas Vaquejadas. Essa relação mostra a relevância do desenvolvimento da região do Pajeú, no sertão pernambucano, que faz parte de um dos ciclos econômicos da história do Brasil, o da pecuária. Da mesma forma, ela revela como o desenvolvimento de uma cultura local, hoje considerada patrimônio cultural e imaterial, contribuiu para o crescimento da pecuária no país.

**Palavras-chave:** Vaqueiros. Estudos sobre animais. Estudos culturais. Sertão.

### ABSTRACT

The relationship between humans and animals is of great importance in our daily life even if it is not always clear to most of us. This relationship has been the subject of growing interest by researchers from various fields of knowledge in recent decades, through the study of the Human-Animal Studies. This article focuses on the lives of Cowboys from Pernambuco and its relationship to the animals with which they live constantly in daily work or in skill competitions, such as the Pega de Boi and Vaquejadas. This relationship displays the importance of the development of the Pajeú region, in the hinterlands of Pernambuco, which was part of one of the economic cycles in the history of Brazil, the livestock farming as well as the development of a local culture, now considered cultural and intangible heritage, contributed to the growth of livestock in the country.

**Keywords:** Cowboys. Animal studies. Cultural studies. Bushland.

# INTRODUÇÃO

Os animais estão presentes em nossas vidas mais do que podemos imaginar. Sejam como animais de estimação, como transporte, como trabalho, como alimento ou como vestimenta, os animais fazem parte de nosso dia a dia, mesmo que isso não seja percebido pela grande maioria dos humanos. Dentro da história da humanidade, a presença de animais está intimamente ligada ao nosso desenvolvimento como espécie, estando presentes nas religiões, nas artes e na nossa vida diária.

Os estudos sobre humanos e animais, mais especificamente dentro do campo das ciências sociais e humanidades, têm se desenvolvido bastante nos últimos anos. Essas investigações vêm preencher uma lacuna que, cada vez mais, tem sido alvo de interesse por parte de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, ou seja, as relações entre humanos e animais e de como elas afetam nossa vida. Tudo isso levanta questões tais como os direitos dos animais, sua importância como elementos afetivos em nossas casas, sua importância dentro do nosso dia a dia, entre outros temas.

Na mesma direção desses estudos, a presente pesquisa tem como foco a relação entre os vaqueiros e os animais que estão presentes em suas vidas, mais especificamente cavalos e gado, no sertão do estado de Pernambuco, cuja cultura do vaqueiro ainda se faz viva e resiliente. O grau de relevância dessa relação pode ser entendido através da maneira como a pecuária foi trazida e desenvolvida no Brasil, passando a ser um dos setores econômicos de significativo valor, bem como o elemento cultural na figura do vaqueiro nordestino tão evocado na literatura e arte brasileira.

As abordagens teóricas neste artigo foram embasadas na associação entre a antropologia – e os estudos culturais – com os estudos sobre animais (*Animal Studies*), já que a relação entre humanos e animais aqui se baseia na tradição cultural do vaqueiro do sertão pernambucano. Sendo parte de uma ampla pesquisa sobre o vaqueiro pernambucano e seus costumes culturais, este estudo vem em parte de um levantamento bibliográfico sobre estudos entre humanos e animais, além de uma etnografia sobre os vaqueiros no sertão de Pernambuco.

Sendo assim, o intuito é de contribuir para os estudos sobre a relação entre humanos e animais, que vem crescendo em interesse não só por parte de cientistas do campo das ciências naturais, mas também para os pesquisadores das ciências sociais e humanidades em geral.

## OS ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E ANIMAIS

Nos últimos trinta anos, um novo campo de conhecimento passou a ganhar mais espaço dentro dos estudos acadêmicos enfocando a relação entre humanos e animais. Vários autores atribuem o início dessa nova área de conhecimento e um crescente interesse por parte da academia sobre os animais e seu papel dentro das sociedades humanas às publicações de dois importantes trabalhos envolvendo animais e humanos: *Animal Liberation* de Peter Singer, seguida de *The Case for Animal Rights* de Tom Regan. A razão disso se deu em grande parte devido à negligência acadêmica dada aos animais e as relações com os seres humanos, especialmente pela difusão das formas de representações simbólicas dos animais, assim como pelas histórias narradas nas diversas culturas humanas. (SHAPIRO; DEMELLO, 2010).

Desde 1987, esse campo passou a ser conhecido por várias nomenclaturas, como *Anthrozoölogy*, Estudos de Animal, Estudos Críticos de Animal, Estudos de Animais e Sociedade, Humanimalia e o nome pelo qual tornou-se mais conhecido: Estudos humano-animal ou, no original, *Human-Animal Studies* (HAS). Essa dificuldade em estabelecer um nome que se acomodasse às diversas disciplinas que o campo engloba, reflete questões mais profundas sobre um estatuto dos animais que trará, possivelmente, uma aceitação e consequente progresso desse campo que lida com as nossas relações com os animais que nos cercam cotidianamente. (SHAPIRO, 2008).

Para manter uma denominação comum durante o desenvolvimento desse artigo, e na falta de uma nomenclatura definida da área no Brasil, passarei a chamar o campo de “Estudo das Relações Humano-Animal”, sem sigla como no original (*HAS – Human-animal Studies*). Para uma melhor compreensão, podemos dizer que esse é um campo interdisciplinar/multidisciplinar que visa explorar as formas através das quais os animais ocupam as sociedades humanas, levando em conta as interações e relações entre humanos e animais (ou animais não-humanos). O foco central desse campo de estudo está nas formas com que a vida dos animais se sobrepõe, temporalmente e espacialmente, com os humanos. (DEMELLO, 2012). Contudo, não se pode equivocadamente entender essa área do conhecimento como o estudo de animais, como nas ciências naturais. Na verdade, o objetivo do Estudo das Relações Humano-Animal é analisar as interações entre seres humanos e animais quando essas interações ocorrerem dentro de nossas vidas.

Os diversos acadêmicos que estão envolvidos com o Estudo das Relações Humano-Animal têm procurado compreender a distinção entre o animal “tal como ele é” e o animal como “socialmente construído”, na mesma concepção em que idealizamos o “outro”, concepção essa tão comum à Antropologia. Sociologicamente falando, temos por hábito nos cercar de entendimentos antropocentricamente construídos, pois mesmo que os animais pertençam à natureza em sua essência, eles são incorporados ao nosso mundo social com atribuições categóricas que nós lhes oferecemos. O problema que se revela aqui é que esses conceitos estão fortemente impregnados de conceitos ideológicos que servem apenas aos nossos próprios interesses. (SHAPIRO; DEMELLO, 2010).

Nós, humanos, não podemos negar que estamos constantemente rodeados de animais em nossas vidas. Nós nos alimentamos de animais – e dos produtos que usualmente são adquiridos através deles (leite, carne, mel) – nos vestimos com roupas e sapatos que, em diversos casos, são constituídos por couro, pelo ou lã de animais. Nós usamos medicamentos que são criados através do uso de cobaias em laboratórios, assim como usamos no nosso dia a dia, produtos cosméticos que são repetidamente testados em animais. (INGOLD, 1988; WALDAU, 2013).

Os animais são, desse modo, encontrados em praticamente todas as tradições nas sociedades humanas. Nós colocamos em nossas casas diferentes tipos de animais, como animais de estimação e, não raro, são tratados como membros da família. Além do mais, nós os representamos nas diversas formas de arte (literatura, pintura, contos, música), nos esportes como mascotes e os usamos em circos, em museus e jardins zoológicos e, nesse último caso, nem sempre bem tratados e respeitados. (MARVIN; MCHUGH, 2014). Contudo, enquanto alguns animais chegam a nossas casas como animais de estimação, outros são na maioria dos casos tratados e entendidos como invasores, e por essa razão, passíveis de maus tratos e até mesmo extermínio, estabelecendo assim uma dicotomia domesticado x selvagem ou estimação x fera (LEWGOY; SORDI; PINTO, 2015).

Na introdução de *Theorizing Animals*, Nik Taylor (2011, p. 1) afirma:

“Animals have become the increasing focus of academic interest, an interest which spans multiple disciplines and begins to question hitherto taken for granted assumptions about the place of animals and their relationship vis a vis humans. Recent evidence regarding environmental problems and changes has led to an increased awareness of the inter-connectedness of all life which in turn has led (is leading?) to a rejection of the human-centered – anthropocentric – assumptions which are considered to be indicative of current ways of seeing animals. If humans are no longer ‘the centre of the universe’ and if our relations with animals are much more complex than previously thought, then we need to study them in new – and diverse – ways; in ways which continue to challenge us to re-think ‘our’ relationships with ‘them’. This then serves to legitimize much of the current interest in animals from disciplines previously largely concerned only with humans (i.e. the social sciences and the humanities)”.

Não há como deixar de reconhecer que a antropologia sempre abordou os animais dentro de seus estudos sobre a humanidade e suas diversas formas de cultura, mesmo que de forma simbólica ou representativa. (DEMELLO; JOSEPH, 2010). Desde a perspectiva biológica, passando pela arqueologia e questões sociais e culturais, a antropologia continuamente tem focado, de alguma maneira, a presença de animais dentro de suas investigações. Isso sem mencionar o fato de inúmeras divisões dentro da área, tais como Antropologia Econômica, Antropologia Política, Antropologia da Doença, dentre outras, graças à interdisciplinaridade inerente à disciplina, o que faz com que antropólogos transitem em diferentes campos do conhecimento, seja nas ciências naturais, sociais ou humanidades. Entretanto, o escopo, as abordagens teóricas e metodológicas diferem significativamente das outras áreas, tornando o enfoque sobre as relações entre humanos e animais particularmente difícil. (MULLIN, 1999 e 2002; TAYLOR, 2011).

Embora o campo tenha começado nas ciências humanas, mas especificamente na filosofia com o livro *Animal Liberation* de Peter Singer, como dito anteriormente, a área ganhou grande desenvolvimento nas ciências sociais e nas humanidades. Estudos em outras disciplinas das ciências sociais e humanas (Antropologia, Geografia, Ciências Políticas e Direito) foram publicados em seguida, criando um grupo de estudiosos cada vez maior nos estudos sobre a relação humano-animal. Pode-se dizer que os animais sempre serviram como objetos de estudo nas ciências naturais e sociais, mas raramente foram considerados como sujeitos ao invés de objetos de estudo. Talvez pelo fato de que os humanos sempre tenham usado os animais de diversas formas em nossa sociedade, tais como o consumo de carne ou nos diversos experimentos médicos, mas esquecendo que os animais possuem também subjetividade. (DEMELLO, 2012).

A antropologia, mais do que qualquer outra disciplina nas ciências sociais e humanas, não poderia negligenciar os estudos envolvendo humanos e animais, pois sempre teve como base a compreensão e entendimento das culturas e as relações humanas envolvendo animais e sua relevância dentro das sociedades. Por essa razão, os animais sempre estiveram presentes nos primeiros trabalhos desenvolvidos na disciplina, já que os animais sempre foram altamente significativos em muitas das sociedades estudadas pelos antropólogos e faziam parte do cotidiano da maioria das sociedades no mundo. (MARVIN; MCHUGH, 2014). Desde obras clássicas como *Os Nuer* de Evans Pritchard ou *A Interpretação das Culturas* de Clifford Geertz, os animais fazem parte dos relatos etnográficos. Porém, não deixa de ser surpreendente observar que só recentemente os estudos antropológicos se voltaram para as relações entre humanos e animais,

dando maior importância à produção de significados relacionados à presença deles na nossa cultura.

E mesmo que os antropólogos ainda não estabeleçam nenhuma forma de cultura para os animais não-humanos, pode-se dizer que a disciplina possui um grande apelo para a área de Estudos da Relação Humano-animal, graças em parte à sua particularidade de estabelecer laços entre pesquisador (a) e seu objeto, oferecendo uma maior subjetividade ao invés do distanciamento encontrado em outras disciplinas. Especialmente pelo fato de ter uma metodologia de participação observante, o que propicia uma representação mais próxima da realidade no que diz respeito ao papel dos animais nas sociedades humanas. (DEMELLO, 2012).

Em suma, em todas as nossas formas de viver em sociedade, nós sempre nos encontramos até mesmo dependentes dos animais de um jeito ou de outro. Não há como escapar de termos que levar em consideração estudos que retratem os animais de acordo com o grau de importância que eles têm nas nossas sociedades. Certamente, não é intenção deste artigo estabelecer uma abordagem definida ou até mesmo esclarecedora, uma vez que as diferentes formas de culturas e de relacionamentos entre humanos e animais varia enormemente de acordo com cada contexto, além do fato de que os interesses da área são diversos, incluindo direitos dos animais, animais de estimação, maus tratos, questões éticas, entre outros temas. Conseqüentemente, isso não seria diferente entre os vaqueiros pernambucanos e os animais em sua rotina e meio ambiente, especialmente se considerarmos que há mais de um tipo de relacionamento entre humanos e animais neste caso.

## **VAQUEIROS E A PECUÁRIA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Podemos dizer que a colonização do interior do Nordeste engloba três aspectos indissociáveis: a concessão de terras (sesmarias), a catequização dos povos indígenas nativos e a ocupação da região pela pecuária, através das fazendas de gado. Dentro deste processo, a estrutura social do interior nordestino era composta pelo donatário, os fazendeiros, e os vaqueiros que se constituíam na força de trabalho no sistema produtivo para o trato com o gado. (NUNES, 2011)

No fim do século XVIII, a economia brasileira se apresentava em torno de dois polos principais, a saber: as economias do açúcar e a do ouro. No núcleo econômico açucareiro encontrava-se a pecuária nordestina, responsável em grande parte pela ocupação do interior do Brasil na época colonial. E, ao contrário da economia açucareira, a economia pecuária, através da criação de gado, representava um mercado de extensões bem mais restritas, limitada basicamente à própria subsistência da população nordestina. Para Caio Prado Júnior (1985), a pecuária no Nordeste não possuía grande produtividade por várias razões. Entre elas, terras com pouca fertilidade para o pasto, escassez de água, a pouca alimentação disponível, ataques de índios e fuga do gado dos currais.

É nesse contexto que o vaqueiro se apresenta e passa a ter uma relação com os animais de forma intensa, mais especificamente, com o gado e seu cavalo. A relação com o gado é difícil, pois esses animais são geralmente criados soltos, e para alcançá-los, os vaqueiros são obrigados a entrar na vegetação do sertão pernambucano, composta por plantas carregadas de espinhos e galhos secos, que não apenas dificultam o manuseio do gado, mas também oferecem perigo para aqueles que se embrenham mata adentro. São inúmeros os casos de acidentes envolvendo vaqueiros caindo de seus cavalos ou até mesmo serem

atingidos por esse tipo de vegetação da caatinga que envolve braços e pernas quebrados, perda de visão, espinhos dentro do corpo, entre outros.

A pecuária foi, sem dúvida, o principal fator da ocupação do território nordestino, cuja função era a de abastecer as maiores populações que se localizavam nas áreas litorâneas, através do fornecimento de carne e couro. Nesse sentido, Pernambuco e Bahia se encontravam como os maiores produtores, com o sertão subdividido entre o Sertão da Capitania da Bahia e o Sertão de Pernambuco. (ANDRADE, 1986).

No processo de colonização portuguesa, expedições compostas por vaqueiros e missionários foram enviadas ao sertão, com as criações de gado se expandindo pelo interior nordestino. Nesse sentido, o vaqueiro era um elemento de vital importância na pecuária do nordeste, já que eles eram responsáveis em boa parte pela manutenção da fazenda, tendo como função fiscalizar as pastagens e as aguadas, providenciar sua instalação e defesa, necessitando de um grande número de auxiliares até que o gado se adaptasse às novas pastagens. O pagamento vinha após alguns anos de trabalho, quando o vaqueiro passava a receber a “quarta” em reses nascidas. (SILVA, 2003). De acordo com os estudos de Manoel Correia de Andrade (1986) sobre o tema, a forma de remuneração, também denominada de “quartiação”, representava para os vaqueiros a maneira pela qual eles podiam se tornar também proprietários de animais e, futuramente, constituir seu próprio rebanho, mesmo que pequeno.

Através do sistema de doação das sesmarias, algumas famílias foram agraciadas com lotes de terra no interior nordestino com grandes propriedades nos Sertões presenteadas pela coroa portuguesa. A pecuária, dessa forma, tornou-se a base econômica do sertão, com fazendas pequenas possuindo uma média de duzentas ou trezentas cabeças de gado e por volta de trinta cavalos, enquanto que as grandes fazendas chegavam a possuir cerca de oitocentas mil cabeças de gado. O vaqueiro, elemento humano necessário para levar adiante a força de trabalho nas fazendas, foi representado assim pelo mameluco, que era homem livre e tornou-se o integrante “mais característico da região” e do Brasil. (SILVA, 2003).

Ambos os sistemas econômicos do nordeste brasileiro – o ciclo do açúcar e a pecuária – começam a dar sinais de fadiga, e logo se inicia um lento processo de declínio na segunda metade do século XVII, o que, segundo Celso Furtado (1967), iria se caracterizar como as bases para o que se tornaria a economia brasileira nos séculos seguintes. Após esse período, que se prolonga até o início do século XX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou expressivamente. Dessa forma, a região nordeste do Brasil foi se transformando gradativamente em uma economia na qual a maior parte da população produzia apenas o necessário para a sua subsistência. (FURTADO, 2007).

## OS VAQUEIROS E SEUS ANIMAIS

Uma etnografia tendo como foco os vaqueiros e sua cultura não é uma etnografia no sentido tradicional do termo, uma vez que os vaqueiros não se constituem em uma comunidade fixa e definida. Ao contrário, eles se encontram em cidades e áreas rurais diversas e possuem características e culturas diferentes, já que variam em relação às relações com os animais, ao tipo de trabalho, moradia, idade, entre outros aspectos. Vaqueiros, como veremos mais adiante, se dividem em diferentes contextos espaciais e temporais, estabelecendo suas relações com os animais de forma distinta. Se isso torna a pesquisa de campo

uma tarefa complicada, imagine quando adicionamos a esse fato outros sujeitos, ou o que Kirksey e Helmreich (2010, p. 545) chamam de etnografia entre espécies, um novo gênero de escrita e modo de pesquisa que chegou no universo antropológico: *multispeciesethnography*. Por essa razão, é preciso entender um pouco de cada um dos atores dentro dessa relação, que se manifesta principalmente através das relações entre humanos, gado e cavalos neste cenário. (RAPCHAN; NEVES, 2014).

A forma que os vaqueiros pernambucanos se relacionam com os animais varia, dependendo do contexto em que se encontram. Já nos primeiros contatos com esses vaqueiros percebe-se que há dois tipos básicos de vaqueiros, de acordo com eles. De um lado, temos o vaqueiro que vive do trabalho em fazendas e que possui uma relação diária com o(s) seu(s) cavalo(s) e o gado. Eles são chamados pelos vaqueiros em geral de “vaqueiro do campo” e vivem de um salário mensal para manusear e tratar o gado, seja esse gado propriedade sua ou de algum fazendeiro da região. Por outro lado, temos o “vaqueiro de pista”, que é geralmente um vaqueiro urbano e que só entra em contato com os animais, cavalo e gado, no momento em que participa de torneios como a “Pega de boi” ou a “Vaquejada”. Esse tipo de vaqueiro não tem o trabalho com o gado no seu dia a dia, lidando com os animais apenas nesses eventos competitivos.

Em se tratando do vaqueiro do campo, este tem como atividade principal a “campeada”<sup>1</sup>, que consiste em tocar ou tanger o gado ao campo (mata), já que o gado é criado solto nas pastagens das caatingas. Isso ocorre porque frequentemente o gado sai dos limites de uma fazenda em busca de outras pastagens. A campeada é feita com o auxílio do cavalo, elemento *sinequa non* para a atividade já que a vegetação da caatinga é, com já foi dito, perigosa e de difícil acesso. Usualmente os vaqueiros aprendem a campear com a família, prática que costuma ser passada adiante e acaba se perpetuando a cada nova geração. Além da campeada – que consiste em recolher o gado após o período de chuvas ou quando o gado está apto para a venda, depois da engorda – os vaqueiros também são responsáveis por cuidar e manter o rebanho com relação à saúde dos animais, especialmente através da vacinação, ordenhar as vacas, amansar as reses que fugiram ou precisam se adaptar à fazenda, marcar as reses com o intuito de evitar a mistura com outros rebanhos e finalmente a soltura, que é realizada quando o bezerro passou pelo desmame, foi marcado e pode ficar solto na caatinga para pastar. Os vaqueiros ainda são responsáveis por conduzir o gado na busca de água em locais mais distantes e informar ao proprietário sobre o estado do rebanho. Durante o período de chuvas, os animais são conduzidos às “mangas”<sup>2</sup> enquanto que os bezerros ficam presos para facilitar a ordenha das vacas. (ANDRADE, 1986).

No que concerne ao vaqueiro urbano ou ao vaqueiro de pista, como também são chamados, a rotina com os animais é mais esparsa, restringindo-se apenas aos eventos de Pega de Boi e Vaquejada. Mesmo sendo realizadas com bastante frequência, essas formas de competição estão longe de serem comparadas com a relação com os animais na rotina diária dos vaqueiros do campo. Da mesma forma que estes últimos, o perfil do vaqueiro urbano também é extremamente heterogêneo, com vaqueiros de diferentes idades, gênero, locais de moradia e formação social e econômica.

Os torneios da Pega de Boi e da Vaquejada foram criados a partir de necessidade de juntar o gado que era criado solto em campos vastos, sem limites de cercas ou currais, e que se espalhava em busca de pasto e água, chamado pelos vaqueiros de apartação. A apartação surgia no fim de uma estação, quando um proprietário de alguma fazenda precisava juntar seu gado espalhado, ele convocava outros proprietários de fazendas e vaqueiros da região para, juntos, “apartar” o gado, o que significava colocar, em uma *malhada* ou *rodeador*, o

gado encontrado, enquanto alguns vaqueiros fechavam o cerco, e outros continuavam a campear o gado que seria marcado, vacinado, castrado ou ainda ser levado para áreas onde os pastos fossem mais abundantes. A Pega de boi, junto com a vaquejada, ganhou maior visibilidade, conquistando seguidores nas cidades e seus entornos. (ANDRADE, 1986; MENEZES; ALMEIDA, 2008).

Conhecida como “Festa da apartação” ou da separação do gado, as Pega de Boi eram realizadas como uma festa de encerramento de uma etapa de trabalho dos vaqueiros, que consistia em reunir o gado, marcar, castrar, tratar as feridas, vacinar, trabalho essencial. Assim, no período das chuvas ou no momento da comercialização, o fazendeiro proporcionava festejos para reaver as rezes perdidas. Andrade (1986) afirma que a apartação é uma festa proporcionada pelo fazendeiro quando tinha a intenção de remanejar seu rebanho ou no momento de marcar o gado para a comercialização. Surgiam assim as Pegas de Boi, que têm sua origem na procura dos animais bravios na caatinga. Essas competições serviam não só para mostrar a habilidade dos vaqueiros no manuseio do gado, mas funcionavam também como uma vitrine dessas habilidades e a conquista de prêmios. Hoje em dia, os vaqueiros, que recebem um salário, afirmam que as competições servem para ajudar na renda da família, ou reconhecimento através de troféus ou prêmios. (SILVA, 2008).

Dessa forma, os proprietários das fazendas locais passaram a organizar torneios de Pegas de Boi, que hoje são organizadas por pessoas experientes ou associações, como é o caso da associação dos vaqueiros em Serra Talhada. Além disso, os eventos ficaram mais competitivos, com vaqueiros vindo de diversos municípios e arredores no sertão do Pajeú, possuindo inclusive calendário e regulamentos. Além da Pega de Boi, há também as Vaquejadas, e mesmo sendo realizadas como competição, guardam grandes diferenças em relação à primeira. Isso se dá basicamente em sua contextualização, sendo a Pega de Boi predominante no sertão do Pajeú e Itaparica, enquanto que a vaquejada é mais presente no resto do estado de Pernambuco. Ambas as competições e eventos também divergem em suas estruturas, sendo a Pega mais próxima ao manuseio do gado no campo, dentro da caatinga, enquanto que a vaquejada é definida numa arena.

A vaquejada é descrita pelos vaqueiros como um esporte, no qual dois vaqueiros (o *puxador* e o *bate-esteira*) procuram derrubar a rês numa faixa de terra, também chamada de pista. A análise e a pontuação variam de acordo com os critérios válidos para a derrubada do gado na faixa apropriada para a queda, com dez metros de largura, desenhada com cal no chão da pista. Diferente da Pega de Boi, a vaquejada é marcada pela padronização do espaço e da arena, onde ficam a pista e as arquibancadas. A ideia é que apenas vaqueiros profissionais tomem parte nas competições do evento, já que são caracterizados por grandes investimentos e atraem um grande público no Nordeste.

Mas as Vaquejadas não se resumem apenas a festas, pois também englobam um lado negativo, que são as denúncias sobre maus tratos com o gado antes e depois que ele é colocado na arena. Thomas Silva (2008), sob a ótica jurídica, cita Geuza Leitão (2007) e Castelo Branco (2007) respectivamente, argumentando que “é crime previsto no Art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998) e Art. 225, § 1º, VII da Constituição Federal. Estudos da UIPA e pareceres de médicos veterinários dão conta da violência e dor sofridos pelos animais numa vaquejada”, e que “de acordo com a Lei nº. 9.605, de 1998, artigo 32, considera-se crime de crueldade, esse tipo de tratamento dado aos animais em vaquejada”. (SILVA, 2008).

Já nas Pega de boi, a performance dos vaqueiros funciona de maneira mais aproximada daquilo que os vaqueiros do campo vivem em suas rotinas diárias, ou seja, eles têm que buscar a rês dentro da vegetação da caatinga e

correr os mesmos riscos diários dos vaqueiros que lidam com essa profissão. Por conseguinte, nas Pegas de Boi não há agressividade com os animais, uma vez que os vaqueiros para vencer a competição necessitam apenas de encontrar a rês no campo. Localizada a rês, basta que o vaqueiro pegue o colar de couro do chocalho do animal e traga para os juízes da prova, deixando o animal no local encontrado, sem precisar derrubá-lo ou causar qualquer tipo de mau trato.

Dito isso, é importante mencionar o fato de que a relação entre o vaqueiro e o gado é fortemente interpolada com a relação do vaqueiro e seu cavalo, já que essa relação é crucial para o ato de campear e encontrar a rês dentro da vegetação fechada da caatinga. Segundo um dos vaqueiros com quem conversei, se o cavalo for bom e bem treinado, a campeada se torna menos perigosa, pois o cavalo conhece os caminhos que tem de pegar para chegar até a rês desgarrada. Por essa razão, se o cavalo for pouco treinado e não tiver experiência, os acidentes são muito mais frequentes.

## O SOM NA RELAÇÃO ENTRE VAQUEIROS E SEUS ANIMAIS

O som na vida do vaqueiro é de crucial importância, pois é essencial para o vaqueiro que vive da profissão nas fazendas de gado. A comunicação entre o vaqueiro e o gado é feita através da voz do vaqueiro de um lado e, do outro, os sons emitidos pelos chocalhos pendurados nos pescoços dos animais. Cada vaqueiro possui sua forma pessoal e peculiar de chamar o gado, sendo considerado um aboio ou não, segundo me foi informado. Esse aboio ou chamado pode ser na forma de som entoado pelo vaqueiro que é, segundo eles, imediatamente reconhecido pelo gado. Alguns consideram esse aboio ou chamado como melancólico ou triste, e que em alguns casos pode até se tornar uma melodia cantada com verso, chamada por eles de “toada”.

Há pouquíssimos trabalhos realizados sobre o aboio, o que torna sua definição difícil de ser esclarecida, até mesmo pelos vaqueiros com quem conversei. Na já clássica definição de Mário de Andrade, que pesquisou extensivamente a música do Nordeste durante a década de 1930 com sua Missão de Pesquisas Folclóricas, ele define o termo aboio da seguinte forma:

“O marroeiro (vaqueiro) conduzindo o gado nas estradas, ou movendo com ele nas fazendas, tem por costume cantar. Entoa um arabesco, geralmente livre de forma estrófica, destituído de palavras as mais das vezes, simples vocalizações, interceptadas quando senão por palavras interjectivas, “boi êh boi”, boiato, etc. O ato de cantar assim chama de aboiar. Ao canto chama de aboio”. (ANDRADE, 1989, p. 1-2).

O maestro Guerra-Peixe (1954, p. 1), por sua vez, afirma que o aboio vem do ato de aboiar, que, segundo ele, “é o ato de reunir o gado, mantendo-o manso e ordenado”, ou seja, de “conduzir a boiada de um para outro lugar, servindo, ainda, para embelezar o aboiar”. Mas, aboio também significa cantoria que é feita pelos vaqueiros, que em alguns casos admitem o uso de poesia na cantoria, passando a ser chamada de toada e não mais aboio. E, confirmando o que ouvi de alguns vaqueiros, é necessário que a boiada atenda a um aboio característico de um determinado vaqueiro a fim de que os animais se orientem através do seu canto ou chamado, sendo assim apartados dos animais de outras fazendas. A respeito dessa particularidade Guerra Peixe (1954, p.3) coloca a seguinte observação:

“Cada vez que um vaqueiro precisa ser substituído, por morte deste ou por qualquer motivo, o substituto deve aprender a cantar o **abôio**(-sic) característico da fazenda emitindo a mesmíssima interpretação que o antigo vaqueiro lhe imprimia. Comumente o novo responsável pelo mister já é outro vaqueiro da mesma fazenda, bem informado da maneira como era entoado o cântico. Mas se o novo vaqueiro não procurar ou não souber imitar o anterior, poderá estar sujeito à fúria da boiada, pois esta, estranhando o seu aboiar, pode tomá-lo por algum intruso em seu caminho e as [vingadas] [?] serão dadas na primeira oportunidade (*grifo do autor*)”.

Oneyda Alvarenga e Câmara Cascudo entendem o aboio com música de trabalho vaqueiro, isto é, uma música que é executada durante a campeada, quando o gado é levado de um local a outro. Alvarenga (1982, p. 259) diz que “os aboios constituem um dos mais importantes grupos dos nossos cantos de trabalho rurais” e que os vaqueiros comumente o utilizam para conduzir os rebanhos bovinos no Norte e Nordeste. Já Câmara Cascudo (s/d, p. 21-22) o define como:

“canto sem palavras, marcado exclusivamente em vogais, entoado pelos vaqueiros quando conduzem o gado. Dentro desses limites tradicionais, o aboio é de livre improvisação, e são apontados os que se salientam como *bons no aboio*. O canto finaliza sempre por uma frase de incitamento à boiada: *ei boi, boi surubin, ei lá* (*grifo do autor*)”.

E mais,

“No sertão do Brasil o aboio é sempre solo, canto individual, entoado livremente. Jamais cantam versos, tangendo gado. O aboio não é divertimento. É coisa séria. Velhíssima, respeitada. Abóia-se (sic) no mato, para orientar a quem se procura. Abóia-se (sic) sentado no mourão da porteira, vendo o gado entrar. Abóia-se (sic) guiando o boiadeiro nas estradas, tarde ou manhã. Serve para o gado solto do campo e também para o gado curraleiro, vacas de leite, mas em menor escala”.

Mendes (2015, p. 25-26) ainda faz uma distinção entre diferentes tipos de aboio, os quais ele classifica como “aboio de trabalho”, “aboio de festivais competitivos e do espetáculo”, o “aboio da indústria cultural” e a “toada”. No primeiro caso, o aboio de trabalho é uma “... a palavra aboio se refere às melodias e interjeições feitas de improviso para a condução do gado”. No segundo, o aboio se refere a “toda a manifestação musical do evento. Por isso, eles chamam o evento de “Festival de Aboio”. No aboio da indústria cultural, ele passa a ser entendido como “uma gravação de uma toada de vaquejada, muitas vezes com acompanhamento instrumental e tratamento do áudio em estúdio”. Por fim, a toada a que já havia me referido antes, é “manifestação musical quando a mesma possui versos e rimas e tem uma ‘aura’ de produto acabado”. Como se percebe, em alguns casos o aboio pode significar uma forma de comunicação entre o vaqueiro e o rebanho sob sua vigília, mas nem por isso pode ser negligenciado, pois interfere de volta nas suas origens, numa mão de via dupla.

O aboio é uma particularidade que nem todos vaqueiros possuem. Em conversa com alguns vaqueiros, eles me informaram que existe o aboio simples, que funciona como um chamado e é feito por muitos vaqueiros, mas há também o aboio musical, que é quase como um canto e que, de acordo com eles é um dom que apenas alguns conseguem ter, especialmente se há poesia envolvida no aboio, ou seja, a toada. Os animais, em contrapartida, “respondem” aos vaqueiros através de seus chocalhos, sendo seus sons reconhecidos facilmente por eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto até aqui, a relação dos vaqueiros com seus animais, o gado e seu(s) cavalo(s), traduz um grande número de questões pertinentes aos Estudos da Relação Humano-Animal. Em primeiro lugar, vemos como a pecuária, através da criação de gado em grande extensão do interior do nordeste do Brasil, ajudou a desenvolver, mesmo que limitadamente, uma região que de outra forma permaneceria isolada no tempo. A pecuária hoje não só tem expressiva relevância para o comércio do gado internamente, como também externamente, ainda que tenhamos de levar em conta todas as críticas relacionadas à forma como os animais são abatidos.

O que precisa ser contemplado neste momento é em que direção os estudos da Relação Humano-Animal irão se voltar nos próximos anos e décadas. Mesmo que nós humanos não necessitemos dos animais para sobreviver, diante de uma imensa variedade de alimentos e produtos sintéticos, não se deve esperar que os animais deixem sua função de supridores das nossas necessidades tão cedo. Nem que os laboratórios abram mão de seus experimentos com cobaias e experiências nunca divulgadas. Mas há também os casos em que os animais continuarão a exercer seu papel de sujeitos em nossas sociedades, mostrando o grau de importância que nossas relações com eles estão longe de findar.

A relação entre os vaqueiros e o gado ilustra apenas uma parte do espectro de abordagens que o campo pode proporcionar. A palavra chave na definição dos Estudos da Relação Humano-Animal é de fato “relacionamento”. O campo é hoje o único que investiga diretamente as relações entre animais humanos e não-humanos e seu ambiente dentro das pesquisas acadêmicas, estabelecendo as mais variadas formas de laços, conexões, interações e comunicações entre humanos e animais não-humanos.

Poucos dias antes de me dedicar a este artigo, descobri em uma conversa informal com os vaqueiros de Serra Talhada que, apesar da vida de vaqueiro ser um universo predominantemente masculino, havia, no entanto, mulheres que se dedicavam ao mundo dos vaqueiros e que além de serem hábeis com o manuseio dos animais, eram também respeitadas pelos pares. Mas isso é um tema para outro viés na minha pesquisa sobre os vaqueiros do Sertão do Pajeú, no interior de Pernambuco.

## NOTAS DE FIM

<sup>1</sup> Conforme Valle (2007, p. 87), “o período de duração de uma “campeada” pode variar em função do local onde o gado se encontra pastando e bebendo água, e ainda em função da finalidade a que procura atender. Deste modo, o andamento das “campeadas” pode levar de um a muitos dias, até semanas, e percorrer dezenas de quilômetros”.

<sup>2</sup> Andrade (1986) define as “mangas” como áreas de melhor pastagem e que, hoje em dia, têm sido cercadas com arames farpados, reduzindo a liberdade dos rebanhos e causando sérios acidentes com os vaqueiros durante a campeada.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

- ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: ed. Atlas, 1986 [1963].
- ANDRADE, Mário de. *Dicionário Musical Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10. ed. Ediouro, Rio de Janeiro, s/d, ISBN 85-00-80007-0.
- DEMELLO, Margo. *Animals and society: an introduction to human-animal studies*. New York: Columbia University Press, 2012.
- DEMELLO, Margo; JOSEPH, Cheryl. *Human-Animal Studies – Exploring the Animal-Human bond through a sociological lens*. NY: Lantern, 2010.
- EVANS-PRITCHARD, E. *The Nuer: A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic people*. Oxford: Clarendon Press, 1950.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUERRA-PEIXE, Variações Sobre o Boi. *O Tempo*. São Paulo, 14 de novembro de 1954.
- INGOLD, Tim. Introduction. In INGOLD, Tim (ed.). *What Is an Animal?* p. 84–99. London: Routledge, 1988.
- KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 25, Issue 4, p. 545–576, 2010.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra. Domesticando o Humano para uma Antropologia Moral da Proteção Animal. *Ilha*, v. 17, n. 2, p. 75-100, ago./dez. 2015.
- MARVIN, Garry; MCHUGH, Susan. In it together: an introduction to human- animal studies. In: MARVIN, Garry; MCHUGH, Susan. *Routledge handbook of human-animal studies*. New York: Routledge, p. 1-9, 2014.
- MENDES, Adriano. *Aboio no Sertão Paraibano: Um canto no trabalho, um trabalho no canto*. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal da Paraíba–UFPB, João Pessoa, 2015.
- MENEZES, Sonia; ALMEIDA, Maria Geralda. Vaquejada: a pega de boi na caatinga resiste no sertão sergipano. *Vivência*, n. 34, p. 181-193, 2008.
- MULLIN, Molly. Mirrors and Windows: Sociocultural Studies of Human-Animal Relationships. *Annual Review of Anthropology*, p. 28:201–224, 1999.
- \_\_\_\_\_. Animals in Anthropology. *Society and Animals* 10(4):378–393, 2002.
- NUNES, Aldo. *A (Re)Pecuarização Do Semiárido Nordestino: Reversões Produtivas Entre Agricultores Familiares Do Pajeú (PE)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande, 2011.
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (1945).
- RAPCHAN, E. S.; NEVES, W. A. Etnografias sobre humanos e não humanos: limites e possibilidades. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1, p. 33-84, 2014.
- REGAN, T. *The Case for Animal Rights*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- SHAPIRO, K. *Human-Animal Studies: Growing the field, applying the field*. Ann Arbor, MI: Animals and Society Institute, 2008.
- SHAPIRO, K.; DeMELLO, M. The State of Human-Animal Studies. *Society and Animals*, 18, p. 307-318, 2010.

SILVA, Jacionira. *Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2003.

SILVA, Thomas de Carvalho. *Vaquejadas: a prática da Vaquejada à luz da Constituição Federal de 1988*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.22452&seo=1>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SINGER, Peter. *Animal Liberation*. London: Harper Collins, 1990.

TAYLOR, Nik. Introduction. In: TAYLOR, Nik e SIGNAL, Tania (ed.). *Theorizing animals: re-thinking humanimal relations*. Leiden - Boston: Brill, p. 1-17, 2011.

VALLE, Yumma. *Vaqueiros do Sítio do Meio (Lagoa Grande/PE) e mamíferos nativos das Caatingas Pernambucanas: percepções e interações*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais. Recife, 2007.

WALDAU, Paul. *Animal Studies: An Introduction*. Oxford University Press. March 2013.

# MIGRAÇÕES ESTUDANTIS: DESAFIOS E LIMITES DE INTEGRAÇÃO À SOCIEDADE DE DESTINO

## *STUDENT MIGRATION: CHALLENGES AND LIMITS OF INTEGRATION IN FOREIGN COUNTRIES*

**Rogéria Campos de Almeida Dutra**

*rcadutra@uol.com.br*

*Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UF RJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*

**Leonardo Francisco de Azevedo**

*leonardoazevedof@gmail.com*

*Doutorando em Ciências Sociais/UFJF*

**Aline Cristina Laier**

*alineclaiier@gmail.com*

*Doutoranda em Ciências Sociais/UFJF*

### RESUMO

Baseando-se em investigações realizadas com intercambistas - estudantes brasileiros no exterior e estudantes africanos no Brasil - o presente artigo pretende refletir sobre o tema da migração estudantil, e em particular analisar as dificuldades encontradas pelos estudantes na sociedade de destino. Esses intercambistas demonstraram que, apesar do projeto de integração entre povos e culturas associado ao processo de internacionalização do ensino superior, encontraram limites em sua inserção, levando-os a criar estratégias específicas de socialização e integração em terras estrangeiras.

**Palavras-chave:** Internacionalização do Ensino Superior. Juventude. Migração Estudantil.

### ABSTRACT

Based on two research studies on international exchange students - African students in Brazil and Brazilian students abroad - this article aims to analyze student migration, and more specifically the difficulties experienced by these students when they are studying abroad. Despite the internalization of higher education being based on international cooperation and dialogue among different peoples and cultures, these students faced difficulties in terms of integration, leading them to create strategies of socialization in foreign countries.

**Keywords:** Internationalization of Higher Education. Youth. Student Migration.

## INTRODUÇÃO

Os deslocamentos populacionais são fenômenos comuns em qualquer sociedade, variando em suas condições sociais, econômicas, culturais e políticas. No entanto, o movimento migratório não se reduz ao deslocamento geográfico, ao cruzamento de fronteiras e/ou ao fato dos sujeitos percorrerem distâncias maiores ou menores. De maneira semelhante, as populações migrantes não podem ser abordadas como um conjunto homogêneo de indivíduos nômades, já que as formas de mobilidade populacional são difusas no espaço e no tempo. Das investigações realizadas por Ravenstein na sociedade inglesa ao final do século XIX aos estudos contemporâneos, a migração tem se revelado como um fenômeno complexo e diverso, e sua investigação, contribuído significativamente para a compreensão das transformações contemporâneas. (HANNERZ, 1997; MUNIZ, 2002; GREENWOOD & HUNT, 2003; PEIXOTO, 2004).

As análises macroestruturais sobre o fenômeno migratório tendem a abordá-lo em decorrência da conjuntura econômica e política vigente capaz de suplantar os interesses individuais do processo de decisão em se mudar. Privilegia-se, nessa perspectiva, a visão de que as migrações ocorram em decorrência das desigualdades econômicas regionais ou nacionais, onde áreas mais prósperas atraem fluxos populacionais enquanto áreas em recessão, ou menos desenvolvidas, tendem a “expulsar” contingentes populacionais. (SINGER, 1973; MUNIZ, 2002).

A abordagem das redes sociais nos estudos sobre o fenômeno migratório procura destacar, por sua vez, as conexões estabelecidas por migrantes entre regiões de origem e destino, pois que tanto o desenvolvimento quanto o recrudescimento dos fluxos subentendem relações de troca, sejam de pessoas, recursos materiais ou informações. (FAZITO, 2002). Vale ressaltar que essa perspectiva traz como valerosa contribuição à compreensão do fenômeno migratório a ótica do agenciamento dos sujeitos, enfatizando os migrantes como atores sociais atuantes nesse processo.

Apesar da análise dos deslocamentos populacionais através das redes sociais ser objeto de reflexão de diferentes estudos (FUSCO, 2000; FAZITO, 2002; SOARES, 2004; BARBIERI et al., 2010), destacamos as contribuições de Charles Tilly (1976, 1990). Como um dos autores que influenciaram grande parte dos estudos migratórios a partir dos anos 80, Tilly destaca a importância de se compreender a migração considerando o movimento de indivíduos, famílias ou outros tipos de unidades sociais, assim como a distância geográfica, o tempo gasto no percurso, a distância cultural entre o migrante e a sociedade de destino. Salienta, ainda, a importância das histórias de vida do migrante para uma adequada compreensão da intensidade das relações sociais que motivam e auxiliam os indivíduos a se deslocarem. Para este autor, os movimentos migratórios estão implicados em uma gama de expectativas e projetos pessoais que extrapolam o entendimento da migração como simples troca de domicílios legais, pois embora o sujeito seja capaz de racionalizar dificuldades e benefícios da escolha de migrar, ele não o faz sem interferências das estruturas sociais às quais encontra-se ligado, ou seja, “o migrante não se faz sozinho”.

Nesse sentido, associado à análise da forma com que os indivíduos migrantes, provenientes de diferentes origens e tradições, distribuem-se nesse novo destino, é preciso considerar de que maneira indivíduos e grupos sociais constroem suas estratégias de permanência, o que implica, de certa forma, em estratégias de sobrevivência social em território estranho.

A migração estudantil, apesar de cada vez mais presente no mundo contemporâneo, ainda não se consolidou como objeto recorrente de reflexão

no campo das ciências sociais, sendo possível, contudo, identificar uma série de reflexões e investigações sobre o fenômeno (REZENDE, 2009; SILVA & SANTOS, 2012; DANIEL, 2016; SILVA, 2017). O intercâmbio estudantil se define pela junção de várias características migratórias distintas, configurando novas práticas de mobilidades, além de afetar a economia local, onde turismo, estudos, e até mesmo o trabalho, se cruzam. Como um tipo particular de experiência migratória, o deslocamento geográfico permite a esses indivíduos o desenvolvimento de práticas e valores a partir de conexões estabelecidas entre as sociedades de origem e de destino, possibilitando rearranjos singulares entre as experiências vividas nos dois países. (DANIEL, 2016).

Neste artigo, analisaremos esse fenômeno a partir da relação dos estudantes com a sociedade de destino, principalmente no que se refere a sua adaptação, ou seja, as dificuldades presentes em suas narrativas a respeito desta experiência. Apesar de subentendido, nos projetos de internacionalização do ensino superior, o pressuposto do universalismo da ciência ocidental moderna, com a premissa da cooperação internacional entre universidades e instituições de pesquisa; bem como a valorização de títulos, diplomas e competências adquiridos no exterior como recursos qualificados nos debates sobre reforma do Estado e de transformações no campo científico (ALMEIDA et al., 2004), os estudantes enfrentam, em suas experiências, uma série de limitações que colocam em risco o desenvolvimento deste projeto.

Para Simmel (1983) o estrangeiro ocupa uma posição singular no grupo ou país em que se encontra. Não estando totalmente próximo nem totalmente distante da sociedade para onde se foi, ocupa espaço intermediário, uma vez que não se encontra organicamente ligado àquele grupo ou sociedade por laços estabelecidos de parentesco, localidade ou ocupação, mesmo estando próximo fisicamente. Ou seja, “os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade”. (SIMMEL, 1983, p. 187).

Calvo (2013), a partir da realidade dos intercambistas Erasmus, que circulam principalmente em países da União Europeia, aponta as particularidades desse tipo de migração, como a relativa juventude dos sujeitos e a duração demarcada de sua estadia. Esses estudantes constroem diversas formas de produção de subjetividade, ligadas às funções rituais e estruturais dessa viagem. Como novos sujeitos globais, circulam por diferentes espaços e lugares participando de alguma maneira da indústria turística, mesmo não estando no centro desses empreendimentos. Produzem e constroem, assim, signos distintivos, tanto na sociedade de origem, quanto na sociedade de destino, uma vez que essa experiência se apresenta como marco em suas trajetórias.

Apesar do valor que conferem a essa experiência, o intercambista, como um tipo específico de “estrangeiro”, não consegue se integrar totalmente àquele lugar. A ideia do não pertencimento e da provisoriedade sempre estarão presentes, levando tais atores a buscarem diferentes formas de inserção e construção de relações sociais locais. A condição do intercambista como um tipo específico de migrante, que geralmente já chega à sociedade de destino com data marcada de retorno, faz com que estabeleçam ali uma relação distinta das estabelecidas por outros tipos de migrantes. Talvez não carreguem o “estigma” (GOFFMAN, 1988) dos migrantes clandestinos que se inserem em posições subalternas; mas os estigmas de ser “jovem”, “estrangeiro” e “estudante” os coloca em determinada situação de “exclusão social”. (CALVO, 2014).

A partir destas considerações, apresentaremos alguns relatos de campo que demonstram a condição “especial” dos intercambistas. O presente traba-

lho se baseia, empiricamente, em duas pesquisas (LAIER, 2014; AZEVEDO, 2015) realizadas no âmbito da comunidade estudantil de uma instituição federal de ensino superior que tiveram como foco o deslocamento de jovens rumo à experiência universitária em solo estrangeiro: estudantes brasileiros em países estrangeiros e estudantes oriundos de países africanos no Brasil.

## **BRASILEIROS NO EXTERIOR: A EXPERIÊNCIA DOS INTERCAMBISTAS DA UFJF**

No intuito de compreender a vivência dos estudantes brasileiros no exterior, esta investigação se baseou na realização de entrevistas antes da partida e após o retorno com intercambistas de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, que viajaram para Argentina, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Itália e Portugal. Apesar da pluralidade e heterogeneidade das experiências relatadas, podemos destacar em seus depoimentos dois temas que se fizeram recorrentes: as frustrações das expectativas, advindas das representações que possuíam em relação ao país de destino, e o isolamento em relação aos “nativos”.

Grande parte dos estudantes havia construído uma série de expectativas a respeito do acolhimento em terras estrangeiras, relatando sua frustração através das dificuldades vivenciadas, seja em relação à língua, à alimentação, a práticas de lazer ou aos procedimentos burocráticos na instituição de destino.

“Primeiro eu achava que eu sabia inglês. Não sabia. A primeira semana eu saí pedindo para repetir porque eu não conseguia compreender, aí a semana seguinte foi de aula e a dificuldade maior foi aquela coisa de que estava entendendo o que estava falando, mas é que esse processo de entender e copiar no caderno, foi muito confuso pra mim. Me senti perdido, me sentia estranho”. (CARLOS, intercambista nos Estados Unidos. Entrevista após o retorno, 01/08/14).

“Eu tive dificuldade em relação a amigos. Não que eu não tenha feito lá, mas eu sentia muita falta dos meus amigos aqui. Quando você tá vivendo um ambiente totalmente novo, assim, eu acho que você tem essa falta. Eu sentia falta de algumas coisas de cultura de bar, de mesa, de Brasil, assim, de sentar. Lá eles têm muito bar, muito, mas, assim, toda a dinâmica em relação a isso é diferente”. (RICARDO, intercambista na Coreia do Sul. Entrevista após o retorno, 18/11/14).

“Uma coisa que eu estranhei no início é que eles [italianos] não têm nenhum tipo de recepção aos alunos estrangeiros [...] isso era uma coisa que eu não esperava, eu achei que era uma coisa, sei lá... Semana pra explicar como que funcionava a universidade, essas coisas assim, isso não teve”. (TIAGO, intercambista na Itália. Entrevista após o retorno, 24/09/14).

Ao se confrontarem com uma realidade distinta do que esperavam, imagem construída a partir do senso comum, compartilhadas pela grande imprensa, ou mesmo presente nos discursos institucionais sobre a internacionalização do ensino superior - a “superioridade” dos países do primeiro mundo, ou a ideia de pertencerem a um grupo seletivo de vitoriosos - foram levados a reconstruir formas de inserção naquela sociedade. De acordo com Ribeiro (1998), a experiência migratória internacional consiste, exatamente, na justaposição de duas formas de representar o pertencimento. Uma relacionada à experiência

prévia do migrante e a outra, referente à nova situação. Dessa forma, o migrante precisa, em certa medida, reificar, mas também ressignificar sua posição e suas expectativas, com vistas a interagir e demarcar seu lugar em terra estrangeira.

Os depoimentos também apontam com frequência a socialização restrita aos pares, ou seja, entre intercambistas, brasileiros ou de outras nacionalidades. Esses estudantes, por estarem na condição de estrangeiro, ocupam uma posição liminar, vivendo de forma substancial a experiência de proximidade e camaradagem entre si. Esse estado em muito se aproxima à experiência de *communitas* analisada por Turner (2013), que procura descrever como a situação de liminaridade produz a condição efêmera vivenciada por sujeitos que se encontram temporariamente fora da estrutura social. Se para Turner a própria experiência da juventude na época da contracultura se caracterizava como experiência liminar, no caso destes intercambistas, a essa condição se associa à situação de estrangeiro. A comunhão e coesão grupal ocorrem a partir de sua situação particular de “estar fora”, sublevando-se os marcadores distintivos tais como classe social, religião ou mesmo origem, em torno da experiência comum de uma identidade em suspensão, ou seja, provisoriamente indefinida. Esses jovens, nessas dinâmicas, constituem trajetórias transnacionais, a partir de uma “mistura experiencial” - educação, lazer, evasão, cultura - articulada pela dimensão juvenil desse tipo de mobilidade. (CALVO, 2014). A juventude, no processo histórico de constituição de seu significado social na sociedade contemporânea, acabou por incorporar algumas características, como “liberdade” e “desprendimento”, compreendendo que é nesse período em que se é possível vivenciar novas e diversas experiências. Nessa perspectiva, compreende-se esse ciclo de vida a partir da constituição de um *ethos* capaz de ultrapassar as fronteiras territoriais e simbólicas aos quais estiveram circunscritos durante a infância e adolescência. Como uma moratória social (MARGULIS & URRESTI, 1996), a juventude, sobretudo universitária e de classe média, tem direito a um tempo para se dedicar aos estudos e capacitação, gozando de certa tolerância quando comparado a outros grupos na mesma condição. Essa condição liminar na sociedade de destino fica clara a partir dos depoimentos dos interlocutores da pesquisa:

“Não era o que eu esperava. Eu acho que eu tinha uma visão muito romancada, televisionada dos americanos, que não se tornou real. São muito fechados, muito na deles, não tem essa questão de proximidade, de ajudar, de contato. Os primeiros amigos foram estrangeiros que estavam na mesma situação que eu, então a gente acabou agrupando. Depois, com muito custo, que eu fiz amizade com um americano [...] então, muito difícil ter esse contato. [...] [Fiz] muita amizade com chinês, achei muito acolhedores, alguns indianos, teve um espanhol que é um grande amigo meu. Mas tudo gente de fora”. (CARLOS, intercambista nos Estados Unidos. Entrevista após o retorno, 01/08/14).

“[...] eu me sentia um pouco rejeitada lá, sabe? Você chegar num restaurante e você falar: “eu quero isso” e o garçom não entender e meio que rir da sua cara... Isso aí é meio chato [...] A gente acabou ficando entre a gente, que a gente não tinha amigos franceses, não tinha outros, então a gente andava entre a gente e falava português o tempo inteiro. [...] estavam misturados com a gente, eram os brasileiros e alguns de outros países”. (ADRIANA, intercambista na França. Entrevista após o retorno, 31/07/14).

“Por eu estar convivendo com pessoas daqui [do Brasil], você acaba se fechando de certa forma. Mas eu fiz muita amizade com italianos. Eu fiz dois, três amigos italianos, dois deles eu tenho muito contato hoje ainda, e, que assim, a gente fazia tudo junto. [Conheci] na Pousada da Juventude, assim que eu cheguei [...] eles estavam na mesma situação.

Eu acho que os intercambistas são muito mais abertos, por se compreenderem, estarem na mesma situação e tal, do que os portugueses assim. Até mesmo porque eu acho que os portugueses se fecham muito no grupo deles também”. (RITA, intercambista em Portugal. Entrevista após o retorno, 09/09/14).

Tal experiência afeta, conseqüentemente, os projetos e perspectivas desses intercambistas. Uma das interlocutoras da pesquisa, estudante do curso de Letras, tinha como objetivo, ao ir para Paris, aperfeiçoar-se na língua francesa com o intuito de se profissionalizar. Entretanto, afirma, após seu retorno, que poucas foram as oportunidades de “falar francês”, o que a fez repensar seus objetivos profissionais:

“Eu sempre quis muito a França. Eu acho que, mesmo que tivesse Canadá, o francês não ia ficar tão evidente pra mim. No meu caso, é só o francês que eu quero mesmo”. (ADRIANA, entrevista antes da partida, 08/08/13).

“Os franceses mesmo, assim, são muito fechados, né? E então, na universidade mesmo, o pessoal que era nativo, assim, a gente quase não conseguiu fazer amizade. Já a gente conseguiu fazer muita amizade com os estrangeiros que estavam estudando lá também e só. Falar francês, aquela coisa de ficar falando francês o dia inteiro foi pouco [...] é difícil você conseguir um lugar pra você dar aula de francês, sabe? E como assim, eu cheguei, não consegui fazer tudo que eu queria fazer lá, por exemplo, aí eu vou chegar aqui, eu sei que isso talvez não me ajude tanto quanto eu imaginava, eu peguei e falei assim: ‘poxa, então vou partir pro português...’” (ADRIANA, entrevista após o retorno, 31/07/14).

Ao comparar as expectativas desses estudantes antes da viagem com os relatos ao retornarem, fica claro que ser estrangeiro é um vetor fundamental no processo de socialização no país estranho. Entretanto, essa condição liminar não é privilégio apenas dos intercambistas brasileiros no exterior. Ela também está presente na experiência dos estudantes africanos no Brasil, apresentando, porém, outros contornos.

## **ESTRANGEIROS NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DOS INTERCAMBISTAS AFRICANOS**

A maioria dos estudantes africanos da comunidade acadêmica da instituição investigada é proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), participantes do “Programa Estudante Convênio” (PEC-G) – acordo bilateral criado pelo governo brasileiro para atrair estudantes latino-americanos e africanos para as instituições brasileiras. (MUNGOI, 2006; GUSMÃO, 2008; BRASIL, 2010).

Observa-se que parte significativa das dificuldades encontradas por esses estudantes estão relacionadas à sua origem. As grandes questões para eles, observadas em campo e em entrevistas, referem-se às representações dos brasileiros sobre a África: a falta de conhecimento sobre o continente africano, tratando-o como homogêneo social e culturalmente, bem como à experiência de preconceito e dificuldades em relação à língua portuguesa.

A língua foi apontada pelos intercambistas como um dos fatores causadores de acusação (GOFFMAN, 1988) por falarem “errado”, em português

“diferente do português falado no Brasil”. Alguns relatam situações em que foram advertidos a falarem “direito”, pois não eram compreendidos na “língua em que falavam”. Tiago, de Guiné-Bissau, refere-se à experiência de constrangimento quando fez uma pergunta ao professor em sala de aula e este o criticou pelo modo como falava “errado”:

[...]ele me ofendeu sabe, faltou dizer que eu era burro, que não sabia falar. Meus amigos me consolaram, pois fiquei mal, reclamei na diretoria, mas acho que nada aconteceu com o professor. Eles não entendem que falo um português diferente e que estou aqui tentando aprender”. (TIAGO, 08/07/2013).

Grande parte dos intercambistas dos PALOP tem o português como segunda ou terceira línguas faladas em seus países. O argumento da língua portuguesa como patrimônio comum, usado recorrentemente nos convênios celebrados entre o Brasil e os PALOP, fica restrito ao universo das representações de uma unidade histórica entre Brasil e África lusófona. O apelo ao idioma comum possui pontos conflitantes do ponto de vista dos estudantes, pois remete ao passado colonial dos países africanos, cuja herança cultural está atrelada a séculos de exploração e dominação. Portanto, o idioma comum perpassa relações de poder inerentes ao campo político, o que na prática ainda está longe de remeter a homogeneidade e união. (GUSMÃO, 2008).

Essa inviabilidade do discurso da irmandade Brasil – África também é visível nos depoimentos que se referem a situações de racismo. Alguns alegaram não ter sentido o racismo de forma direta, argumentando que o racismo é uma especificidade dos negros brasileiros para com eles mesmos. Porém, em diferentes depoimentos essa dimensão da realidade brasileira foi evidenciada.

David, por exemplo, afirmou ter enfrentado preconceito por ser negro e africano. Dentre os desafios à adaptação ao Brasil, relata a dificuldade de lidar com os universitários brasileiros. Lembra que no início do curso se sentia constantemente constrangido devido a brincadeiras que faziam referência a sua origem e a sua cor, além dos apelidos. Afirma ainda que por não gostar das brincadeiras ficou com fama de ser muito sério, sendo considerado aquele que “não sabe brincar”.

“...mas é o que falo, não adianta você fazer uma piada onde todo mundo vai rir, e a piada é com você e você fica putto, não adianta... Eu acho que o povo brasileiro, ele brinca muito, sacou? E não tem noção de quando se deve parar ou não... e eu acho que é algo muito errado.[...] Não, sério então... aqui no Brasil têm muitos preconceituosos mesmo, muito racista velho. Racista pra “caralho”. Na universidade têm cara!” (DAVID, cabo-verdiano, entrevista realizada em 15/06/2013).

Esses estudantes apontaram igualmente o que julgaram ser “o caráter assistencialista do PEC-G”, cuja disponibilidade de vagas é identificada pelos universitários brasileiros como um tipo de “caridade”:

“...já passou da hora de ficar claro para os africanos e para os brasileiros que não estamos aqui por piedade. O Brasil possui interesses econômicos importantes na África, o Brasil tem potencial e quer se tornar potência. Então estamos aqui não só para atender os interesses nossos e dos nossos países, mas também para atender os interesses do Brasil, que quer criar mercado na África, então quer que a África se desenvolva também por interesses próprios”. (ELTON, guineense, conversa informal realizada em 23/05/2013).

Os relatos sobre preconceito também apontam para o desconhecimento dos brasileiros acerca da realidade africana, tratando-os como se viessem de tribos e selvas, indagando-os se onde moravam havia casas ou reproduzindo a noção de África como um único país. Tal contexto de desconhecimento do continente africano e da visão assistencialista na vinda e permanência de estudantes africanos nas universidades brasileiras foi motivo de forte embate durante a conferência de abertura do I Encontro Internacional de estudantes PEC-G e PEC-PG, que ocorrera em novembro de 2013, na cidade de Recife-PE. O depoimento de um estudante beninense da plateia relatou diversas discriminações que sofreu por ser negro e estrangeiro no Brasil, como ser indagado se em seu país havia casas, prédios, se viam televisão e até mesmo se “brincavam com leões”: “não adianta só ensinar português e coisas sobre o Brasil para nós. Vocês têm que ensinar sobre a África e sobre preconceito para os brasileiros”

Esses jovens saem de seus países com a perspectiva de passarem todo o período do curso superior no Brasil - entre 4 a 6 anos - muitas vezes sem a possibilidade de visitar seus familiares. Ao encontrarem conterrâneos e outros africanos na mesma situação, tecem redes de sociabilidade de modo a facilitar a integração no país estrangeiro. Tais redes e comunidades formadas tornam a experiência migratória “menos traumática”, possibilitando a realização de encontros que marcam a união e fortalecem vínculos, como a organização de festas temáticas, chamadas de “Festa Africana” ou “Conexão África”. (DUTRA & LAIER, 2015). Se por um lado há a necessidade de garantir esses espaços de convivência entre eles, por outro lado essas festas, mesmo que apresentem bandeiras, músicas e culinárias de países distintos, não conseguem demarcar essas diferenças internas de forma tão clara para o público brasileiro. Assim, acabam por tratar a África como os próprios brasileiros a representam, como um todo indistinto, sem haver um esforço substancial para assinalar as diferenças internas do continente. Tais contradições são inevitáveis e demonstram o desafio que é, para esses estudantes, se inserirem num país estrangeiro, ressignificando suas identidades.

Essa experiência da migração implica, obrigatoriamente, em transformações individuais, de suas perspectivas e objetivos, podendo levá-los ao afastamento dos objetivos antes propostos, uma vez que essa nova inserção exige a adaptação contínua a um universo diverso do seu. Apesar de estarem envolvidos em objetivos aparentemente específicos, travados no âmbito institucional entre seus países e o governo brasileiro, garantindo formação superior e regresso a seus países de modo a atuarem no processo de desenvolvimento e modernização, percebeu-se que, enquanto alguns de fato planejam retornar aos países de origem após a conclusão de seu processo de formação, outros almejam novos deslocamentos. Assim, a migração estudantil pode significar processos distintos. Por um lado, pode representar um projeto temporário, com vistas a atender expectativas governamentais, por outro, a própria experiência de migração pode acarretar a revisão de projetos pessoais. Dessa forma, migrar para estudar é algo que opera transformações para além da perspectiva profissional; novas possibilidades são colocadas diante dos sujeitos, que surgem por meios formais e informais da instituição universitária e do novo contexto social. (VELHO, 2003; GUSMÃO, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intercâmbio estudantil, de forma diversa a outros tipos de migração, é um fenômeno incentivado e valorizado, objeto de acordos bilaterais, sendo considerado estratégico para o desenvolvimento científico, econômico e social para os Estados-nação. Faz-se presente, igualmente, na narrativa dos

intercambistas a perspectiva do “prazer por viajar, capacidade de falar línguas estrangeiras, adaptação a novos contextos, e tolerância perante as diferenças culturais”. (CALVO, 2014, p. 58); ou nos termos de Murphy-Lejeune (2001), o projeto de incorporar certo “capital de mobilidade”

Entretanto, apesar das intenções institucionais, esses estudantes passam por dificuldades no processo de integração e socialização, com graus diferenciados de êxito na sua superação. Há certa mistificação em torno desse tipo de deslocamento, em que o ciclo geracional desses estudantes – a juventude – é tida como uma “etapa” de descobertas e aprofundamento de construções identitárias. Nessa perspectiva, os deslocamentos estudantis são valorizados e considerados, por muitos, como uma etapa importante em suas vidas.

“As viagens de juventude são períodos de aventura e construção da subjetividade consistentes na desvinculação temporária do mundo dos adultos. Aliás, se realizados entre iguais, as viagens proporcionam aquela intensidade relacional própria das vivências juvenis (afirmação duma visão partilhada do mundo, exaltação da amizade, aprendizagens vitais), aumentada pelo processo interestrutural que supõe uma estadia no estrangeiro”. (CALVO, 2014, p.57-58).

Se por um lado a experiência do intercâmbio é associada à idealização das viagens de juventude, cujo pressuposto cosmopolita dialoga diretamente com a retórica da cooperação e internacionalização das universidades, a realidade encontrada por esses estudantes diverge dessas expectativas. Essa dificuldade está presente em todo tipo de migração, mas apresenta um contorno particular em função de expectativas específicas de sujeitos e grupos, como de se integrar ao sistema científico mundial; de retornar ao país de origem para construir uma trajetória diferente da que tinha antes; ou mesmo permanecer no país para onde se foi.

Os imigrantes surgem como um Outro no processo de inserção na sociedade acolhedora, ficando muitas vezes apartados em áreas específicas das cidades, refletindo o processo de segregação, seja econômica, seja étnica/cultural. Os intercambistas, entretanto, são um tipo de migrante que desafia a construção de novos tipos de cidadania, pois não são clandestinos, a ponto de sofrerem uma clivagem tão forte nos espaços urbanos, mas também não possuem um estatuto claro perante os Estados-nação e os cidadãos que os recebem. São estrangeiros e ao mesmo tempo representantes de acordos governamentais internacionais. Pensar em novos tipos de cidadania requer que compreendamos os projetos individuais desses atores, que mesmo agindo através de tais acordos, também são compreendidos como potenciais migrantes definitivos. (ROBERTSON, 2008; MOL, 2011).

O intercâmbio estudantil tem se apresentado como um tipo de migração cada vez mais frequente. No Brasil, as políticas de fomento a esse tipo de deslocamento cresceram vertiginosamente nas últimas décadas, tanto para receber estudantes estrangeiros como para enviar brasileiros para o exterior. Dessa forma, conhecer de perto essas dificuldades, focando na vivência dos atores, traz à luz a experiência daqueles que dessas políticas se beneficiam.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Maria F.; CANÊDO, Letícia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

AZEVEDO, Leonardo Francisco de. *Deslocamentos estudantis: juventudes, trajetórias e a geopolítica do conhecimento científico*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

BARRETO, Alessandra; DUTRA, Rogéria C. A. *Quando o campo se move: trajetórias e projetos entre redes locais e transnacionais*. *Antropolítica*, Niterói, v. 1, n. 32, p. 65-85, 2012.

BARBIERI A.F., DOMINGUES E., QUEIROZ B.L., RUIZ R.M., RIGOTTI J.I., CARVALHO J.A.M., RESENDE M.F. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025-2050. *Population and Environment*, v. 31, n. 5, p. 344-370, 2010.

BRASIL. *Educação para estrangeiros: Programa PEC-G e PEC-PG*. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/educacao-para-estrangeiros/programa-pec-g>>. Acesso em: 29 set. 2013.

CALVO, Daniel Malet. "Procesos de revalorización patrimonial en el barrio de Alfama: el papel de los estudiantes Erasmus en la tematización de la ciudad". *Etnográfica*, v. 17, n. 1, p. 31-50, 2013.

CALVO, Daniel Malet. "Tornar-se outra pessoa": Narrativas de transformação subjetiva e processos de distinção entre os jovens estudantes Erasmus em Lisboa. *Antropolítica*, n. 37, p. 51-77, 2014.

DANIEL, Camila. Mobilidade estudantil internacional como uma experiência migratória: o caso dos estudantes peruanos no Rio de Janeiro. In: PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. O.; PETRUS, R. *Migrações: rumos, tendências e desafios*. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016.

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida; LAIER, Aline Cristina. Festas Africanas: identidade, celebração e sociabilidade entre intercambistas em Juiz de Fora-MG. *Crítica e Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 144-168, 2015.

FAZITO, Dimitri. A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: UFOP, 2002.

FERREIRA, Rubens da Silva. *Estudantes estrangeiros no Brasil: migrações, informação e produção de diferença*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FUSCO, Wilson. *Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GREENWOOD, Michael J; HUNT, Gary L. *The early history of migration research*. *International Regional Science Review*. v. 26, n. 1, p. 3-37, 2003.

GUSMÃO, Neusa. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. In: *Colóquio Internacional Saber e Poder*. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil%20no%20mundo%20academico.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

HANNERZ, Ulf. *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. *Mana*, vol. 3, nº 1, p. 7-39, 1997.

LAIER, Aline Cristina. *Ensino "além mar": trajetórias e travessias de estudantes africanos no ensino superior em Juiz de Fora – MG*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

- MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, Laura. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MOL, C.V. The influence of student mobility of future migration aspirations. Empirical evidence from Europe and recommendations to study the impact of international exchange programmes. *Canadian Diversity/Diversité Canadienne*, v. 8, n. 5, p.105-108, 2011.
- MUNGOI, Dulce M. D. C. J. “*O Mito Atlântico*”: Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Mimeo. 2002.
- MURPHY-LEJEUNE, E. *Le capital de mobilité: genèse d’un étudiant voyageur*. Revue en Ligne, Mélanges Crapel, n. 26, p.137-165, 2001.
- PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*. Lisboa: SOCIUS, Universidade técnica de Lisboa, 2004.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, ambiguidade e cidadania transnacional. *Série Antropologia*, v. 235. Brasília: DAN/UnB, 1998.
- ROBERTSON, S.K. *Negotiated Transnationality: Memberships, Mobilities and the Student-Turned-Migrant Experience*. PhD Tesis, School of Global Studies, Social Science and Planning, RMIT University, Melbourne, 2008.
- SILVA, Kelly; MORAIS, Sara Santos. *Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras*. Pro-Posições, 23 (1), p. 163-182, 2012.
- SIMMEL, Georg. “O estrangeiro”. In: *Evaristo Moraes Filho (org.), Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
- SINGER, Paul Israel. *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo*. In: *Economia Política e Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- SOARES, Weber. Análise das redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. *Revista brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.
- TILLY, Charles. *Migration in Modern European History*. Universidade de Michigan, 1976. Disponível em: <<http://faculty.utep.edu/Portals/1858/Tilly%201976%20Migration%20in%20Modern%20European%20History%20Dpblue145.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- TILLY, C. Transplanted Networks. In: *YANS-Mc LAUGHLIN, V. (Ed.). Immigration Reconsidered*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*, Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- REZENDE, Claudia Barcellos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro. Brasil: Editora FGV, 2009.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose – Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

# PATRÕES E CATIVOS: RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NOS SERINGAIS DO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS

## *MASTERS AND SLAVES: WORK RELATIONSHIPS AND STRATEGIES OF RESISTANCE IN THE RUBBER PLANTATIONS OF THE UPPER SOLIMÕES RIVER, AMAZONAS*

**Edna F. Alencar**

*ealencar@ufpa.br*

*Doutora em Antropologia (PPGAS-UNB)*

*Professora Associada III da Universidade Federal do Pará (PPGA e PPGSA)*

### RESUMO

O artigo analisa as relações de trabalho e formas de resistência nos seringais da região do Alto Solimões, Amazonas, a partir das narrativas de pessoas que residem nessa região. O objetivo é compreender como os sujeitos administram os “espólios de memórias” para compor uma narrativa sobre o passado onde se destacam os seringalistas, agentes da modernidade e da violência; e os seringueiros situados nos estratos mais baixos da hierarquia social, trabalhando na condição de cativos. A análise evidencia como sujeitos situados em diferentes posições da estrutura social percebem e examinam os fatos do passado. Os ex-seringueiros denunciam a violência perpetrada pelos patrões que marcou o trabalho e a vida na sociedade do seringal, as resistências cotidianas e silenciosas a essa dominação. Os herdeiros dos seringalistas valorizam seu papel como agentes do desenvolvimento econômico e social. Conclui-se mostrando que as estratégias de resistência adotadas pelos seringueiros para realizar o projeto familiar fundavam-se na sabotagem, ao adicionar impurezas à borracha ou vender parte da produção para comerciantes concorrentes dos seringalistas, os regatões, que lhes forneciam as condições para resistir ao domínio dos patrões.

**Palavras-chave:** Amazônia. História Social. Extrativismo. Seringueiros. Relações de trabalho.

### ABSTRACT

The article analyzes the relationship of work and forms of resistance in the rubber extraction in the high Solimões river, Amazonas, from the narratives of people who live in this region. The goal is to understand how the subjects manage the “spoils of memories” to compose a narrative about the past which highlights the owners of rubber plants, like agents of modernity and violence; and the rubber tappers located in the lower strata of the social hierarchy, working in captive condition. The analysis shows now some subjects placed in different positions of the social structure perceive and examine the facts

of the past. The former rubber tappers denounce violence perpetrated by employers that marked the work and life in the plantation society, the daily and silent resistance to this domination. The heirs of seringalistas, tappers, value their role as agents of social and economic development. It concludes showing that resistance strategies adopted by rubber tappers to make their family project was based on sabotage, selling part of production to competing traders of rubber tappers, the regatões, which provide them with the conditions to resist the rule of the patrões, their bosses.

**Keywords:** Amazon. Social history. Extrativism. Tappers. Work Relationships.

## INTRODUÇÃO

O sistema de produção econômica baseado no extrativismo de recursos naturais tem sido uma das referências para caracterizar a história econômica, social e cultural da região Amazônica brasileira desde o período colonial. Entre o final do século XIX e início do século XX a exploração intensiva da borracha vegetal como principal produto de exportação contribuiu para consolidar um sistema de produção econômica nessa região que tem se caracterizado a partir do modo como foram instituídas as relações sociais e de trabalho que envolveu diferentes agentes de um sistema hierárquico, marcadas pela competição, conflitos, dependência e dominação. Vários estudos desenvolvidos sobre esse tema destacam fatos, eventos e personagens que dominavam o cenário social, político e econômico desse momento, e contribuíram para a construção de uma “história geral” da borracha na Amazônia referida como “o tempo dos seringais” ou “época da borracha”<sup>1</sup>.

No início do século XX, o engenheiro e escritor Euclides da Cunha (1999) publicou uma obra que contribuiu para fixar uma visão sobre a história da borracha na Amazônia, ao descrever os aspectos sociais, culturais e econômicos dos seringais da região do Vale do Alto Rio Purus, atual Acre. A exploração comercial da borracha configurou um sistema mercantil denominado de “sistema de aviamento”, que consistia na concessão de crédito onde não havia a circulação de moedas, cujos agentes principais eram os seringalistas<sup>2</sup> e os seringueiros<sup>3</sup>. Os comerciantes (credores) pagavam antecipadamente a produção dos extratores de seringa (os “fregueses”) na forma de mercadorias e insumos. Estes, por sua vez, na condição de devedores, deveriam pagar a dívida com produtos extrativos, conformando assim uma relação de trabalho altamente hierárquica marcada pela dependência.

A descrição das relações de trabalho dos seringais do vale do Purus realizada Cunha destaca a exploração, a sujeição e a violência que permeavam essas relações, e aponta as dificuldades que os seringueiros, migrantes de origem nordestina, encontravam para se adaptar a um ambiente hostil. Sua abordagem positivista, apoiada em um viés determinista baseado na raça e no meio, procura mostrar que a equação entre ambiente hostil e adverso, e uma raça imprevidente, não favorecia o desenvolvimento da civilização. Retrata a Amazônia como uma terra *sem* história, pois ainda não havia alcançado o estágio último que a humanidade deveria atingir em sua trajetória histórica; e demonstra seu desencantamento com uma sociedade “obscura e abandonada”, desprovida de tradições, onde “predomina a falta de esperança e de perspectivas com o futuro” (CUNHA, 1999 p. 10-17).

A leitura que Euclides da Cunha faz dessa sociedade tende a enfatizar a submissão, a subserviência e a escravidão dos seringueiros, ao mesmo tempo em que lhes retira a agência, a capacidade de resistir ao domínio dos patrões. Os seringalistas são descritos como um “tipo opulento” que comanda “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado

egoísmo” (CUNHA, 1999 p. 10-17), impondo aos seringueiros um contrato de trabalho com regras duras que, ao serem descumpridas, resultavam em pesadas multas ou até morte. O seringueiro é descrito como “um homem apático, solitário, imprevidente” e “que trabalha para escravizar-se” e que está preso a um sistema econômico marcado pela violência da exploração da sua força de trabalho. Mesmo quando salda suas dívidas, não consegue fugir do domínio do patrão, pois desconhece a região e também porque não encontrará trabalho em outro seringal, uma vez que “há entre os patrões acordo de não aceitarem uns os empregados de outros antes de saldadas as dívidas”<sup>4</sup>.

Na segunda metade do século XX, vários estudos buscam destacar outros aspectos da vida social e das relações de trabalho nos seringais de várias regiões da Amazônia<sup>5</sup> e contribuem para uma revisão desse sujeito histórico ao apontar a existência de formas de resistência dos seringueiros a esse sistema, como os realizados por Mauro Almeida (1990) e Mariana P. Franco (2008) que elaboram críticas às descrições superficiais que foram realizadas sobre a sociedade seringalista. Para Mariana Franco (2008) as abordagens de Euclides da Cunha, geralmente baseadas em relatos secundários, contribuíram para reforçar a invisibilidade social e histórica dos seringueiros ao enfatizar sua condição de submissão ao sistema vigente. Para contrapor essa visão, ela destaca algumas obras escritas no início do século XX que mencionam a existência de “protestos e resistências por parte dos seringueiros ao regime de seringais” e uma mobilização contra o controle de terras exercido pelos seringalistas<sup>6</sup>.

Franco utiliza uma abordagem etno-histórica e antropológica para contrapor-se a essa “história geral” dos seringais da Amazônia, ao analisar a vida nos seringais da região do Alto Juruá, estado do Acre, a partir de relatos dos membros de uma família de seringueiros, Os Miltons, e em observações etnográficas feitas quando atuou como consultora de projetos de extensão junto aos seringueiros dessa região. As narrativas dos Miltons sobre suas trajetórias de vida permitem elaborar um relato vivo do sistema do seringal, e apresentar outra versão da história dessa região que destaca os confrontos entre seringueiros e seringalistas, a luta pela terra e o processo de construção de uma identidade social e política.

A partir do exposto, o presente artigo visa contribuir com esse projeto de repensar a história da situação social e das relações de trabalho que caracterizaram a indústria extrativa da borracha, ou o sistema do seringal, ao tomar como objeto de análise as percepções de diferentes sujeitos sobre as relações de trabalho em antigos seringais do município de São Paulo de Olivença, região do Alto Solimões<sup>7</sup>, estado do Amazonas. A análise é desenvolvida com base nas narrativas orais<sup>8</sup> de descendentes dos principais agentes desse sistema, seringueiros e seringalistas (os patrões), cujas versões contribuem para ampliar o entendimento sobre a situação social e histórica<sup>9</sup> dos seringais da Amazônia, onde predominavam relações de trabalho permeadas pela competição e conflito, e ancoradas no uso da violência instituída pelo poder político dos seringalistas. Os relatos de ex-seringueiros ou de seus descendentes, contribuem para desconstruir versões oficiais ou uma “história geral” sobre “o tempo do seringal” ao descrever as condições de trabalho como de semiescravidão, e também as estratégias utilizadas para resistir ao domínio dos seringalistas. As narrativas dos descendentes de seringalistas retratam os seringalistas como agentes da modernidade, que levaram o progresso e o desenvolvimento para os rincões da Amazônia, enquanto omitem as condições sob as quais o trabalho era realizado.

Os narradores, testemunhos de encontros etnográficos (STRATHERN, 2014) revelam os marcadores espaço-temporais utilizados para recuperar memórias, descrever e interpretar as condições de vida e de trabalho nos seringais dessa região. Segundo Bourdieu (2002), os homens percebem suas práticas de

formas diferentes, devido às diferentes posições sociais e políticas que ocupam dentro de uma estrutura social.

O recorte temporal das memórias recuperadas nas narrativas remete à primeira metade do século XX quando os seringalistas passam a utilizar a mão-de-obra de origem nordestina<sup>10</sup>. A análise destaca estratégias de resistência dos seringueiros ao domínio dos seringalistas, para isso busca-se apoio nas ideias de J. Scott (2002) em sua análise sobre as “formas cotidianas de resistência camponesa”<sup>11</sup>. Para garantir sua sobrevivência, os seringueiros usam a sabotagem como estratégia e estimulam a competição entre seringalistas (patrões) e regatões<sup>12</sup> ao venderem para os últimos a borracha destinada a saldar as dívidas com os primeiros. Dessa forma, os regatões fornecem as condições para que os seringueiros resistam ao domínio econômico dos seringalistas. Contudo, trata-se de uma resistência individual<sup>13</sup> e passiva, que não tem como objetivo ganhar uma batalha, ou promover uma transformação nas relações de trabalho. É uma resistência que visa garantir sua sobrevivência dentro de um sistema social e econômico opressivo que é o seringal. Somente nos anos 1980 é que os seringueiros se organizam num movimento de resistência coletiva à expropriação de suas terras e em defesa dos seringais, e realizar uma “reforma agrária dos seringueiros”<sup>14</sup>.

As narrativas reproduzem experiências vividas ou partilhadas, configuradas em eventos etnográficos, e expressam o modo como os diferentes sujeitos - situados em posições distintas, num certo contexto social e numa situação histórica - selecionam e interpretam os eventos e fatos utilizados como marcadores de sua história de vida. São fragmentos ou “espólios da memória” (LOWENTHAL, 1998) que desvelam as relações sociais e condições de trabalho no seringal, conflitos, estratégias de resistência e de enfrentamentos silenciosos. São relatos, em primeira mão, das experiências de quem vivenciou os fatos, “evidências orais” e “versões ainda não documentadas de forma escrita” (THOMSON, 2002, p. 343) sobre um momento da história dos seringais do Alto Solimões. Como documentos etnográficos elas colaboram para a constituição de saberes antropológicos sobre o passado, além de permitir elaborar uma reflexão sobre questões do presente. Como documentos orais, recuperam histórias não conhecidas, e reconstróem a realidade ao mesmo tempo em que permitem a construção do conhecimento histórico. (THOMSON, et al. 1996).

Nesse trabalho da memória, enquanto um tipo de “reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (THOMSON, et al. 1996, p. 71), fica evidente o processo de selecionar fatos e eventos que se apresentam como relevantes no presente. É uma memória composta por camadas, formada de lembranças e esquecimentos, que entrelaça tempos e espacialidades diversas; na qual a distância temporal que separa os narradores do presente, dos personagens que protagonizaram os fatos que ocorreram no passado não ameniza a força e a atualidade dos seus relatos<sup>15</sup>. A relação entre passado e presente aparece de forma clara, como propõe Halbwachs (1990), mas “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

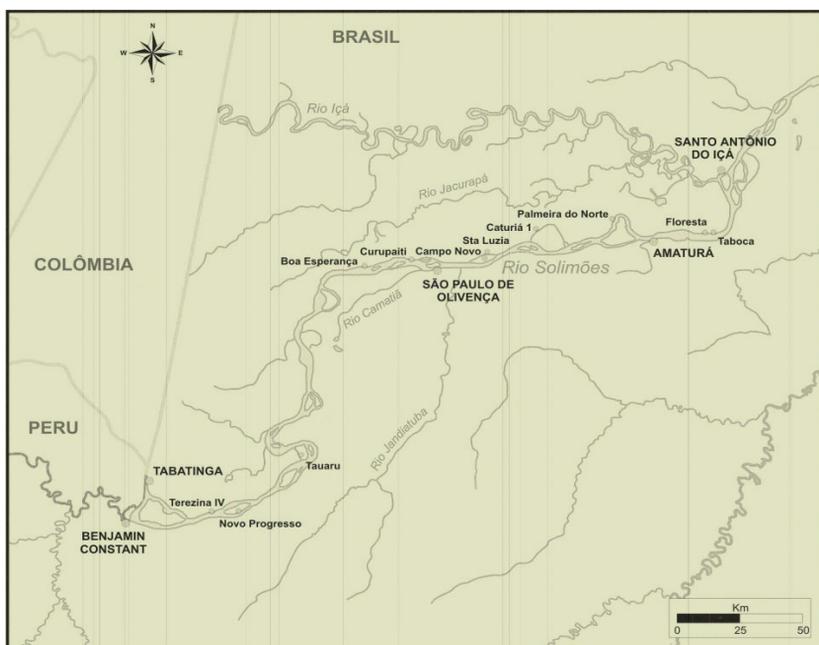
Como produtores de lembranças (CUNHA, 2004), os relatos são discursos sobre o passado que tornam possível o acesso a outras memórias e reinscrevem eventos, pessoas e lugares em outra cartografia. Dessa forma, contribuem para contrapor as versões já consagradas e autorizadas, como aquela apresentada por Euclides da Cunha e historiadores oficiais. Aqui, não se trata de uma memória que é partilhada e que reforça a coesão social, como aponta Halbwachs ao falar das funções positivas que a memória desempenha. Os narradores, posicionados em diferentes lugares da hierarquia social, recuperam

lembranças que compõem suas memórias que reforçam as diferenças. Logo, elas reforçam uma adesão afetiva ao grupo ao qual cada um deles pertence no presente, e no passado, formando o que Halbwachs (1990) chama de “comunidade afetiva”.

## “ERA ASSIM QUE ERA ANTES”: AS LEMBRANÇAS DO *TEMPO DO CATIVEIRO*

A exploração da borracha vegetal que ocorreu na região do Alto Solimões entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX promoveu um novo processo de ocupação humana dessa região ao estimular a imigração de milhares de nordestinos para trabalhar na extração gomífera em terras onde havia grande concentração de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e sorveiras (*Sorbus domestica L.*) nativas que hoje compreende os municípios de São Paulo de Olivença e Amaturá. O acesso aos seringais era realizado pelos rios Solimões e Içá ou afluentes como o Jandiatuba, o Pureté, o Camatiã e os igarapés Belém, Tacana, Jacurapá, Pureté e São Jerônimo, como mostra Alencar (2005). Esses cursos de água formavam juntos uma intrincada malha fluvial que permitia o acesso por via fluvial aos seringais e a um amplo território, onde muitas famílias realizavam uma mobilidade constante em busca de produtos extrativos.

Imagem 01 – Mapa do Alto Solimões



Fonte: ProVárzea/IBAMA 2005.

Algumas famílias controlavam vastas extensões de terras ricas em seringueiras, e seus membros formavam a elite da sociedade regional com grande poder político, econômico e articulação com o governo central do Amazonas, destacando-se como administradores regionais ao ocuparem cargos públicos no poder executivo e legislativo do município de São Paulo de Olivença (ALENCAR, 2005)<sup>16</sup>. Dentre as famílias, destacam-se a família Mafra, cuja sede do seringal estava situada no Porto Mafra<sup>17</sup>; a família Müller, cuja sede estava situada em Santa Rita do Weil; a família Ayres de Almeida, Castelo Branco, Ramos, Seabra, Uchôa, Balieiro; além de Oliveira Filho (1979) e Alencar (2005), que possuíam seringais de menor importância do ponto de

vista econômico e de poder político. Nos anos 1980, parte das terras desses antigos seringais foi desapropriada para a criação das Terras Indígenas Évora I e Évora II<sup>18</sup>.

A sede dos seringais era onde estava o barracão usado para armazenar mercadorias e os produtos extrativos. Era geralmente construído em locais estratégicos como às margens do rio Solimões ou próximo à entrada de igarapés, que eram as principais vias de acesso às terras onde estavam as seringueiras. A partir dos barracões os patrões e seus empregados podiam controlar o acesso aos seringais, uma estratégia utilizada pelos patrões em todas as áreas onde existiu o trabalho de extração da borracha no Alto Solimões para controlar a entrada e saída de pessoas, evitar a fuga de trabalhadores e o contrabando da produção pelos regatões<sup>19</sup>. Alguns lugares onde estavam localizadas as sedes dos principais seringais são hoje importantes povoados dessa região, tais como Vendaval (antigo Porto Mafra), Santa Rita do Weil, e Belém do Solimões.

A produção era a seringa, a borracha e o peixe, mas era tudo muito difícil e quando faltava a mercadoria a gente tinha que sair pra ir atrás lá em São Paulo de Olivença. Era muito difícil porque a gente ia a remo até Santa Rita do Weil, e de lá pra São Paulo. Não dava vontade nem de sair do Curupaity que na época era comunidade indígena. E nessa época a comunidade de Santa Rita já era um lugar grande, já existia até Prefeito na época, que era o patrão forte de lá, era o Mariano Müller, era a família dos Müller, tinha o Reginaldo Müller. Era a propriedade deles. Aí tudo era deles, o seringal. A produção que nós tirava no Jacurapá levava lá pra Santa Rita porque ficava mais próximo de Santa Rita do que de São Paulo. Hoje em dia não, hoje a gente vai pra São Paulo. (Sr. C., São Paulo de Olivença).

Os seringueiros eram recrutados nas cidades de Manaus, Tefé ou São Paulo de Olivença, e nas aldeias vizinhas, e conduzidos para realizar o trabalho nos seringais no período da safra dos produtos. Nos seringais eles construíam acampamentos, as colocações<sup>20</sup>, para servir de abrigo e armazenar a produção. No início da safra, eles adquiriam mercadorias nos barracões, tais como as tigelas usadas para coletar o leite da seringa, munição para suas armas, produtos alimentícios e também os mantimentos para sua família. Ao final da safra, eles deveriam pagar a dívida com o patrão usando como moeda o próprio produto extrativo. O valor do produto extraído era estabelecido pelo patrão, e os seringueiros raramente tinham saldo positivo. Dessa forma, ficavam presos financeiramente aos seringalistas, sendo obrigados a vender toda a produção para aquele que financiava sua permanência na floresta. Esse sistema mercantil de antecipação da dívida ficou conhecido como “sistema de aviamento” onde os seringueiros contraíam dívidas antes mesmo de começarem a trabalhar<sup>21</sup>. Visando maximizar a produção os seringueiros, eram proibidos pelos seringalistas de cultivar roças e pescar, o que os tornava totalmente dependentes do barracão para adquirir alimentos, uma prática que era recorrente nos vários seringais da Amazônia. Os extratores, contudo, recorriam a várias estratégias para burlar as regras dos seringalistas e ter certa autonomia no suprimento de alimentos, como o cultivo de pequenas roças de mandioca<sup>22</sup>, a caça de animais para vender a pele ou a extração de lenha para alimentar as caldeiras dos navios movidos a vapor. Ao longo do Rio Solimões existiam vários portos onde os navios faziam escala para comprar lenha.

O patrão que nós trabalhava era o Nélio Gama. Ele era aí do Santo Antônio do Içá. Eu não cortei muitos anos, cortei 13 anos só de seringa. O meu pai cortou mais. Essa produção foi entre 74 ou 75, que terminou porque não compraram mais, porque acabou o contrato de tirar seringa pra cá. Aí o patrão também não andava mais pra cá. Aí nós fomos fazer roça né, que já não tinha mais nada. Fazia farinha e vendia, e muita.

Quer dizer que naquele tempo, era mais porque tinha muito seringueiro e eles não plantavam aí o patrão comprava a farinha e levava pra vender pro pessoal. Levava pro Javari também. A gente torrava até de noite lá na terra firme. Vendia lenha também pra esses barcos grandes, navio de lenha peruano que iam até no Pará. Era o Áurea e o Moreira. Tinha o Inca e mais outro que eu não sei como era o nome dele, que tinha duas chaminés. E tinha mais outro que era uma *barcona* que andava, de roda na popa. Era [movida] a lenha também. E tinha o Ajudante também, era do Pará esse Ajudante. Eles paravam pra pegar lenha. Eles pegavam grande quantidade de lenha. (Sr. A., Amaturá)<sup>23</sup>.

Eu trabalhei um tempo aqui no Jacurapá *cortando* seringa, pra sustentar minha família. A mulher ficava aqui trabalhando na roça e eu ia sozinho pra lá... Aí eu trazia o produto pra cá e vendia pro Antônio Ramos (de São Paulo de Olivença), era borracha e *couro*. O couro naquele tempo dava muito, era onça, maracajá, caititú, queixado, veado. Vendia pra poder sustentar minha família. Quando acabou a seringa, depois que acabou essa produção, aí o pessoal foi pra pesca... (Sr. T., São Paulo de Olivença).

A produção extraída anualmente dos seringais do Alto Solimões era estimada em milhares de toneladas (OLIVEIRA FILHO, 1979). Cada seringueiro tinha que produzir certa quantia de borracha para saldar suas dívidas, e evitar iniciar a próxima safra com saldo devedor. Como vimos antes, essa produção muitas vezes era alcançada com o trabalho dos filhos ainda jovens, com idade de 12 anos, e pelo controle do tempo dos trabalhadores impedidos de realizar atividades autônomas, principalmente aquelas voltadas para a provisão de alimentos<sup>24</sup>.

O forte controle exercido sobre a força de trabalho para maximizar a produção contava com o apoio dos demais seringalistas e do poder público regional e estadual, como destacaram alguns autores<sup>25</sup>. Esse controle rigoroso sobre os seringueiros forneceu os principais elementos das representações que se construiu sobre as relações sociais e de trabalho nos seringais do Alto Solimões e de outros países da bacia Amazônica, como destaca Taussig (1993)<sup>26</sup>. Os excessos cometidos pelos seringalistas considerados “brabos” ou tiranos, alimentaram um imaginário sobre o tempo dos seringais marcado pelo terror que povoam as memórias de ex-seringueiros de várias regiões da Amazônia<sup>27</sup>.

Tinha um patrão, desses Mafra que ficava aqui numa região aí, que pra não pagar a conta mandava o freguês atrepar no açazeiro. Aí que quando chegava lá no açazeiro, ele perguntava “Tu quer descer?”. O homem respondia “Eu quero!”. E ele “Pôôôôuuu!!!” (atirava e matava o homem). Ele era da família Mafra. Os ticunas, ele matou muito, muito mesmo! Quando os trabalhadores dele tinham um bom saldo, ele dizia “Você quer receber seu saldo?”. Aí a pessoa, inocente, dizia “Eu quero”. Então ele dizia “Amarra ele!”. Aí amarravam com cabo, com a mão pra trás e “Pôôôôuuu!!!” (matava). Quando não era com revólver, era com um rifle. Aí matava o homem do saldo e jogava ele no rio, pros animais comer. E aí acabava com o saldo, ficava o saldo tudo pro patrão. A gente ouvia essas histórias tudo aí, e era verdade. Era real mesmo. E o pessoal ficava com medo. Tudo aquilo que a senhora sabe como é, lá pra cima, Belém do Solimões, Vendaval, por aí tudo os trabalhador era morto pelos patrão. Agora eu mesmo não vi, agora era notícia que eles contavam e a gente sabia, né... “Fulano matou”. Porque aí tinha que ser castigado pelo patrão. Mas graças a Deus, por aqui não houve isso não. Era só essas famílias é que eram assim, eram os Mafras é que eram ruim; e outra família que era dona de Belém, que era assim também. Não tô me lembrando como era o nome dele, é esse Romualdo. Matou muitos ticunas, muito, muito mesmo! Porque eram eles que

mandavam. Se você plantasse a roça e vendesse fora, um paneiro de farinha que você vendia, se acabava em morte. Tinha que trazer o produto só pra ele. E era assim que era. E hoje não, graças a Deus que não é mais assim. Hoje em dia já é assim o patrão que já tem medo da freguesia; hoje ele tem medo porque se ele brigar com a freguesia... E naquele tempo não, se matasse ele quebrava um galho com o delegado, e o delegado não fazia nada. Porque vinha a intimação, mas não resolvia nada porque o delegado era comprado pelos patrões. E isso acontecia tanto com ticunas quanto com os civilizados que trabalhava pra ele. Eram do mesmo jeito. Era a mesma coisa, eles tratava do mesmo jeito. Fazia isso com todos. E hoje não, está liberto, tanto faz as freguesias como faz o patrão, pois eles já entenderam mais ou menos a situação do pobre. Por exemplo, se eu chego e digo: “- Dona, eu não tenho com o que lhe pagar hoje. Esse mês vou só lhe dar uma entrada na *minha conta*”. A senhora fica até satisfeita. Mas antes não, se não trouxesse o dinheiro tinha que ser morto. Tinha que trazer o produto senão, morre! Naquele tempo a gente não pegava em dinheiro. Não senhora, não existia dinheiro. A gente não via dinheiro não. (Sr. A., São Paulo).

Nesse sistema comercial conhecido como aviamento<sup>28</sup>, o seringalista lucrava com a venda da mercadoria e com a compra do produto, pois na hora de pesar as bolas de borracha<sup>29</sup>, o pêndulo da balança nunca era favorável ao seringueiro. Mas, proporcional ao controle que o seringalista exercia sobre os seringueiros, e sobre todo o processo produtivo, existiam também várias estratégias desenvolvidas por eles para resistir ao poder estabelecido a partir do barracão. Uma delas consistia em adicionar impurezas ao látex, como bolas de barro, para aumentar o peso e, assim, compensar a adulteração das balanças que sempre favorecia aos patrões; ou entregar a borracha ainda molhada.

Por isso que o pobre nunca pode ir pra frente. Desde quando eu me entendi, já existia isso. No tempo que trabalhava com a seringa, era assim o sistema, numa borracha que dava 50 quilos, tiravam cinco e só pagavam 45 quilos. Cinco quilos já tinham tirado. Eles faziam isso, tiravam os nacos da borracha. Porque a borracha meio seca não *quebra [perde peso]* muito não. Então o negócio era levar ainda meio molhada, porque levando seca era prejuízo. Nós fazia assim, era o jeito. O que eu ganho é natural, mas não roubado. Eles faziam borrachinha, bola pequena de borracha e traziam pra poder vender por fora. Hoje em dia não existe mais cativeiro não, já acabou esse negócio de cativeiro que tinha que comprar só dele (patrão). O cortador de seringa era *cativo*, vivia só pra ele, pro patrão. (Sr. J. J., Tabatinga).

Outra estratégia para burlar a vigilância e obter bens de consumo mais baratos era vender parte da produção aos comerciantes menores, os regatões<sup>30</sup>, geralmente um concorrente do seringalista ao qual estavam subordinados. Os regatões mantinham um comércio ativo na região, vendendo mercadorias a preços mais baixos do que os praticados pelos seringalistas nos barracões. Vendiam mercadorias e recebiam produtos extrativos como pagamento, numa clara concorrência com os seringalistas. Desempenharam um papel importante na economia do seringal por possibilitar aos seringueiros quitar dívidas e fugir do cativeiro dos seringalistas. Com essa prática, os seringueiros reforçavam as disputas entre os patrões e os regatões. Mas esse comércio que ocorria às escondidas envolvia grandes riscos para os seringueiros e para os próprios regatões, devido aos métodos violentos utilizados pelos patrões para punir os transgressores.

O trabalho era só na seringa, não tinha tempo de fazer roça. E tinha que comer só com a mercadoria da venda da seringa. E quando faltava, às vezes a gente chegava a vender o *sarnambi*. Tinha que fazer duas bolinhas de *sarnambi* que era para o patrão não desconfiar, e a gente dizia

‘Bem, essa eu vou esconder’. E mostrava só a bola de borracha, e o *sarnambi* escondia. Quando o patrão vinha ele dizia “Tá certo, tá bom”. E a gente tinha que esconder uma bola que era pra gente comprar outro alimento que ele não trazia. Ele desconfiava e botava um vigia dele, e quando esse vigia tava lá pra cima, a gente já vendia esse *sarnambi* que tava escondido. Tudo isso pra poder manter a nossa necessidade no seringal. E isso os outros também faziam. Todos faziam do mesmo jeito! (Sr. A., São Paulo de Olivença)

Com 12 anos comecei a cortar seringa, e passei dois anos cortando a seringa. O primeiro ano que eu cortei, trabalhei com o finado Frederico Ramos no seringal Redenção. Essa época foi no tempo de 1944, no tempo que se alistamos como *soldado da borracha* né [...] Então dona, era muito precário de nós ganhar o nosso dinheiro porque era *cativado* pro patrão. O seringueiro era *cativo*. E ninguém podia vender o *sarnambi* falado, e nem uma borrachazinha assim pra gente vender particular. Porque às vezes a gente queria comprar um alimento que ele [patrão] não levava quase, aí a gente tinha que fazer uma borrachinha pra gente vender pra estes *marreteiros*, pra trocar com bolacha, roupa. Trocava *sarnambi* com qualquer coisa. E tinha que ser escondido do patrão né. Se ele soubesse era o *cativo* que ele colocava pra fora. Era assim dona menina, e ele não pagava o que ele devia. Tirava saldo, mas tinha essas dificuldades (...) Ninguém podia pagar a conta e tinha que ser um outro ano, novamente, pra gente poder pagar a mesma conta que você tinha devido do ano passado. E enquanto não pagasse não deixava sair. *Era assim que era antes*. Quando chegava outubro, que era o tempo da gente sair, o produto que tivesse ele liberava. Só quem fazia este particular, quem vendia escondido é que ficava, é quem fazia esta virada. Quando era na época de verão, que era mês de junho, a gente já ia tirando a mercadoria pra pagar no seringal. E nessa época era assim. Nessa época existia muito pirarucu, matava muito, e a gente vendia pra outro patrão pra poder adquirir uma roupa, porque nem roupa não tinha... Tinha um patrão que comprava a borracha e outro que compra o peixe, que era o regatão que falavam antigamente. (Sr. J. F., Amaturá).

A violência cometida pelos patrões e as dificuldades de realizar o trabalho em certas áreas de seringais está associada à condição de cativo, de ser *cativo* do patrão. Aqui vemos como os termos utilizados pelos narradores para falar das condições de trabalho remetem à situação de camponeses que viveram situação de restrição de sua autonomia em relação ao uso do seu tempo e também do cesso aos produtos oriundos de seu trabalho na terra<sup>31</sup>. A fuga dessa condição de *cativo* está relacionada à existência de uma migração constante da mão-de-obra em busca de melhores condições de trabalho. Os seringueiros procuravam os seringais mais produtivos e menos *doentios*, e cujos patrões não fossem reconhecidos como violentos e exploradores.

Enquanto os seringalistas garantiram a estrutura necessária para manter os seringueiros trabalhando nas áreas mais distantes do barracão, longe das margens dos rios principais, eles puderam realizar a extração da borracha. Mas com o declínio do preço da borracha, alguns patrões ficaram sem capital para movimentar seus negócios e deixaram de fazer o transporte da produção extraída nos seringais mais distantes. Com isso, inviabilizaram a permanência dos cortadores que estavam nesses lugares.

“Quando dava começo de julho o patrão vinha de barco, subindo no rio Jacurapá, pra essa propriedade de nome *Cá Te Espero*. Todos os anos na época da safra ele fazia isso. Ele subia com o pessoal que trabalhava o mês de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Em fevereiro ia pescar, caçar e arrumar *rancho*. Quando era fim de julho ele baixava, com a turma pra cá. Eles iam limpando a estrada

[de seringa] na faca de novo. Ele tinha trinta estradas de 90, 100, 140 árvores. Eu cortei desde 11 anos. Eu saí de lá com 22 anos. Terminei minha mocidade aí. Nós trabalhava, eu e essas duas irmãs. Eu cortava, no fim do mês nós entregava até 180, 120 quilos de borracha. O dinheiro era tudo pra ele. A casa aviadora aqui era do Antônio Mourão, era o fabricante. A gente fazia três entregas durante o verão. A mercadoria pra nós se manter lá no seringal nós trazia de barco. Era 6 dias carregando farinha, açúcar, sabão, querosene e leite. Aí quando eu tinha 17 anos, todo fim de safra tinha que levar pro casarão que o papai mandou endireitar pra colocar a farinha que sobrava. Às vezes sobrava 30, 40 sacos de farinha. Ele dizia “Se aparecer quem comprar, tu vende”. Naquele tempo não se via uma viva alma, aí ficava só eu e Deus, e mais ninguém. Se a cobra me mordesse, morria lá. Em 1957 nós paramos de tirar a borracha porque perdeu o valor. Ficou ruim de vender devido a muita falsificação na borracha. Aí ele vendeu o seringal, e seu José Alexandre, um português, comprou o seringal. E depois que acabou a borracha eu fiquei só na pesca de pirarucu e jacaré”. (Sr. O., São Paulo de Olivença).

O declínio da economia da borracha significou não apenas a decadência dos seringalistas e o abandono dos seringais. Também foi o fracasso dos seringueiros, cuja subsistência estava atrelada a quem garantia o funcionamento do sistema do seringal: o patrão. Quando este se retira, os seringueiros são obrigados a buscar outros locais para morar e outras fontes de renda. Muitos passaram a realizar outras atividades extrativas como a extração de madeira ou a pesca.

Os ex-seringueiros, ou seus descendentes, enfatizam as condições de vida e de trabalho no sistema do seringal; a exploração de sua força de trabalho e do seu corpo; as dificuldades de acesso aos seringais, realizando longas viagens de vários dias ou semanas, através da mata; a dificuldade de levar a produção até os barracões e retornar imediatamente para não perder um único dia de trabalho. Suas narrativas evidenciam uma concepção do tempo em que trabalharam no seringal sob o domínio dos seringalistas, como um tempo de cativo. É um tempo de doenças, de fome, de sofrimentos e onde a presença da morte é permanente, seja por ameaças de ataques de animais, seja pela violência cometida pelos patrões.

“Naquela época tudo era selvagem”: a visão dos descendentes dos seringalistas.

As famílias donas de seringais formavam um grupo social muito fechado, como se pode verificar pelas relações de parentesco que existiam entre eles e ainda persistem entre seus descendentes que, assim como os pais, controlam o poder político e econômico dos principais municípios do Alto Solimões. (ALENCAR, 2005). As ações de alguns seringalistas são usadas para estabelecer recortes temporais, periodizar os acontecimentos e situar os ouvintes na história da produção econômica e social da região, construindo “um patrimônio de saber compartilhado”. (ELIAS, 1998). Para seus descendentes, eles simbolizavam o desenvolvimento, a modernidade. Por meio deles o capital econômico internacional e o poder político do Estado alcançaram os lugares mais distantes da Amazônia.

O movimento era grande. Não é como hoje. Tinha porto de lenha em cada comunidade dessas. As pessoas depositavam a lenha nos portos para serem vendidas pros navios. E aquelas com menos condições tinham seu próprio portinho de lenha. O navio vinha trazendo a mercadoria do pessoal e depois embarcava a lenha. Daí esses patrões daqui do Solimões fornecia a mercadoria pro pessoal. E às vezes quando não dava de vir no barco, vinha em jangada. Eles [seringueiros], faziam

jangada de toras de madeira com uma casa em cima, colocava umas tábuas, aí vinha a borracha e outros produtos. Tinha um armazém desses comerciantes que abasteciam com o produto, e eles enchiam o armazém com seringa. Quando o barco chegava de Manaus trazia a mercadoria pra cá... Aí o patrão de Manaus vinha pra cá no final da safra da borracha pra fazer a prestação de conta. Aí levava o produto todinho... O dinheiro circulava pouco. As pessoas trabalhavam mais do que arrecadavam. E na época São Paulo ainda era Vila, não tinha uma rua calçada. Em 1980 ainda era vila e em 1881 passou a ser cidade. (Sr. A.T., São Paulo de Olivença)

“Tinha o Porto Mafra que era da minha família. O patrão lá era meu pai, Epitácio Mafra. Aí próximo a ele tinha o Quirino Mafra, de Vendaval, que era meu tio e era patrão lá em Vendaval. Também tinha o Antônio Roberto Almeida que era em Belém do Solimões. Ficava numa comunidade próxima Crajari, mais ou menos, não tenho bem certeza. Ele era um patrão grande também esse Antônio Roberto. Ele era Muller de Almeida, eu sei que ele tem parentesco com a gente, a família da mulher dele. O patrão mais forte que meu pai era o tio Quirino Mafra, de Vendaval. Ele chegou a ter navio que era muito grande. Agora, só meu pai teve 4 barcos, um maior e 3 menores”. (Sra. E. M. T., São Paulo de Olivença).

O envolvimento dos seringalistas com a vida política era decorrência das relações econômicas e das alianças políticas que estabeleciam com grandes empresários e agentes políticos sediados na capital Manaus. Mas também estava relacionado ao tipo de relação econômica que estabeleceram com os seringueiros, de dominação e de dependência, inclusive no momento destes exercerem sua cidadania.

Tinha outros que trabalhavam com política, a família Castelo Branco, Paulo C. B., Osvaldo Castelo Branco. Viajavam pra Manaus naqueles barcos bonitos. O Paulo sempre andava em um navio. Aqui também andava aqueles navios gaiolas, o gaiolão chamado. Tinha um chamado Alegria, tinha o Tavares Bastos, o Astronave. Eram muitos naquela época. Eram vários. Tinha a família de Weil que era de Santa Rita do Weil. Então essas famílias eram grandes produtoras de borracha. Eles moravam na Vila de Santa Rita. A família Müller e Weil era de lá de Santa Rita também. Eles eram grandes e fortes como os Castelo Branco, os Mafra, os Ramos. Frederico Ramos era um grande seringalista. Tinha aqui seu Frederico Han, também era um patrão na cidade, um forte madeireiro, trabalhava com uma produção enorme de extrativismo. Vinham assim muitos barcos rebocadores pra levar madeira daqui. Isso foi quando eu era criança”. (Sr. A.T., São Paulo de Olivença).

Essa família de Mafra, eu sei mais ou menos que ela veio de Portugal. Porque a família da mamãe é Oliveira, Oliveira é de Portugal né. A mamãe também me conta de uma avó dela francesa que também se assina com Mafra. Agora eu não sei se é portuguesa ou francesa minha família. Eu sei que eles foram muito *fortes* aqui. Acho que até a época do meu pai. Ele foi vereador, presidente da câmara. Foi o mais votado na época. Tinha também dois tios e avô. Era uma família importante aqui. Eles saíram de Vendaval e do Porto Mafra há mais de 20 anos. Deve ter sido no início de 1970. Saíram de lá porque os filhos foram crescendo e precisava dar uma qualidade melhor de vida para os filhos. Eu sei que quando nós viemos de lá, de Porto Mafra, eu tinha cinco anos. Eu tenho muita pouca lembrança do Porto Mafra. Sei que o papai chegou a ser vereador dos mais votados com 50% dos votos. (Sra. E. M. T., São Paulo de Olivença).

Os marcos temporais das memórias são estabelecidos pelos eventos sociais que caracterizam a vida desses diferentes sujeitos que vivenciaram “o tempo do seringal”. De um lado, esse tempo é caracterizado como sendo de prosperidade e de muita riqueza, que podia ser medida pelo volume da produção de borracha que era retirado dos seringais anualmente; pelo número de navios que os grandes seringalistas possuíam, pelo movimento dos pequenos barcos e dos grandes navios que percorriam o Solimões transportando mercadorias para abastecer as casa de comércio dos seringalistas e para recolher os produtos extraídos da floresta.

Naquela época tudo era selvagem. Lembro que meu pai passava 45 dias sem ir em casa, ficava viajando lá pro seringal. Não sei como ele conseguia e trazia aquele barco muito grande cheio de borracha. Ele fazia a venda para o seu Abdon, que era um comerciante que comprava a borracha e levava pra vender em Manaus. Tinha muita borracha aqui. O seringal dele ficava no Jandiatuba. Os cortadores ficavam lá direto nos seringais. Aí os seringalistas vinham de vez em quando ver como estava o trabalho, ver o que estava precisando. Traziam roupa e comida. (Sra. E.M.T., São Paulo de Olivença).

Aqui o Epitácio Mafra embarcava toneladas de borracha. A fonte milagrosa da produtividade aqui era a borracha. Então aqui se produzia muito, muito mesmo! Não dá nem pra fazer um cálculo de quanta seringa se tinha aqui nessa área! A produção era mais no Jandiatuba. Aliás tinha no Solimões. No Solimões havia 15 ou 50 seringais. O maior que tinha era do meu pai que queria vir pra cá também. O pessoal saía com muitas toneladas do Jandiatuba. Depois vinha o pessoal do Solimões... Um seringal grande era aquele que tinha muitas estradas de seringa. No Solimões tinha uns 30 seringueiros cada um tinha sua localidade, suas seringueiras pra cortar e colher o leite, depois trazer. No fim da semana voltava aqueles 30. [quando] O papai tava viajando no barco dele, eu ficava e tomava conta do comércio, o barracão chamado. Eu era garotão, recebia a borracha do Solimões todinha ia até uma hora da noite. Então vendia mercadoria pra eles voltarem pras estradas deles e continuar o corte. Cada um desses trazia uma ou no máximo duas bolas de borracha (de 90kg). Aí eles voltavam e já vinha outra turma do Jandiatuba numa distância de 2 meses ou então a gente ia levar o rancho lá pra eles, a mercadoria. Ou então já trazia naqueles batelões, que a gente chama, que são uns canoões. (Sr. A.T., São Paulo de Olivença).

As memórias partilhadas por aqueles que ocupavam uma posição de dominação projetam outras visões sobre esse tempo e os lugares, descrevem as viagens realizadas até as sedes do seringal a partir do deslumbramento, da aventura, do lúdico. Destacam a beleza das paisagens, dos rios, dos portos e a grandiosidade dos seringais, da estrutura dos barracões. Elas se contrapõem às memórias das viagens realizadas pelos seringueiros para realizar a extração da borracha, narradas sob a marca da dor, do cansaço, do sofrimento e ressentimento (POLLACK, 1989). Em nenhum momento há referência às condições de trabalho em que alguns seringalistas mantinham seus fregueses, o sistema de semiescravidão (ou cativo) ao qual os seringueiros estavam sujeitos, para que alcançassem um boa produção; ou sobre os atos de terror praticados contra eles.

“Uma vez meu pai me levou pra dar uma volta, eu e meu irmão. Ele falou assim: -“Vocês vão fazer uma viagem de presente”. Nós pensávamos que fosse pra Manaus. Quando a mamãe colocou a nossa roupa, aquela fazenda (tecido) de morim que é um tecido muito fino, eu estranhei. Então dois dias antes da viagem foi que ele disse que o passeio era pro Jandiatuba. Depois foi uma viagem maravilhosa, cada porto mais bonito que o outro. Tinha aquelas construções enormes, casa de fazer borracha dentro do mato, não tinha tanta abertura. A casa dos patrões

ficavam na beira do Solimões e os seringais era no Jandiatuba. (Sra. E. M. T., São Paulo de Olivença).

As contradições entre as memórias estão presentes também nas versões elaboradas para explicar o declínio do seringal, com a queda da produção da borracha e, conseqüentemente, da falência dos patrões. Para os ex-seringueiros a queda na produção da borracha estava associada à redução da procura por um produto que estava cheio de impurezas. Os descendentes de seringalistas atribuem ao governo estadual, o ex-governador Gilberto Mestrinho<sup>32</sup>, a responsabilidade pelo fracasso da indústria seringalista, pelas mudanças que levaram ao declínio da produção de seringa e, conseqüentemente, ao empobrecimento de suas famílias. Criticam o governador por não se posicionar contra a saída de sementes de seringa, para serem cultivadas na Ásia, cuja produção passou a competir com a produção brasileira.

## CONCLUSÕES

Nos primeiros estudos que analisaram as relações de trabalho nos seringais amazônicos, os seringueiros aparecem numa posição de submissão e invisibilidade histórica. Neste artigo, procuramos evidenciar as estratégias de resistência dos seringueiros, narradas por quem vivenciou - ou reproduz as experiências de antepassados - os fatos protagonizados por seus ancestrais, com o objetivo de deslocar esses sujeitos das margens, para a história; da dependência para a autonomia e resistência.

Ao apresentar fragmentos de suas memórias sobre um momento particular da história da borracha na Amazônia, contribui-se para tornar visível uma história oculta dessa região, ao se destacar as estratégias utilizadas pelos seringueiros para resistir ao domínio do patrão, seja através da fuga, da sabotagem ao adicionar impurezas ao látex extraído, para aumentar o peso do produto; ou estabelecendo alianças comerciais com os concorrentes dos patrões, os regatões. O artigo contribui para que a história dos seringais seja revisitada, à partir da leitura feita por indivíduos que relatam as experiências de sua agência e, dessa forma, contribuem para ampliar o entendimento sobre esse momento da história do Alto Solimões.

A percepção dos narradores, posicionados em lugares diferentes da hierarquia social, sobre esse momento da história social e econômica dessa região coincide quando tomam o seringal como centro da vida social e econômica. O tempo da extração da seringa aparece como marcador dos tempos sociais, da cronologia onde ancoram suas memórias. Ao mesmo tempo em que falam das condições de vida e de trabalho nos seringais, também contam a história social do lugar destacando as casas de comércio dos patrões, os barracões ou armazéns onde estocavam mercadorias e armazenavam a produção da borracha. Eles relacionam sua história de vida e formação da família, com a trajetória de alguns patrões, misturando biografia com fatos históricos.

As narrativas descrevem o modo de vida e as condições de trabalho nos seringais do Alto Solimões, a partir do olhar dos descendentes dos seringalistas e também de ex-seringueiros, daqueles que praticaram os lugares, que vivenciaram a dor e o sofrimento, seja de forma direta ou indireta, ao partilhar a dor de seus ancestrais. É o olhar de quem construiu trilhas na mata para extrair a sobrevivência diária abrindo as *estradas de seringa* em busca do *ouro negro*. É a versão da história a partir do olhar de quem continua a habitar as margens do rio Solimões, e que tece as memórias do lugar, e se posiciona com a autoridade de quem aprendeu a lidar com os imprevistos ambientais e econômicos,

condição necessária para garantir o sustento e dar continuidade aos projetos de vida. Esse olhar não coincide com o olhar do viajante eventual que passa, apressadamente, às margens dos rios, como o olhar dos filhos dos seringalistas ou dos viajantes fortuitos.

A percepção de seu lugar nesta sociedade remete a uma identidade social marcada, inicialmente, pelas noções de *cativo*, de sujeição e de dependência, sendo depois substituídas pela noção de *liberto*. Nesse sentido, a posição que determinadas categorias sociais encontrada no meio rural amazônico, historicamente marginalizadas e referidas de forma genérica como seringueiros, ocupavam no passado, pouco difere daquela ocupada no presente por seus descendentes.

## NOTAS

<sup>1</sup> Oliveira Filho (1979) criticou a construção dessa “história geral” da história da borracha na Amazônia, que pretende “chegar a uma forma comum, simplificada e esvaziada de características concretas que a produção gomífera apresentou em várias regiões da Amazônia” e que não consegue expressar a diversidade de situações que essa atividade configurou (1979, p. 102).

<sup>2</sup> Trata-se de uma categoria social que ficou associada a um tipo de economia baseada no extrativismo da borracha. É usada para referir às pessoas que detinham a propriedade de terras onde estavam as seringueiras; e que controlavam o poder político e econômico local. Eram financiados por grandes casas de comércio e bancos de crédito sediados nas cidades de Manaus e Belém, e por isso considerados como agentes que garantiram a internacionalização da economia da borracha na Amazônia.

<sup>3</sup> Termo genérico usado para referir às pessoas que trabalhavam na extração da borracha vegetal, migrantes oriundos da região Nordeste do Brasil, ou índios destribalizados.

<sup>4</sup> Cunha (1999, p. 13-15).

<sup>5</sup> Santos (1980); Weinstein (1983); Oliveira Filho (1988); Alegretti (1979); Meira (1992); Barbosa de Almeida (2004) [1999]; Carvalho (2013); Marinho (2013); Meira (2017); dentre outros.

<sup>6</sup> Trata-se da obra de Thaumaturgo de Azevedo (*Relatório do Primeiro Semestre de 1906. Prefeitura do Alto Jurúá*). Imprensa Nacional, Rio de Janeiro (1906), citado por Franco (2008, p. 45).

<sup>7</sup> O Alto Solimões compreende a Microrregião Homogênea – 3, e é formada pelos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, Amaturá e Tonantins (IBGE, 2010).

<sup>8</sup> As narrativas foram coletadas junto a moradores de Amaturá, Tabatinga e São Paulo de Olivença, durante a pesquisa de campo de cunho etnográfico e etno-histórico, como parte das atividades do projeto de pesquisa “*Diversidade socioambiental da várzea do Amazonas – Solimões, perspectivas para o desenvolvimento sustentável*” desenvolvida para o PróVárzea. (ALENCAR, 2004, 2005).

<sup>9</sup> Oliveira Filho define situação histórica como “um instrumento para o estudo da mudança social” que se contrapõe “ao esforço historicista em buscar origens e impor continuidades e heranças”. Essa noção “serve como um referencial analítico para recorte e seleção de dados visando o estudo comparativo da mudança social”. (1988, p. 60-61).

<sup>10</sup> Oliveira Filho propõe dois modelos para uma periodização da economia centrada na exploração da borracha, e estabelecer diferenças no modo de funcionamento do seringal: a) modelo caboclo, que situa ao início da extração comercial do látex nos vales dos rios amazônicos e usa a mão-de-obra da população nativa; essa produção estava articulada com atividades agrícolas; e b) modelo do apogeu, que estava voltada exclusivamente para a extração do látex e que vai além das fronteiras do mercado; usa mão-

-de-obra importada, como os migrantes de origem nordestina. (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 126).

<sup>11</sup> Na luta contra “aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os alugueis e os lucros” os camponeses usam “as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza [...] Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses”. (2002, p. 11-12).

<sup>12</sup> Comerciantes itinerantes que praticavam o comércio fundado na troca de produtos extrativos por mercadorias, e supria as demandas de consumo dos seringueiros que não eram atendidas pelos seringalistas aos quais estavam vinculados. A relação entre regatões e seringalistas era tensa, pois alguns seringueiros conseguiam burlar o controle dos seringalistas vendendo a produção a esses comerciantes.

<sup>13</sup> Contudo, essas práticas de resistência eram difundidas em vários seringais, o que aponta para a existência de uma intensa rede de comunicação e troca de informação que se estabelecia nos confins da fronteira amazônica, que falavam sobre seringais onde havia muitas doenças ou padrões violentos, e ajudava os extratores a tomar decisões quando tinham a oportunidade de escapar de um seringal.

<sup>14</sup> Esse movimento resultou na criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, em 1990. Sobre esse processo ver Almeida (1994), Alegretti (1979) e Franco (2000).

<sup>15</sup> Estudo realizado por Meira no Alto Rio Negro (2017) demonstra que as memórias conservadas por indígenas e seus descendentes sobre as relações de trabalho que caracterizaram o sistema do aviamento “embora sejam relatos individuais, memórias coletivas e culturais, construídas pela forma como esses sujeitos operam a interpretação de suas ações, de suas temporalidades, e de suas mobilidades espaciais no território, a partir das ‘circunstâncias de lembrança do presente’, apontam para “um ‘trabalho’ de rememoração interpretativo de suas trajetórias passadas, profundamente associadas ao aviamento, mas também são recordações situadas no ‘presente’, o tempo ‘apropriado’ para lembrar [...]. Nesse cruzamento de lembranças fragmentárias, opera-se uma elaboração das memórias indígenas do aviamento que, embora traumáticas, funcionam como um dos mecanismos de afirmação de novos direitos, e também como uma via de possível ruptura e transformação da condição colonial a eles imposta”. (2017, p. 274).

<sup>16</sup> Aspectos semelhantes foram relatados por Meira (2017) para os seringais da região do Alto Rio Negro, AM.

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a situação fundiária dessa região no início do século XX remeto ao trabalho de Oliveira Filho (1979).

<sup>18</sup> Ver Oliveira Filho (1979).

<sup>19</sup> Segundo Woortmann (1998) nos seringais do Acre uma estratégia usada pelos seringalistas para controlar os seringueiros maximizar a produção, era colocar “seus jagunços em pontos estratégicos para “fechar a boca do rio” e evitar fugas ou rebeliões nas colocações, ou para evitar a subidas de regatões não autorizados”. (1998, p. 171).

<sup>20</sup> Nome dos locais de residência dos seringueiros que consistia da casa de morada, e outra onde realizavam a defumação do látex e o preparo das bolas de borracha. Uma colocação compreendia as casas, as estradas de seringa, que são os caminhos que cada seringueiro abria na mata que interligava as árvores de seringas que diariamente realizava a extração do látex. Ver Almeida (1990), Franco (2000) e Ribeiro (1990).

<sup>21</sup> De acordo com Meira (2017), “o sistema de aviamento constituiu-se na Amazônia como um modelo que implica a formação de uma cadeia de escambo entre, de um lado, comerciantes/patrões e, de outro, produtores/fregueses, ambos situados, respectivamente, como elos de uma corrente, entre dois polos sociopolíticos hierárquicos, marcados por relações de dominação e dependência em função da dívida estabelecida” (2017, p. 35).

<sup>22</sup> O plantio de roças com culturas de subsistência para consumo próprio, como a man-

dioca, pode ser comparado com a situação de negros escravos das fazendas de café que realizavam cultivos de subsistência para alimentação ou mesmo para comercialização, e que Ciro F. Cardoso (1987) chamou de “brecha camponesa”. No caso dos seringueiros o cultivo de roças era a condição para que permanecessem na floresta por vários meses, sem depender do patrão, e deixa evidente o desejo de ter acesso a atividades de subsistência.

<sup>23</sup> Entrevista realizada em agosto de 2003 em sua residência, cidade de Amaturá, estado do Amazonas.

<sup>24</sup> Algumas dessas atividades eram desenvolvidas por mulheres, como o cultivo de roças e hortas, cuja presença e o papel que desempenham no processo de constituição dos seringais e de tipo de sociedade que resulta dessa situação social têm sido pouco estudados. Um estudo pioneiro desenvolvido por Wolff (1999) procurou dar visibilidade às relações de gênero e ao papel das mulheres na vida social, política e econômica dos seringais. A autora procura identificar os “papéis normativos, formais, das mulheres dos seringais acreanos”, e também as “situações atípicas, os papéis informais, o insólito” vividas pelas mulheres (1999, p. 23-25). Algumas realizavam o corte da seringa, deixando evidente sua condição de agente econômico, e não apenas seu papel de “mulher de seringueiro”. A análise de Wolff se volta também para o grupo familiar, que considera como sendo “a unidade de convivência, de produção, de solidariedade, de sobrevivência”, onde também se observa a existência de situações de “conflitos, jogos de poder, violência e dominação”, características do contexto mais abrangente do sistema do seringal. Sobre a presença das mulheres nos seringais ver também Simonian (1995), Woortmann (1998) e Brito (2017).

<sup>25</sup> Em estudo realizado no Alto Rio Negro sobre as relações entre índios e comerciantes na atividade extrativa da borracha Marcio Meira (2017) mostra como naquela região os padrões eram também agentes do Estado, como SPI, ex-militares, e burocratas municipais (p. 11). Ver também Wagley (1988) sobre o extrativismo da borracha no Baixo Amazonas; Franco (2005) sobre o Juruá; e Weinstein (1983) que analisa a economia da borracha na Amazônia a partir da realidade de várias regiões dos vales de rios como Juruá, Purus, Tapajós, Amazonas e região da Ilha de Marajó; Ribeiro (1990) sobre a indústria extrativa da borracha na Amazônia.

<sup>26</sup> M. Taussig (1993) ao analisar o modo como ocorreu a exploração da borracha na região do rio Putumayo, Colômbia, identificou a prevalência do que denominou de “cultura do terror”. Tal cultura foi reproduzida em várias regiões da Amazônia, como mostram outros autores Meira (1992, 2017); Wolff (1999); Franco (2000); Alencar (2009); Marinho (2013), dentre outros.

<sup>27</sup> Segundo Meira (2017), “As relações de trabalho sob o regime de aviamento, e a “cultura” que ele representa, têm ainda hoje uma presença marcante nas memórias dos indivíduos e de suas famílias localizadas na tríplice fronteira do Brasil, da Colômbia e da Venezuela. No dia-a-dia dos povos indígenas do rio Negro, elas significam uma “catástrofe” que ainda perdura na expressão de memórias traumáticas. Mas também carregam uma perspectiva de “libertação”, não apenas do sistema de aviamento que se mantém até hoje, mas também dos “traumas” do passado, sofridos ainda no presente, quando rememorados” (2017 p. 277). Ver também Alencar (2009); Carvalho (2013).

<sup>28</sup> Análise realizada por Meira a partir de uma situação histórica do Alto Rio Negro (2017) mostra que “o sistema de aviamento se constituiu na Amazônia como um modelo que implica a formação de uma cadeia de escambo entre, de um lado, comerciantes/patrões e, de outro, produtores/fregueses, ambos situados, respectivamente, como elos de uma corrente, entre dois polos sociopolíticos hierárquicos, marcados por relações de dominação e dependência em função da dívida estabelecida” (2017, p. 35).

<sup>29</sup> Após a coleta do leite da seringa os seringueiros faziam a defumação para acelerar a coagulação. O leite era despejado sobre um pedaço de madeira, que era colocado sobre uma fogueira, onde o calor acelerava a coagulação. Faziam girar a madeira para o leite se espalhar e ao endurecer ia formando uma bola ovalada, também chamada de *pêla*, que pesava até 40 quilos.

<sup>30</sup> Comerciante de pequeno porte que usava os barcos como uma casa de comércio flutuante, e percorria as regiões mais distantes para vender mercadorias e receber como

pagamento produtos extrativos diversos. Eles estavam inseridos numa intrincada rede de trocas comerciais, como destacado por Meira (2017).

<sup>31</sup> A categoria “cativeiro” foi muito utilizada nos estudos sobre campesinato no Brasil nos anos 1970 e não se restringiu aos moradores dos engenhos de cana do nordeste, sendo encontrada em estudos realizados na Amazônia. Dentre os autores que discutem esta categoria, estão Otávio Velho (1972 e 1976); Moacir Palmeira (1977) Garcia Júnior (1975); Leite Lopes (1976); Martins (1979), etc.

<sup>32</sup> Gilberto Mestrinho foi governador do Amazonas em três mandatos. O primeiro em 1959, o segundo em 1991, e o terceiro em 1983.

## REFERÊNCIAS

- ALEGRETTI, Mary H. *Os Seringueiros: estudo de caso em um seringal nativo do Acre*. 1979. Dissertação de Mestrado - Departamento de Antropologia da UNB.
- ALMEIDA, Mauro William B. de. “Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 35-52, 2004 [1999].
- ALMEIDA, Mauro William B. de. “As colocações como formação social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais”. In: *Terra Indígena*, n. 54, p. 29-39, 1990.
- ALENCAR, Edna F. “Políticas públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea no Alto Solimões, Amazonas”. In: *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Org. Lima, Deborah. Manaus: Ibama, ProVárzea, p. 59-100, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Terra caída: encanto, lugares e identidades*. Brasília, 2002. Tese de doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. 245 p.
- \_\_\_\_\_. “O tempo dos padrões ‘brabos’: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã”. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 1/01, p. 178-199, 2009.
- AZEVEDO, Thaumaturgo de., *Relatório do Primeiro Semestre de 1906*. Prefeitura do Alto Juruá. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1906.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática – procedido de três estudos sobre etnologia cabila*. Oeiras: Celta, 2002.
- BRITO, Alda L. *Mulheres no Seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950)*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro, 2017, 139 p.
- CARDOSO, Ciro F. “A brecha camponesa no sistema escravista”. In: *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1/ (Org.) WELCH, Clifford A., MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 97-115, 2009.
- CARDOSO, Roberto de Oliveira. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Biblioteca Pioneira. 1976.
- CARVALHO, Luciana G. *Relações de trabalho nos balatais do Pará*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 373-400, jan./jun. 2013.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras, PT, Celta Editora, 1999, 119 p.

- CUNHA, Olivia M. G. da. “Tempo imperfeito: uma etnografia no arquivo”. Rio de Janeiro, CONTRACAPA. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
- CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- FRANCO, Mariana P. *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. Rio Branco: EDUFAC, 2008.
- GARCIA, Afrânio Raul Jr. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero e Editora UNB/MCT-CNPq, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- LIMA, Deborah. *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.
- LIMA, Deborah de M. & Alencar, Edna F. “Histórico da Ocupação Humana e Mobilidade Geográfica de Assentamentos na Várzea do Médio Solimões”. In: Haroldo Torres e Heloisa Monteiro (eds.), *Populações e Meio Ambiente*. Brasília: SENAC & ABEP, P. 133-161, 2000.
- LEITE, J.S Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madri: Akal, 1998.
- MARINHO, José Lino do N., *SERINGUEIROS DO MÉDIO SOLIMÕES: fragmentos e memórias de vida e trabalho*. Dissertação Mestrado - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM. Manaus, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MEIRA, Marcio A. F de., *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. Tese de Doutorado. PPG em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017, 322 p.
- MEIRA, Marcio A. F. de. “O tempo dos Patrões: Extrativismo, Comerciantes e História Indígena no Noroeste da Amazônia”. Belém, Cadernos Ciências Humanas - Museu Emilio Goeldi, n. 2, 1992.
- OLIVEIRA, João P. Filho “O caboclo e o brabo – Notas sobre duas modalidades de força de trabalho da fronteira amazônica do século XX”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 11, 1979.
- PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional”. *Contraponto*, n. 2, p. 103-114, dez. 1977.
- POLLACK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Berta G. *Amazônia Urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SCOTT, James C. “Formas cotidianas de resistência camponesa”. *Revista Raízes* 21, n. 1, jan-jun. 2002.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira. Uma vida de trabalho silenciado. IN: Alvares, M. L. M, e D’Incao, M. A. (Org.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/Museu Goeldi/CNPq, p. 97-115, 1995.

- STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac & Naif, 2014 [1980].
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- THOMSON, Alistair. “Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias”. In: *Projeto, História*. São Paulo, PUC/SP, n. 15, abr. 1997.
- THOMSON, Alistair; Frisch, Michael e Hamilton, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: *Usos & Abusos da história oral*. Coord. Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. p. 65-92, 1996.
- VELHO, Otavio G. *Frente de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica, estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Ed. Villa Rica, 1988.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom*. Stanford: Stanford University Press. 1983.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta. Alto Juruá, Acre (1870-1945). Tese de Doutorado – PPGHS-USP. São Paulo, São Paulo, 1998. 284 p.
- WOORTMAN, Ellen F. “Família, mulher e meio ambiente no seringal”. In: Niemayer, Ana M; de Godoi, Emilia Pietrafesa (Org.): *Além dos territórios: por uma troca entre etnologia indígena*. São Paulo: Mercado das Letras. p. 1-50, 1998.

# APRENDENDO A “OLHAR SOBRE OS OMBROS”: O USO DO FILME E DA FOTOGRAFIA NA PESQUISA COMO UMA EXPERIÊNCIA DE DEVOLUÇÃO E COLABORAÇÃO

## *LEARNING TO “LOOK OVER THE SHOULDERS”: THE USE OF FILM AND PHOTOGRAPHY IN A SOCIAL RESEARCH AS AN EXPERIENCE OF FEEDBACK AND COLLABORATION*

**Mariana Leal Rodrigues**

*mariana.rodrigues@unirio.br*

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)*

### RESUMO

A produção de registros audiovisuais e fotográficos ao longo da realização de uma pesquisa antropológica pode contribuir com a formação de vínculos entre o pesquisador e os grupos pesquisados, a partir da constante devolução das imagens e sons. Mas também propõe desafios, torna o trabalho de campo mais árduo e coloca em questão a maneira como são representadas as pessoas pesquisadas. O objetivo deste artigo é analisar como, ao longo de dez anos de pesquisa, as fotografias e filmes produzidos com base nos princípios do cinema de observação foram apropriados e circulados pelos grupos pesquisados nos processos de reconhecimento como patrimônio imaterial de saberes tradicionais sobre plantas medicinais. A experiência da pesquisa permite analisar alguns limites e algumas potencialidades da fotografia e dos registros audiovisuais e como se produzem novos sentidos e identidades a partir do uso e da circulação desses materiais.

**Palavras-chave:** Antropologia visual. Patrimônio imaterial. Plantas medicinais.

### ABSTRACT

The production of audiovisual and photographic records while carrying out a research in anthropology may contribute to the formation of bonds between the researcher and the surveyed groups, since there is a regular feedback of images and sounds. But it also imposes challenges, makes the fieldwork harder and calls into question the way the people are represented. The purpose of this article is to analyze how, over ten years of research, the photographs and films produced on the basis of observational cinema were appropriate and circulated by the groups surveyed in the processes of recognition as intangible heritage of traditional knowledge about medicinal plants. The research experience allows us to analyze some boundaries and some potentialities of photography and audiovisual records and how to produce new meanings and identities from the use and circulation of these materials.

**Keywords:** Visual anthropology. Intangible heritage. Medicinal Plants.

## INTRODUÇÃO

Já se tem dito que a antropologia visual propõe bem mais desafios ao antropólogo. Torna o trabalho de campo mais complexo e até mais árduo, pois o profissional tem que lidar com câmeras fotográficas ou videográficas, gravadores e microfones ao mesmo tempo em que atenta às informações usuais obtidas por meio de observações e conversas dirigidas. Outro desafio é desdobramento daquele característico da prática antropológica: como tratar a diferença cultural e como representar o outro. No contexto midiático contemporâneo, todos podem fazer seus próprios registros e circulá-los em diversas redes sociais pois as novas tecnologias de produção, edição e exibição de filmes estão mais acessíveis.

A experiência de acompanhar um tema de pesquisa por mais de dez anos produzindo registros de som e imagens, fotográficas e videográficas, provocou algumas reflexões, sobre como esse material pode ser apropriado pelos grupos estudados, principalmente na relação com instituições públicas. A pesquisa com imagens permitiu promover uma devolução, materializada nas imagens em seus diferentes suportes. Esse material contribuiu para dar visibilidade às questões reivindicadas pelos grupos pesquisados.

A Associação de Amigos da Rede Fitovida, seus integrantes e atividades foram o tema de três pesquisas. A primeira se iniciou em 2006: “Mulheres da Rede Fitovida, ervas medicinais, envelhecimento e associativismo”, seguida por “Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba” entre 2009 e 2013, e continuou com a pesquisa “Folhas e Curas: práticas culturais de cuidados com a saúde”<sup>1</sup>, em curso desde 2014. É uma organização sem fins lucrativos, composta por mais de cento e vinte grupos de voluntários distribuídos por várias regiões do estado do Rio de Janeiro<sup>2</sup> e que reivindica o reconhecimento dos saberes sobre usos terapêuticos das plantas medicinais como um patrimônio imaterial. Suas atividades têm como objetivo sensibilizar o público (vizinhança dos grupos, frequentadores de igrejas etc.) a valorizar e a difundir os remédios caseiros feitos com plantas medicinais por meio do “resgate” de saberes tradicionais, tanto no sentido de seu inventariamento, quanto no de sua constante reprodução e transmissão por meio de encontros e oficinas. Formada majoritariamente por mulheres, começou a se reunir em 2001, por meio de encontros e visitas mútuas. Um dos desafios para a transmissão desses saberes é a ameaça de suas atividades serem categorizadas como crime de curandeirismo<sup>3</sup> e o esquecimento dessas práticas de cuidados com a saúde à medida em que os saberes deixam de ser valorizados e transmitidos.

O uso de plantas medicinais e de fitoterápicos nos cuidados com a saúde é reconhecido e recomendado pela Organização Mundial de Saúde desde a conferência de Alma-Ata de 1978 e por políticas que fazem parte do Sistema Único de Saúde brasileiro, como as Políticas Nacionais de Fitoterápicos e Plantas Medicinais e de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, ambas lançadas em 2006.

A partir de 2005, a Rede Fitovida iniciou um projeto de inventariamento dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais. Era a primeira vez que um grupo popular propunha algo do tipo e, por esta razão, buscou a orientação de técnicos do IPHAN<sup>4</sup>. A primeira etapa do projeto de realização do inventário, concluído em 2009 e patrocinado pela Petrobras, teve como produtos finais uma cartilha, um CD-Rom, folhetos e *banners* com detalhes do projeto: a

identificação dos bens culturais a serem preservados; a identificação das pessoas de referência, chamadas guardiãs dos saberes tradicionais; e algumas de suas receitas consagradas.

A fim de continuar a acessar políticas públicas, por meio de editais que integram políticas culturais de patrocínio — Lei Rouanet, Lei Estadual de Incentivo à Cultura etc. —, a Rede Fitovida passou a se constituir em uma associação sem fins lucrativos, a Associação de Amigos da Rede Fitovida, com CNPJ, sede própria, diretoria, conselho fiscal. Em 2010, a Associação de Amigos da Rede Fitovida conquistou apoio para um novo projeto: a Casa de Memória da Rede Fitovida, um ponto estadual de cultura, aprovado a partir de um edital da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro. Além de ser um local de referência reunindo acervo dos grupos comunitários que fazem uso de plantas medicinais, a Casa de Memória tem como objetivo promover oficinas para a difusão dessas práticas. Ao contrário de outras iniciativas de classificação de plantas medicinais, a Rede Fitovida não está voltada para a criação de herbários, por exemplo. Ela se dedica à constituição de outro acervo, o dos registros de suas atividades, como os boletins, os vídeos e as publicações, estes são documentos importantes para a aprovação dos saberes como um bem a ser preservado e para mobilização de seu público-alvo.

A escolha de legitimar as práticas da Rede Fitovida, respaldada em leis de preservação cultural, só foi possível devido à emergência e à consolidação do conceito de patrimônio cultural imaterial no campo das políticas públicas no Brasil. A noção de patrimônio a qual se faz referência atualmente — representando um bem coletivo, uma herança artística e cultural que permite a um grupo social se reconhecer enquanto tal — foi elaborada no contexto da sociedade ocidental moderna, conforme relata R. Abreu. O primeiro marco é o movimento salvacionista iniciado na França pós-revolucionária. Em 1794, surgiu a noção de crime contra o patrimônio, a fim de proteger do vandalismo obras importantes para a nação. Esta concepção de preservação de patrimônio acompanha o processo de formação dos estados nacionais. (2007, p. 267).

No Brasil, o movimento de preservação da cultura começa a se desenhar com a mobilização do escritor Gustavo Barroso, em 1922, para a criação do Museu Histórico e Artístico Nacional. As políticas públicas de preservação do patrimônio cultural se desenvolveram a partir de meados da década de 30, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Se essas políticas surgiram devido à ameaça de desaparecimento das tradições e identidades culturais, foram se tornando ações pragmáticas e modernas de criação de jurisprudência com o objetivo de desenvolver meios de controlar e encaminhar soluções para as tensões e conflitos de interesse na área. (VIANNA, 2004, p. 76). Ao longo do século XX, as ações de preservação de patrimônio cultural priorizaram objetos e obras de “pedra e cal”, como monumentos e conjuntos arquitetônicos, e o trabalho dessa instituição foi fundamental para consolidar uma ideia de nação e de história, fortalecendo o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional tanto para outras esferas do poder público quanto para o campo da sociedade civil.

A criação da UNESCO, após a Segunda Guerra Mundial, e a difusão do conceito antropológico de cultura ampliaram o espectro do que seria objeto de preservação no campo do patrimônio artístico-cultural. O ideal de preservar a diversidade cultural passou a formatar as políticas culturais brasileiras a partir da gestão de Aluísio Magalhães no então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Mas foi com a Constituição de 1988 que o conceito de patrimônio imaterial passou a ser referendado na legislação sobre preservação cultural. (ABREU, 2007, p. 274). Em 2000, o Decreto nº 3.551 estabeleceu o que se entendia como patrimônio imaterial: “celebrações,

saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país”. (VIANNA, 2004, p. 76). Foram criados instrumentos de identificação, proteção e salvaguarda para esses bens de natureza intangível. Essa legislação provocou uma mudança nas políticas públicas de preservação cultural e passou a incluir manifestações culturais das camadas populares. (VIANNA, 2004, p. 123).

Essa nova dimensão da preservação cultural abriu espaço para que cientistas sociais assumissem os processos de pesquisa, documentação e registro destas manifestações culturais em risco de desaparecer. São eles os novos atores em um processo de formulação de políticas públicas e possuem o importante papel de mediação entre grupos historicamente marginalizados e o poder público.

Outro instrumento legal identificado pela Rede Fitovida como uma base para legitimar suas práticas foi a Medida Provisória 2186-16/01<sup>5</sup>, que precedeu a elaboração da Lei 13.123/2015, atual marco legal que trata do acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios aos povos tradicionais. Foi ao longo desses anos, em que as políticas públicas nas áreas da saúde, meio ambiente e cultura se consolidaram, que se desenvolveram a pesquisa com a Rede Fitovida e foram produzidos filmes e fotografias, utilizados pela organização na medida em que eram acessadas políticas públicas na área. Em 2012, a Rede Fitovida enviou uma representante para um evento exclusivo com os delegados representantes dos biomas brasileiros no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e elaborou um protocolo comunitário de biodiversidade que caracterizaria suas atividades a fim de obter o reconhecimento como “comunidade tradicional”.

Se, cada vez mais, a antropologia tem sido convocada a desempenhar papéis em uma ampla variedade de áreas, os métodos visuais de pesquisa têm papel central na participação de antropólogos na promoção de intervenções sociais que possam melhorar a condição de vida das pessoas, trazendo assuntos invisíveis para um amplo debate público. (PINK, 2004, p. 81). Muito mais do que a produção de representações visuais sobre fenômenos sociais, a antropologia visual também pode ser compreendida como uma ferramenta de intervenção social.

A ideia das mídias visuais como formas de intervenção social há muito foi estabelecida. A história da fotografia documental está repleta de exemplos como as fotografias sobre trabalho infantil do sociólogo Lewis Hine, que influenciaram as primeiras legislações sobre o tema, e as do repórter Jacob Riis, cujos registros sobre a vida nas “favelas” de Nova York contribuíram para o estabelecimento de regras básicas de construção de moradias. (PINK, 2004, p. 89). Evidentemente, existem limites para a intervenção pretendida pelos antropólogos, visuais ou não. J. Ruby, um teórico da antropologia visual, alerta para a ilusão quanto à capacidade de um filme de transformar alguma situação social, pois, para fazer a revolução, seria melhor usar uma arma do que uma câmera. (RUBY, 2000).

## UM INVENTÁRIO COMPARTILHADO DE IMAGENS E NARRATIVAS

O registro de som e imagens é um material etnográfico de extrema riqueza, possibilitando o compartilhamento da informação visual e, também, a revisão de detalhes que não pareceram relevantes em um primeiro momento. É uma forma de guardar a experiência de campo com tal precisão que nem mesmo

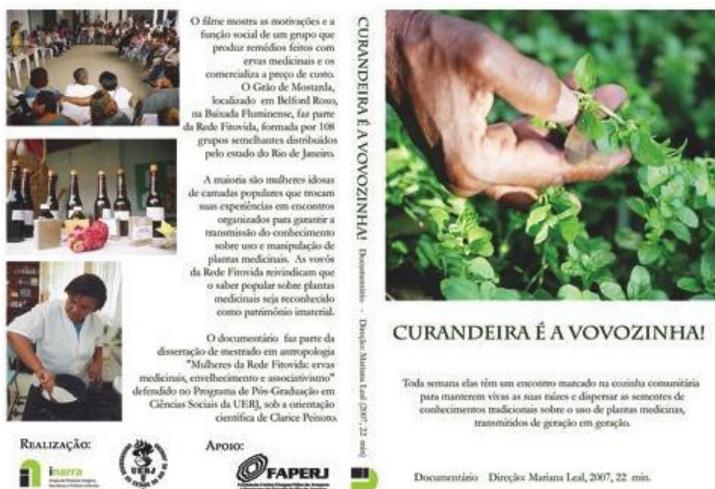
as mais minuciosas anotações permitiriam. Evidentemente, a presença de um antropólogo e sua parafernália interfere no comportamento das pessoas e na dinâmica do cenário, mas, com o tempo, intromissões e encenações tornam-se insustentáveis, pois a câmera acaba por integrar-se à imagem da pesquisadora.

A pesquisa audiovisual contribui para uma análise mais cuidadosa sobre os fenômenos sociais e é também um suporte para a fabricação e transmissão de memória. (GUARINI, 2015, p. 171). O registro visual ainda reforça os elos entre observador e observado, ampliando a relação de reciprocidade, uma vez que a restituição das imagens registradas às pessoas é o contradom mais imediato dessa troca antropológica. (PEIXOTO, 2000). Para a Rede Fitovida, esse “contradom” foi necessário e oportuno tendo em vista as necessidades impostas pelo processo de reconhecimento de seus saberes como bens culturais imateriais. Produzir fotos e registros audiovisuais é atividade prevista nas políticas de preservação de patrimônio imaterial com o objetivo de promover uma documentação “aprofundada e contínua do bem”. (PORTAS, 2012).

Desde o início da pesquisa de campo junto à Rede Fitovida, em 2005, a câmera fotográfica ou videográfica esteve presente. A presença de uma antropóloga e sua parafernália audiovisual e fotográfica não passava despercebida. A maior parte dos integrantes associava a pesquisa a esses registros e, para muitos deles, a pesquisadora talvez fosse uma espécie de repórter que ajudava a produzir documentários e fotografias. A inserção no campo de pesquisa se construiu a partir da produção de imagens e de sua devolução, ou seja, as fotografias impressas e vídeos editados. Foi por meio da fotografia que se estabeleceu de forma mais imediata uma relação de reciprocidade e confiança mútua na medida em que a pesquisa era “devolvida” com imagens. Embora não tenha sido a única profissional de fotografia, nem de antropologia, a produzir filmes e fotografias sobre a Rede Fitovida<sup>6</sup>, considero que a colaboração com essa organização se fortaleceu por meio da disponibilização do acervo visual e textual construído por meio da documentação de seus eventos. Foram muitas as solicitações para registrar os eventos da Rede, sobretudo alguns encontros, às quais nem sempre pude atender — sobretudo quando se tratava de demanda de material em vídeo, cujo processo de elaboração é muito mais trabalhoso. Manter um contato constante com os grupos pesquisados e retornar o material gerado na pesquisa e seus resultados nem sempre é uma tarefa fácil. A redação, os prazos exigidos pelos programas de pós-graduação e outros compromissos acabam por diminuir a disponibilidade de muitos pesquisadores. Durante os dois anos de intervalo entre as pesquisas, o contato com a Rede Fitovida se arrefeceu e foi retomado com maior frequência a partir de 2010.

A produção de imagens na pesquisa antropológica vai além da realização de filmes e fotografias de caráter etnográfico. Para teóricos da antropologia visual como J. Collier e J. Ruby, já é hora de os produtores de filmes etnográficos pararem de ficar tão preocupados em fazer filmes “importantes” e se interessarem mais em perceber como o trabalho afeta as pessoas representadas e aqueles que veem essas imagens. (PINK, 2004, p. 87).

Foto 1 – Capa do DVD Curandeira é a Vovozinha!, produzido em 2007



O principal produto da primeira etapa de pesquisa junto à Rede Fitovida, além da dissertação escrita, foi o documentário *Curandeira é a Vovozinha!* (22 min., 2007) (foto1), em formato DVD. O uso e apropriação desse filme permite refletir sobre a recepção da pesquisa, ou parte dela. O filme foi amplamente copiado e distribuído entre os integrantes da Rede Fitovida e publicado nas redes sociais em sua versão semifinalizada. Foi exibido por integrantes em eventos em que eram convidados a participar e, dez anos depois, em 2016, foi escolhido pela Rede Fitovida para exibição como apresentação virtual na Feira de iniciativas e boas práticas sobre Comunicação, Educação e Conscientização (CEPA) que integrou as atividades da 13ª Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica (COP13), realizada em Cancun, no México.

O objetivo da pesquisa “Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo” era compreender as motivações que levavam as integrantes de um grupo que fazia parte da Rede Fitovida a se dedicar voluntariamente às atividades semanais e, ao mesmo tempo, em um movimento reivindicatório. Embora a observação participante tenha se restringido ao grupo Grão de Mostarda, que se reúne em uma igreja de Belford Roxo, município da Baixada Fluminense, as entrevistas com as integrantes revelam não só as motivações individuais – o grupo como um espaço de sociabilidade e de exercício de uma atividade pública de “doação” –, mas também os princípios e reivindicações da Rede Fitovida, o que se manifesta de forma variada nas falas das entrevistadas, cada uma com um grau diferenciado de engajamento na Rede em relação ao grupo local. O registro audiovisual e fotográfico ao longo do trabalho de campo enfocou as atividades realizadas uma vez por semana – preparação de remédios com plantas medicinais, atendimento do público que recorria ao Grão de Mostarda – e na realização de entrevistas com suas integrantes. Também foram documentados os eventos promovidos pela Rede Fitovida. A partir das entrevistas e dos registros das atividades do grupo e da Rede Fitovida, foi feita uma edição que procurava sintetizar as motivações das pessoas e da organização da qual faziam parte, sem narração de voz em *off*, sem entrevistas com especialistas, como outros pesquisadores ou representantes de instituições públicas.

A perspectiva teórica adotada ao longo de toda a pesquisa, a antropologia interpretativa, orientou construção de uma etnografia combinada com os princípios da antropologia visual contemporânea. Tais princípios, organizados por P. Hockings no livro *Principles of Visual Anthropology* (HENLEY, 2004, p.

168), orientam a prática do cinema de observação. Um dos modelos metodológicos propostos na obra, o cinema de observação, pressupõe uma prática participativa na qual o tempo é um elemento fundamental, “*no sentido de que deva ocorrer a partir de um relacionamento de compreensão e respeito do tipo que só pode surgir quando quem está encarregado da filmagem participa ativamente do mundo dos sujeitos durante um período prolongado de tempo*”. (HENLEY, 2004, p. 164). De acordo com esses princípios, convém priorizar tomadas longas e evitar pré-arranjos e atuações preparadas, assim como manter a subjetividade e a autoria, bem como acompanhar as ações dos sujeitos a fim de possibilitar uma análise aprofundada dos acontecimentos e seus significados, procurando não interferir com uma câmera “desprivilegiada”, móvel e posicionada como um indivíduo. A clareza quanto à mediação do pesquisador-diretor, a reflexividade, a rejeição da voz em *off* são outros elementos da antropologia visual contemporânea destacados por autores como J. Ruby (2000) e D. MacDougall (2005) que também orientaram a realização da pesquisa em todas as suas etapas.

Ao iniciar o segundo momento da pesquisa, com a investigação “Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba”, foi preciso analisar os limites da produção da primeira etapa da pesquisa. Se *Curandeira é a vovozinha!* havia sido bem recebido e apropriado pelos integrantes da Rede Fitovida, o filme não trazia elementos sobre o uso de plantas medicinais no cotidiano daquelas mulheres que pudessem ser compreendidos como comuns a grupos sociais além dos limites da organização da Rede. Embora houvesse sido montado a partir da edição de mais de seis horas de material, na qual se registraram as atividades do grupo (limpeza e seleção das plantas, o preparo de tinturas, sabonetes e xaropes), foram as entrevistas que orientaram a montagem. O limite da primeira etapa da pesquisa provocou uma reflexão sobre a necessidade de outras estratégias, metodológicas e filmicas, na segunda etapa que se iniciava, orientada pela seguinte pergunta: como acontecia a transmissão dos saberes sobre cuidados com a saúde e plantas medicinais?

A observação e o registro dos eventos da Rede Fitovida destacavam os processos criados por essa organização para esse fim – encontros temáticos, oficinas e visitas mútuas, - mas ainda restava uma lacuna sobre como seus integrantes experimentavam a transmissão destes saberes para além da Rede Fitovida. Atividades semelhantes aconteciam em diferentes contextos em todo o país, como as “oficinas de remédio” promovidas pelas trabalhadoras rurais organizadas pelos sindicatos do Polo Sindical da Borborema, no agreste paraibano. À semelhança do Rio de Janeiro, o processo de “resgate”<sup>7</sup> da importância das plantas medicinais e de seu cultivo acontece em duas dimensões: a institucional (a partir da qual se organizam oficinas, mutirões e visitas de intercâmbio) e a individual (que fortalece os laços de solidariedade vicinal e comunitária, criando pequenos circuitos locais por onde circulam saberes, plantas e remédios). Foi utilizada uma metodologia comparativa: o registro das atividades das integrantes de um grupo da Rede Fitovida, o Espaço Solidário Multiervas, também localizado em Belford Roxo, e o registro das atividades de duas trabalhadoras rurais, uma do município de Solânea, outra de Massaranduba, ambas ligadas às Comissões de Saúde e Alimentação organizadas pelos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs).

Fotos 2 – A embalagem da multimistura no Espaço Solidário Multiervas, em Belford Roxo, no Rio de Janeiro



Foto 3 – A produção de garrafadas em Solânea, na Paraíba. Processos higiênicos e racionalizados são traços em comum



Outra característica comum às experiências é a identificação das atividades como um “resgate” do uso das plantas medicinais. Ambas apresentam, inclusive, estratégias de mobilização de pessoas e de construção de legitimidade pública. À primeira vista, as práticas e produtos são muito semelhantes (fotos 2, 3, 4, 5 e 6). Na relação com instituições que representam o Estado, mediada por sindicatos e organizações não governamentais, cada experiência apontou um caminho diferente de legitimação do conjunto de saberes. A Rede Fitovida, por exemplo, havia escolhido o caminho da legitimação pela cultura e almeja o reconhecimento de suas práticas como patrimônio cultural imaterial. Já os grupos de trabalhadores rurais da Paraíba, organizados por seus sindicatos no Polo Sindical da Borborema, tentam influenciar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e lidam com instâncias municipais, estaduais e federais do poder público para acessar políticas de promoção do desenvolvimento econômico e social. A construção de cisternas — com definição do tipo de material, quantidade e local de instalação — é o ponto central da mobilização dos trabalhadores rurais, da qual dependia, também, o resgate das plantas medi-

cinais. Comparar essas duas experiências foi bastante revelador sobre as práticas curativas com plantas medicinais e sua transmissão, bem como os limites para a circulação desses saberes nos diferentes contextos. (RODRIGUES, 2013).

Foi a partir da devolução das imagens registradas e do diálogo com os grupos representados que se tornou possível perceber uma variedade de assuntos considerados relevantes. A observação participante ajudada pelas câmeras requer uma dimensão participativa na qual os interesses dos grupos pesquisados foram considerados na construção da contrapartida do pesquisador. No que diz respeito às pesquisas realizadas tanto no Rio de Janeiro quanto na Paraíba, essa contrapartida se concretizou na disponibilização do acervo fotográfico editado e, especificamente para a Rede Fitovida, no registro audiovisual e na montagem de dois pequenos documentários para relatar atividades realizadas. Ao documentar as atividades dos grupos e os encontros, procurei colaborar com o propósito da Rede Fitovida em definir uma identidade comum e difundi-la por meio de produtos de comunicação que a Rede devia produzir e apresentar como parte da documentação necessária ao processo de reconhecimento, como os relatórios de atividades para instituições apoiadoras (por exemplo, a Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Museus).

Na segunda pesquisa, realizada entre 2010 e 2013, além de construir um acervo com milhares de imagens sobre a Rede Fitovida, foram montados documentários de acordo com as diferentes demandas: *Oficina de pomada e xarope da comunidade São Benedito* (5 min., 2011), também apropriado e veiculado na internet pelos seus integrantes; *1 Feira Sabores e Saberes do Conhecimento Tradicional* (6 min., 2013), elaborado a pedido da Rede como parte do relatório de atividades entregue ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), assim como *Partilhando os saberes: encontros da Rede Fitovida em 2013* (18 min., 2013), elaborado como parte do relatório enviado à SEC-RJ; *Mutirão do Lote XV* (9 min., 2013), que apresenta o mutirão de combate à desnutrição infantil no Lote XV, em Belford Roxo e a relação com o grupo Espaço Solidário Multiervas. Sobre as trabalhadoras rurais do Polo Sindical da Borborema, além de centenas de fotografias, a pesquisa resultou nos filmes *Farmácia Verde do Sertão* (9 min., 2012) e *Lambedor caseiro* (6 min., 2013).

Foto 4 – Variedades de lambedor caseiro produzidos na casa da agricultora em Massaranduba, na Paraíba



Foto 5 – variedades de lambedor caseiro produzidos na casa da agricultora em Massaranduba, na Paraíba



Foto 6 – garrafadas e sabonetes medicinais produzidos por grupos da Rede Fitovida no Rio de Janeiro, exibidos em Encontro de Partilha da Rede Fitovida em 2006



Em ambos os casos de pesquisa, ao privilegiar práticas cotidianas na aproximação do olhar, elementos narrativos da construção fílmica foram sacrificados. Mesmo sem um roteiro predeterminado — um pressuposto do cinema observacional — a perspectiva de se criar uma narrativa reunindo o material gravado exige uma atitude mais precisa no campo, como, por exemplo, a realização de planos complementares ao assunto tratado, a decupagem de uma situação em planos e enquadramentos. Embora tenha resistido à tentação de criar histórias convergentes, busquei fazer registros das situações que presenciei que facilitassem a montagem de pequenas narrativas. Não adotei a estratégia de produzir um registro audiovisual que futuramente permitisse a construção de uma narrativa única reunindo as experiências do Rio de Janeiro e da Paraíba.

Os curtos documentários, mesmo se agrupados, não constituem uma narrativa, pois foram produzidos em momentos distintos e com propósitos também distintos. Isto não significa, porém, que não seja possível articulá-los; entretanto, insisto em adotar uma descrição mais fragmentada dos grupos do que ceder aos encantos de uma narrativa total. Assim, os documentários sobre as experiências no Rio de Janeiro e na Paraíba permanecem desconectados, embora seja possível que essa narrativa se construa posteriormente a partir de novas colaborações com os grupos.

A terceira pesquisa é realizada a partir de novos registros fotográficos feitos junto à Rede Fitovida, mas, principalmente, a partir dos trechos de entrevistas e gravações do Rio de Janeiro e da Paraíba, entre 2010 e 2013, que não chegaram a ser utilizados em montagens anteriores. As pequenas narrativas com ênfase nos indivíduos e seus saberes são o modelo escolhido para a montagem dos filmes *Suco de inhame - uma delícia* (5 min., 2016), *Saberes de Dona Jorgina* (5 min., 2016), *Saberes de Dona Jandira* (5 min., 2016), *Poesias de Seu Hermínio* (4 min., 2016). Essa abordagem está em sintonia com o tipo de produção audiovisual que a Rede Fitovida tem buscado realizar: valorização das experiências das pessoas consideradas como referências culturais. E ainda, circula com mais facilidade nas redes sociais, um recurso cada vez mais utilizado pelos integrantes da Rede Fitovida.

## **A FLUÊNCIA DAS ENTREVISTAS E O SILÊNCIO DAS FOTOGRAFIAS – LIMITES E POTENCIALIDADES**

A fim de contribuir para a ampliação do debate público sobre a transmissão dos saberes de cuidados com a saúde com plantas medicinais era preciso produzir texto, sons e imagens. As imagens produzidas na pesquisa são uma forma de comunicação com maior capacidade de alcance do público, sobretudo quando associadas ao discurso, à palavra. Na pesquisa audiovisual, são constantes as tensões entre texto e imagem, discurso e ação. Enquanto a antropologia escrita trata da cultura em primeiro plano, o filme etnográfico se orienta para o indivíduo e suas ações. (ALVES DA COSTA, 2015).

As câmeras fotográficas e videográfica permitem a realização de diferentes tipos de registro. Enquanto a fotografia busca um instante que seja pleno de significação e represente os atos de seus personagens, o filme permite a incorporação da continuidade do movimento e o registro do som, contrastando com o silêncio das imagens fotográficas. Ambas as câmeras provocam o entrosamento, pois, ao acompanhar as pessoas em suas tarefas cotidianas, elas se esforçavam para mostrar o trabalho desenvolvido e falar de resultados, dando início a longas conversas. (Fotos 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Com frequência, essas conversas motivaram a gravação de entrevistas filmadas, não só a fim de registrar as versões das pessoas pesquisadas, mas para obter um recurso narrativo na edição do documentário.

Se, por um lado, o documentário produzido segundo as recomendações do cinema de observação tem o objetivo de recriar a experiência da vida cotidiana por meio de uma gravação e edição que deem à audiência a impressão de testemunhar o ritmo das atividades diárias, por outro, o registro audiovisual tem sido apreciado como um registro em si mesmo, destinado não só a construir uma narrativa filmica, mas a ser uma ferramenta para refinar a atenção do etnógrafo (GRASSENI, 2004, p.12) e permitir a descrição analítica aprofundada e a explicação sistemática de aspectos específicos de tudo que está sendo registrado. Ao documentar práticas cotidianas, por exemplo, o etnógrafo realiza um treinamento do olhar para conseguir focar os aspectos importantes; o que pode se comparar ao exercício de “olhar sobre os ombros” mencionado por C. Geertz (1989). O desenvolvimento de um “olhar qualificado” pode contribuir para a construção de identidades ao compartilhar visões de mundo por meio de um enfoque segundo o ponto de vista dos sujeitos. Refinar essa atenção é buscar “maneiras de ver”, que possibilitem a compreensão de valores, interesses e discurso simbólico a partir da representação de elementos essenciais às comunidades pesquisadas em seus contextos. A câmera pode ajudar na prática

da observação participante e a melhorar a consciência etnográfica dos processos não verbalizados de educação da atenção. (GRASSENI, 2004, p.12).

Foto 7 – O sítio onde vive Dona Ines, onde são cultivados feijão e abóbora, em Massaranduba, Paraíba



Foto 8 – Dona Ines mostra os cultivos agroecológicos de guandu, feijão e abóbora, em Massaranduba, Paraíba



Foto 9 – Dona Ines colhe uma abóbora cultivada segundo os princípios da agroecologia, em Massaranduba, Paraíba 2011



Foto 10 – Dona Isabel com o feijão macassá em seu roçado



Foto 11 – A casa no sítio onde vive



Foto 12 – O primeiro tanque para armazenamento da água da chuva construído na comunidade pelo Sindicato em sistema de mutirão, Solânea, Paraíba, 2011



Esse exercício de seleção do que é importante registrar é o exercício da etnografia: buscar compreender a matéria estudada conforme categorias e critérios dos grupos representados. Tanto os registros fotográficos quanto os videográficos permitem a troca e o aprendizado. As câmeras podem ser usadas como objetos de interlocução, pivô da relação entre pesquisador e pesquisados (PIAULT, 2000; PEIXOTO, 2000), isto é: não como um meio para chegar às coisas em si mesmas, mas a uma representação das coisas. (COLLEYN, 1993, p. 65).

Entretanto, é preciso estar atento às potencialidades e limitações de cada meio. A câmera fotográfica foi o primeiro instrumento do aprendizado do olhar em minhas experiências de trabalho de campo e embasou todo o trabalho subsequente com registros audiovisuais. As fotografias, sobretudo as digitais, podem ser compartilhadas com os sujeitos retratados com mais rapidez do que gravações em vídeo. Os fotogramas auxiliam na definição do que é relevante, definem os espaços onde os registros devem ser feitos, decompõem em detalhes a prática social retratada. A fotografia requer escolhas na maneira de representar a realidade, como o enquadramento e o tipo de plano e iluminação que revelam muito sobre a concepção de quem fotografa sobre o que está sendo fotografado. Apontar a câmera é posicionar-se. Isso significa que o lugar de onde se está clicando fica evidente ao analisar uma fotografia. Estar consciente desse lugar, reposicionar-se quando necessário, inicia o processo de registro.

A produção de um filme absorve a atenção do pesquisador, pois além do registro das atividades, exige sua decomposição em planos, bem como o registro do som. O registro fotográfico é mais simples; no momento do clique, além de questões técnicas como velocidade e exposição, o que se decide é a forma de representação, embora as questões relativas ao filme (decomposição em planos e construção narrativa a partir das sequências de imagens) também sejam pertinentes à documentação fotográfica. A prática da fotografia pode, então, contribuir para estruturar o filme etnográfico durante o trabalho de campo, ajudando o pesquisador a discernir o que é relevante e deve ser buscado durante as gravações.

Privilegiar a fotografia desde a primeira etapa da pesquisa permitiu a construção de um olhar capaz de captar desde detalhes até cenas panorâmicas. Ao apresentar os primeiros resultados — arquivos de fotografia são bem mais fáceis de circular do que os de vídeo, que demandam processos de edição, lentos e custosos — estabeleceu-se uma troca e um diálogo a partir das imagens. No caso das fotografias feitas na Paraíba, por exemplo, as imagens do sítio de uma das agricultoras foram o fio condutor de uma explicação sobre as mudanças introduzidas no local por meio da participação em projetos do STR, como a construção de cisternas, hortas e plantações ou até mesmo para que ela pudesse descrever as transformações sazonais do clima (fotos 7, 8, 9, 10, 11 e 12). Não seria possível tratar dos remédios caseiros sem tratar do modo de vida dessas trabalhadoras rurais, a organização do trabalho feminino nos arredores de casa, o sistema de produção e consumo de alimentos. Somente após um reconhecimento do espaço iniciado com as fotografias, foi possível criar uma estratégia para representar esses aspectos. Nos filmes *Lambedor Caseiro* e *Farmácia Verde do Sertão*, elas estão presentes do começo ao fim da montagem em registros de passagem de tempo.

## PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS, CONSTRUINDO MEMÓRIA

Desde o meu primeiro contato com um grupo da Rede Fitovida para realizar uma reportagem, em 2004, antes de iniciar as pesquisas, percebi que se tratava de um assunto de grande interesse público e constantemente retratado nos meios de comunicação. Considerar a forma como a mídia trata desse tema é mais do que considerar a maneira como formatam a cultura popular enquanto produto cultural de massa, reduzindo a complexidade do “universo cultural” de populações tradicionais a uma curiosidade, a um lugar-comum. C. Geertz faz uma reflexão interessante sobre como é nociva a imagem do passado, do primitivo, do clássico ou do exótico como fonte de sabedoria medicinal ou corretivo protético para uma vida espiritual danificada, presente no pensamento e educação humanista, pois levaria a crer que as incertezas modernas diminuiriam, quando na realidade, só se multiplicariam. (GEERTZ, 1997, p. 70).

O problema de operar com representações visuais estereotipadas é que são incapazes de representar a complexidade das experiências culturais e suas contradições. A proposta das pesquisas era escapar dessa armadilha semiótica e produzir imagens documentais com propósito científico que contribuíssem para destituir o senso comum<sup>8</sup> a respeito dos que utilizam plantas medicinais e que apresentasse elementos para a compreensão dessas práticas, cultivando uma “atitude de humildade perante o mundo” (MACDOUGALL, 2005). Busquei retratar as práticas da Rede Fitovida e das trabalhadoras rurais paraibanas enfatizando elementos que as caracterizavam, identificando o peculiar e o recorrente, o que só pude fazer justamente por colecionar milhares de cliques e analisá-los. Se as imagens dos velhos e suas plantas tendem a repetir o estereótipo do curandeiro, que representa um grupo social marginalizado, ainda assim são uma maneira de identificar uma categoria social. Reputo que o grande desafio de grupos populares seja romper com as representações estereotipadas e agregar novos valores à identidade coletiva que constroem com suas ações. E o dos antropólogos visuais seja o de fazer com que a alteridade que representam em fotos e filmes não se restrinja a categorias pré-estabelecidas. (ALVES DA COSTA, 2015, p.188).

Foto 13 – Integrantes do grupo Oficina de Ervas separam as plantas medicinais para produção da pomada milagrosa, em Japeri

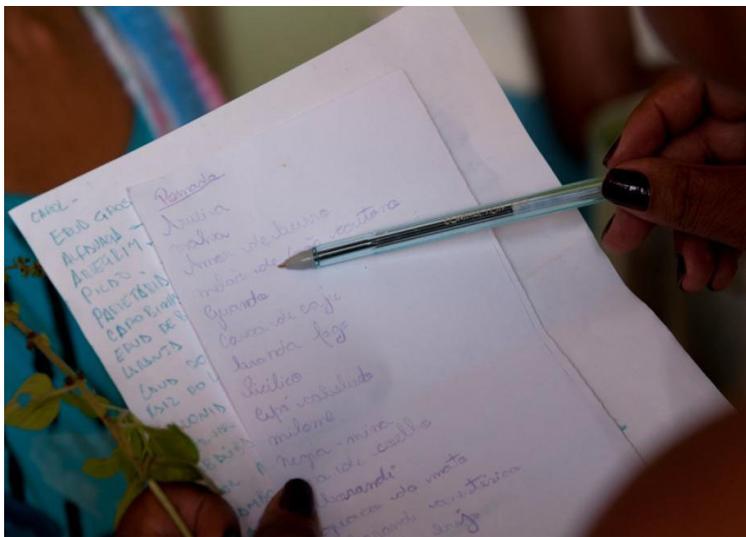


Foto 14 – O preparo da pomada é feito em um fogareiro improvisado, à lenha, do lado externo da igreja de São Benedito, em Japeri, RJ, 2013



Nesse sentido, o uso seletivo que a Rede Fitovida faz das imagens fotográficas, principalmente, e dos documentários em vídeo produzidos tanto por pesquisadores quanto por integrantes da Rede é um exemplo de construção de uma imagem pública, que evoca o estereótipo (ao valorizar os aspectos rústicos dos “modos de fazer”, por exemplo, que não são característicos de todos os grupos) ao mesmo tempo em que apresenta novas formas de atuação (fotos 13, 14, 15 e 16). A escolha por enfatizar a documentação de um dos grupos da Rede Fitovida, que se reúne somente duas vezes por ano na capela de São Benedito, em Japeri, para produzir xarope e a “pomada milagrosa” (ou “multiervas”), é um exemplo dessa intencionalidade. As preparações são cozidas ao ar livre, com um fogareiro improvisado com tijolos e lenha, uma maneira rústica, bem diferente da maioria dos grupos que dispõem de espaços comuns, como salas e cozinhas cedidas por igrejas ou se reúnem na casa de um integrante.

Fotos 15 – Integrantes do grupo Oficina de Ervas e da Rede Fitovida tomam nota das plantas utilizadas no preparo da pomada milagrosa, em Japeri, RJ, 2013





O retrato é um dos gêneros fotográficos mais recorrentes nos acervos da Rede. Esse tipo de registro revela a centralidade dos indivíduos e de seus saberes. São as personagens, suas histórias de vida, sua memória enquanto grupo social, que constituem o eixo central dos projetos, pois permitem fazer a conexão entre memória individual e memória coletiva. (HALBWACHS, 1990). A fotografia tem papel central na representação de uma identidade visual comum e na preservação da memória. Conforme ressalta M. Pollak, a memória é uma interpretação coletiva dos acontecimentos do passado que se integra com tentativas mais ou menos conscientes de definir pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades. A referência ao passado serve não só para manter a coesão de grupos e instituições sociais, mas para definir seus respectivos lugares, seja na complementaridade ou na oposição. (POLLAK, 1989, p. 9).

Foto 17 – Dona Jandira é a que mais conhece plantas medicinais entre os integrantes do grupo Oficina de Ervas em Japeri, RJ





Na Rede Fitovida, a busca pela definição de uma identidade não se restringiu à construção de uma imagem, mas foi o tema dominante nos encontros ao longo de todo ano de 2012. Os participantes definiram respostas comuns para as seguintes perguntas: “O que sou (qual é o meu ofício) quando estou preparando os produtos?”, “O que faço (qual o nome dos produtos)?”, “Onde faço (qual o nome do espaço utilizado)?”. As duas primeiras perguntas obtiveram consenso na escolha dos termos: *agentes do conhecimento tradicional e produtos naturais das plantas medicinais*. A escolha desses termos é bastante emblemática. Não pertencem ao vocabulário cotidiano das pessoas que os escolheram e estão associados aos termos utilizados pela literatura sobre patrimônio imaterial, expressando uma estratégia da Rede Fitovida para alcançar seus objetivos no reconhecimento do papel de seus integrantes na preservação desses saberes. A construção da categoria “agente do conhecimento tradicional” expressa uma autoidentificação positiva dos integrantes da Rede Fitovida. Ao se reconhecerem enquanto tal e se organizarem a fim de “resgatar” os saberes sobre plantas medicinais, os integrantes da Rede Fitovida se inscrevem em outro debate, o de proteção ao “conhecimento tradicional” (que envolve a mediação junto ao Estado para formulação de políticas públicas e leis que contemplem suas práticas). Ou seja, algo muito além da assistência social local, da ajuda “aos mais necessitados”, também identificada como um fator comum aos grupos. O termo “produto natural de planta medicinal” caiu em desuso, em seu lugar, passou a ser usado o termo “remédio caseiro”, mais adequado aos processos de legitimação que têm sido construídos junto ao Iphan e ao Ministério do Meio Ambiente. Afirmar “a doutrina de antigamente”, como definiu uma integrante da Rede Fitovida, é também uma forma de participar da construção da memória coletiva desses grupos sociais que compartilham noções de saúde e doença e combater o esquecimento sobre cuidados com a saúde com plantas medicinais.

Já entre as trabalhadoras paraibanas, os limites legais dessas práticas curativas não são problematizados, mas, sim, a ameaça do esquecimento, pois os saberes curativos são alguns dos conhecimentos tradicionais que os STRs buscam preservar e difundir. Por sua vez, o caráter coletivo dos movimentos per-

mite a seus integrantes experimentar uma posição na esfera pública positivada por meio do fortalecimento de uma identidade coletiva, a de trabalhadora rural. Para as mulheres rurais paraibanas, ter reconhecida sua profissão, para além dos papéis e obrigações associadas ao feminino, é também ser reconhecida como cidadã, ter acesso a direitos sociais e previdenciários, sem necessariamente, excluir outras identidades, como a da “trabalhadora-mãe” e o da “trabalhadora-esposa”. (CARNEIRO, 1994, p. 12).

As imagens, sobretudo a fotografia, possuem um papel definitivo nesse processo de afirmação identitária. Para esses novos papéis, são necessárias novas representações visuais e, talvez, seja nesse aspecto que o antropólogo-fotógrafo-cineasta possa contribuir de maneira singular, pois ao colaborar na construção de uma imagem pública, que rompe com o lugar-comum, também colabora para que a os aspectos relevantes e inovadores da realidade investigada circulem na sociedade por meio de imagens.

Segundo S. Pink (2006), uma antropologia visual renovada pode participar de uma antropologia do século XXI e responder aos desafios da antropologia sensorial, da hipermídia e das vertentes da antropologia aplicada através de foco em três papéis fundamentais: em primeiro lugar, renovando formas de antropologia comparada; em segundo lugar, como um canal para a responsabilidade pública dos antropólogos; e, em terceiro lugar, como um ator único em uma ciência social interdisciplinar.

As imagens e a comunicação visual vigoram em todos os meios de comunicação humana e a decodificação das mensagens transmitidas vai variar segundo os referenciais culturais de cada um e o contexto na qual circulam. Esses significados são tão diversos como as formas de ordenar o mundo e de se organizar em sociedade. Ainda que o resultado final de uma etnografia realizada com recursos fotográficos e audiovisuais seja organizado segundo uma forma específica de pensar o mundo (sobretudo com as teorias utilizadas para analisar os fatos representados), permanecem as imagens, “que nos penetram em várias dimensões e que alteram o modo de ser e perceber a realidade na qual nos encontramos” (NOVAES, 2009, p. 53), e, com elas, as múltiplas possibilidades de interpretação, uso e apropriação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das pesquisas relatadas, a produção de fotografias e de vídeos documentários teve como princípio estar de acordo com o interesse dos grupos pesquisados, buscando replicar suas visões de mundo e dar-lhes voz. Esse princípio não comprometeu a validade dos dados registrados ou as análises realizadas, pois a pesquisa etnográfica com recursos audiovisuais permite ir muito além da construção de narrativas filmicas e ensaios fotográficos. Ao contrário, é da fragmentação caótica dos dados de campo, dos registros visuais e audiovisuais que começam a ser extraídas as recorrências e interpretados seus significados. A montagem de um filme etnográfico encontra limite na seleção de planos e falas, uma síntese necessária que oculta inúmeras outras possibilidades, mas que permite comunicar para um público a experiência da pesquisa de campo, ao menos em alguns aspectos.

O vigor das imagens na pesquisa social reside justamente na capacidade de reproduzir e compartilhar a experiência social e a subjetividade das pessoas na pesquisa de campo. O diálogo e a colaboração com os grupos pesquisados podem ampliar as formas de expressão visual do pesquisador-fotógrafo-cineasta, pois além de educar o olhar do pesquisador, permitindo per-

ceber aspectos e detalhes que antes não seriam notados, também possibilitam a elaboração de produtos finais mais adequados à realidade desses grupos, que circulem com maior facilidade. No caso da Rede Fitovida, os filmes, fotografias, materiais impressos (cartilhas, folhetos e livros) são elementos tão fundamentais na articulação de suas atividades quanto os remédios caseiros e plantas medicinais que circulam entre seus integrantes. Sua utilização vai além do registro documental, que possui grande importância na composição dos documentos que integram os processos de pedido de registro como bem cultural imaterial, esses materiais auxiliam na criação de redes, fortalecendo processos de construção de identidade e abrem espaços de interlocução com diferentes grupos e instituições, ou seja, adquirem função comunicativa educativa, aspectos que precisam ser levados em conta pelo pesquisador que escolhe utilizar as imagens em seu processo de construção de conhecimento.

Foto 19 – Dona Graça, do Espaço Solidário Multiervas, surpreende a pesquisadora e faz seu próprio registro fotográfico após a pose para o retrato, ao lado de outras integrantes do grupo, da esquerda para à direita: Dona Euci, Dona Maria e Dona Bernardete, em Belford Roxo, RJ, 2012



## NOTAS

<sup>1</sup> As pesquisas “Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo” e “Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba” foram realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) para obtenção de título de mestra e doutor, respectivamente, em 2007 e 2013, ambas sob a orientação de Clarice Ehlers Peixoto. A pesquisa “Folhas e curas: práticas culturais de cuidados com a saúde” está vinculada ao Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no período de 2015 a 2016.

<sup>2</sup> As regiões onde existem grupos da Rede Fitovida são a Baixada Fluminense, Metropolitana, Serrana, Norte Fluminense, Sul Fluminense e Costa Verde.

<sup>3</sup> Segundo o Código Penal, artigos 283 e 284, quem exerce a medicina popular, receitando substâncias ou usando gestos e palavras para fazer diagnósticos e obter curas, pode ser considerado curandeiro ou charlatão (o charlatanismo está definido no artigo 283 e o curandeirismo pelo 284). As penas variam de três meses a dois anos de detenção.

<sup>4</sup> O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) foi elaborado sob a orientação de técnicos do IPHAN e coordenado por alguns membros da Rede: Luciene Simão, antropóloga e doutoranda da UFF; Elisabeth Marins, administradora e integrante do grupo Grão de Mostarda; Luzia Martins, mestre em Botânica; Márcio Mattos, mestre em Engenharia Agrônômica, e Viviane Ramiro, fisioterapeuta sanitária.

<sup>5</sup> Medida Provisória 2186-16/01, de 23 de agosto de 2001, foi substituída pela Lei 13.123/2015, ambas regulam o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado, a proteção e a repartição de benefícios, dentre outros aspectos relacionados.

<sup>6</sup> Destaca-se o trabalho do fotógrafo Rômulo Corrêa que realizou a documentação fotográfica para o livro Sementes – agentes do conhecimento tradicional da Rede Fitovida, cuja autoria ele compartilha com Suzana Nogueira e Viviane R. Silva.

<sup>7</sup> As palavras marcadas com aspas são termos utilizados e apropriados pelos grupos estudados, aos quais são atribuídos significados específicos relativos ao contexto em que circulam.

<sup>8</sup> C. Geertz (1997) considera o senso comum um sistema cultural, “um corpo organizado de pensamento deliberado, em vez de considerá-lo aquilo que qualquer pessoa que usa roupas e não está louca sabe”. (GEERTZ, 1997: 114). O autor, entretanto, não crê que seja viável buscar uma estrutura lógica, mas defende que a investigação comparativa desses sistemas de crenças contribui para o método interpretativo.

## REFERÊNCIAS

ALVES DA COSTA, Catarina. Perspectivas, caminhos e políticas de futuro para a antropologia visual. In: PEIXOTO, Clarice, COPQUE, Barbara. *Etnografias Visuais: análises contemporâneas*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2015.

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BELTRÃO, Jane Felipe, ECKERT, Cornélia, FILHO, Manuel Ferreira Lima (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, Ed. Nova Letra, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica*, Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 2, n. 1, p. 11-22, jun. 1994.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COLLEYN, Jean-Paul. *Regard Documentaire*. Paris, Centre G. Pompidou, 1993.

FONSECA, M. C. L. *Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, IPEA, p. 111- 120, s.d. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps\\_n.2\\_referencia\\_2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps_n.2_referencia_2.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1989.

\_\_\_\_\_. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GRASSENI, Cristina. *Video and ethnographic knowledge: skilled vision in the practice of Breeding*. In: AFONSO, Isabel, KÜRTI, László, PINK, Sarah. *Working Images: Visual Research and Representation in Ethnography*. London, Routledge, 2004.

GUARINI, Carmem. Antropologia, memória e visualidade. In: PEIXOTO, Clarice, COPQUE, Barbara. *Etnografias Visuais: análises contemporâneas*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2015.

- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HENLEY, Paul. Cinematografia e Pesquisa Etnográfica. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 9, n. 2, p. 29-50, 1999.
- \_\_\_\_\_. Trabalhando com filme: cinema de observação como etnografia prática. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 18, n. 1, p. 163-189, 2004.
- MACDOUGALL, David. *Mas afinal, existe realmente uma antropologia visual?* Catálogo II Mostra Internacional do filme etnográfico. Interior Produções, Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. Novos Princípios da antropologia visual. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 21, n. 2, p. 19-33, 2005.
- NOVAES, Sylvia C. Imagem e ciências sociais: trajetória de uma relação difícil. In: BARBOSA, Andréa, CUNHA, Edgar Teodoro da. *Imagem-Conhecimento. Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas, Papirus, 2009.
- PEIXOTO, Clarice E. *Envelhecimento e Imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo, Annablume, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Photo in the Film Public and private collections in video-portrait. Vibrant Virtual Brazilian Anthropology*, v. 9, n. 2, 2012.
- PIAULT, Marc. *Anthropologie et Cinéma*. Paris, Nathan, 2000.
- PINK, Sarah. *The future of visual anthropology: engaging the senses*. London, Routledge, 2006.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212. jul., 1992.
- PORTAS, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados*. Brasília, Iphan, 2012.
- RODRIGUES, Mariana Leal. *Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres da Rede Fitovida: ervas medicinais, envelhecimento e associativismo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- RUBY, Jay. *Picturing culture: explorations of film and anthropology*. Chicago, The University of Chicago Press, 2000.
- VIANNA, Leticia C. R. Legislação e Preservação do Patrimônio Imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda da cultura popular. *Textos Escolhidos de Cultura e Artes Populares*, v. 1, n. 1, 2004.

artigos

# USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DINÂMICAS DO TRABALHO DOCENTE

## *USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND WORK DYNAMICS OF TEACHING*

**Tássio de Souza Damasceno<sup>1</sup>**

*tassiosouzadamasceno@gmail.com*

**Denise Machado Cardoso<sup>2</sup>**

*denise@ufpa.com.br*

**Lorena Tamyres Trindade da Costa<sup>3</sup>**

*lotamyres.19@gmail.com*

### RESUMO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) invadiram as salas de aula modificando completamente o cotidiano acadêmico, estabelecendo uma nova relação entre as tecnologias e a sociabilidade, configurando a cultura contemporânea. A partir disso, buscamos analisar como discentes e docentes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) têm utilizado essas novas tecnologias como, por exemplo, tablets, notebooks e smartphones, como ferramentas didáticas no processo de ensino dentro da sala de aula. O objetivo deste trabalho é identificar para que fins esses sujeitos estão utilizando essas ferramentas dentro da sala de aula e se existe a aplicação delas como auxiliares no ensino. A metodologia utilizada neste trabalho é baseada na pesquisa de campo, na qual foram utilizados instrumentos como roteiro de entrevista semiestruturada, a observação direta e participante e o registro em diário de campo. A partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, podemos ressaltar uma série de processos provenientes da inserção e do uso de TIC dentro do contexto acadêmico e, principalmente, dentro da sala de aula. Dessa forma, destacamos as iniciativas didáticas e os conflitos na relação entre docentes e discentes referentes ao uso de TIC durante as aulas, bem como a tentativa da instituição em adaptar sua estrutura física para suprir as demandas provenientes do atual contexto da Sociedade da Informação.

**Palavras-Chave:** Tecnologias de Informação e Comunicação. Cibercultura. Educação.

### ABSTRACT

Information and Communication Technologies (ICT) are have invaded as classrooms completely changing academic everyday life, establishing a new relationship between technologies and sociability, shaping a contemporary culture. From thisHence, we sought students and teachers of the Science course of the Federal University of Pará (UFPA) sought to analyze it in order to obtain new technologies such as tablets, notebooks and smartphones.in class. Is this work we search for the purposes of the client in the teaching of the client?how these technologies have been used in classroom by them. The method selected in this work is based on direct, participatory and field-based

journaling. From the results obtained, it is possible to include a series of processes of insertion and use of ICT within the academic context and, mainly, within the classroom. Thus, we highlight the didactic initiatives and results achieved in the relationship between teachers and students about the use of ICT during classes, as well as the attempt to adapt to the physical infrastructure to meet the demands coming from the current context of the a Society stand out ofbased on Information.

**Keywords:** Information and Communication Technologies. Cyberculture. Education.

## INTRODUÇÃO

Uma das maiores características da contemporaneidade é, sem dúvidas, a presença cada vez maior de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em vários setores da nossa sociedade. De forma geral, TIC são todas as tecnologias que interferem e mediam os processos de informação e conhecimento entre os seres humanos. No caso deste trabalho, o que chamamos de TIC, são as novas tecnologias digitais e informáticas (computadores, *notebooks*, *tablets*, *smartphones*) que têm o acesso à internet como uma de suas várias funções. Essas novas tecnologias, quando conectadas entre si e à rede mundial de computadores, transformam-se em um sistema altamente integrado que é utilizado para gerir uma grande quantidade de processos e informações em diversos setores da sociedade.

Nas últimas décadas, com a difusão da internet e a rapidez das inovações tecnológicas, houve um processo crescente do uso dessas novas tecnologias por parte dos indivíduos para exercerem diversas atividades do dia a dia (comunicar-se, estudar, trabalhar, comprar). Nesse contexto, propomos a investigação sobre como vem se dando a utilização de TIC por docentes e discentes da Universidade Federal do Pará (UFPA), mais especificamente, no curso de Ciências Sociais. Assim, consideramos pertinente refletir sobre a integração de novas tecnologias no nosso cotidiano e como isso tem contribuído para um processo de resignificação e remodelação de muitos dos nossos hábitos, valores e costumes, criando novas formas de trabalho, de sociabilidade, reconfigurando a cultura contemporânea.

Desse conjunto de descrição, podemos ressaltar os estudos realizados por Castells (2016), que apresentam importantes análises sobre a morfologia social das sociedades de tecnologia avançada no contexto da Sociedade da Informação. Nessa Sociedade da Informação, a informação e o conhecimento tornam-se matérias-primas essenciais para o processo de desenvolvimento capitalista. A partir desse contexto de valorização da informação e do conhecimento aliada a uma série de políticas neoliberais para a educação, as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a ser vistas como locais de extrema importância para o desenvolvimento de novas tecnologias, produção de conhecimento científico, além, é claro, de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (BAUMAN, 2001; HARVEY, 2004; VESCE, 2008).

A inserção de TIC nos ambientes acadêmicos vem reconfigurando esses espaços, os processos de trabalho, de sociabilidades e de troca de saberes e conhecimento entre os indivíduos. Em relação ao trabalho docente, essas ferramentas têm gerado consequências diretas na execução de seus trabalhos. Passa-se a cobrar melhor formação técnica e pedagógica dos professores, além de renovação nos métodos e práticas de ensino desses profissionais para que eles estejam aptos e preparados para lidar com essa nova realidade social. Mas não só o trabalho dos docentes está sendo permeado pela máquina como também a relação deles com seus alunos. Sabemos que a relação entre esses dois atores sociais ocorre principalmente dentro da sala de aula (face a face), no contexto

do ensino e da aprendizagem. Agora, no entanto, um novo cenário surge nesse processo: o Ciberespaço. (LÉVY, 2010).

Pierre Lévy (2010) classifica o Ciberespaço da seguinte forma:

O Ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 2010, p. 17).

Lévy (2010) enxerga as TIC como grandes potencializadoras do processo educacional, graças a sua estrutura em rede que permite um amplo acesso à informação disponível no ciberespaço, aliada à capacidade que essas novas tecnologias possuem de integrar e ampliar os processos de comunicação entre os indivíduos na sociedade. Outro ponto importante destacado pelo autor, é que as TIC ampliam a capacidade cognitiva dos seres humanos (aumento da memória, percepção, imaginação), provocando dessa forma, “uma profunda mutação na relação com o saber”. (LÉVY, 2010, p. 174). Todos esses fatores juntos geram grupos de comunicação em rede, comunidades virtuais, redes de informação e compartilhamento, contribuindo diretamente para o surgimento de uma inteligência coletiva.

As transformações tecnológicas vividas pelos sujeitos na contemporaneidade representam não só a inserção de equipamentos e técnicas, mas, fundamentalmente, têm provocado mudanças de ordens sociais, culturais, econômicas, educacionais e, principalmente, no mundo do trabalho, uma vez que, no atual momento, torna-se indispensável que o trabalhador possua competência para lidar com essas tecnologias. Considerando que o processo educativo se relaciona intimamente com o contexto social, surge a necessidade da formação de um novo sujeito, a ser constituído diante desta realidade, forçando assim, uma reflexão acerca da atuação do docente e da formação docente.

A partir disso, este trabalho possui como objetivo refletir sobre a inserção das TIC no trabalho dos docentes e na relação deles com os discentes nesse contexto. Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do projeto Redes Sociais e Formação Docente em Ciências Sociais, que tem como objetivo contribuir nesta problemática, buscando identificar as relações e a influência que as TIC têm no cotidiano dos docentes e discentes do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) e sua importância na formação desses profissionais. Nossa proposta de estudo foi investigar de que modo as TIC estão presentes no cotidiano acadêmico, os locais de acesso, como acioná-las e quais dinâmicas elas proporcionam nas práticas de docentes e discentes.

A partir do estudo do caso específico do curso de Ciências Sociais da UFPA, pretendemos colaborar para a construção de um panorama mais geral de discussões acerca do uso de TIC no ensino superior presencial e suas consequências, considerando as dificuldades e vantagens encontradas no processo de inserção e adaptação a essas novas tecnologias. É importante demonstrar que essa pesquisa é de fundamental importância, pois o uso das novas tecnologias no ambiente acadêmico, na rotina de trabalho de docentes e, especificamente, na sala de aula e na relação entre professores e alunos em mídias sociais já é uma realidade que necessita ser levada em consideração no planejamento e implantação de políticas educacionais e na formação de professores e alunos,

pois influencia diretamente nos processos de trabalho, de sociabilidade entre esses sujeitos e na relação de ensino e aprendizagem entre eles.

## AS MUDANÇAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

De forma geral, as TIC estão sendo inseridas em diversos âmbitos da nossa sociedade. Essas ferramentas estão tornando-se, cada vez mais, parte indispensável da vida dos indivíduos. Elas estão presentes na intermediação de uma série de tarefas do nosso dia a dia e vêm modificando as nossas formas de agir, pensar e viver. Na atual conjuntura de mudanças estruturais em vários âmbitos da nossa sociedade, de introdução de TIC no mundo do trabalho e de uma grande valorização do conhecimento na contemporaneidade, como está a situação do campo da Educação em meio a esses processos?

Para Pierre Lévy (2010), o surgimento das TIC e da Cibercultura traz mudanças diretas na educação, na construção do saber e no aparecimento de uma inteligência coletiva. Segundo ele, “qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber”. (LÉVY, 2010, p. 159). Dessa forma, o autor nos apresenta três constatações sobre essa relação: a primeira, é sobre a velocidade da renovação de saberes; a segunda é sobre a nova natureza do trabalho; e por último, a terceira constatação é sobre o ciberespaço servir como suporte para tecnologias intelectuais que aumentam, exteriorizam e modificam diversas funções cognitivas dos seres humanos. (LÉVY, 2010).

Sobre a evolução dos saberes, na atualidade ela ocorre em um ritmo extremamente rápido. Para Lévy (2010), a maioria dos saberes que adquirimos durante nossa formação profissional, ao final da nossa vida (ou até bem antes) já estarão ultrapassados. A necessidade de formação qualificada e de estar constantemente atualizado em relação às mudanças faz com que as pessoas busquem cada vez mais qualificação profissional.

Já em relação à nova natureza do trabalho, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a inserção de TIC e de políticas neoliberais com o objetivo de aumentar a produtividade e a flexibilização das atividades, acabaram chegando no campo da educação e tendo reflexos diretos no trabalho docente. Através de um discurso modernizador da educação, os governos vêm incentivando e introduzindo novas tecnologias nos espaços de ensino. Esse processo, por sua vez, acaba exigindo mudanças nas metodologias de ensino. Nesse contexto, cobram-se mudanças na formação docente, mais qualificação desses profissionais para inserir as TIC no seu processo de trabalho. (KENSKI, 1999; FIDALGO; OLIVEIRA; FIDALGO, 2009; LÉVY, 2010).

Não é possível pensar na prática docente sem pensar, antecipadamente, na pessoa do docente que está em pauta e em sua formação que, [...] não se dá apenas durante o seu percurso nos cursos de formação de professores, mas, permanentemente, durante todo o seu caminho profissional, dentro e fora da sala de aula. (KENSKI, 1999, p. 49-50).

Na contemporaneidade, os profissionais da educação precisam estar atualizados em relação às mudanças tecnológicas para que eles saibam não apenas utilizá-las, como também decidir a melhor forma de inseri-las ou não nos processos de ensino e aprendizagem dentro da sala de aula. Autores como Kenski (1999; 2003; 2008), Prensky (2001), Bauman (2013) e Lévy (2010), apontam para a necessidade de uma mudança de postura do docente, pois

agora as formas de aprender e ensinar vêm mudando radicalmente com as novas tecnologias. Nesse contexto, o professor deixa de ser aquele detentor do monopólio do saber e tem a função de ser uma espécie de colaborador do processo educativo, um incentivador da inteligência coletiva, auxiliando seus alunos na melhor forma de se obter informação e conhecimento. (LÉVY, 2010; BAUMAN, 2013).

Com a valorização da informação e do conhecimento na nossa sociedade, começa a existir uma verdadeira corrida das instituições de ensino, com o objetivo de se prepararem para dar conta das mudanças tecnológicas e do aumento da demanda de ensino.

Os sistemas educacionais encontram-se hoje submetidos a novas restrições no que diz respeito a quantidade, diversidade e velocidade de evolução dos saberes [...]. As universidades transbordam [...]. Quase metade da sociedade está, ou gostaria de estar, na escola. (LÉVY, 2010, p. 171).

Para Lévy (2010), duas grandes mudanças precisam ocorrer nos sistemas de educação e de formação: a primeira tem a ver com a pedagogia (pois é preciso criar um novo estilo de pedagogia que favoreça os novos tipos de aprendizagens: tanto as personalizadas quanto as coletivas em rede); a segunda, é sobre a importância do reconhecimento dos saberes não acadêmicos para a construção do conhecimento coletivo. Dessa forma, Pierre Lévy (2010) ressalta que é preciso buscar soluções para que todos possam ter acesso ao conhecimento.

Não será possível aumentar o número de professores *proporcionalmente à demanda de formação* que é, em todos os países do mundo, cada vez maior e mais diversa. Será necessário, portanto buscar encontrar soluções que utilizem técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico dos professores e dos formadores. (LÉVY, 2010, p. 171).

Em meio a esse contexto, a EAD aparece como uma das soluções para esse problema de demanda educacional. Devido ao fato desse modelo de ensino se utilizar de dispositivos audiovisuais e multimídias, além de outras facilidades disponíveis no ciberespaço, ele é bem mais barato e possui maior alcance que os métodos tradicionais de ensino. Mas essa crescente demanda quantitativa do ensino deve ser acompanhada de uma intensa mudança qualitativa na formação. Lévy alerta que a “simples massificação da oferta seria uma resposta ‘industrialista’ ao modo antigo, inadaptada à flexibilidade e à diversidade necessárias de agora em diante”. (LÉVY, 2010, p. 172).

No atual contexto, a lógica produtivista e os processos de flexibilização do Mundo do Trabalho acabam afetando também a figura dos docentes. A exigência de produtividade aliada à flexibilização do trabalho que as TIC possibilitam e a diminuição dos salários dos professores, vêm contribuindo para o processo de precarização no trabalho docente. (LEMOS, 2011).

Uma nova realidade produtiva e de consumo se consolida com os processos de globalização e novos hábitos se instauram a partir da lógica das redes e da sociedade da informação e comunicação. Seguindo essa lógica, o professor, como um elo de ligação entre sociedade e os processos educacionais, vê seu trabalho sendo totalmente reconfigurado e flexibilizado, ao mesmo tempo em que, nos mesmos moldes de trabalhadores de outros setores, sente-se explorado na forma de seu trabalho imaterial e em sua capacidade intelectual, trazendo novos desafios, receios e anseios sobre seu futuro profissional. (KALLAJIAN, 2012, p. 39).

Em suma, os processos capitalistas da sociedade da informação e do surgimento e de uma Cibercultura, vêm ocasionando e exigindo mudanças profundas no âmbito educacional. A valorização do conhecimento, no atual contexto, impulsiona uma grande corrida da sociedade em busca de uma melhor formação e qualificação para estar preparada para o mercado de trabalho. Isso, por sua vez, acaba ocasionando uma profunda mudança em toda a estrutura educacional para que ela dê conta do aumento da demanda de ensino.

Em meio a esses processos, o trabalho do docente passa por uma série de reconfigurações, as quais tem como base, a exigência de um profissional mais qualificado, polivalente, flexível e produtivo. Para aumentar a produtividade desse profissional e flexibilizar os processos de trabalho, as instituições de ensino fazem uso cada vez mais intenso de novas tecnologias.

## **O USO DE TIC EM SALA DE AULA: OPINIÃO DE DOCENTES E DISCENTES**

A pesquisa de campo deste trabalho foi realizada no Bloco A, local onde são realizadas as aulas do curso de Ciências Sociais e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do qual a Faculdade de Ciências Sociais (FACS) faz parte. Ambos se localizam no campus básico da UFPA, em Belém do Pará. No período da pesquisa de campo, chegamos a acompanhar aulas com as turmas do curso em questão, com o objetivo de observar melhor as dinâmicas inerentes à presença das TIC dentro das salas de aula. Nesse contexto, foram feitas diversas anotações em diário de campo, conversamos informalmente com docentes e discentes e, por fim, entrevistamos esses dois grupos de sujeitos para saber qual é a opinião deles em relação ao uso de TIC no ambiente acadêmico, em especial dentro da sala de aula, e como essas novas tecnologias vêm intermediando a relação entre eles.

A partir disso, foi possível analisar como docentes e discentes do curso de Ciências Sociais da UFPA estão lidando com o uso das TIC dentro das salas de aula e, conseqüentemente, como isso tem influenciado na relação entre eles e os discentes dentro da sala de aula. As abordagens aos docentes e discentes, para eles responderem às perguntas, eram realizadas geralmente ao término das aulas. Houve alguma resistência no início por parte de alguns docentes e discentes para conceder as entrevistas; mas de forma geral, a maioria dos indivíduos abordados foi bastante receptiva e colaborou bastante para a conclusão dessa pesquisa.

## **OS DOCENTES E O USO DE TIC EM SALA DE AULA**

Durante o período em que ocorreram as entrevistas semiestruturadas, foram entrevistados 12 dos 36 docentes que estavam em atividade e que eram ligados a FACS no período da pesquisa. Dos entrevistados, todos revelaram que seus alunos costumam utilizar algum tipo de TIC durante as aulas, principalmente, o *smartphone* que é bastante popular entre os estudantes. Durante as observações de campo foi possível perceber que vários docentes fazem uso de recursos multimídias para ministrar suas aulas.

Em geral, esses recursos são usados em substituição a alguma ferramenta tradicional da sala de aula, no processo de ensino. Normalmente esses recursos são utilizados para passar *slides* ou algum filme relacionado ao tema da aula em questão. A partir disso, é possível ressaltar que os docentes vêm

fazendo cada vez mais uso dessas novas tecnologias dentro da sala de aula, inserindo-as no processo educacional, mas geralmente essa inserção se dá de forma tradicional, sem ocasionar mudanças significativas na estrutura da aula. Os modelos de ensino hierárquicos e expositivos, onde o docente transmite conteúdo e os discentes apenas absorvem como sujeitos passivos no processo de aprendizagem, ainda persistem de forma bastante clara.

Durante as entrevistas foi perguntado aos docentes se eles utilizam TIC durante as aulas como uma ferramenta de auxílio no ensino. Assim, cerca de 25% dos docentes disseram que utilizam TIC para ministrar suas aulas. Em geral, eles ressaltaram a importância e a necessidade do professor de se adaptar às novas tecnologias e as mudanças que elas ocasionam. Como disse um dos docentes entrevistados: “O professor não pode ser um dinossauro, ele tem que saber se adaptar aos novos tempos, ele não pode ficar preso no passado” (informação verbal)<sup>4</sup>.

Em contrapartida, 75% dos docentes entrevistados, responderam que não utilizam nenhum tipo de TIC para auxiliar suas aulas. A maioria deles ressaltou que um dos principais fatores para eles não fazerem uso de TIC nas aulas é a falta de formação pedagógica e tecnológica deles para inserir essas ferramentas de forma que elas venham a ajudá-los no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, parte deles também reclamou falta de amadurecimento dos discentes que, segundo eles, geralmente usam as TIC durante a aula para realizar outras atividades não relacionadas ao contexto situacional, como por exemplo, jogar, acessar redes sociais e mandar mensagens pelo *Whatsapp*<sup>5</sup>.

Castells (2016) e Kumar (2006) ressaltam que no contexto da Sociedade da Informação, surge a necessidade de um novo tipo de trabalhador para desempenhar as novas funções exigidas no mercado de trabalho. Esses trabalhadores precisam de um alto grau técnico e de conhecimento teórico para utilizar as novas ferramentas tecnológicas. Isso por sua vez, requer grandes períodos de treinamento e educação.

Nesse contexto, Prensky (2001), Kenski (2003) e Lévy (2010), enfatizam que, à medida que as TIC adentram a nossa sociedade e, consequentemente, os espaços de ensino, elas têm revolucionado culturalmente e socialmente as formas de obter informação e conhecimento. Nesse cenário de mudanças, novas ferramentas vêm sendo disponibilizadas para a educação, criando novos caminhos para a aprendizagem, onde aquele modelo de ensino hierárquico, no qual o professor transmite conhecimento e os alunos apenas absorvem como sujeitos passivos no processo de aprendizagem, no atual estágio da nossa sociedade vêm se mostrando ultrapassado, pois um novo modo de ensinar e aprender está emergindo na atualidade, onde todos trocam informações e conhecimentos em tempo real dentro e fora das salas de aula. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário repensar a formação docente e adaptá-la à nova realidade educacional. (PRENSKY, 2001; KENSKI, 2003; LÉVY, 2010).

Essa nova pedagogia estimula os sujeitos a seguir novos caminhos, novos métodos e práticas que são extremamente valorizadas na Sociedade da Informação. A aprendizagem colaborativa estimula o indivíduo a pensar coletivamente, além de desenvolver suas habilidades pessoais. Nessa nova sociedade, a aprendizagem é estimulada por diversos meios e as instituições de ensino precisam estar atentas a isso, para que elas estejam em sintonia com as tecnologias e pessoas desse novo paradigma informacional. Kenski (1999) resalta que é preciso fornecer aos docentes a formação, o tempo e a oportunidade para que eles aprendam as utilidades técnicas e metodológicas das TIC de modo que construam um conhecimento crítico sobre elas para decidir a melhor forma de inseri-las ou não no processo de ensino e aprendizagem.

Na atualidade, é preciso que o docente saiba lidar com as novas tecnologias, que saiba manuseá-las e que possua o mínimo que seja de conhecimento técnico. É imprescindível que ele esteja sempre se atualizando de forma contínua para acompanhar o ritmo dessas mudanças tecnológicas que conseqüentemente acabam refletindo em seu trabalho dentro e fora da sala de aula, para que isso ocorra, uma atualização na formação desses profissionais precisa ser realizada por parte dos governos e suas políticas educacionais (BAUMAN, 2013).

[...] os professores precisam se atualizar, participar de eventos e cursos, ler pesquisas que abordem o assunto, estudar autores que promovam discussões atuais sobre o uso de redes sociais na educação, conhecer as redes sociais que permeiam o cotidiano dos jovens, criar possibilidades de uso das redes em sua ação docente. MORAES; GOMES, 2014, p. 6).

A partir disso, foi perguntado aos docentes se eles permitem que seus alunos usem alguma TIC dentro da sala de aula. As respostas foram as seguintes: Cerca de 75% dos docentes disseram que não permitem que seus alunos utilizem TIC durante as aulas. Em contrapartida, 25% dos docentes entrevistados disseram que permitem que seus alunos utilizem essas novas tecnologias durante a aula, pois muitos alunos utilizam-nas para ler textos, fazer *downloads* dos textos relacionados à aula e realizar pesquisas rápidas sobre o assunto da aula. Vários deles, inclusive, disseram que disponibilizam os textos da aula no SIGAA<sup>6</sup> para que os alunos realizem os *downloads* do material e possam economizar dinheiro, já que dessa forma, não precisam tirar xerox. Fato que foi confirmado e elogiado bastante pelos alunos.

Nesse contexto, foi perguntado aos docentes, durante as entrevistas, se eles são a favor ou contra a regulação ou proibição do uso de TIC em sala de aula. Cerca de 50% dos docentes entrevistados são totalmente contra a proibição ou limitação do uso de TIC em sala de aula. Já 33% dos docentes entrevistados são a favor de estabelecer limites ao uso de TIC durante as aulas. Enquanto, 17% deles são a favor da proibição total do uso desses aparelhos dentro de sala. A maioria dos docentes ressaltaram a importância de o aluno utilizar essas ferramentas em sala de uma forma consciente e voltada para o aprendizado. Mas segundo eles, infelizmente, muitos alunos usam essas novas tecnologias durante as aulas para vários assuntos não relacionados ao ensino-aprendizagem.

Durante as entrevistas, foram vários os exemplos dados pelos professores: alguns reclamaram que os estudantes insistem em atender o *smartphone* dentro da sala de aula, o que atrapalha o desenvolvimento da aula; bem como usar a internet para assuntos não relacionados ao conteúdo didático ministrado em sala. Em vários relatos dos professores, eles reclamam que muitos alunos não possuem maturidade para utilizar, de forma adequada dentro da sala de aula, essas ferramentas voltadas para a aprendizagem.

“Eu sinto que os alunos da graduação ainda não sabem usar essas tecnologias direito. Eu percebo que eles têm muita dificuldade pra utilizar essas ferramentas voltadas pro contexto da aula, de pesquisar, ler, etc. Eles são muito hábeis na comunicação instantânea, pra redes sociais [...]. No início me incomodava ver alunos usando celular na aula, mas agora eu deixo de lado. A única coisa que me incomoda é o celular tocando. Quando eu entro em sala de aula, eu dou um recado, não é uma ordem. Eu falo ‘vou colocar meu celular em modo avião’. Quem quer fazer o mesmo, que faça; se não quiser ok, eu também não vou ficar me incomodando”. (Informação verbal)<sup>7</sup>.

Dessa forma, é possível perceber que existem conflitos entre docentes e discentes relacionados ao uso de TIC, mas percebe-se também que alguns desses conflitos também vêm sendo combatidos por esses sujeitos ao longo do

tempo, bem como a cultura do uso do SIGAA, que apesar de ainda ser incipiente, vem se desenvolvendo e crescendo aos poucos entre esses indivíduos. Em geral, o uso de TIC entre os sujeitos investigados é bastante frequente e é uma realidade dentro da sala de aula. Apesar dos conflitos provenientes do uso de TIC em sala de aula, da inserção dessas ferramentas na aprendizagem ou da proibição delas durante as aulas, é possível observar uma cibercultura se desenvolvendo entre os indivíduos investigados.

## O USO DE TIC EM SALA DE AULA POR PARTE DOS DISCENTES

Durante a observação de campo, foi possível constatar que é muito grande entre os discentes o uso de TIC, principalmente, do *smartphone*. Além disso, foi possível perceber, mesmo que em menor número, *tablets* e *notebooks* sendo utilizados dentro da sala de aula por vários discentes. Isso apenas confirma que as TIC chegaram para ficar, e que é preciso fazer com que esses estudantes, que são futuros professores e pesquisadores, utilizem essas ferramentas tecnológicas de forma consciente e voltada para fins relacionados à pesquisa e ao ensino.

Hoje em dia, muito se fala da grande familiaridade dos mais jovens com relação ao uso de tecnologias digitais e informáticas, em especial, devido à facilidade desses indivíduos de conseguirem acompanhar o ritmo das inovações desse novo paradigma tecnológico. Autores como Prensky (2001), Serres (2013) e Lévy (2010) em alguns de seus trabalhos, ressaltaram o grande potencial das novas gerações para assimilar as mudanças tecnológicas da contemporaneidade e evidenciaram o fato desses sujeitos através do contato com as TIC em rede, sofrerem uma série de mudanças não só nos seus hábitos, padrões e costumes, mas também mudanças cognitivas em relação aos indivíduos de outras gerações.

A partir da observação de campo, foi perguntado aos estudantes nas entrevistas, se eles costumam utilizar algum tipo de TIC durante as aulas. Em suma, dos 34 discentes entrevistados, 14,70% afirmaram que não usam nenhum tipo de TIC durante as aulas, porque acham que o uso de aparelhos eletrônicos durante a aprendizagem, se não forem inseridos no contexto da aula, pode atrapalhar a aprendizagem deles. Por outro lado, 85,30% dos alunos entrevistados responderam que fazem uso de algum tipo de TIC na sala de aula. Eles disseram que utilizam principalmente o *smartphone* para acessar as mídias sociais, verificar e-mails e realizar algum tipo de pesquisa relacionada aos assuntos trabalhados na aula.

Vários estudantes revelaram que, durante as aulas, costumam utilizar essas novas tecnologias, bem como a internet *wifi* do campus, para fazer *downloads* e ler os textos que serão trabalhados pelos professores em sala de aula. Segundo eles, é uma forma que encontraram de economizar dinheiro e utilizar essas ferramentas – principalmente o *smartphone* – de uma forma útil e voltada à sua aprendizagem. Alguns docentes, percebendo esse uso de TIC pelos alunos durante as aulas para ler os textos das disciplinas, começaram a deixar o material das suas disciplinas, que são trabalhados durante o semestre, no SIGAA ou nos e-mails coletivos das turmas.

Devido ao uso de TIC pela maior parte dos discentes dentro da sala de aula, foi perguntado a eles se já foram chamados à atenção ou advertidos de alguma forma pelos professores por causa disso. Assim, cerca de 70,6% dos entrevistados responderam que nunca foram advertidos ou chamados a atenção de alguma forma pelos professores devido ao uso de TIC em sala de aula. Já

29,4% dos discentes disseram que já foram advertidos pelos docentes devido a utilização de TIC em sala. Foi ressaltado por eles, que são poucos os docentes que chamam a atenção diretamente dos discentes, pois muitos preferem advertir a turma inteira, de uma forma geral. Mas, segundo eles, já houve casos de alguns professores pararem a aula, dizendo que só retornariam à explicação do conteúdo didático se o aluno guardasse o aparelho ou se retirasse da sala. Isso evidencia que existe uma tensão entre alguns docentes e discentes em relação ao uso de TIC em sala de aula.

Foi possível constatar na observação de campo – e também foi ressaltado pelos estudantes nas entrevistas – que alguns docentes utilizam algum tipo de TIC para ministrar suas aulas, em geral, recursos multimídias, como *datashow*, caixas de som e *notebook*. O uso dessas ferramentas por parte dos docentes é quase sempre formal e tradicional, sem nenhum tipo de novidade na aprendizagem. Geralmente os professores usam esses recursos para passar *slides* ou algum filme durante a aula. Além disso, muitos discentes denunciaram a falta de incentivo por parte de alguns docentes, de fazer com que os estudantes aprendam a utilizar as TIC de uma forma pedagógica. Essa reclamação dos discentes é relevante, pois como o curso de Ciências Sociais além de ser de bacharelado, também é de licenciatura, esses futuros profissionais deveriam, teoricamente, estar sendo preparados para saber agir diante da nova realidade social e, em especial, educacional, já que a presença de TIC nas salas de aula na atualidade vem tornando-se uma realidade em diversos lugares do mundo.

Segundo Moraes e Gomes (2014), existe certa “[...] urgência em repensar a estrutura e o funcionamento dos sistemas educacionais, bem como a organização dos currículos de formação em diferentes níveis, as metodologias, práticas e processos de mediação pedagógica” (p. 5). É por isso que, ao pensar na formação de futuros docentes e na formação continuada dos profissionais da educação, é necessário também analisar qual o papel das instituições de ensino em meio a tudo isso. (MORAES; GOMES, 2014).

[...] as instituições de ensino precisam estabelecer programas de formação continuada de professores, aliás, não apenas para o uso de tecnologias em educação, mas para toda a ação pedagógica que é promovida pelo professor e que deve estar em consonância com o contexto atual dos estudantes, alicerçadas em uma proposta pedagógica que estimule e provoque um movimento ensino-aprendizagem colaborativo, onde os estudantes constroam o conhecimento coletivamente. (MORAES; GOMES, 2014, p. 6).

Na atualidade, as TIC vêm sendo inseridas nos mais diversos setores da nossa sociedade e na educação não é diferente. As instituições educacionais, em grande parte, estão tentando ao longo dos últimos anos, inserir algumas ferramentas tecnológicas com o objetivo de modernizar os processos de ensino. Mas, segundo Kenski (2008), esse processo vem se desenrolando de forma errada, pois todo o potencial de estimular e ampliar a comunicação entre os sujeitos participantes do processo educativo vem sendo limitado pelo uso restrito dessas ferramentas nos espaços formais de educação.

Nesse contexto, durante as entrevistas, os discentes revelaram que alguns docentes proíbem o uso de TIC dentro da sala de aula. Uma aluna durante a entrevista relatou que “[...] alguns professores mandam os alunos desligarem ou guardarem qualquer aparelho eletrônico que esteja sendo utilizado em sala de aula, por achar que os alunos só usam esses aparelhos para acessar as redes sociais” (informação verbal)<sup>8</sup>. Segundo eles, alguns professores proíbem, pois acham que o uso dessas tecnologias durante a aula pode atrapalhar a aprendizagem. Assim, mesmo muitos alunos concordando que o uso de TIC para assuntos

eações que não fazem parte do contexto da aula pode atrapalhar a aprendizagem, todos se mostraram contra a proibição dessas novas tecnologias dentro da sala de aula, pois, segundo eles, a proibição delas é um retrocesso, já que elas estão se mostrando de muita utilidade para a maioria dos alunos que as utilizam para fazer pesquisas rápidas relacionadas ao conteúdo da disciplina, ler e baixar textos durante a aula.

O fato de todos os discentes se demonstrarem contra a proibição do uso de TIC em sala de aula, deixa implícito uma espécie de consenso entre os estudantes de que a presença dessas tecnologias tanto dentro quanto fora da sala de aula é inevitável, e que elas devem ser integradas para ajudar nas atividades acadêmicas. Ignorar essa realidade é virar as costas para todas as possibilidades que essas ferramentas podem proporcionar. Se utilizadas de forma consciente e integradas ao contexto do ensino, elas podem vir a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento de uma ampliação na comunicação e o aumento da qualidade da aprendizagem dentro da sala de aula. (KENSKI, 2008).

Foi perguntado aos discentes, se eles acham que os docentes da FACS deveriam utilizar as TIC como ferramentas pedagógicas. A grande maioria dos entrevistados, 88,25% responderam que sim, que acham que os docentes do curso de Ciências Sociais deveriam utilizar as TIC como ferramentas de ensino para auxiliá-los no contexto da aula e do ensino-aprendizagem. Enquanto isso, 11,75% responderam que não.

As inovações tecnológicas como a internet, por exemplo, estimulam e ampliam os processos comunicacionais entre os indivíduos. Como o processo educativo é basicamente comunicacional e necessita da intensa participação de todos os sujeitos envolvidos, o uso dessas ferramentas nesse processo pode desempenhar um papel fundamental, mas infelizmente elas vêm sendo utilizadas de forma restrita e pragmática. Isso fica bem claro quando governantes responsáveis por políticas educacionais referem-se à internet, por exemplo, como “a lousa do futuro” ou aos *tablets* e *notebooks* como “os cadernos do futuro”. (KENSKI, 2008).

Em síntese, as potencialidades das novas ferramentas tecnológicas juntamente com a internet, que configuram as relações de espaço e de tempo e ampliam o poder de comunicação dos seres humanos, não têm sido devidamente exploradas pelos indivíduos participantes do processo educativo. Apesar de todas as mudanças, a flexibilidade e os formatos distintos que essas tecnologias apresentam – elas são apresentadas como algo veloz e de grande alcance – mas são utilizadas de forma previsível e fisicamente limitadas. (KENSKI, 2008).

Durante as entrevistas, foi ressaltado, que poucos docentes integram o uso de TIC em suas aulas. Além disso, muitos discentes denunciaram a falta de estrutura das salas de aula, criticaram a depredação do bloco de aulas, do descaso da instituição em não fornecer condições nem ferramentas adequadas para melhorar a aprendizagem deles. Eles também reclamaram da falta de incentivo por parte de alguns docentes de fazer com que eles aprendam a utilizar as TIC de uma forma pedagógica, inserida na aprendizagem. Outro ponto que os discentes ressaltaram foi alguns conflitos entre docentes e discentes referentes ao uso de TIC na sala de aula. Como relatou uma discente, “alguns professores mandam os alunos desligarem ou guardarem qualquer aparelho eletrônico que esteja sendo utilizado em sala de aula, por achar que os alunos só usam esses aparelhos para acessar redes sociais”. (informação verbal)<sup>9</sup>.

De forma geral, foi possível constatar por meio de conversas informais com docentes e das entrevistas, que vários dos próprios docentes proíbem o uso dessas novas tecnologias dentro de sala de aula, pois acham que o acesso

durante a aula pode atrapalhar ou que parte dos discentes utilizam-nas durante as aulas para fins não relacionados ao contexto da aula.

## A PRESENÇA DAS TIC NO COTIDIANO ACADÊMICO

Através da observação de campo, conseguimos constatar que o dia a dia acadêmico é bastante marcado pela presença das TIC, sejam nos laboratórios e salas de informática, sejam nos processos de ensino e de comunicação, essas ferramentas estão cada vez mais intrínsecas no cotidiano de docentes e discentes, e no resto da comunidade acadêmica como um todo. Essas novas tecnologias vêm intermediando uma gama variada de situações que se estende desde o trabalho, do estudo até ao lazer, por exemplo. Isso demonstra o crescimento da cultura digital dentro dos espaços acadêmicos. Nesse contexto, ressaltamos aqui alguns pontos que evidenciam quase que a imposição dessas tecnologias dentro do meio acadêmico.

Em relação aos docentes:

- Todos os professores que compõem o corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais possuem e-mail.
- Todos os professores que compõem o corpo docente da Faculdade de Ciências Sociais têm Currículo Lattes, que é um padrão nacional de registro da vida acadêmica e atuação dos estudantes e pesquisadores de todo o país. Que é hoje adotado por quase todas as instituições de fomento, universidades e instituições de pesquisa do país.
- São os próprios professores que devem “lançar” os conceitos dos estudantes no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPA.
- Vários docentes do curso de Ciências Sociais possuem perfis em mídias sociais como o Facebook, por exemplo.
- Vários docentes utilizam recursos multimídias para ministrar suas aulas.

Em relação aos discentes:

- Todos os discentes do curso de Ciências Sociais têm que acessar os seus dados acadêmicos, realizar matrícula ou o trancamento desta, através do SIGAA.
- Todos os discentes passam pelo ritual da escrita científica, desse modo, têm que adaptar sua produção acadêmica às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.
- Os discentes que são bolsistas de Iniciação Científica, por exemplo, precisam possuir um currículo *lattes* e mantê-lo atualizado.
- A grande maioria dos discentes do curso de Ciências Sociais possui e-mail e perfis em mídias sociais.

Esses pontos colocados acima, embora possam parecer óbvios, velam um processo, por mais básico que seja, de uma exigência de habilidade de manuseio e domínio de código da escrita com o emprego correto dos símbolos linguísticos das TIC, que docentes e discentes do curso de Ciências Sociais

devem possuir para estarem integrados as rotinas e demandas da academia. Não estar em consonância com essas habilidades, não atender a essas exigências implícitas para estar inserido no meio digital dentro do cotidiano acadêmico, é sinal não só de uma exclusão digital, como também de uma exclusão social dentro da academia, já que muitas informações são compartilhadas por meios digitais e quem não está inserido nesse meio, acaba muitas vezes ficando à margem de processos importantes dentro da academia.

O maior desafio é a conscientização de que esses processos da Era digital, das novas tecnologias e tudo o que elas acarretam, estão em constantes mudanças. Assim, não só os indivíduos, mas as instituições sociais e a sociedade como um todo precisam estar atentas e tentar acompanhar e compreender essas mudanças, para conseguir tirar o melhor proveito delas em prol do desenvolvimento econômico e social (KENSKI, 2008). Nesse contexto, as universidades possuem um papel fundamental, pois elas representam grandes centros de difusão saberes e fazeres entre os indivíduos e o seu poder de difusão pode se estender aos hábitos de uma cibercultura, que se manifesta através de uma crescente comunicação mediada por computadores (CMC), onde os sujeitos inseridos nesse meio trocam informação, conhecimentos, documentos, experiências. “[...] Parte considerável das comunicações que acontecem na rede é, em geral, espontânea, não organizada e diversificada em finalidade e adesão”. (CASTELLS, 2016, p. 437). Esses hábitos, após serem adquiridos pelos indivíduos no meio acadêmico, podem ser difundidos para o resto da sociedade.

## OS LOCAIS DE ACESSO A INTERNET DISPONIBILIZADOS PELA UFPA

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do qual a Faculdade de Ciências Sociais faz parte, existe um laboratório de Informática que é para o uso comum dos discentes vinculados a qualquer uma das cinco faculdades que compõem esse instituto. Em resumo, o laboratório de informática é extremamente importante devido ao fato de que uma parcela de alunos do curso de ciências sociais, por exemplo, não possui um *notebook* ou acesso à internet em casa. Dessa forma, o laboratório de informática, bem como os outros espaços dentro da instituição que fornecem máquinas e acesso à internet, tornam-se valiosíssimos para esses indivíduos, já que é uma das poucas formas que eles possuem de estarem inseridos no meio digital.

Nesse contexto, é bastante comum a presença de alunos nesse laboratório de informática, bem como no infocentro e nos *cybers* espalhados pelo campus universitário. No entanto, o uso do laboratório de informática do IFCH é um uso limitado, uma vez que não é permitido que seja acessado mídias sociais como *Facebook* e *Twitter*, por exemplo. Esse impedimento da utilização de mídias sociais representa uma limitação, devido ao fato de que vários processos comunicacionais, informativos e educacionais entre docentes e discentes, bem como entre a instituição e a comunidade acadêmica como um todo, ocorrem em mídias sociais.

O relato de um discente durante as entrevistas deixa claro a importância do laboratório de informática do IFCH para alguns alunos do curso de ciências sociais que não possuem acesso à internet em casa e têm esse laboratório como único espaço para utilizar e se inserir no meio digital.

“A importância dele é enorme, é gigante. Esse laboratório é acesso à informação. Graças a ele, muita gente do curso que não tem computador ou internet em casa, pode ter acesso à informação, a eventos que tão

acontecendo nesse exato momento. Então eu posso colocar filtros pra qualificar a informação, pra saber se aquilo é correto ou não, pra tentar entender as coisas de uma forma mais global, pra não ficar preso só no nosso mundinho, no nosso umbigo. É esse vai e vem, essa ida e volta entre o local e o global, graças a esse espaço, a essas novas tecnologias e à internet principalmente, abriram um mundo pra gente. Ele permitiu que a gente tivesse acesso a muita coisa, então agora a gente tem que saber como lidar todas essas informações, como filtrar essas informações todas, como qualificar elas” (Informação verbal)<sup>10</sup>.

Nos últimos anos vem sendo implantado o sistema *Wireless* (sem fio) – popularmente conhecido como *wifi* – no campus básico da Universidade Federal do Pará. A iniciativa é importante para inserção na dita sociedade informacional e a otimização das TIC, uma vez que o principal foco são as salas de aulas. De qualquer lugar de abrangência da cobertura do sinal, pode se ter acesso à internet de forma livre e gratuita, bastando ter um *smartphone*, *tablet* ou *notebook* que capture o sinal.

Alguns teóricos da área da comunicação como Santaella (2008) e Lemos (2009), por exemplo, abordam sobre um novo estágio da Cibercultura neste início de século, um processo de evolução que se caracteriza com a popularização da internet móvel e das novas tecnologias, que possibilitam que os indivíduos estejam ainda mais conectados, já que agora não precisam mais ficar fixos em um local para adentrar o ciberespaço. Essa nova fase da Cibercultura provoca profundas mudanças na configuração do espaço e do tempo, e é classificada como a Era da Conexão ou Cultura da Mobilidade. (SANTAELLA, 2008; LEMOS, 2009).

A cultura da mobilidade entrelaça questões tecnológicas, sociais, antropológicas. Para a comunicação, a mobilidade é central já que comunicar é fazer mover signos, mensagens, informações, sendo toda mídia (dispositivos, ambientes e processos) estratégias para transportar mensagens afetando nossa relação com o espaço e o tempo. (LEMOS, 2009, p. 28).

Durante conversas informais com professores e alunos, alguns desses indivíduos reclamaram do sinal *wifi* do campus. Foram vários os relatos dizendo que “o sinal só pega quando quer” (informação verbal)<sup>11</sup>. É verdade que ainda existem áreas do campus em que o sinal não pega (chamado de “pontos cegos”). A cobertura do sinal ainda precisa melhorar bastante, pois durante o período em que estava sendo realizada a pesquisa de campo, foi possível constatar que existem locais em que o sinal *wifi* não funciona, além de, em outros momentos, ele ser bastante lento.

“A universidade cresceu muito nos últimos anos. Mas em questão de espaços e logística ela ainda tem muito a melhorar. Um problema muito sério é [...] a falta da capacidade da universidade de fornecer mais laboratórios de informática, aumentar o número de máquinas e tentar acabar com as constantes quedas e lentidão do wifi [...]” (Informação verbal)<sup>12</sup>.

Tanto docentes quanto discentes também reclamaram das constantes quedas e lentidão da internet *wifi*. Para solucionar esses problemas, ao longo dos últimos anos a instituição vem tentando ampliar o sinal *wifi* e aumentar a velocidade, já que as reclamações sobre a ausência de sinal em determinados lugares do campus e sobre a lentidão da velocidade da internet, serem constantes. Assim, recentemente a UFPA divulgou por meio de suas mídias sociais, que a cobertura do sinal no campus havia sido ampliada para melhorar o acesso à internet da comunidade acadêmica.

Já em relação ao problema da velocidade da internet disponibilizada no campus, recentemente a UFPA divulgou nas suas mídias sociais que havia aumentado também a velocidade do sinal *wifi* no campus de 1 Giga para 10 Gigas. Com essa expansão de velocidade, segundo a instituição, os benefícios para a comunidade acadêmica são enormes, pois com a internet 10 vezes mais rápida, aumenta a capacidade da instituição de prover serviços básicos como *downloads* de arquivos até serviços de alta demanda como transmissões ao vivo, cobertura de eventos, entre outros. Com essa mudança, tudo que envolve acesso a tecnologias de informação e comunicação e internet na Universidade é beneficiada. (SHINOHARA, 2017).

Inicialmente a implantação de um sistema *wireless* na universidade – e mais tarde, o aumento da cobertura e a expansão da velocidade do sinal fornecido – é de uma utilidade enorme e representa um grande benefício para toda a comunidade acadêmica. É mais facilidade para a realização de trabalhos e pesquisas dentro e fora da sala de aula - e de socialização e conexão com o mundo, já que se pode acessar as mídias sociais livremente.

O problema das iniciativas referentes à introdução de TIC nas instituições de ensino, é que esse processo está se dando de forma quantitativa, sem se atentar para os aspectos qualitativos desse contexto. Dessa forma, as políticas de incentivo a modernização da educação, na maior parte das vezes, são baseadas apenas na inserção de TIC dentro dos espaços educacionais, sem se atentar que, para existir um verdadeiro salto qualitativo na educação é preciso agir conjuntamente com os profissionais da educação e qualificá-los, fornecendo formação técnica e pedagógica atualizada, para que eles estejam preparados para utilizar essas ferramentas e decidir a melhor forma de inseri-las no processo de ensino. (LÉVY, 2010; KENSKI, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações tecnológicas vividas pelos sujeitos na contemporaneidade representam não só a inserção de equipamentos e técnicas, mas também se manifestam na forma como os indivíduos estão vivendo e trabalhando essas transformações em suas relações cotidianas. Desse modo, as TIC estão presentes na nossa vida, no nosso trabalho e na nossa constituição como ser social. Assim, a importância desse trabalho se justifica pelo fato de que a presença dessas tecnologias é uma realidade que vem adentrando diversos setores da sociedade, reestruturando uma série de instituições sociais e modificando as nossas formas de ser, agir e pensar.

A partir do momento em que a informação e o conhecimento começam a ser vistas como extremamente importantes para o desenvolvimento do capitalismo, as universidades passam a sofrer uma série de reestruturações orientadas por organismos internacionais com o objetivo de aumentar a produção científica e tecnológica dentro da academia. Assim, esses espaços de ensino passam a ser orientados e geridos através de uma lógica empresarial onde é priorizada a introdução de TIC no trabalho com o objetivo de flexibilizar as atividades e aumentar a produtividade.

Nesse contexto, o desenvolvimento do presente estudo permitiu a análise sobre os desdobramentos ocasionados pela inserção de TIC no ambiente acadêmico, mais especificamente no curso de Ciências Sociais da UFPA. A partir dos resultados da pesquisa de campo, onde foram utilizados instrumentos como a observação direta e participante, o registro em diário de campo, bem como entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes, foi possível iden-

tificar e analisar ações formais e não formais realizadas por docentes e discentes referentes aos usos de TIC, além de identificar o que a UFPA vem fazendo para preparar a comunidade acadêmica para que ela esteja apta a utilizar as TIC no ambiente acadêmico.

Cabe ressaltar que uma parcela significativa dos estudos realizados sobre o uso de TIC nos espaços de ensino ressaltam apenas os aspectos positivos e quantitativos desse processo. Dessa forma, a contribuição acadêmica desta pesquisa se justifica devido ao fato de que ela buscou compreender não só os aspectos positivos, mas também os aspectos negativos relacionados ao uso dessas tecnologias nas instituições de ensino; além de abordar tanto sobre os aspectos quantitativos quanto os aspectos qualitativos desse processo. Através do estudo do caso específico do curso de Ciências Sociais da UFPA, tornou-se possível investigar melhor como vem sendo realizada a inserção e o uso dessas tecnologias no ambiente acadêmico e quais os desdobramentos oriundos desse processo. Em suma, podemos afirmar que este trabalho contribui para o panorama de discussões gerais sobre o uso de TIC nos ambientes acadêmicos por parte de docentes e discentes.

De forma geral, podemos ressaltar que a inserção de TIC nos ambientes acadêmicos, especificamente no trabalho de docentes e na relação entre eles e os discentes, possui vários aspectos positivos e negativos que foram sendo identificados e ressaltados ao longo desse trabalho. Assim, entre os aspectos positivos desse processo, podemos destacar o crescimento da cibercultura entre os sujeitos investigados e no meio acadêmico como um todo. Esse fato fica evidente através dos dados obtidos a partir da pesquisa de campo na universidade, revelando que esses sujeitos encontram-se cada vez mais inseridos no meio digital, utilizando as TIC e a internet para realizar diversas tarefas ligadas, principalmente, ao seu trabalho.

Podemos ressaltar que uso de TIC em sala de aula vem se configurando como uma realidade dentro da academia. Este fato foi constatado por meio da observação direta e participante e das entrevistas semiestruturadas, onde foi possível detectar que as TIC estão sendo utilizadas por grande parte dos alunos para realizar pesquisas e ler textos relacionados aos conteúdos trabalhados dentro de sala. Em relação ao uso dessas ferramentas na sala de aula por parte dos docentes, vários desses profissionais têm inserido aos poucos essas ferramentas no contexto das suas aulas, mas esse uso, em geral, é bastante tradicional (normalmente, apenas substitui ferramentas pedagógicas tradicionais como a lousa, sem acrescentar grandes novidades na metodologia pedagógica utilizada por eles).

Além disso, a relação entre docentes e discentes tem sido permeada por diversos conflitos relacionados aos usos de TIC dentro da sala de aula e fora dela. Em geral, vários docentes ressaltaram nas entrevistas que seus alunos utilizam bastante as TIC em sala de aula, principalmente, o *smartphone*, fato que ficou comprovado durante a pesquisa de campo. Os conflitos se originam normalmente devido ao fato de que alguns docentes proíbem o uso de TIC em sala de aula por acharem que os discentes utilizam essas ferramentas em sala para assuntos não relacionados à aula (como mandar mensagem, acessar as mídias sociais e jogar no celular, por exemplo). Os alunos, por sua vez, cobram que os docentes se modernizem e insiram as TIC como ferramentas pedagógicas, pois o uso desses recursos por parte dos docentes, quando são utilizados, é geralmente de forma bastante pragmática e tradicional (como passar *slides* para não precisar utilizar o quadro).

Por fim, os resultados da pesquisa de campo também ressaltaram que a UFPA, por sua vez, está se esforçando— por meio da criação de salas de informá-

tica, aumento da velocidade e ampliação do sinal de internet sem fio no campus, implantação de um novo sistema online para gerir as atividades acadêmicas, bem como inauguração de espaços que possuem recursos multimídias, máquinas e instalações adaptadas para o uso de TIC –emadear a infraestrutura física da instituição para que ela esteja de acordo com as exigências da Era Digital. Além disso, a universidade, ao longo do tempo, também tem tentado preparar a comunidade acadêmica, para que esteja apta a utilizar essas ferramentas e se inserir no contexto do ciberespaço. Vale ressaltar em relação a essa tentativa de qualificação da comunidade acadêmica por parte da universidade, que ela ainda é bastante incipiente e não abrange toda a demanda acadêmica, que cresce cada vez mais ao longo dos anos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará. Professor da rede pública do Estado do Pará.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia. Professora da Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

<sup>4</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com docentes do curso de Ciências Sociais.

<sup>5</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas.

<sup>6</sup> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas é uma tecnologia web, responsável por gerir as atividades acadêmicas da Instituição. O SIGAA é centrado numa base de dados integrada, onde todos os sistemas compartilham uma base de dados comum, evitando, dessa forma, a replicação de dados, a redundância e a inconsistência na informação.

<sup>7</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com docentes do curso de Ciências Sociais.

<sup>8</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com discentes do curso de Ciências Sociais.

<sup>9</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com discentes do curso de Ciências Sociais.

<sup>10</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com discentes do curso de Ciências Sociais.

<sup>11</sup> Informação verbal concedida por discente durante conversa informal.

<sup>12</sup> Informação verbal concedida durante entrevista semiestruturada com docentes do curso de Ciências Sociais.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação e Juventude: conversas com Ricardo Mazzeo/Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 17. ed. 2016.

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. *UFPA implanta sistema SIGAA na graduação*. Universidade Federal do Pará, 2014.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. *A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: *Edições Loyola*, 13. ed. 2004.

KALLAJIAN, Gustavo Cibim. *Implicações da Tecnologia Digital no Trabalho Docente de Ensino Superior*. Uberaba, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. *Aprendizagem mediada pela tecnologia*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n.10, p.47-56, set./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. *Educação e Comunicação: interconexões e convergências*. Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 104 - Especial, p. 647-665, out. 2008.

\_\_\_\_\_. *Novas tecnologias, o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente*. Informática Educativa, v. 12, 1999.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEMONS, André. *Cultura da Mobilidade*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 40, 2009.

LEMONS, Denise. *Trabalho Docente nas Universidades Federais: tensões e contradições*. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 01, p. 103-118, 2011.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: editora 34, 3. ed. 2010.

MORAES, Ana Carolina de; GOMES, Kelly Aparecida. *Redes Sociais na Educação: a importância da capacitação docente*. VIII Simpósio Nacional da ABCiber, ESPM-SP – 3 a 5 de dezembro de 2014.

PRENSKY, Marc. *Nativos Digitais, Imigrantes Digitais*. De OntheHorizon (NCB University Press, Vol. 9 No. 5, Outubro 2001). Tradução do artigo “Digital natives, digital immigrants”, de Marc Prensky. Tradução gentilmente cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza: professora, tradutora e mestrandia em educação pela UCG. Disponível em: <[http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2\\_intencoes/nativos.pdf](http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2016.

SANTAELLA, Lucia. *Mídias locativas: a internet móvel de lugares e coisas*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 35, 2008.

SERRES, Michel. *Polegarzinha*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SHINOHARA, Edielson. *Novo link de dados expande a velocidade de internet na UFPA*. Universidade Federal do Pará, 2016. Disponível em: <<https://ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=12323>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

VESCE, Gabriela EyngPossolli. *As Mudanças no Mundo do Trabalho e o Discurso sobre Tecnologia no Contexto Universitário*. EDUCERE, 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/569\\_400.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/569_400.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2016.

VIEIRA, Mariana. *Aumenta a cobertura da rede sem fio no campus da universidade*. Universidade Federal do Pará, 2017. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/176-aumenta-a-cobertura-da-rede-sem-fio-no-campus-da-universidade>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

# PESQUISA E TRABALHO NO CÁRCERE: DESAFIOS DA PESQUISA E DO TRABALHO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS NA PRISÃO

## *RESEARCH AND WORK IN PRISON: THE CHALLENGES OF RESEARCH AND THE WORK OF OFFICERS IN PRISON*

**Francisco Elionardo de Melo Nascimento**

*elionardomelo@gmail.com*

*Agente penitenciário do Ceará, mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), membro do Laboratório de Estudos Conflitualidades e Violência (COVIO).*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivos abordar algumas atribuições dos agentes penitenciários na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS) e mostrar os desafios do pesquisador em fazer pesquisa no seu campo de atuação profissional. Trata-se de um recorte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que analisou a execução das técnicas e estratégias para ressocialização dos internos na PIRS a partir da percepção dos agentes penitenciários. As discussões são atravessadas pelas minhas experiências enquanto agente penitenciário naquela prisão. O lugar relacional que ocupo enquanto trabalhador e pesquisador na unidade prisional me permitiu formular uma visão particular do cotidiano de trabalho dos agentes penitenciários e dos desafios próprios das pesquisas em prisões.

**Palavras-Chave:** Prisão. Pesquisa. Trabalho prisional. Agente penitenciário.

### ABSTRACT

This article aims to address aspects of the daily life of prison officers in the exercise of their duties at the Regional Industrial Penitentiary of Sobral (PIRS) and to show the researcher's challenges in doing research in his universe of professional activity. It is a cut of a broader ethnographic research that analyzed the execution of the techniques and strategies for resocialization of the inmates in the PIRS from the perception of the penitentiary agents. The discussions are traced through my experiences as a penitentiary in that prison. The double role, worker and researcher, in the prison unit allowed me to formulate a particular vision of prison laborers' daily work and the challenges of prisons research.

**Keywords:** Prison. Search. Prison work. Prison guard.

# INTRODUÇÃO

É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena. Com funcionários e visitantes. E, por que não, com pesquisadores. (LEMGRUBER, 1999 – prefácio a segunda edição).

As prisões foram objeto de estudo de pesquisadores clássicos (FOUCAULT, 1997; GOFFMAN, 1974; LEMGRUBER, 1999; RAMALHO, 2002; COELHO, 2005) e também de outros tantos contemporâneos (SALA, 2013, 2015; WACQUANT, 2001, 2007; GARLAND, 2012; MAIA *et al.*, 2009; LOURENÇO *et al.*, 2013; TAETS, 2012; BARBOSA, 2013; GODOI, 2015; PADOVANI, 2015), porém são poucas as pesquisas que tratam do trabalho dos agentes penitenciários no cotidiano prisional.

O trabalho desses profissionais foi descrito por Coelho (2005) como a espinha dorsal para a manutenção da segurança nas prisões. Nesse sentido, atributos específicos dessas instituições – consideradas como mecanismo punitivo instituído socialmente por excelência (FOUCAULT, 1997), inserem, tanto agentes penitenciários como presos, em privações justificadas pela própria segurança das unidades prisionais. Por conta disso, detentos e profissionais constituem relações belicosas que podem ocasionar eventos de resistência daqueles frente às normas institucionais impostas nestes.

A vigilância, a custódia e a escolta são consideradas, pelos interlocutores desta pesquisa, as três principais atribuições do trabalho dos agentes penitenciários no cotidiano das prisões. Essas incumbências se desdobram em micro funções – abrir e fechar celas, fazer vigilância, vistoriar, revistar, escoltar, dar orientação, fazer o controle de entrada e saída de pessoas e objetos, mediar situações de conflito e conduzir presos para atendimentos, audiências, escola e oficinas<sup>1</sup> –, fortemente afeitas às normas regimentais de cada uma das unidades prisionais, mas também por regras acordadas às margens ou fora das normativas legais que são fomentadas a partir das relações de poder que se estabelecem entre os profissionais, entre internos e entre internos e profissionais.

As unidades prisionais são espaços agitados, de relações de poder e com circulações de pessoas, objetos e ideais. Seu cotidiano é atravessado por condições hostis de sobrevivência impostas às pessoas que visitam, trabalham, ou ficam presas. São familiares, agentes penitenciários, policiais militares, técnicos e pessoas em cumprimento de pena por diferentes tipologias criminais (SIQUEIRA, 2017). A sensação de solidão, os motins, as rebeliões e todas as agruras da prisão são mobilizadas e negociadas por múltiplas relações formuladas no seu cotidiano.

Os motins e rebeliões estão inscritos na história das prisões. Esses eventos podem ocorrer por reivindicações de melhores condições de habitação, materiais, de saúde, por acesso a atendimentos técnicos ou por conta de abusos cometidos aos familiares de presos e a detentos. Mas também, causados por disputas de grupos criminosos pela hegemonia do poder, existentes nas prisões e fora delas. Esses eventos colocam em xeque toda a rotina das unidades prisionais, normas e regras particulares destas instituições. Agentes penitenciários são responsáveis pela criação, implantação, execução e fiscalização desta rotina administrativa e operacional, nomeada por eles como “procedimentos”<sup>2</sup>.

Neste artigo, remeto-me aos “procedimentos” em função da sua produtividade no funcionamento das prisões, semelhante ao que Godoi (2010) chamou de efeito produtivo das prisões. Ou seja, tratam-se do processamento de pessoas, filas, controles de passagem e registros que produzem efeitos e não

apenas desfeito, reestruturando e produzindo coisas. Os “procedimentos” são processos de estado objetivados como produtivos à medida que disciplinam corpos e condutas as regras institucionais, produzem relações de afetos, desafetos e de solidariedade, muitas vezes com o uso da violência. São corpos de pessoas que participam do cotidiano prisional – agentes penitenciários, visitantes, técnicos e internos – ou de outras que apenas, eventualmente, frequentam as unidades prisionais, tais como: advogados, oficiais de justiça e trabalhadores das empresas que fornecem alimentos e insumos administrativos.

O termo “procedimento” é reiteradamente acionado pelos agentes penitenciários no desenvolvimento de ações de contenção ou disciplinamento de pessoas às normas institucionais, mas também, como meio de justificar algum ato arbitrário ou extralegal. O vocábulo pode embasar ações previstas em leis, decretos, tratados, regimentos e normativas ou atos aleatórios sem qualquer justificativa legal.

Para Lourenço (2015), os problemas das prisões brasileiras são tão antigos quanto a existência das mesmas no país. Diante da histórica problemática prisional, os agentes penitenciários são responsabilizados pela contenção dos presos intramuros e por possibilitar meios para a ressocialização, papel dúbio que provoca tensões no cotidiano das unidades prisionais.

Os agentes penitenciários são responsáveis, **no seu dia a dia**, por uma dupla e contraditória tarefa: promover, junto com outros funcionários nessas instituições, os meios possíveis de ressocialização e reintegração social daquelas pessoas que cometeram crimes puníveis com a pena de reclusão, e, ao mesmo tempo, manter e preservar a ordem, a disciplina e a própria integridade física, psíquica e moral dos internos que, geralmente habitam e vivem no interior das prisões, em condições desumanas e degradantes. (LOURENÇO, 2010, p. 13, **grifo nosso**).

Nessa perspectiva, esses profissionais são os responsáveis por todos os “procedimentos” administrativos e operacionais da prisão, dando condições objetivas para os atendimentos técnicos de assistência à saúde, social, psicológica, material, educacional, jurídica e ao funcionamento das oficinas de trabalho. De acordo com a Lei de Execução Penal, o trabalho e a educação escolar são, prioritariamente, desenvolvidos com a finalidade da ressocialização dos apenados. (BRASIL, 1984). No tocante ao papel do agente penitenciário no processo de ressocialização dos apenados, a lei que regulamenta a atividade profissional da categoria, prevê a orientação como uma das incumbências diretamente relacionadas a este fim. Porém os interlocutores desta pesquisa não se reconhecem como parte desse processo, uma vez que a manutenção da detenção dos internos e/ou a segurança no interior das unidades prisionais são as prioridades do trabalho destes profissionais. A função da segurança ou o autorreconhecimento enquanto “agentes de segurança” é reivindicado por parte considerável da categoria. As atribuições desenvolvidas no cotidiano das unidades prisionais expõem os agentes penitenciários a riscos eminentes de violências e às doenças presentes nestes espaços.

A resiliência como forma de ressignificação das afetações de violência e dor, que permeiam o cotidiano dos agentes penitenciários nas unidades prisionais, é uma das competências determinantes para a continuidade dos processos de trabalho desses profissionais. De acordo com Taets (2014), as relações violentas que perpassam as prisões brasileiras podem ser compreendidas tendo as assimetrias de poder como objeto de análise. Ou seja, essas relações apresentam-se em situações em que o excesso de poder em um dos polos da relação provoca um dano no outro. Isso se dá em diversos pontos no cárcere,

seja entre os próprios detentos e detentas, entre a instituição e os presos, agentes penitenciários e gestores e/ou entre os(as) guardas e os(as) reclusos(as).

Mas, ali, na cadeia, também, há momentos felizes. O reencontro familiar protagonizado pelo abraço apertado, a acolhida espiritual dos religiosos, os momentos de interação e trocas de informações e conhecimentos e as relações formadas e fortalecidas de amizades, cumplicidade e afetos podem ser vivenciados tanto pelas pessoas reclusas como pelos profissionais. Tais momentos surgem como mobilizações cotidianas ou rotas de fuga diante da precariedade das prisões.

Este artigo tem como objetivos abordar algumas atribuições dos agentes penitenciários na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS) e mostrar os desafios do pesquisador em fazer pesquisa no seu campo de atuação profissional. Trata-se de um recorte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que analisou a execução das técnicas e estratégias para ressocialização dos internos na PIRS a partir da percepção dos agentes penitenciários. (NASCIMENTO, 2015)<sup>3</sup>. As descrições e reflexões estão ancoradas no trabalho de campo realizado naquela unidade prisional e nas minhas experiências enquanto agente penitenciário desde o exercício funcional.

No que se refere às atribuições dos agentes penitenciários, procuro desenvolver uma narrativa que traduz a rotina destes profissionais na PIRS. São atividades cotidianas, tais como as vistorias, as revistas, escoltas, abertura e fechamento das celas, distribuição das refeições, anotações e registros em livros e outros documentos específicos da prisão. A partir dessas incumbências, descrevo e analiso os motins e rebeliões como eventos típicos dessas instituições, não sem pontuar as marcas físicas e subjetivas deixadas nos corpos e na memória dos profissionais que às vivenciam.

Com relação aos desafios de pesquisar o campo em que exerço atividade profissional, construo uma narrativa que me possibilita a descrição do campo de pesquisa e os estranhamentos, dos interlocutores e os meus, por conta do lugar relacional que ocupo como pesquisador e agente penitenciário na prisão. Problemas próprios das pesquisas em prisões também são reavivados na discussão.

O texto está dividido em duas sessões. Na primeira sessão problematizo a minha entrada na PIRS para a realização do trabalho de campo, prisão que é tanto meu campo profissional como de pesquisa. Destaco algumas situações que me colocaram em situações confortáveis e/ou embaraçosas, justamente por conta do lugar relacional que ocupo na unidade prisional. Na segunda sessão, tratarei de algumas situações/atividades próprias do trabalho dos agentes penitenciários naquela instituição. Tento produzir uma narrativa que descreve e analisa o cotidiano dos agentes penitenciários naquela prisão.

## NOTAS SOBRE A ENTRADA NO CAMPO

Era trinta de junho de 2015 quando iniciei o trabalho de campo na PIRS. Acordei cedo, com o barulho do celular, e logo levantei para um banho frio. Aquele era o primeiro dia da observação participante na penitenciária que também é meu campo de trabalho profissional como agente penitenciário. Naquele período, eu estava há pouco mais de dois anos no exercício do cargo<sup>4</sup>. A minha proposta, no que concerne ao trabalho de campo, era construir um novo olhar sobre aquele ambiente e suas relações – um olhar etnográfico.

Para Geertz (2008), a construção de um olhar antropológico é mediada pela efetivação de uma abordagem de campo diferenciada, a etnografia. Para ele, praticar etnografia é “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (2008, p. 04). O autor destaca que não são as técnicas e os processos que definem o que é fazer etnografia, mas sim, um tipo de esforço intelectual que ele representa – um risco elaborado para uma “descrição densa”.

Em relação à pesquisa etnográfica, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores é a inserção no campo de pesquisa. Quando se trata do trabalho de campo em instituições prisionais os entraves parecem ser redobrados, sendo alvo de intensas negociações. De acordo com Becker (1999), a permissão para pesquisar prisões ou em prisões, é um processo denso e que requer intensos diálogos com gestores, profissionais e presos: “para conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários”. (BECKER, 1999, p. 34). Constata que essas e outras dificuldades são constantes para os praticantes das pesquisas com permanência em campo.

No meu caso, a inserção no campo de pesquisa enquanto pesquisador se deu a partir do meu exercício profissional na PIRS. Parto do cotidiano de trabalho como agente penitenciário, em meio a todas as nuances que marcam o cotidiano da prisão, para produzir uma “etnografia afetada” (AGUIÃO, 2014) – um novo olhar – fortemente avézado pela minha vinculação acadêmica nas Ciências Humanas. Diante disso, procurei transformar essa afetação em um dispositivo metodológico que proporcionou rendimentos a pesquisa. De fato, as dificuldades de pesquisar as prisões e de ter contato com seus atores, como problematizados por Becker, não foram os entraves que encontrei durante o trabalho de campo. A minha ligação profissional e o contato com os gestores me possibilitaram rápida liberação para a realização da pesquisa na PIRS.

O maior entrave no início da incursão etnográfica foi simbolizar um processo também existencial, processo esse carregado de subjetividades inerentes ao meu exercício profissional. De fato, no trabalho de campo, eu deixaria por “inteiro” as percepções do agente penitenciário para iniciar um processo novo como pesquisador. Momento estomacal, discutido por Roberto da Matta (1974), em que o pesquisador é atribuído do papel de relativizar um universo que também é seu, desconstruindo subjetividades até então compartilhadas no cotidiano.

Para Carmen Tornquist (2006), a “antropologia das sociedades urbano-industriais exige um estabelecimento de fronteiras, tênues do ponto de vista geográfico e social, sejam estabelecidas simbolicamente pela pessoa que faz a pesquisa” (TORNQUISTM, 2006, p. 33), tendo em vista o contato instituído com o universo de estudo, sobretudo com as pessoas que transformamos em narrativa, não cessam nunca – posicionam presentes desde o *insight* do ponto de partida do projeto de pesquisa até o último momento com a finalização da escrita.

As fronteiras do ponto de vista geográfico e social, que demarcam o papel do agente penitenciário e do pesquisador na prisão, de fato, eram difíceis de serem concretizadas durante o trabalho de campo. Embora, as minhas tentativas e vigilância fossem reafirmadas a todo instante. Acionei performances e estratégias (AQUINO, 2010) que foram desde caracterizar-me de forma diferenciada dos demais profissionais, atentando-me nos detalhes de cores e modelo das roupas utilizadas pelos agentes penitenciários; na programação do período de férias, calculadamente agendado para período da incursão etnográfica.

fica; às tentativas demasiadas em não realizar em campo as atividades que se relacionassem ao desempenho da minha função profissional.

Munido das percepções e dos percalços enfrentados pelos etnógrafos na entrada do campo de pesquisa relatados por Wagner (2014), em que o antropólogo experiencia de um modo ou de outro seu objeto de estudo, um universo carregado de conceitos e definições particulares que foram anteriormente formuladas pela sua própria cultura. O autor explicita que as descobertas do pesquisador só farão sentido se relacionadas aos significados de sua cultura, caso contrário, sua teoria poderá representar “anedotas ou fantasias desenfreadas”. (WAGNER, 2014, p. 41). Obviamente, enquanto pesquisador, eu estava ciente do embaraço que causaria no imaginário dos participantes da pesquisa, uma vez que escolhi como campo de pesquisa a unidade prisional que era meu campo de atuação profissional como agente penitenciário.

Portanto, procurei diferenciar-me dos demais profissionais ao longo do trabalho de campo, seja pelas roupas ou pelos comportamentos. Escolhi roupas e sapatos de cor clara que me distinguiam da camisa, calça e coturno totalmente preto usados pelos agentes penitenciários no cotidiano de trabalho. Evitei realizar as atividades relacionadas ao meu exercício funcional, embora, muitas vezes, não tive êxito.

Cheguei à PIRS em entorno das 7h da manhã. De longe, avistei a muralha e guaritas – uma imensa parede de concreto denominada pelas visitantes de “Castelo de Greyscow”<sup>5</sup> por conta da sua altura e do formato de suas guaritas. Apressei-me para acompanhar o início do expediente da unidade prisional que se dá com a abertura das “vivências”<sup>6</sup>.

A PIRS é uma penitenciária masculina para presos em cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, única da região norte e noroeste do estado do Ceará. Foi inaugurada em 22 de março de 2002 e tem capacidade total para 492 internos. No decorrer da pesquisa, a unidade abrigava uma população prisional que variava entre 650 e 700 presos. A equipe profissional da unidade é composta por quatro equipes de dez agentes penitenciários plantonistas (A, B, C, D), que se revezam a cada 72 horas. Em cada uma delas, uma agente penitenciária ocupa posto fixo na recepção. Outras três profissionais trabalham exclusivamente dois dias na semana, na revista de visitantes. Os cargos de gestão administrativa na PIRS – diretor, diretor adjunto, gerente administrativo, chefe de segurança e disciplina, e chefes de equipes – são todos ocupados por agentes penitenciários de carreira, ingressos via concurso público. A penitenciária está localizada a aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade de Sobral<sup>7</sup>, às margens da CE 187, na altura do KM 03, em meio à vegetação de caatinga.

A penitenciária divide-se em quatro grandes blocos, ambos cortados por um extenso corredor: setor administrativo e alojamento dos agentes penitenciários; enfermaria e quadrante 1<sup>8</sup>; galpões das oficinas de trabalho e escola; e as “vivências”<sup>9</sup>. Embora se destine a presos julgados, grande parte do contingente prisional da PIRS é de presos que ainda não foram sentenciados.

A PIRS e as demais unidades prisionais do Estado do Ceará operam com enorme excedente de presos, tornando bastante precárias as condições de vida e de trabalho nessas instituições. Os dados produzidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, referentes ao ano de 2016, mostram que a população prisional do Ceará era de 34.566 pessoas para 11.179 vagas, com taxa de 309,2%. O Ceará ocupa a 5ª posição no ranking dos estados que mais mantêm pessoas aprisionadas no Brasil. (BRASIL, 2016).

Sara<sup>10</sup>, agente penitenciária admitida em 2013, abriu o portão para a minha entrada na PIRS. Ao cumprimentá-la, esboçou um sorriso tímido, talvez por não compreender o que eu iria fazer ali durante o período das minhas férias. Não parei para uma conversa mais longa, e adentrei em direção ao alojamento dos agentes penitenciários para guardar os objetos que trazia na mochila.

É norma institucional a revista de todas as pessoas que têm entrada anuída na PIRS. Apenas alguns objetos são permitidos junto aos profissionais, presos e visitantes. A revista em visitantes e profissionais é feita com a utilização de aparelho eletrônico, geralmente por detector de metais. Já a vistoria de internos se dá tanto por detector de metais como manualmente<sup>11</sup>.

No alojamento, cada profissional dispõe de um compartimento de uso pessoal num armário coletivo, sendo o único espaço que não é dividido pela equipe plantonista<sup>12</sup>. O desgaste, a falta de manutenção e de limpeza são características marcantes do alojamento. Os sanitários, por exemplo, estavam sem porta e/ou entupidos. Num salão espaçoso, a televisão, o sofá velho e a mesa de sinuca eram alvos de disputas pelos profissionais durante os breves momentos de descanso, no decurso dos plantões. Os dormitórios ficam em um compartimento separado, com pouca circulação de ar. Naquele espaço de conforto mínimo, os agentes socializam, distraem-se e descansam quando conveniente.

Após deixar meus objetos pessoais no armário, retornei até a recepção e perguntei a Sara se os agentes já tinham iniciado a abertura das “vivências”. Ela responde: “Sim, o pessoal já iniciou o ‘procedimento’ de abertura”. Após o “procedimento” de revista, feito por Sara com o detector de metais, segui para o interior da unidade por um percurso arrodado por grades, alambrados e portões, até chegar no posto de verificação seguinte.

No Q1, encontro Marcelo, agente penitenciário com mais de oito anos no exercício do cargo, após cumprimentá-lo fui indagado por ele “Você irá tirar plantão?”. Respondo que, naquele dia, iniciaria a observação participante como parte do trabalho de campo da minha pesquisa. Marcelo responde “Ah sim! O diretor comentou com a equipe ontem”. Pergunto sobre o andamento da abertura das “vivências” e ele responde que já estava iniciada. Marcelo realiza a revista em meu corpo, e sigo meio desconcertado no corredor que vai ficando cada vez mais escuro na medida em que me aproximo das “vivências”.

No período do trabalho de campo, troquei as minhas ferramentas habituais de trabalho – tonfa<sup>13</sup>, algema e chaves – por caneta e caderno de anotações. Embora existisse uma liberação prévia quanto ao uso de gravador de voz e câmera fotográfica, preferi não utilizar desses recursos de imediato, pois tais instrumentos de pesquisa poderiam inibir as ações dos agentes penitenciários em suas atividades rotineiras. Em frente à cozinha e padaria, observei o ritmo frenético dos internos executando suas atividades de trabalho. Outros detentos, responsáveis pela faxina e capina, estavam sentados em um banco de madeira. Em coro, me desejam “Bom dia!”.

Os internos me olharam como se não tivessem entendendo o que eu fazia ali sem o traje habitual. Não parei para uma conversa, pois meu intuito era acompanhar a abertura das “vivências”. Avancei corredor acima e, no percurso, eu me deparo com os resquícios da rebelião ocorrida em 2015<sup>14</sup>. O espaço, mais escuro à medida em que eu me deslocava, tinha paredes sujas pela fumaça e cinza dos colchões que foram incendiados pelos internos durante a rebelião. O ambiente era impregnado pelo cheiro forte de urina e fezes de humanos e de gatos e pelo lixo jogado na parte externa das “vivências”. Todas as substâncias exalavam odores familiarmente desagradáveis e se intensificavam conforme eu me aproximava das “vivências”.

Em frente à primeira “vivência”, 1A, encontrei os agentes penitenciários terminando o “procedimento” de abertura. De fato, aquele ritual já me era rotineiro. Sabia todos os “procedimentos”, mas de forma integrante da ação, não como observador da ação. Situação complexa para alguém que se pretendia observar ações próprias do seu cotidiano profissional, e, que, mais tarde, no decorrer da observação participante e escrita do relatório final de pesquisa, foi comprovada tal complexidade. De acordo com Wagner (2014, p. 43), o etnógrafo, de fato, “inventa” a cultura que ele acredita estar estudando, no entanto “essa invenção só se justifica se compreendermos como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia”.

Estava com uma sensação de deslocamento em um espaço habitual; as implicações seriam diferentes das de outrora. De longe, Miguel – agente penitenciário com três anos de experiência – gritou em tom de brincadeira: “lá vem a CGD<sup>15</sup> encruzetar<sup>16</sup> os agentes com seu relatório (risos)”. Carlos, agente penitenciário com larga experiência profissional, retrucou “Ele é aliado dos Direitos Humanos (risos de todos)”.

As afirmações dos agentes penitenciários, nesses primeiros contatos, sinalizavam as dificuldades que eu teria em realizar uma pesquisa etnográfica no meu espaço de atuação profissional. Logo, poderia ser confundido com alguém que, supostamente, poderia prejudicá-los perante o órgão que normatiza a execução dos trabalhos dos profissionais de segurança penitenciária; ou, ainda, alguém que está ligado a políticas e discursos defendidos por pessoas que militam por melhores condições de vida nas prisões – os Direitos Humanos –, vulgarmente reconhecidas e identificadas pelos agentes como “direitos dos manos”. Habitualmente, para esses profissionais, as políticas públicas que priorizam a convivência salutar nas unidades prisionais, aparecem como regalias para presos sem contemplar as lutas por reconhecimento e melhores condições de trabalho deles.

As suspeitas e insinuações dos sujeitos, sobre os resultados das pesquisas realizadas em ambientes perigosos e de conflitos, não é um problema exclusivo desta pesquisa. Em locais tidos como perigosos, a exemplo das prisões, por vezes, o pesquisador pode ser confundido com um investigador ou com uma pessoa de interesses escusos. Alguém que poderia causar algum prejuízo/dano à instituição e/ou aos seus interlocutores de pesquisa. As unidades prisionais como espaços permeados por relações de poder, onde ocorrem contravenções múltiplas, é possível que o relatório final de pesquisa seja entendido como uma denúncia eventualmente prejudicial ao funcionamento destas instituições. Usualmente, o pesquisador é relacionado também “com a figura de um jornalista que poderá produzir ecos imediatos dos discursos que estão em situação de invisibilidade, os discursos que são negados”. (PRADO; SIQUEIRA, 2014, p. 1574).

As afirmações dos colegas me fizeram refletir sobre os entraves que poderia encontrar durante o trabalho de campo. Como produzir conhecimento a partir de uma pesquisa acadêmica em um lugar que também é meu campo profissional? De que maneira relativizaria as experiências cotidianas a luz do debate sociológico? Os desafios foram constantes e aguçaram a minha criatividade crítica no fazer metodológico da pesquisa.

De acordo com Wagner (2014, p. 44), ao chegar ao campo de pesquisa pela primeira vez, o etnógrafo “tende a sentir-se solitário e desamparado”. O autor relata que, embora o pesquisador conheça sobre o campo de pesquisa, ele deve começar do zero. De fato, compartilhar as abstrações da cultura acadêmica nos dá certo conforto quando não vivenciadas em torno de si, o que não era meu

caso. As desconfianças seriam marcantes no período inicial da pesquisa. Elas seriam, de acordo com o autor, comuns a todos os etnógrafos.

Questionei-me sobre os estranhamentos expressados pelos outros agentes penitenciários, sujeitos da pesquisa, quanto ao fato de não conseguirem entender como um sujeito (o pesquisador) solicita férias do seu trabalho para ficar observando os outros trabalharem. Talvez, no imaginário deles, algo estivesse por trás do que o pesquisador afirmava ser uma pesquisa e, por isso, inicialmente, de forma sarcástica, mas em tom jocoso, citaram os dois órgãos que fiscalizam a execução do trabalho no sistema prisional cearense.

Devo concordar com as proposições feitas por Laplatine (2005) sobre as práticas do distanciamento, não no sentido da distância física, mas de um estranhamento necessário, justificado pelo encontro de culturas provocando a mudança do olhar sobre si mesmo. Para o autor, presos em nossa cultura, não somos apenas cegos ao outro, mas míopes quando tratamos da nossa. A experiência da alteridade nos dá a oportunidade de ver aquilo que nem imaginamos existir, isso devido a nossa dificuldade de fixar nossa atenção no que é familiar e habitual no cotidiano. “Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de ‘natural’. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espionar”. (LAPLATINE, 2005, p. 21).

Para Wagner (2014), os atrasos, as defesas e outros modos de esquivar-se do pesquisador não são necessariamente hostis. Seria um “choque” natural de uma experiência até então nova, ou um “distanciamento” que pode ser caracterizado pelas formalidades que devam ser expressas e adequadamente empregadas no período inicial da pesquisa. Nesse aspecto, o “distanciamento” dos participantes vai provocar também um “deslocamento” do pesquisador no espaço da pesquisa e impulsioná-lo a buscar o seu lugar no campo, fato que para mim se configuraria em quatro etapas, já que o período de incursão no campo se estenderia ao longo dos quatro plantões, cada plantão em uma equipe diferente.

As interrogações se estenderam ao logo do dia... Como deixar emergir (ser percebido) o pesquisador, ao invés agente penitenciário? Ou melhor, como estranhar o que era tão familiar? Como relativizar questões que eu julgava como certas e que agora poderiam ser apenas frutos de aproximações sociológicas ou culturais? Como passar confiança aos sujeitos da pesquisa (agentes penitenciários) em uma situação até então incomum na PIRS? Embora tivesse esclarecido todos os procedimentos éticos da pesquisa, inclusive o TCLE (Termo de Livre Consentimento Esclarecido), como provar para eles que a pesquisa não traria riscos significativos aos colaboradores? Fatos agora publicizados, mas que me acompanharam desde escolha do objeto da pesquisa, quando eu me defrontava com o clássico desafio de estranhar o familiar, tanto no sentido que lhe atribui velho (1982), como no sentido literal: era meu modo de trabalho e a minha formação universitária que estavam sendo, aos poucos, problematizados.

As situações me provocavam a todo instante. Por vezes não hesitei em ajudar colegas no “aperreio”, quando envolvidos em situações embaraçosas devidas ao baixo quantitativo de agentes. Decerto, em campo, eu também tinha regalias que jamais um pesquisador que não fosse integrante da equipe de profissionais teria. Tive acesso privilegiado aos espaços, aos internos, profissionais e as conversas dos agentes durante e após o expediente diário da unidade prisional<sup>17</sup>. Compartilhei do almoço, jantar e às vezes do lanche da tarde. Além de presenciar fatos, atos, “procedimentos”, depoimentos e pontos de vista esboçados de forma corriqueira na PIRS.

Toda a possibilidade de participar do cotidiano da unidade prisional, no período de imersão em campo, só foi possibilitada em função do lugar relacional que ocupo na instituição. Outros pesquisadores, sem vínculos na prisão, dificilmente teriam a liberdade de trânsito e contato privilegiado com seus interlocutores.

## AGENTES PENITENCIÁRIOS E O TRABALHO NA PRISÃO

(...) atentar para a percepção dos agentes penitenciários sobre o sistema prisional pode permitir a identificação de problemas que normalmente sequer são tocados nas eternas reformas de que são alvo as prisões, inclusive porque este grupo profissional, sendo acusado pelo fracasso do encarceramento na regeneração dos indivíduos, torna-se aliado dos processos de mudança. A postura com frequência desiludida e cética dos agentes penitenciários, que por vezes levam ao limite a máxima de que “o homem é o lobo do homem”, talvez nos permita, uma vez que explicita o inter(-)dito e o mal(-)dito do cárcere, compreender de forma menos parcial e talvez menos hipócrita o papel da prisão nas sociedades modernas. (MORAES, 2005, p. 267-268).

Às seis horas da manhã, Vanessa – agente penitenciária plantonista na recepção – segue em direção à entrada da Unidade, distribui as senhas para as visitantes e logo toda a fila se desfaz. No interior da prisão, um grupo de agentes é encarregado de abrir as “vivências” e “pagar”<sup>18</sup> o café da manhã. Não sem antes engolir os alimentos fornecidos para o desjejum dos profissionais: café preto, leite quente, e cuscuz. Raras vezes são colocadas no balcão algumas fatias de queijo ou ovos fritos. Os alimentos fornecerão energia aos profissionais até a hora do almoço, servido, geralmente, ao meio dia. Muitas são as críticas à qualidade da refeição que foi preparada pelos presos<sup>19</sup> e supervisionada por um cozinheiro terceirizado<sup>20</sup>.

Saciados ou não, os agentes penitenciários se munem de chaves, tonfas, barras de ferro<sup>21</sup>, algemas e espingarda calibre doze para “subir à cadeia”<sup>22</sup>. Antes de seguir caminho para a abertura das “vivências”, eles revistam os presos responsáveis pela “paga” do café. Cientes do “procedimento”, os presos, um a um, abaixam as calças, levantam as camisas e agacham. Em seguida, são vistoriados os “chumbinhos”<sup>23</sup> e os botijões com café. Todo o ritual segue técnicas rigidamente pré-estabelecidas.

Após a definição da atividade que será executada por cada um, os profissionais se distribuem para a abertura da “vivência”. Um fica encarregado de abrir o portão central, enquanto outro rapidamente se desloca com a espingarda em punho para verificar se há internos no banheiro coletivo e/ou em outras dependências não visíveis do portão central. Os demais agentes se dividem entre a vigilância, destravar e retirar os cadeados dos ferrolhos. Todo o “procedimento” de abertura, das nove celas, exige rapidez e destreza e tem duração de aproximadamente um minuto. A prática se repete sucessivamente nas outras nove “vivências”. Cada ação requer um treinamento útil dos corpos, e não o exercício da mecânica racional. O “procedimento” decompõe o tempo em sequências separadas e ajustadas como parte de um adestramento que treina o grau da força, da habilidade e docilidade dos profissionais. (FOUCAULT, 1997).

A abertura e o fechamento das celas e a chamada nominal são os momentos de maior exposição dos agentes penitenciários junto aos internos. Por isso, cada erro cometido nestes “procedimentos” pode colocar em risco a

segurança de todos. O desgaste ocasionado pela rotina prolongada dos plantões resulta em constantes falhas na execução das atividades e são micropenalizadas pelo uso de bordões e apelidos perniciosos sugerindo perturbações mentais pela falha ocasionada. A admoestação verbal feita pelo chefe de equipe também é uma das formas de penalizar o erro. Cada um se torna responsável pela ação do outro e, no final de cada dia, os erros e acertos são colocados perante toda a equipe reunida.

Após a abertura das celas, os presos se apressam com a limpeza do espaço para garantir, mesmo com todas as limitações, que suas companheiras, mães, filhos e outras familiares encontrem o espaço limpo e organizado. Naquele instante é acionado um conjunto de regras rígidas de comportamento e conduta. Ninguém, em hipótese alguma, pode se reportar à visita de outro preso, senão por intermédio deste. Os internos que não são visitados passarão todo o dia sem ter acesso à cela, podendo apenas permanecer sentados em banco feito de concreto e de costas para o portão de entrada da “vivência”<sup>24</sup>. Ali, na cela, os presos receberão suas companheiras e terão seus contatos íntimos sob as pedras de cimento acolchoadas.

Após a abertura das “vivências” os profissionais se dividem nos postos de verificação e fronteiriços da PIRS para agilizar a entrada de visitantes e atendimentos dos técnicos. São os “procedimentos” de retirada de presos da cela para atendimentos, conferência de documentos, controle de entrada e saída de pessoas e materiais, registros no livro de ocorrências, vistoria dos “malotes”<sup>25</sup>, revista de visitantes, abrindo e fechando os portões para a entrada dos familiares nas “vivências”.

Na recepção, Vanessa confere os documentos exigidos para a entrada de visitantes. Na bancada, ao lado do guichê de atendimento, cada um dos itens é retirado das sacolas e passa a dividir espaço com os objetos e utensílios (garfo, faca, balança e sacos plásticos transparentes) que auxiliam os profissionais na execução da tarefa. Cada mercadoria requer um modo particular de verificação. Abrir, desembalar, cheirar, fatiar, descascar, furar, aferir a quantidade, a forma de acondicionamento e separar os itens “permitidos” dos “proibidos” faz parte de todo o dia de trabalho dos agentes penitenciários incumbidos da atividade de vistoria. Para cada produto, é exigida uma maneira específica de exame, sendo os respectivos movimentos realizados de forma quase “automática”. Naquela bancada, é também executada a vistoria de alimentos – entre discussões e conversas de visitantes, choros de crianças e frequentes reclamações sobre a forma como os produtos são manipulados –, quatro profissionais são responsabilizados por vistoriar os quase trezentos “malotes”. Trabalho fatigante e estressante que se estenderá até o final do dia.

Cíntia, Laura e Letícia são as agentes penitenciárias responsáveis pela revista das visitantes, que se dá de forma eletrônica com detectores de metais e/ou raio-x. A imagem escaneada da visitante é exibida na tela do computador e analisada por uma das profissionais. O programa esquadrinha a imagem identificando cada substância e material por cores diferentes. Isso dá condições para que a profissional encontre qualquer elemento “ilícito” e “não permitido”, inserido nas cavidades ou escondido nas dobras das vestimentas. Após o “procedimento” de revista, as visitantes seguirão para o Q1, onde mais uma vez será conferida a sua documentação e feito o registro da entrada delas em livro específico.

Do Q1, dois agentes acompanham as visitantes pelo corredor até a entrada das “vivências”. Conferem mais uma vez os documentos e abrem o portão de acesso. Todo o ritual, iniciado na recepção, estende-se durante todo o expediente de trabalho, às quartas e domingos, dias de visitação na PIRS.

Com o quantitativo de profissionais insuficiente para a demanda de atividades, o atraso nos “procedimentos” de abertura das vivências, “paga” da alimentação, vistorias, revistas, atendimentos, escoltas, entre outras atividades, causam transtornos evidentes juntos aos internos que batem nas grades reclamando a demora. Em episódios pontuais, algumas reclamações excedem as conversações e negociações e se transformam em motins e rebeliões. É preciso constantes negociações para que a “cadeia não vire”<sup>26</sup>.

Os conflitos entre agentes penitenciários e presos são normalizados, vividos e representados como situações limite. A violência e as condições hostis são caracterizadas pela falta de condições adequadas de habitação, assistências, profissionais especializados, superlotação e a presença de grupos criminais divergentes que disputam a hegemonia de poder no interior das unidades prisionais. Os sofrimentos não só desses profissionais, mas também dos detentos, surgem como forças sociais estruturantes de relações e sistemas sociais, capazes de criar linguagens, desejos e disposições para intervir na realidade (PAIVA, 2014). Acostumar-se ao caos ou intervir através de pequenas ações cotidianas, próprias do dia a dia na prisão, apresentam-se como estratégias para continuar trabalhando como agente penitenciário.

Recordo as dificuldades que encontrei ainda no estágio que realizamos como etapa do concurso<sup>27</sup> – o curso de formação para agente penitenciário realizado no Presídio Olavo Oliveira II. O meu estranhamento de transitar naquele espaço fechado, estreito e com pouca iluminação era intensificado pelo fluxo de presos e profissionais nas oficinas de trabalho e corredores. A pouca destreza com as chaves e cadeados e o medo me causavam sensações incômodas. Com exercício do trabalho na PIRS, a rotina operacional, administrativa e as condições hostis daquela prisão passaram a fazer parte do meu cotidiano profissional.

O plantão que iniciei um dia após a rebelião, ocorrida em janeiro de 2015, me fez perceber certa adaptação ao ambiente hostil da prisão, apesar dos estragos causados na rebelião. Lembro-me da cena de guerra que estava a cada passo que dava naquele extenso corredor: paredes, iluminação e tetos quebrados e pintados pela fumaça dos colchões; grades e portões quebrado/amassados, além das marcas de sangue espalhadas naquele espaço. Apesar de todo o cenário de destruição, o medo não mais se fez presente. Serão, talvez, reflexos do cotidiano de violência no interior do cárcere? Ou será que involuntariamente eu “normalizei” uma situação de horror ao meu cotidiano de trabalho? No decorrer daquele dia, pude perceber que a rebelião já era esperada por todos os agentes.

A prisão tem rotina própria. Os aglomerados no pátio das “vivências”, a forma como os internos se movimentam, o entra e sai do banheiro coletivo, o jogo de futebol no final da tarde, os cochichos e o jeito como os presos são observados e observam são algumas circunstâncias próprias do cotidiano do cárcere. O silêncio ou barulho da cadeia diz muito a respeito do que pode acontecer. Num ambiente do qual a violência e a imprevisibilidade são componentes importantes das relações sociais, agentes penitenciários estão sempre atentos a qualquer movimentação destoante da rotineira. Manter-se vigilante a cada movimento da cadeia faz parte da adaptabilidade do profissional ao trabalho no cotidiano da prisão. As movimentações atípicas apresentam-se como prenúncio dos acontecimentos que estão por vir. O silêncio da cadeia, por exemplo, fala mais que os gritos e batidas nas grades.

A rebelião já era anunciada pelos constantes conflitos entre os grupos criminais que dividem a penitenciária, mas também as periferias da cidade de Sobral. Acontecimentos que envolvem esses grupos dentro ou fora da prisão podem se desdobrar em conflitos em ambos os espaços. Embora rebeliões e motins sejam eventos também provocados por manifestações reivindicatórias

de melhorias, a rebelião de janeiro de 2015 na PIRS foi manifestada, exclusivamente, pelas divergências de gangues que dominavam o comércio de drogas, armas e outras ilegalidades em Sobral. A cidade estava dividida em territórios, com conflitos latentes em suas fronteiras, assim como aquela unidade prisional<sup>28</sup>. As prisões, bem além de espaços segregados/isolados, aparecem como continuidade problemática dos dilemas sociais e urbanos contemporâneos.

A rebelião pode ser gestada de diferentes formas, porém o principal meio de negociação dos internos com a administração prisional é por meio da violência com reféns. Estes podem ser agentes penitenciários, presos, técnicos, visitantes ou qualquer outra pessoa que esteja na prisão no momento da rebelião. Para os agentes penitenciários, ser refém em uma rebelião é uma das piores formas de sujeição na prisão. O clima tenso, que parece sem qualquer controle, é dramaticamente permeado por torturas físicas e psicológicas. Além disso, a qualquer momento, a pessoa refém pode ser gravemente ferida ou morta.

Em conversa pessoal com Nicolas, agente penitenciário “pego” como refém numa rebelião ocorrida em uma penitenciária da Região Metropolitana de Fortaleza, o profissional relatou os momentos de terror que viveu enquanto refém de internos em uma rebelião de presos ligados a uma facção.

Eu pedi exoneração do cargo logo depois que consegui ter consciência do que tinha acontecido. Eles pegaram a mim e uma agente feminina. Com ela a violência era mais psicológica do que física, mas comigo foi uma mistura das duas. Os gritos, os chutes no estômago, murros e as facas na minha garganta e na dela são cenas que jamais esquecerei. Passei mais de um mês sem conseguir dormir, quando cochilava acordava assustado, chorando e pedindo socorro. Ao final da rebelião, sai com várias marcas de faca pelo corpo e um golpe na cabeça que pegou dez pontos. Desde então, não mais consegui entrar em uma unidade prisional.

De acordo com o interlocutor, sua passagem pelo sistema prisional como agente penitenciário foi breve, mas deixou marcas no seu corpo e na sua memória enquanto ele viver. De acordo com Lourenço (2010, p. 32), agentes penitenciários e os presos desenvolvem “relações sistemáticas e limítrofes de intimidades e conflitos”, convivem em íntimo contato, inclusive no período da noite<sup>29</sup>. Os dois grupos compartilham ambientes escuros e úmidos, espaços ínfimos e precários cumprindo ordens e regulamentos. Ali, lidam com a violência, sensação de isolamento e distância social, assim como a barbárie, a opressão e a morte. É no espaço das prisões que os agentes penitenciários irão desenvolver suas carreiras profissionais. Suas histórias de vida são atravessadas por situações violentas e dolorosas, físicas ou psíquicas, constituídas pelo trabalho na prisão, bem como originadas pela própria instituição.

Para Siqueira (2017), massacres, rebeliões, motins e fugas, são eventos de forte apelo social com demonstração de força, potência que não são suficientes para ofuscar o desejo e vontade de articulação de manifestações de sobrevivência. São eventos emblemáticos protagonizados por grupos criminais, gangues ou facções que emergem em situações críticas, oferecendo justificativas para sempre se falar em uma nova crise ou na crise do momento. Mas, a crise sempre esteve lá – escondida, profanada, invisibilizada pela estrutura fechada e por discursos – os ecos dissonantes a esses discursos só são produzidos e visibilizados em situações limites.

A segurança no cotidiano da prisão é um campo de lutas e negociações constantes dos atores envolvidos, da qual não é apenas o Estado responsável direto. Não podemos desconsiderar a participação dos coletivos criminais na gestão e operação das unidades prisionais, tão pouco a relação entre Estado

e “crime” num conjunto de rotinas de negociações às margens ou fora das normativas legais. Relações recíprocas de confiança e respeito entre detentos e profissionais, com performances e negociações, situam um espaço de lutas, solidariedade, desconfiança e tênues linhas morais (SIQUEIRA, 2017).

A vida diária na prisão, principalmente, afeita pelos regimentos internos que, muitas vezes, apresentam contradições latentes, provoca o enrijecimento dos agentes penitenciários como estratégias de adaptação ao trabalho prisional. Assumir um papel violento pode ser uma das formas de impor medo aos presos e respeito perante os demais profissionais.

Os agentes penitenciários são os responsáveis por excelência pelo confinamento dos detentos, por isso estão submetidos a situações diversas gerando estresse constante no cotidiano de trabalho ocasionado, principalmente, pelos riscos eminentes de agressões, intimidações, ameaças e rebeliões, podendo ser mortos ou “pegos” como reféns.

Para Moraes (2005), a prisão produz inúmeras ambiguidades que repousam na ideia de uma instituição ressocializadora, em que os agentes penitenciários são parte importante deste processo. Essas discursividades, de acordo com o autor, contrariam o que estes profissionais “efetivamente vivenciam, ou seja, a quase inversão do discurso oficial –, fazendo com que se estabeleça um duplo vínculo, que a todo instante ameaça seu equilíbrio”. (MORAES, 2005, p. 95).

O caráter dúbio da profissão aparece também nas narrativas dos interlocutores desta pesquisa. Josias, agente penitenciário com três anos no exercício do cargo, destaca que o objetivo das suas ações, no cotidiano da prisão, não é diretamente ligado à “ressocialização”. Em suas palavras: “O agente penitenciário não é ressocializador, embora nosso trabalho seja parte desse processo. Somos agentes de segurança, nosso trabalho é diretamente relacionado à segurança prisional”. O interlocutor continua seu relato afirmando a impossibilidade de atuar como “ressocializador”, uma vez que a contenção dos presos intramuros tornou-se prioridade do seu trabalho na prisão.

Os discursos sobre o trabalho dos agentes penitenciários evidenciam a contradição entre “ressocialização” e segurança. Os interlocutores desta pesquisa assumem o papel de responsáveis por excelência pela manutenção do confinamento dos presos, por isso, se identificam como “agentes de segurança pública”. Apesar de reconhecerem que o trabalho deles, viabilizando as atividades dos técnicos e as oficinas de trabalho e educação, é parte do processo de “ressocialização” sob a lógica do discurso oficial.

Embora haja o reconhecimento por parte da categoria profissional, como “agentes de segurança pública”, em termos constitucionais, os agentes penitenciários não foram elencados no artigo 44 da Constituição Federal, que trata dos órgãos e profissões da segurança pública. A ausência de lei que legitime a categoria enquanto “agentes de segurança pública” causa insatisfação por parte dos agentes penitenciários. Ao final de uma das conversas que tive com Tenório, agente penitenciário ingresso pelo concurso de 2011, o interlocutor argumentou:

Gostaria de acrescentar sobre a Proposta de Emenda a Constituição - PEC 308. Ela é uma proposta de emenda à Constituição Federal que irá incluir os agentes penitenciários no sistema de segurança pública. Pois, quando falamos em segurança pública, presume-se que é obrigação do Estado, mas não dos estados federados, e sim do Estado em nível federal. Por incrível que pareça, os agentes penitenciários estão fora do sistema de segurança pública, eles sequer existem no sistema de segurança pública. A aprovação da PEC traria uma significância aos objetivos da

pena, visto que a polícia militar prende, a civil investiga e os agentes penitenciários que são participantes do último estágio da pena, na tentativa de reinserir os indivíduos a sociedade, que cuida, vigia, custodia, escolta e orienta não são considerados integrantes da segurança pública.

Diante da ausência de normativa em nível federal, cada estado é responsável pela regulamentação dos agentes penitenciários no âmbito de sua jurisdição, observando o que prevê a Lei de Execução Penal para o exercício da função.

A condição adversa da prisão e a intensa rotina de trabalho fazem com que os agentes penitenciários sintam efeitos dela em seus corpos e emoções. No cotidiano da PIRS, é comum ouvir relatos de dores físicas, insônia, mudanças repentinas de humor, fadiga e comportamentos agressivos dos agentes penitenciários. Essas moléstias e comportamentos, que respingam negativamente na execução das atribuições cotidianas, são percebidos e nomeados pelo termo “cadeia pesando”. As falhas decorrentes de alguns desses efeitos, como distrações e erros nos “procedimentos”, relacionam o termo “bisonho” a perturbações mentais.

Fernandes *et al.* (2002), Ferreira (2016) e Bezerra (2018) concordam que os altos níveis de estresse desses profissionais estão diretamente relacionados à sobrecarga de trabalho, intensidades dos plantões, ambiente de trabalho insalubre e com disseminação de patologias. O desgaste físico e mental, que tem como efeito o estresse, contribui para a formação de um ambiente violento. De acordo com Ferreira (2016), o contato direto com a população encarcerada e os altos níveis de estresse no trabalho têm tornado crescentes os episódios de agressões e ameaças no trabalho de grande parcela de agentes penitenciários brasileiros.

A pesquisa de Chies (2008, p. 100), sobre *Grupos na Sociedade Carcerária*, produziu dados estatísticos que corroboram essa discussão:

(...) sobrecargas e acumulações que tendem a provocar desajustamento e afetação da sociabilidade, o desenvolvimento de doenças psicossomáticas, numa dimensão abrangente do estresse, entre outras situações que foram verificadas no universo pesquisado. Nesse sentido, após ingressarem no Serviço Penitenciário: a) 86,67% dos pesquisados declararam que passaram a desconfiar mais das pessoas; b) 43,33% manifestaram que passaram a ter mais dificuldades para estabelecer novas relações de amizade; c) 36,67% registraram que passaram a ter problemas no relacionamento com o cônjuge ou companheiro(a). Também 50% dos pesquisados manifestaram que após ingressar na carreira desenvolveram alguma doença e em igual percentual foram as respostas no sentido de dores físicas.

A partir dos estudos e das observações no cotidiano da PIRS, é possível relacionar a jornada e condições de trabalho desses profissionais com suas afetações psicossomáticas, visivelmente provocadas pela sobrecarga de trabalho, sensação de insegurança e a iminência de violências dentro e fora das prisões.

Mas as dificuldades do trabalho na prisão também fortalecem relações de reciprocidade, afetos, respeito e companheirismo entre profissionais, que, na maioria das vezes, formam o suporte necessário para a continuidade do exercício da profissão. Durante o trabalho de campo conheci Alonso, agente penitenciário que era meu contemporâneo de concurso. Embora exercêssemos a profissão na mesma penitenciária, nossos contatos eram raros. Observei que Alonso não executava todas as atividades rotineiras junto aos internos, ou melhor, dizendo,

percebi que ele não adentrava nas “vivências” para os “procedimentos”, ficando sempre no portão de entrada. Passados alguns dias, enquanto os agentes realizavam o fechamento das celas, Alonso aclarou a situação observada. “Eu desenvolvi fobia a espaços fechados. Falta-me ar, sinto náusea e esmoreço. Por isso, não consigo entrar na ‘vivência’”, disse-me Alonso.

Após ouvir o relato do interlocutor, questionei-me: como Alonso conseguia permanecer no cargo diante das suas limitações? Como eram divididas as atribuições entre os agentes da equipe? As minhas indagações estavam implicadas na rotina de trabalho, pois parte significativa das incumbências dos agentes penitenciários é desenvolvida na “vivência”. Alonso afirmou perda do seu desempenho profissional e confirmou que a sua permanência no exercício da profissão estava diretamente ligada ao apoio que recebeu dos seus “companheiros” de equipe, após o desenvolvimento da fobia. A equipe decidiu não submetê-lo aos procedimentos que se davam no interior das “vivências”.

A relação de companheirismo no desempenho das atribuições, geralmente de caráter coletivo, provoca uma intensa aproximação entre profissionais. Às vezes essas relações de amizade, afetos e apoio diante das adversidades são estendidas à vida fora da prisão, comumente constatada entre profissionais da PIRS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, foram descritas e analisadas algumas atividades relacionadas à rotina de trabalho dos agentes penitenciários na prisão. Parti de um lugar específico, como agente penitenciário, mobilizado por afetações, para analisar meu cotidiano e dos demais profissionais na Penitenciária Industrial Regional de Sobral – PIRS, um lugar relacional que produziu rendimentos particulares à pesquisa.

Realizar pesquisas de campo nas prisões requer constantes negociações com gestores, profissionais da segurança e com as pessoas que serão interlocutoras. Não tenho dúvidas que a liberação para a realização da pesquisa campo na PIRS só foi possibilitada por conta da minha vinculação profissional à instituição. Outros pesquisadores, sem vínculos com ou na prisão, dificilmente teriam a liberdade de trânsito e contato privilegiado com seus interlocutores. A pesquisa etnográfica viabilizou-me um novo olhar sobre as atribuições dos agentes penitenciários. O acesso ao cotidiano desses profissionais é pensado a partir das suas múltiplas afetações, inclusive as minhas, o que ocasionou a elaboração desta pesquisa.

Na engenharia das prisões, agentes penitenciários são responsáveis diretos pelos processos de estado que caracterizam as prisões enquanto dispositivos. Estes profissionais são atribuídos pela operacionalização, formulação e execução dos “procedimentos”, processamentos cotidianos próprios dessas instituições. Os “procedimentos” penetram na mecânica dos corpos e condutas sempre positivados por objetivações; são agentes penitenciários e presos, que têm seus corpos e subjetividades invadidas pela dinâmica prisional.

Os “procedimentos”, fundamentados ou não por aparatos legalistas, são analisados aqui, a partir da sua produtividade que localizam, atualizam e produzem posições específicas no ordenamento prisional. Como um dispositivo que ajusta a força e decompõe os movimentos em etapas para o melhor aproveitamento dos corpos de agentes penitenciários no exercício de suas atribuições.

A hostilidade da rotina carcerária, agravada pelos motins e rebeliões, causa dores e deixa marcas severas nos corpos e subjetividades dos profissionais, que reelaboram suas práticas e seus percursos vidas em meio à precariedade das prisões. É uma categoria pouco assistida pelo Estado, exercendo suas atividades com minguidas condições de trabalho e em ambientes bastante insalubres.

As leis e discurso do Estado apontam agentes penitenciários como atores fundamentais na execução das técnicas e estratégias que visam a “ressocialização” dos apenados. No entanto, esses profissionais, não se reconhecem enquanto parte desses processos, mas como agentes de segurança, corroborando até mesmo com um sistema prisional de exclusão. Isso se dá justamente porque suas principais atividades no cárcere se dão em função da contenção dos presos intramuros da prisão.

A rotina dos agentes penitenciários nas unidades prisionais é parte de um cenário pouco contemplado pelas pesquisas acadêmicas. Talvez pela própria desconfiança desses profissionais sobre os resultados das pesquisas, uma vez que a profissão é acusada pela circulação de ilegalidades na prisão. Possivelmente, o anonimato seja preferido como estratégia de defesa. Atentar-se à rotina desses profissionais pode ser uma importante chave para a discussão do papel das prisões na sociedade contemporânea.

## NOTAS

<sup>1</sup> As atribuições do cargo de agente penitenciário do Ceará foram definidas pela Lei nº 14.582, de 21 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 14.966, de 13 de julho de 2011, que cria a carreira de Segurança Penitenciária e estabelece as atribuições de seus integrantes. Art.1º A carreira Guarda Penitenciária, integrante do Grupo Ocupacional Atividades de Apoio Administrativo e Operacional, prevista no item 2, do anexo I, da Lei nº 12.386, de 9 de dezembro de 1994, fica redenominada para carreira Segurança Penitenciária e estruturada na forma do anexo I desta Lei, passando os Agentes Penitenciários a ter as seguintes atribuições: atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais estaduais. O conteúdo da lei na íntegra está disponível em: <<http://sindaspce.org.br/downloads/lei-14966.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

<sup>2</sup> Os termos êmicos são identificados entre aspas.

<sup>3</sup> A pesquisa foi intitulada: “Entre muralha, grades e vivências: uma etnografia da ‘ressocialização’ na Penitenciária Industrial Regional de Sobral”. A etnografia foi resultado do trabalho de campo feito a partir da observação participante, entrevista semiestruturada e das experiências do pesquisador enquanto agente penitenciário. O trabalho de campo teve duração de trinta dias. Nesse período, o pesquisador observou o cotidiano dos 53 agentes penitenciários, distribuídos em quatro equipes diferentes, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com seis deste total. A pesquisa seguiu os parâmetros da Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS – CNS, nº 466/2012, com suas Diretrizes e Normas que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil (BRASIL, 2013), passando pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e identificada pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE: 44925015.5.0000.5053.

<sup>4</sup> O trabalho de campo foi realizado entre 30 de junho a 29 de julho de 2015. Permaneci lotado na PIRS até abril de 2018, quando continuei exercendo a função de agente penitenciário na Cadeia Pública de Meruoca, minha terra natal. Em janeiro de 2019 fui novamente lotado na PIRS para exercer minhas atribuições funcionais.

<sup>5</sup> “Castelo de Greyscow” faz referência a um seriado dos anos 80, o castelo tem aparência de uma fortaleza de pedras. Segundo uma senhora que visita seu esposo desde a inauguração da PIRS, em 2002, o nome surge no imaginário da população local desde o período de sua construção em decorrência da dimensão estrutural do espaço. Antes da construção da PIRS, os presos eram recolhidos na antiga Cadeia Pública de Sobral,

localizada no centro da cidade e com capacidade cinco vezes menor, o local atualmente abriga o 3º Batalhão da Polícia Militar.

<sup>6</sup> “Vivência” é o um espaço semelhante ao pavilhão e ala, dispendo de um espaço de lazer, área para refeições, banheiro coletivo e as celas. Na PIRS, a abertura das celas para o banho de sol inicia por volta das 07h30min da manhã, os internos passam o dia no pátio das “vivências” e durante a noite ficam recolhidos nas celas. A abertura e o trancamento das “vivências” ocorrem diariamente, situação comum em algumas penitenciárias cearenses. Essa prática está em desacordo com o que prevê a LEP em seu art. 52, inciso IV, que normatiza o direito o banho de sol de duas horas diárias. (BRASIL, 1984).

<sup>7</sup> A cidade de Sobral é a maior e mais populosa cidade da região Norte e Noroeste do Ceará. A 240 km de Fortaleza, tem área territorial de 2122,989 km e população estimada em 203.682 habitantes (IBGE). Com economia baseada nos setores industrial, agrícola, serviço e empreendedorismo, Sobral possui o segundo maior IDH do estado do Ceará. Sua região metropolitana é composta por 19 municípios, caracterizando a cidade como polo institucional e econômico da região.

<sup>8</sup> Quadrante 1 ou Q1 é um dos postos de verificação obrigatória – espaço fronteiro que separa o ambiente interno e externo. Ali, é obrigatória a presença de um agente penitenciário durante todo o expediente. O profissional é responsável pelo controle do fluxo de pessoas, materiais e informações que entram e saem da PIRS e, também, pelos materiais de trabalho (algemas, chaves, barras de ferro, tonfas, cadeados etc). O espaço representa a demarcação, simbólica e física, do trânsito de internos que executam atividades de trabalho na unidade prisional. Também é o local específico dos atendimentos técnicos no parlatório (advogado, assistente social, psicólogo) e de saúde na enfermaria (dentista, médico, enfermagem).

<sup>9</sup> São 10 “vivências” no total (1A, 1B, 2A, 2B, 3A, 3B, 4A, 4B, 5A, 5B). As “vivências” 1A e 1B dispõem de 30 celas individuais em cada um dos espaços – a “vivência” 1A ou “vivência dos trabalhadores” destina-se aos presos que desenvolvem alguma atividade laboral no interior da unidade. Já a 1B, a “tranca”, é reservada para a triagem e regime disciplinar. As outras (2A, 2B, 3A, 3B, 4A, 4B, 5A, 5B) dispõem de nove celas (cada) com capacidade para seis internos por cela. No total, são 60 celas individuais e 72 celas para seis pessoas.

<sup>10</sup> Neste artigo, utilizo nomes fictícios com a finalidade de preservar as identidades dos interlocutores e das interlocutoras. Todos aos agentes penitenciários, que atuam na PIRS, ingressaram na profissão por concurso público.

<sup>11</sup> A revista manual se dá logo que o interno chega à instituição para o cumprimento da pena privativa de liberdade. Em um espaço reservado, um agente penitenciário acompanha visualmente o detento despir-se das vestimentas e de outros objetos que trouxe consigo da liberdade. Cada peça de roupa é apalpada e verificada se há materiais ilícitos em suas dobras e costuras. Completamente nu, o interno abre a boca, revira a língua, remexe os cabelos e agacha três vezes diante da atenta supervisão do agente penitenciário. A última etapa da revista se dá com a separação dos objetos permitidos e não permitidos no interior das celas.

<sup>12</sup> As agentes mulheres têm um alojamento separado dos homens. Um compartimento estreito com um banheiro e dormitórios.

<sup>13</sup> De acordo com o dicionário Priberam, é uma arma de origem oriental, composta por um bastão fino e comprido, com uma pega perpendicular a um terço do comprimento, utilizada em algumas artes marciais e também pelas forças de segurança. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/tonfa>>. Acesso em: 31 Jul. 2015.

<sup>14</sup> A rebelião aconteceu por divergências entre presos de “vivências” rivais (brigas de gangues), os internos da “vivência” 3B quebraram os portões de segurança com a intenção de enfrentar a “vivência” 4A (ao lado), encapuzados e armados com “cossocos” (facas artesanais). A ação foi frustrada pelos internos da “vivência” atacada; em defesa colocaram colchões e atearam fogo para impedir a passagem dos presos da 3B. Enquanto isso, com o intuito de conter o massacre entre as gangues rivais, um grupo de agentes penitenciários na “passarela” (piso superior), autorizou os internos coagidos pela ação dos agressores a iniciar uma rota de fuga. Essa caracterizou-se pela quebra do muro de contenção, parede de concreto que separa área interna e externa da PIRS. Não satisfeitos com a tentativa frustrada do embate, os internos “rebelde” se dirigiram à vivência 1A, vivência dos trabalhadores e predominantemente composta de presos chamados “duzentões” (estupradores) em referência ao artigo que corresponde ao crime cometido.

De fato, mais uma ação foi frustrada pela autorização do diretor adjunto, aos internos da 1A, em abrir, mais uma vez, um buraco na parede de contenção entre área externa e interna, tempo suficiente para a entrada dos policiais militares e agentes penitenciários na área das “vivências” a fim de conter a rebelião.

<sup>15</sup> Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário do Ceará.

<sup>16</sup> Termo muito utilizado no sistema prisional para identificar uma cilada, delator, Al-caguete.

<sup>17</sup> Algumas observações foram durante o período da noite do qual os agentes peniten-ciários ficam com maior disponibilidade para conversas, repouso e atividades lúdicas, já que os internos são recolhidos nas celas a partir das 17h.

<sup>18</sup> Acompanhar a distribuição da refeição.

<sup>19</sup> Os internos que trabalham na cozinha e padaria da unidade são retirados das celas às cinco horas da manhã e estendem suas atividades até às dezessete horas, quando são recolhidos novamente nas celas. Toda a alimentação distribuída aos internos e profissio-nais é produzida na padaria e na cozinha industrial, que empregam 13 internos. Outros 32 internos desenvolvem atividades de manutenção, capina e serviços gerais no interior da PIRS e são pagos com 3/4 do salário-mínimo pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A cada três dias de trabalho, um dia da pena é remido. A remissão da pena e o valor recebido pelo trabalho são previstos na LEP.

<sup>20</sup> Toda a alimentação dos presos, agentes penitenciários e policiais militares da muralha é fornecida por uma empresa terceirizada, a ISM Gomes de Mattos. As críticas não são exclusivas aos profissionais, mas também dos presos. Muitos motins e greves de fome tiveram como justificativa a qualidade do preparo da alimentação.

<sup>21</sup> As barras de ferro servem para auxiliar no recolhimento dos cadeados.

<sup>22</sup> Significa deslocar-se até as “vivências”. O Termo é utilizado em decorrência do decli-ve acentuado do terreno onde ficam as vivências.

<sup>23</sup> É como são chamados os pães amanteigados produzidos na padaria da Unidade e distribuídos para os internos no café da manhã e na ceia da madrugada.

<sup>24</sup> Os contatos íntimos entre os internos e suas esposas se dão nas celas. Embora a PIRS disponha do Venustério – espaço destinado para as relações sexuais cujo nome homenageia Vênus, a deusa do amor na mitologia grega –, há mais de uma década não é utilizado por conta do baixo quantitativo de profissionais. O local está localizado fora do rol das “vivências”.

<sup>25</sup> “Malotes” são sacolas trazidas pelas visitantes contendo roupas, material de higiene pessoal e de limpeza, alimentos, medicamentos, água potável, toalha de banho, lençóis, entre outros itens estabelecidos pela administração penitenciária.

<sup>26</sup> Termo utilizado quando os presos passam a ter o domínio da prisão, geralmente em rebeliões.

<sup>27</sup> O concurso para agentes penitenciários realizado no final de 2011 aprovou o do-bro das vagas constadas em edital, no total de 800 vagas. A finalização do certame e convocação dos 800 primeiros colocados ocorreu em março de 2013, assim, ficaram no cadastro de reserva mais 800 participantes que foram convocados em partes, uma no início de 2014 e o restante no início de 2015.

<sup>28</sup> A respeito da atuação das gangues na PIRS, ver Nascimento (2015). É importante destacar que a expansão de grupos criminais, nas unidades prisionais do Ceará, vindos do Sudeste do país, mudou completamente a dinâmica da PIRS. A respeito das facções dentro e fora das prisões, ver Nascimento (2017, 2018) e Sá e Aquino (2018).

<sup>29</sup> No período da noite a atenção deve ser redobrada já que as tentativas de fugas tornam-se mais frequentes nesse período.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa. *Poesia e vida emuralhada*: um estudo das práticas de resistência na Casa de Privação Provisória de Liberdade III. 2018. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) –

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

AGUIÃO, Silvia Rodrigues. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

AQUINO, Jania Perla de. *Príncipes e Castelos de Areia*: Performance e Liminalidade no Universo dos Grandes Roubos. 230p. 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

BARBOSA, Antonio Rafael. Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social*: revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, 2013.

BEZERRA, Sergiana de Sousa. *Trabalho e saúde de agentes penitenciários no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes*. 131p. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciária INFOPEN*: julho de 2016. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo. 4. ed. Hucitec, 1999.

BEZERRA, Sergiana de Sousa. “*A casa dos mortos*”: trabalho e saúde de agentes penitenciários. Texto de qualificação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

CEARÁ, Estado do. *Lei Estadual nº 14.966, de 13 de julho de 2011*. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2009/14582.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. *A capitalização do tempo social na prisão*: a remissão no contexto de lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. *Oficina do Diabo e Outros Escritos Prisionais*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DA MATTA, Roberto. *O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues*. Publicações do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1974.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro. *Prevalência e fatores associados aos transtornos mentais comuns e violência no trabalho das agentes de segurança penitenciária no Brasil*. Ceará, 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; SILVANY NETO, Annibal Muniz; SENA, Gildélia de Miranda; LEAL, Alexandre dos Santos; CARNEIRO, Carina Amorim Pouillard; COSTA, Fernanda Pita Mendes da. *Trabalho e*

*cárcere*: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, n. 3, p. 807-816, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1997.

GARLAND, David. Os limites do Estado soberano: estratégias de controle do crime na sociedade contemporânea. In: CANÊDO, C; FONSECA, D. S (Orgs.). *Ambivalência, contradição e volatilidade no sistema penal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 55-100.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão*: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Fluxos em cadeia*: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAPLATINE, François. *Aprender antropologia*. Tradução: Marie-Agnes Chauvel. São Paulo, Brasiliense, 2005.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*: sociologia de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOURENÇO, Luiz Claudio; GOMES, Geder Luiz Rocha (Orgs.). *Prisões e punição*: no Brasil contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2013.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Contribuições pioneiras das ciências sociais no estudo sobre as prisões brasileiras do séc. XX. *Vivência*: Revista de Antropologia, n. 46, p. 169-180, 2015.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. *O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere*: entre gaiolas, ratoeiras e aquários. 2010. 226f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MAIA, Clarisse Nunes; SÁ, Flavio de; COSTA, Marcos; BRETAS, MARCOS Luiz (Org.). *A história das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBBCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2005.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. *Entre grades, muralha e vivências*: uma etnografia da ressocialização na Penitenciária Industrial Regional de Sobral. 2015. 99 f. Monografia (graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências da Saúde, Instituto Superior de Teologia Aplicada, Sobral, Ceará, 2015.

\_\_\_\_\_. “Por bem menos se interdita um zoológico”: apontamentos da condição histórica das prisões cearenses que culminou na crise penitenciária. *Aracê*: Direitos Humanos em Revista, v. 4, n. 5, p. 136-159, 2017.

\_\_\_\_\_. *Travestilidades Aprisionadas*: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. 163p. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos*: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 368f.

Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. *Contingências da Violência em um Território Estigmatizado*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PRADO, Alice Silva do; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Cadeia pública em Manaus: notas sobre um lugar que ninguém quer estar. In: *Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras/4º SBS Norte/II Semana de Humanidades: Fronteiras Contemporâneas: Desenvolvimento, conflitos e sociabilidade*, 2, p. 1568-1883, Boa Vista, RR. Anais. Boa Vista, RR: EDUFRR, 2014. Disponível em: <<http://ufrr.br/fronteirascontemporaneas/index.php/anais>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RAMALHO, Jose Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCrim, 2002.

SÁ, Leonardo Damasceno; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. “Guerra das facções” no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 42, p. 1-30, 2018, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: APOCS, 2015. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10/11420-a-guerra-das-faccoes-no-ceara-2013-2018-socialidade-armada-e-disposicao-iril-para-matar-ou-morrer?path=42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

SALA, Fernando. Práticas punitivas no cotidiano prisional. *Rev. O público e o privado*, n. 26, p. 15-33, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. A pesquisa na prisão: labirintos. In: LOURENÇO, L. C.; GOMES, G. L. R. (Orgs.). *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 11-27.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. *Rebeliões, fugas, motins e massacres: crises no Sistema Penitenciário do Amazonas*. In: Seminário Internacional de Pesquisa em prisão, 3, p.73-95, Recife, PE. Anais. Recife, PE: UFPE, 2017. Disponível em: <<http://andhep.org.br/anais/arquivos/3SIPP/gt14.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

TAETS, A. R. *Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. O dizível e o indizível: narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros. *Anuário Antropológico*, p.169-194, v. 1, 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/690>>. Acesso em: 24 out. 2014.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. IN: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*. Porto Alegre, 2006.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro. Renavan, 2003, 3.ed., Revista e ampliada, 2007.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Cosac Naify: São Paulo, 2014.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

# GÉNERO-GRAFÍAS SANITARIAS ALGUNAS REFLEXIONES EN TORNO A UNA INTERVENCIÓN PERFORMÁTICA EN BAÑOS PÚBLICOS

*RESTROOMS GENDER-GRAPHIES  
SOME REFLECTIONS AROUND  
PERFORMATIC INTERVENTION IN  
PUBLIC RESTROOMS*

**Daniel Fernández Fernández**

*danielfernand@gmail.com*

*Universidad de Costa Rica*

**Mariangela Pluchino Arias**

*mariangelapluchino@gmail.com*

*Universidad de Costa Rica*

## RESUMEN

El baño constituye una instancia privilegiada para el *marcaje* de los cuerpos y la segregación espacial del género; la normativización que rige nuestra actuación continuamente en esos higiénicos recintos, opera sobre una base que anula cualquier signo de ambigüedad, que se ve reforzada por una serie de arreglos espaciales y normativas institucionales, así como de acuerdos implícitos, es decir, de lo dicho y lo no dicho. Siguiendo la analítica foucaultiana del discurso, nos dedicaremos a abordar algunas de las dificultades que conllevan ese estamento público que supone el baño, así como sus arreglos tácitos. El presente texto busca identificar y analizar estos elementos en el contexto costarricense, para lo cual se utilizará la experiencia que tuvimos las personas sustentantes de la presente propuesta en el marco del día por la despatologización de las identidades *trans* (25/10/13), en el cual se llevó a cabo una intervención directa en baños públicos de la Universidad de Costa Rica, generando todo tipo de reacciones adversas que dan pie a algunas de las reflexiones aquí compiladas.

**Palabras clave:** Transgénero. Baños públicos. Heteronormatividad.

## ABSTRACT

Public restrooms represent a privileged site when it comes to marking out the bodies and producing the spatial segregation of gender. The normalization that we continuously act out in those hygienic enclosures voids any sign of ambiguity. Such an operation is enforced by numerous explicit spatial arrangements and institutional norms, as well as implicit, unspoken agreements. Following the foucauldian analytical stance on discourse, we will approach some of the inflections of that public space which is the restroom, as well as its tacit arrangements. This paper aims to identify and analyze these elements in the Costa Rican context; for this purpose, a field experience that the authors of this

research had in the framework of the day for depathologization of the transgender identities (10/25th/2013), in which a direct intervention was held in the public restrooms of the University of Costa Rica, producing all kinds of adverse reactions.

**Keywords:** Transgender. Public restrooms. Heteronormativity.

## I.

No vamos a los baños a evacuar sino a hacer nuestras necesidades de género. No vamos a mear sino a reafirmar los códigos de la masculinidad y la feminidad en el espacio público.

(Beatriz Preciado, 2012)

Para introducir la discusión que pretende abordar este artículo, que-remos hacer una viñeta etimológica en torno a la palabra *baño*, que nos permita ubicar incipientemente el emplazamiento significativo de este término, de acuerdo a lo señalado por Monlau (1946):

{etimología : «baño»}

BAÑO. *Balneum*: es como una contracción de *balineum*, forma análoga al balneion g. ---El italiano dice *bagno*, el portugués *banho*, el catalán *bany* o *bañ*, y el francés *bain*. El alemán dice *bad*, y *bath* el inglés. ---En celta *bathain* vale bañar, y, en sánscrito, *bad*, o *vad*, significa sumergir, hundir en el agua.

==ORDEN DEL BAÑO. Instituida en Inglaterra, por Ricardo II, a fines del siglo XVI. Hay quien pretende que fue así llamada porque cada caballero tomaba un *baño* antes de ser recibido: pero también hay quien duda de esta etimología, fundado en que el *baño* previo era de costumbre en casi todas las órdenes de caballería.

==BAÑO. En la acepción de mazmorra, encierro, prisión, presidio, dice el italiano *bagno*, y *bagne* el francés. «Encerrado en una prisión o casa, que los turcos llaman *baño*, donde encierran a los cautivos cristianos», se lee en Cervantes. No hay, sin embargo, ni en árabe, ni en turco, vocablo alguno que se parezca a *baño* en tal significado. Dícese, y es muy verosímil, que en cierta ocasión hubo que destinar, en Constantinopla, un local de baños para encerrar prisioneros o cautivos, y que de allí nació el uso de la palabra *baño* en el sentido de prisión, etc.

Estas acepciones nos hablan de un espacio que ha sido destinado a diversos fines, contingentes a momentos histórico determinados. Nos interesa destacar dos aspectos de esta etimología que parecen mantener cierta resonancia hasta nuestros días. El primero se relaciona con una tendencia a la asepsia; el baño mandatorio se va erigir como una cláusula que no solo atañe a la preocupación por la higiene, sino también a una convención social necesaria para ser de «buen recibo». El baño será por antonomasia el recinto de la higiene corporal, no existirá en occidente ningún otro espacio con tal carácter de exclusividad en cuanto al aseo, así el lugar y las funciones que presentifica, estarán indisolublemente ligados. La instauración hegemónica del baño como espacio situacional, y las relaciones que convoca, está asociada a otras funciones que, sin estar desligadas de lo sanitario, trascienden dicho marco y que en lo fundamental se asocian al control de la sexualidad.

A partir del momento en que el poder se materializa en cuerpos y poblaciones, dejando de ser esencialmente jurídico, momento que Michel Foucault sitúa en el siglo XVIII, la vida entra en su dominio del poder, lo que hace evidente que el sexo se convierta en una pieza capital. Siguiendo a Foucault (2001), el sexo es a partir de lo que se puede asegurar la vigilancia de los individuos y de esta forma, se hace comprensible por qué es justamente en el siglo XVIII que la sexualidad devino un problema médico, un problema moral, casi un problema político de primera importancia. A través de —y bajo el pretexto de— ese control de la sexualidad, se podría establecer un sistema de vigilancia en distintas esferas de la vida.

El segundo aspecto atañe a la condición de «zona restringida» del aposento como tal. No es para nada un elemento anodino el hecho de que en la etimología de baño aparezca la acepción de prisión o presidio. El baño *en-cierra* el cuerpo y lo inscribe, según Judith Butler (2007), en una axiomática de sexo/género/deseo, cuyas condiciones de posibilidad están dadas en función del carácter cerrado del espacio. Por el juego de homofonía del significante, diremos también que hay algo en el baño que *en* sí erra, que desacierta en su pretensión de control, y que es si se quiere, un fallo constitutivo que instaura el deseo a través de la represión.

A lo largo de este artículo abordaremos lo que a nuestro criterio supone un *quiasma sanitario*, que conlleva distintas implicaciones tanto a nivel del ordenamiento social como subjetivo, a saber:

Figura 1 – Quiasma Sanitario

<b>higiene</b>	<b>suciedad</b>	<b>cis-sexismo<sup>1</sup></b>	<b>trans-gresión</b>
----------------	-----------------	--------------------------------	----------------------

Fuente: Elaboración propia

Actualmente los baños públicos constituyen un sólido bastión en lo que se refiere a la segregación espacial de género en el ámbito occidental. Como señalan Gershenson y Penner (2009), conviene recordar que contrario a una opinión extendida, históricamente las letrinas públicas compartidas han sido un componente en la mayoría de comunidades, y esto incluso continúa siendo así en países como Ghana, China e India. Las autoras recuerdan que la segregación de sexo de los baños fue una invención moderna Occidental Europea, que se produjo en el contexto de un conjunto de procesos de urbanización, reformas sanitarias, privatización de las funciones corporales e instauración de la separación de las esferas de género.

No obstante, en el ámbito occidentalocéntrico actual, la división de los baños no es la única ni la última forma de segregación de género, también existen otras disposiciones que toman como base esta práctica organizativa, que van desde actividades especializadas como cultos religiosos y juegos deportivos, hasta disposiciones cotidianas que incluyen vestidores, centros educativos, requisas a la entrada de eventos masivos y por supuesto, en correspondencia con nuestra alusión etimológica inicial, las cárceles...

Pensemos por ejemplo en las coordenadas sexo-genéricas con las que se ve confrontada una persona dentro del sistema de educación formal. Esta enfrentará una división de género en torno a actividades curriculares, zonas de juego, uso de uniformes<sup>2</sup>, así como la vetusta orden de ubicarse ya sea en la fila de hombres o en la de mujeres. Estos elementos en su conjunto, pueden permear la matriz de inteligibilidad del par sexo-género en función del tiempo y contexto en que se desarrollen, así, por ejemplo, las sanciones relacionadas con el desarrollo de actividades lúdicas o académicas, así como la incorporación

a la fila «incorrecta», pueden bajo ciertas circunstancias, acoplarse al marco políticamente correcto de la «tolerancia».

Incluso el uso de vestimenta contraria al género asignado, comienza a permear —aunque por vía judicial—, la densa matriz que se yergue en este ámbito, como se demuestra en recientes casos, como el de una adolescente transexual en Colombia, quien obtuvo un fallo favorable para utilizar uniforme femenino (Díaz-López, 2014). Además de los cambios señalados que se dan desde del ingreso al sistema de educación formal, se opera la modificación radical de una consolidada costumbre doméstica que consiste en ir al baño. A diferencia de otros aspectos, dicha modificación comportamental se muestra absolutamente naturalizada, al punto en que no se vislumbra la segregación sanitaria como tal. Hacemos este énfasis en el sistema educativo, pues la experiencia que da pie a este artículo se gesta en una institución educativa, en este caso en una Universidad, lo cual parece indicar que la relación que se gesta en el baño configura un nudo gordiano que perdura hasta dicha instancia.

## II.

En el marco de la práctica profesionalizante del Módulo de Accesibilidad a los Servicios Profesionales en Psicología para la Población con Discapacidad de la Escuela de Psicología de la Universidad de Costa Rica, se propuso el diseño de una jornada de actividades que se sumara a las propuestas del Día Internacional de Acción por la Despatologización de las Identidades Trans. Dicho enlace surgió a partir de la lectura en torno a la línea de continuidad que existe entre los estudios transgénero y la diversidad funcional. Como señala Robert McRuer (2006), la heterosexualidad compulsiva está entrelazada con el *capacitismo* corporal, en la medida en que ambos sistemas trabajan en pro de la reproducción de un cuerpo normal, un cuerpo no discapacitado y un cuerpo que responda a las exigencias del deseo heterosexual. A continuación, haremos una descripción de las actividades propuesta y su resolución:

El 25 de octubre de 2013, 6 días después de la fecha en la que se lleva a cabo la jornada del Día de la Despatologización de la Transexualidad, se llevaron a cabo diferentes actividades en la Sede Rodrigo Facio de la Universidad de Costa Rica, entre las cuales, ciclos de cine a lo largo de la semana; una sesión de fotos en la que se invitaba a las personas a transgredir su género (o sus géneros); una exposición de fotografías; performances de diversos colectivos y la actividad que analizaremos para esta propuesta: la intervención de los baños de la Facultad de Ciencias Sociales y su inmediato desmontaje.

Centrémonos por un momento en este evento. La noche anterior al viernes 25 de octubre, un grupo de personas pertenecientes a colectivos activistas por los derechos de las personas LGBT<sup>3</sup>, Trabajos Comunes Universitarios (TCU) vinculados a estas poblaciones y personas independientes nos reunimos en el edificio de Ciencias Sociales con una serie de propuestas para intervenir los sanitarios.

Algunos de los elementos presentes eran: instalación de papelógrafos y papel plástico en las paredes para que las personas pudieran expresarse, con preguntas generadoras y provocadoras, tales como:

- «¿Sabes que aquí orinan mujeres trans?».
- «¿Qué te hace pensar que eres hombre?».

A su vez se colocaron reglas al costado de los inodoros en todos los baños, se pegaron carteles con fotografías impresas cuestionando los géneros, así como frases cuestionadoras, entre las que figuraban:

- «No se nace mujer, ni se llega a serlo».
- «Baños para personas».
- «Baño sin género. Baño para todxs».
- «Mi cuerpo es mío, yo decido donde orino».
- «Mientras la élite gay se quiere casar, lxs trans pobres luchamos por estudiar».

Por su parte se sustituyeron los carteles del baño que representan iconográficamente un hombre y una mujer por imágenes más ambiguas o con ambas características en una sola imagen.

Cabe mencionar que, para la realización de dichas intervenciones, se siguió cabalmente la normativa de la instancia rectora correspondiente, que en este caso se refiere al Decanato de Ciencias Sociales, y con antelación se solicitó la autorización al administrador del área, el cual aceptó e indicó que solo se debería recordárselo la semana anterior a la intervención para que previniera al personal correspondiente, de manera que no retiraran la decoración. No obstante, a pesar de seguir todos los protocolos, el material de decoración fue retirado el día inmediatamente después de realizarse la intervención.

Merece traerse a colación el hecho de que los objetos de la decoración no fueron retirados cuidadosamente, sino que fueron despedazados, como se si buscarse impedir su ulterior recolocación. La intervención del espacio provoca una descolocación que demanda ser restituida, en este caso, tal compensación se decanta por un carácter sancionatorio en varios niveles. A diferencia de las demás actividades, la intervención de los baños supuso un punto de inflexión fundamental, pues devela que incluso un incipiente intento de transgresión programada como este, en el recinto de una de las más importantes instituciones de educación superior de este país, resulta coartado. El baño en cuanto marcador de la oposición sexo-género, el accionar aséptico como metáfora de la normalización, sugieren a nuestro criterio los puntos de contacto de cada uno de los componentes de ese quiasma sanitario que señalamos anteriormente.

*Lucem Aspicio*, reza el lema de la Universidad de mayor tradición del país; las Universidades usualmente son representadas como instituciones de gran prestigio social, encargadas de llevar la luz del conocimiento allí donde el oscurecimiento de la razón da lugar a la barbarie, la injusticia social, la desigualdad y la exclusión. Ciertas acciones parecieran corroborar este hecho, en Costa Rica, las universidades públicas han sido pioneras en lo que respecta a la promulgación de normativas que protegen los derechos de las poblaciones minorizadas, así, por ejemplo, la declaración de distintos campus como «libres de toda discriminación» conlleva una serie de importantes garantías a nivel reglamentario, pero quizá un aspecto más importante aún, es que dichas promulgaciones suponen una reafirmación simbólica de la diferencia, que resulta exigua una vez que se coloca un pie fuera de tales recintos.

Sin embargo, y este es quizá el punto principal de nuestra insistencia, ese conjunto de derechos y garantías, tienden a cobijar —aunque con considerables limitaciones— a solo una parte de las poblaciones minorizadas; en lo que se refiere al ámbito de la diversidad, esto comprende concretamente a las personas gays y lesbianas, no obstante, las personas *trans* no parecen entrar de forma efectiva en la ecuación de «libres de discriminación», a pesar de aparecer nombradas en diversos decretos y declaraciones. Lo anterior se demuestra en

hechos paradójicos, como la imposibilidad de *registrarse con el nombre* que se desee y recibir dicha identificación en los salones de clase.

Aunque exista idea generalizada de que las personas *transgénero* no se encuentran en las universidades, es un hecho prácticamente incontestable que sí las hay, sin mencionar que en la actualidad hay un número creciente de personas cuya identidad no cabe en los estrechos márgenes del binario hombre/mujer, y que no necesariamente se identifican como personas *trans*.

### III.

La admisibilidad de lo que se entiende por diverso conlleva una serie de puntos liminales, que en nuestro criterio están directamente asociados a una racionalidad *cissexista* que, entre otras cosas, concibe que solo existe un tipo de morfología y que esta debe estar alineada con el género asignado al nacer. La advocación de *cuartos sanitarios borderline*<sup>4</sup>, conlleva una desestabilización de ese precepto fundamental que signa una localización específica para todos y cada uno de los cuerpos.

Retomando algunas proposiciones de Gloria Anzaldúa (1987), la frontera es el panorama del ser y del no ser, del estar y el no estar; en su planteamiento enfatiza a propósito de la condición chicana, que la frontera no es México, pero tampoco Estados Unidos; no es español, pero tampoco inglés, y de esta forma, la preocupación sobreviene cuando entra en escena la conciencia de que, tanto uno como el otro, consideran la lengua fronteriza como deficiente. No obstante, como señala Meri Torras (2004), pareciera que cada vez las fronteras tienden a hacerse más porosas, dando como resultado un vaivén entre las dicotomías a través de las narrativas de los cuerpos y espacios habitables, y a tal propósito señala: «somos en las fronteras» (p. 12).

En la escisión que se da en los baños públicos, acontece algo análogo a lo que refiere Anzaldúa, se crea una frontera, que como sucede en un mapa, no pasa de ser un trazado imaginario que cuenta no obstante con innumerables marcas reales, vallas, alambrados, muros, torres de vigilancia, cámaras de seguridad, sensores de movimiento y francotiradores. A su vez la frontera conlleva una economía de servicios que se sustenta en la materialidad de la separación de espacios, de modo tal que en torno a la frontera se erige un conjunto de instancias aduanales de carácter legal e ilegal, que tasan la movilidad de las mercancías y los cuerpos que se mueven de un lugar a otro.

Los baños por un efecto de trazabilidad espacial, conllevan sus propios marcadores fronterizos, el primero de ellos se refiere a la señalización, que como sucede a nivel de los territorios nacionales, anuncia la extinción de un trayecto común. Los iconos que establecen la «naturaleza» correspondiente al cuerpo de un hombre y al de una mujer, operan como un escáner refractario en el que el propio sujeto ausculta su propio cuerpo con la mirada, para finalmente sellar por sí mismo su pasaporte de entrada.

A diferencia de lo que acontece en la frontera de los países, ya sea por la violencia burocrática de la legalidad o por los largos vericuetos que exige sortear la ilegalidad, la tramitología del baño tiene como premisa fundamental la efectucción expedita de cualquier proceso. Como señala Plemmons-Pratt(2005), el potencial del diseño gráfico de los iconos de hombre y mujer es que la gente no tenga que pensar mucho sobre su significado. El *quick pass* a una u otra región generizada da cuenta de la reiteración que instaura el patrón modélico de un cuerpo sexuado que se asume como prediscursivo.

## Interludio 1: Alteración al radar

Dicen que cuando hay un murciélago en una habitación, si se toma una sábana mojada y se agita vehementemente en forma de círculo, es posible lograr alterar su sistema de radar y desubicarlo hasta hacerlo chocar con las paredes u otros objetos.

En mi condición de bio-mujer, fémina por diagnóstico médico y estrategia política, en palabras de Itziar Ziga (2009), relativamente cisgenérica por defecto, entrar al baño que no estaba dispuesto para mí suponía una epopeya, la cual asumí como espía de ese no-ser espacial, asumiendo el rol de la sábana que pretende confundir el radar del rondín de turno.

Me encuentro entonces allí, me asumo vulnerable, un macho apócrifo invadiendo la morada de la máxima somática del taylorismo binario masculino. Entra el primer centinela, pasa recto, realiza su trámite en el urinario sin percatarse de mi presencia, se moja precariamente las manos en el lavabo y en seguida se retira. Así ocurre con al menos los tres primeros participantes de mi observación - acción, ninguna reacción.

En un baño, un chico de mantenimiento alcanza a decirme tímidamente «este es el baño de hombres» ante lo cual respondo «sí, a este vengo», el joven responde con un «Ahh...» confuso y no vuelve a intervenir, clava la mirada en el vaivén de su fregador y de nuevo: me ignora.

Hubo sin embargo quienes detectaban una transpapelada de códigos, algunos de los recursos más comunes era rectificar sus miradas hacia otras partes de mi cuerpo intentando encontrar algún dictamen que justificara mi presencia allí, nada, ninguna respuesta.

Me sentía pues como una sábana que lograba advertir que algo en aquella atmósfera se había desplazado, sin embargo, este escenario normativo de producción de masculinidad (Preciado, 2012) no advierte amenazante mi presencia, incluso cuando la concibe desubicada. La sábana logra pues, apenas incomodar sus ecolocaciones binarias y los invita a retirarse cuanto antes mejor, sin embargo, no supone ningún peligro, ningún objeto contra el cual corran el riesgo de chocar.

Estas versiones posmodernas y electromagnéticas de Vlad Drăculea, contrario a mis predicciones, no se dieron aludidos por mi despliegue de códigos sexuales herejes, seguiré frecuentando estos espacios de construcción heteronormativa, buscando estrellar a estos *queerópteros* del género con sus propios marcos normativos.

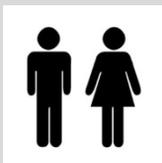
Los baños de los recintos públicos o semipúblicos, imponen lo que Lacan designó como una «segregación urinaria» (2012, p. 467). Como señala Jean Allouch (2004), el usuario de esta clase de servicios sanitarios se encuentra frente a una elección forzada, que consiste en declararse «hombre» o «mujer», a pesar de que con esta decantación no se facilite o dificulte el trámite que se ha de cumplir, situación análoga a lo que ocurre con un depósito bancario, para cuya gestión no han sido dispuestas ventanillas con la inscripción de «damas» y «caballeros».

El baño como zona de exclusión-inclusión, vendría a ser partícipe de la noción derridiana de «ontología» (Derrida, 1994), dicha noción liga el valor ontológico del ser con determinado topos, localidad o territorio. Ubicar el género *designado* del cuerpo en el baño concomitantemente *asignado* para dicho cuerpo, implica una reificación del signo *genérico* bajo el cual se determina el Ser correspondiente al cuerpo mismo. La reiteración de pautas generizadas que

refuerzan los binarios somatopolíticos de hombre/mujer, masculino/femenino, constituyen siguiendo a Monique Wittig (2007), un instrumento para la configuración de un contrato social heterosexual, el cual argüiremos, es refrendado cotidianamente por medio de diversos rituales, discursos y arreglos espaciales, en los que el baño tiene una función privilegiada.

## Interludio 2: La *intrans*vestidura sanitaria

Figura 2: Letrero de baño hombre y mujer



Fuente: Getty Images

Como la mayoría de personas que habitamos en países que heredamos la división sanitaria como parte de las normativas socioculturales que rigen nuestro diario vivir, desde muy temprano me he relacionado como estas figurillas que señalan la dirección que debo tomar cuando quiero utilizar un baño público. Salvo algunas circunstancias excepcionales, como en la infancia, en la que el baño de mujeres es permitido bajo la escolta materna, el lugar que marcaba la figura con vestido siempre constituyó para mí una zona prohibida.

Años después de la amnistía infantil, he tenido algunos reencuentros con aquel recinto de antaño. Visitas en las que mi apariencia física resulta bastante próxima a la de una bio-mujer. En estas idas al baño ocurren múltiples acontecimientos que generan efectos que no son fáciles de discernir, a pesar de lo vividas que puedan ser las situaciones. Así, el acto de hacer fila, la postura en el escusado, las conversaciones de tocador y los rituales frente al espejo, son solo algunas de las muchas situaciones cotidianas que asumimos como inherentes al talante de un género dentro de un baño público. Situaciones que asumen un cariz distinto cuando un cuerpo exhibe ciertos trazos que no cuentan con el aval biológico que exige la institución sanitaria. Como resultado, tenemos una serie de fenómenos colaterales que marcan de manera diferencial la estancia de dichos cuerpos en ese espacio, así, por ejemplo, la sentencia del símbolo adquiere un peso que se hace sentir como nunca antes en el cuerpo, y que se ve redoblado a través de las miradas de escrutinio que parecen plantear múltiples preguntas a esa corporalidad.

Figura 3: Letrero de baño trans



Fuente: Getty Images

Ingresar a un baño público implica la invocación de un carácter preestablecido, conlleva una investidura sanitaria que se impone desde el momento en que visualizamos los símbolos de hombre y mujer en las puertas de los baños. Trasponiendo el ritual de visita al baño público con un análisis de componentes morfológicos en el sentido gramatical del término, diremos que los signos de baño son al cuerpo lo que un sufijo es a un lexema o raíz de una palabra, y que los ulteriores arreglos comportamentales que actuamos en ese espacio, vendrían a ser los sufijos derivativos que redoblan el valor semántico de la inscripción binaria sobre ese cuerpo-lexema.

La segregación de los cuartos de baño afija y sufixa la *investidura* binaria de aquellos cuerpos que ocupan el valor de hombre y mujer, cuerpos que, como un lexema, se asumen como raíz sin flexiones ni derivaciones, es decir, naturales e inmutables. No obstante, existe un afijo morfológicamente poco frecuente, hablamos ni más ni menos que del «infijo», que es ese morfema que se combina con una raíz o lexema. La palabra infijo viene del participio latino *infixus* (hundido, clavado o fijado en el interior). Es decir, que el infijo está insertado en la propia raíz, clavado en su interior.

Pasando de la morfología gramatical a la corporal, la entrada de los *trans* a un baño, conlleva lo que podríamos llamar, una *intrans*vestidura, en la que lo *trans* como infijo, atraviesa la *investidura* sanitaria, se coloca en el centro, en esa zona fronteriza de la identidad binaria hombre | mujer. *La entrada de lo trans en el baño público, nos convierte en infijos...*

La entrada en la región prohibida del género «opuesto», conlleva un traslape del Ser que «ensucia» el límpido ciclo designación-asignación. El espacio de confort del Ser Cisgenérico, constituye una garantía higiénica para su perpetuación. No obstante, toda norma represiva conlleva una zona de fuga, un espacio de opacidad en el que tiene lugar la transgresión. En este sentido, no es de extrañar que los baños sean espacios que posibilitan encuentros sexuales furtivos o incluso áreas privilegiadas para el secretismo y las transacciones privadas. De esta forma, el baño se erige en una frontera más entre lo público y lo privado, y conjuga por su parte el espacio maniqueo de la prohibición y la concesión.

Dicho sea de paso, el carácter liminar y de transgresión que conlleva el baño resulta diáfano cuando se analiza el lugar que durante mucho tiempo han ocupado los baños públicos para la comunidad homosexual, como se señala a continuación:

Los urinarios y sus aledaños (parques, aparcamientos, escaleras de emergencia, pasajes subterráneos, estaciones de tren...) son, de hecho, parajes donde se han articulado muchas identidades gays. Espacios periféricos y marginales adonde han sido expulsadas las posibilidades de encuentro y de placer que, en ningún caso (dada la presión de unas sociedades hostiles) podían organizarse entre sujetos, individuos o ciudadanos identificables como tales; con sus nombres, empleos, lugares de residencia... O, por decirlo de otro modo, muchos gays (pre-gays, proto-gays... llámeseles como se quiera), de muy distintas latitudes y a lo largo de muchas décadas, se han construido como tales en tanto que usuarios de los urinarios. (Llamas y Vidarte, 1999, p. 20)

La segregación del baño implica un modelaje circunspecto que moviliza enunciaciones silentes que se alojan en el cuerpo y que acarreamos ingentes efectos significantes. El cuerpo, como señala Butler (2008), no es una materialidad independientemente investida por las relaciones de poder exteriores a él, sino que es aquello para lo cual son coextensivas la materialización y la investidura. El baño constituye una instancia privilegiada para el *marcaje* de

los cuerpos; la normativización que rige nuestra actuación continuamente en esos asépticos recintos, opera sobre una base que anula el más mínimo atisbo de ambigüedad, que se ve reforzado por una serie de arreglos espaciales y normativas institucionales, así como de acuerdos implícitos y arreglos tácitos.

#### IV.

El presente texto se constituye a partir de un conjunto variopinto de elementos, que van desde el recurso de la etimología, pasando por el reporte etnográfico y las reflexiones teóricas, hasta las narrativas personales. Esta disposición heteróclita que también se refleja en los estilos de escritura y hasta en la variación de los márgenes del texto, responde al interés fundamental de problematizar la academia desde la academia misma, tomando como recurso sus propios insumos y herramientas, sin por lo tanto subsumirse en ellos.

La academia pensada como un zócalo impertérrito de objetividad, suele acoger la alteridad como ese objeto de estudio completamente ajeno que aparece en esa distante llanura conocida como «la vida común y corriente». Por el contrario, la academia pensada como un espacio en constante construcción, con sus múltiples subjetividades y contradicciones, puede convertirse en un verdadero espacio de alteridad que faculte la reflexión y problematización de las fronteras que existe entre su quehacer y el resto de la sociedad.

Este intento por realizar una género-grafía de los baños universitarios en particular y de los baños públicos en general, tiene el acometido de obtener una imagen de la dicotomía sexo-genérica que signan estos espacios culturales en los cuerpos y las prácticas de quienes recurrimos a ellos de forma cotidiana. Concluimos así, que resulta imperativo seguir interponiendo a estos espacios una perspectiva deconstructiva del género, con miras a visualizar los diferentes tonos que componen esa extensa escala de grises que implica la construcción del cuerpo sexuado y los roles aparejados a este.

#### NOTAS

<sup>1</sup> La *cisgeneridad* se refiere a la idea de que debemos identificarnos con la denominación biológica que nos fue asignada al nacer (sexo hombre = género masculino / sexo mujer = género femenino). El *cissexismo* por su parte conlleva la idea de que solo las personas cisgénero son acordes a la naturaleza y, por lo tanto, es a ellas a quien corresponde llamar «normales».

<sup>2</sup> Como señala Glorianne Leck (2005), el uniforme escolar oculta la exhibición necesaria de las diferencias que existen en la posición social y en las normas culturales, diferencias importantes, si se tienen en cuenta los procesos pedagógicos particulares que conllevan, pero, por otro lado, el uniforme fija de forma taxativa una serie de patrones generalizados, que obligan al igual que ocurre con los baños, a hacer una «elección» dicotómica.

<sup>3</sup> Personas Gais, Lesbianas, Bisexuales, Transexuales e Intersexuales.

<sup>4</sup> La idea de *cuartos sanitarios borderline* conlleva una analogía crítica respecto al *trastorno límite de la personalidad* (padecimiento con el que se suele etiquetar a las personas *trans*), cuya principal característica se refiere a una forma de pensamiento dicotómico e inestable, así como a una tendencia a la disociación, que en última instancia alude a un distanciamiento de la realidad. El baño limítrofe o *borderline* sería por lo tanto una instancia que activa señales de alerta de género, en la medida en que juega con el límite binario de lo masculino y lo femenino, contrario a la repetición performativa que conlleva la disposición de los baños tradicionales, en la que se reiteran y refuerzan los extremos opuestos de dicha dualidad.

## BIBLIOGRAFÍA

- Allouch, Jean. (2004). Un sexo o el otro. Sobre la segregación urinaria. En: *El sexo del amo. El erotismo desde Lacan*. Córdoba: Ediciones Literales.
- Anzaldúa, Gloria. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- Butler, Judith. (2008). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo»*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, Judith. (2007). *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós.
- Derrida, Jacques. (1994). *Spectres of Marx: The estate of the Debt, the Work of Mourning and the New International*. London: Routledge.
- Díaz-López, Sebastián. (Marzo, 2014). Kim Zuluaga, la transexual que la corte defendió. *Las 2 Orillas*, Bogotá, Colombia.
- Foucault, Michel. (2001). *Seguridad, territorio, población*. Curso del Collège de France [1977- 1978]. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Gershenson, Olga y Penner, Barbara. (2009). *Ladies and gents. Public Toilets and Gender*. Philadelphia: Temple University Press.
- Lacan, Jacques. (2012). [1966]. La instancia de la letra en el inconsciente o la razón desde Freud. En: *Jacques Lacan Escritos I*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Leck, Gloria. (2005). Uniformes escolares, pantalones anchos, muñecas Barbie y trajes de ejecutivo en los consejos escolares. En: Talburt, S. & Steinberg, S. (Comp.). *Pensando Queer. Sexualidad, cultura y educación*. Barcelona: Editorial Graó,
- McRuer, Rubert. (2006). *Crip Theory. Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press.
- Monlau, Pedro-Felipe. (1946). *Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Tercera Edición Ampliada. Buenos Aires: Joaquín Gil Editor.
- Plemmons-Pratt, Andrew. (2005). A Critical History of Binary Wayfinding. *Race, Space, Culture*. Disponible en: <[http://www.apratt.com/wp-content/uploads/2008/03/pratt\\_binarywayfinding.pdf](http://www.apratt.com/wp-content/uploads/2008/03/pratt_binarywayfinding.pdf)>.
- Preciado, Beatriz. (2012). *Basura y Género. Mear/Cagar. Masculino/Femenino*. Recuperado en noviembre del 2013, en: <<http://www.hartza.com/basura.htm>>.
- Torras, Meri. (2004). Cuerpos, géneros y tecnologías. *Lectora: revista de dones i textualitat*, 9-12. Recuperado el 17 de septiembre del 2018, Disponible en: <<http://www.raco.cat/index.php/Lectora/article/view-File/205473/284654>>.
- Llamas, Ricardo y Vidarte, Francisco. (1999). *Homografías*. 2º Edición, Espasa Calpe.
- Wittig, Monique. (2007). *La pensée straight*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Ziga, Itziar. (2009). *Devenir perra*. Barcelona: Melusina.

# A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO E SUAS PRÁTICAS DE GOVERNO

## *THE INSTITUTIONALIZATION OF DIFFERENCE: REFLECTIONS ON INCLUSIVE POLICIES IN EDUCATION AND GOVERNANCE PRACTICES*

**Sandra Cristina Morais de Souza**

*profsandrapsico@hotmail.com*

*Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF.*

*Professora da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Centro de Educação – CE*

**Mary Rangel**

*mary.rangel@lasalle.org.br*

*Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

*Professora Titula de Didática da Universidade Federal Fluminense e Titular da Área de Ensino-Aprendizagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

### RESUMO

Neste texto, centramos nossa reflexão na emergência do termo inclusão, buscando entendê-lo como um processo social, econômico, histórico e cultural produzido pela modernidade. Ao abordar o termo inclusão é necessário articula-lo a outro termo que ganhou espaço e destaque - diferença. Na tentativa de discutir sobre esses termos, procuramos, neste breve ensaio, envolver alguns aspectos sobre as tentativas de institucionalizar a diferença e suas práticas de governo na sociedade moderna. Para tratar os conceitos em questão, faço uma conexão teórica com Michel Foucault, por considerá-lo como uma das referências principais, pois, através de suas reflexões sobre a sociedade moderna e suas instituições, abriu-se a possibilidade de um olhar crítico sobre os sujeitos construídos por tais instituições e sociedade. As noções de biopolítica e normalização nos ajudam a trazer tais questionamentos sobre a construção do sujeito social. Em síntese, o caminho para os estudos sobre o tema em questão pressupõe um aprofundamento nos meandros que regulam as políticas inclusivas na educação e as práticas de governo que vêm engendrando discursivamente esses saberes e fazeres.

**Palavras-chave:** Inclusão. Biopolítica. Normalização. Governo.

### ABSTRACT

In this paper, we will focus our reflection on the emergence of the term inclusion, seeking to understand it as a social, economic, historical and cultural process, produced by modernity. When discussing the term inclusion it is necessary to articulate it to another term that has made inroads and been highlighted: the concept of difference. In an attempt to discuss these, we try in this short essay to involve some aspects of the attempts of institutionalization of difference and their government practices in modern society. To address the concepts in question, we seek a theoretical connection with

Michel Foucault, taking it as one of the main references, through his reflections on modern society and its institutions for they opened up the possibility of a critical look at the subject constructed by such institutions and society. The biopolitical notions and standards help us to bring such questions about the construction of the social subject. In short, the path of studies on the subject in question presupposes a deepening in the intricacies governing inclusive policies in education and government practices that have been discursively engendering such knowledge and practices.

**Keywords:** Inclusion. Biopolitics. Normalization. Government.

## INTRODUÇÃO

Abordar a institucionalização da diferença nos leva a refletir sobre as políticas inclusivas e suas práticas de governmento. Com base nesse questionamento, apontamos a necessidade de examinar os discursos inclusivos e os dispositivos biopolíticos de controle que estão invisíveis na população.

Ao propor uma aproximação entre os estudos foucaultianos e a inclusão educacional, acreditamos que essa discussão poderá trazer para a educação grandes contribuições. Cabe, então, o seguinte questionamento: Como podemos tomar emprestados os conceitos de Foucault para explicar os sentidos atribuídos ao processo inclusivo no espaço educacional?

Esse empréstimo é decorrente das reflexões de Foucault sobre a sociedade moderna e suas instituições, o que possibilita um olhar crítico sobre os sujeitos construídos por tais instituições e sociedade. É relevante dizer que Foucault, em seus escritos, não fala da inclusão explicitamente, mas denuncia o caráter excludente das diversas instituições sociais, por exemplo, o hospício, a escola e a família.

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DIFERENÇA

É preciso conhecer a diferença, e nada mais apropriado que colocá-la perto, incluí-la, para que possa ser administrada e governada. Nesse sentido, a diferença é representada como algo negativo, algo que está na ordem do discurso.

A diferença foi, durante por muito tempo, encarada como algo depreciativo, incômodo, indesejável. Assim, é algo que não se reconhece, que está fora das representações e dos padrões estáveis. Talvez seja o exercício de se reconhecer sempre que causa tanto receio em relação ao diferente e provoca uma instabilidade, que motiva mudanças e transformações e rompe com os padrões estabelecidos pela razão.

Marinho (2012), em seu trabalho intitulado *A Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze na Filosofia da Educação no Brasil*, mais precisamente no Capítulo 3 de seu Relatório de Pós-Doutoramento, faz uma breve exposição sobre o texto *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*, de Michel Peters, apresentando uma breve incursão sobre o pensamento de Deleuze e a filosofia da diferença.

Em um segundo momento na incursão do capítulo, a autora apresenta a caracterização do conceito de diferença no pensamento deleuzeano. Para isso, o material utilizado foi *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*, de Regina Schöpke, em que é apresentada a historiografia da categoria 'diferença' no pensamento pós-moderno. A autora faz um verdadeiro

percurso sobre a noção de diferença em vários filósofos, enfatizando a influência de Nietzsche na noção de diferença em Deleuze.

No livro *Diferença e repetição*, Deleuze apresenta a crítica feita pela Filosofia da Diferença à Filosofia da Representação e nomeia o conceito da diferença como central, por ser afirmativo e criativo, no lugar do conceito da contradição, que é negativo e conservador (MARINHO, 2012). Deleuze (2000) entende que a diferença não deve ser representada como algo negativo, um *monstro*, que precise de transformação. Por isso, ele propôs uma filosofia que não trata da identidade, mas da diferença.

E não é certo que seja apenas o sono da Razão a engendrar monstros. Também a vigília, a insônia do pensamento, os engendra, pois o pensamento é esse momento em que a determinação se faz una à força de manter uma relação unilateral e precisa com o indeterminado. O pensamento “faz” a diferença, mas a diferença é o monstro [...] Arrancar a diferença de seu estado de maldição parece ser, pois, a tarefa da filosofia da diferença. (DELEUZE, 2000, p. 82-83).

Ao propor que a diferença seja arrancada do seu estudo de maldição, Deleuze encena, talvez, uma das maiores operações do pensamento filosófico moderno, deslocando a diferença da submissão imposta pela identidade e pela razão. A identidade seria a marca da representação, algo determinado, estático e lógico. O sentido atribuído a ela consiste em reconhecê-la como a responsável por colocar em ordem o caos, porquanto ela opera na ordem da razão, por isso despreza a diferença e deixa-a submissa. Pensar na diferença é uma forma de se contrapor a essa lógica e de contemplar o indeterminado, em que todas as coisas podem se apresentar misturadas, sem identidade, um convite a rupturas.

Romper com o instituído se configura como uma ação inapropriada, que deve ser evitada e abolida. Essas rupturas abrem espaço para o caráter subversivo e anárquico da diferença e quebra os padrões de identidade e de semelhança impostos pelo olhar da razão. Nesse sentido, entendemos que a diferença não cabe nela mesma, pois está além de ser um mero objeto de representação, se apresenta por meio do pensamento, das relações e dos acontecimentos e encontra-se em constante transformação.

Quando a diferença é associada a pensamentos, a relações e a acontecimentos, traz um contexto espaço-temporal, porque, em cada sociedade, em cada momento, a diferença é construída e reconstruída. Podemos encontrar essa visão em Bauman (1998), ao afirmar:

Todas as sociedades produzem *estranhos*. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confusão o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos. (BAUMAN, 1998, p. 27 - *grifo nosso*).

As colocações de Bauman deixam transparecer que a sociedade contemporânea é responsável pela criação de seus **estranhos**. Ela buscou identificar o diferente, talvez tenha sido essa a grande batalha travada no final do Século

XX. É cabível afirmar que a modernidade tentou abranger a todos, ou, melhor dizendo, capturar, demarcar e enquadrar a todos. Essa tentativa de demarcar visa apontar, diferenciar e identificar o outro. A identificação serve para nomear e categorizar o diferente e verificar qual é o passível da normalidade ou não. Seguindo essa linha de pensamento, Lopes afirma:

Assim como a diferença pode ser exaltada e desejada em situações pontuais, ela também pode ser indesejada e apontada como uma condição vivida somente por alguns nominados e identificados como problemas, como exóticos, anormais, etc. (LOPES, 2007, p. 12).

Então, a depender da circunstância, a diferença ganha inúmeros significados, cada um de acordo com as relações de poder presentes na situação, razão por que é preciso nomeá-la e categorizá-la, pois, só assim, podemos incluí-la numa perspectiva do aceitável. Esses significados representam as várias formas de olhar as diferenças que se manifestam na sociedade. Ao investigarmos esses olhares, compreendemos que elas são produzidas e nomeadas por nós e são frutos de nossa cultura, emaranhadas em uma ampla rede de poder e de discursos que constituem o nosso modo de olhar, escrever, avaliar e agir.

De acordo com Skliar (2003), nosso olhar é regulado e controlado, por isso define para onde devemos dirigi-lo, como devemos olhar e estabelece quem somos nós e quem são os outros. Finalmente, acaba por sentenciar a nossa condição de ver o outro. Nesse sentido, a educação inclusiva representa uma nova forma de se ver (quem somos nós), de ver os outros (os alunos) e de ver a educação (a sociedade).

Esses discursos fazem parte trama em que as relações de poder atuam a partir de verdadeiros dispositivos disciplinares. Para Foucault o poder não está nas instituições, nem tampouco em contratos jurídicos ou políticos. O poder está nas relações.

[...] numa sociedade como a nossa - mas, afinal de contas, em qualquer sociedade - múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. (FOUCAULT, 2005, p. 29).

De acordo com a análise de Foucault, o poder se apresenta na sociedade de acordo com seus movimentos, a partir da circulação dos discursos de verdade produzidos e instituídos pelo corpo social. Os discursos que ambientam as tramas das políticas inclusivas na educação estão carregados de verdades e desenhados por todo o tecido social.

Nesse sentido, podemos pensar na escola como um corpo social privilegiado, onde o projeto educacional da modernidade foi construído. Nessa construção, a escola ganhou um *lócus* na consecução dos ideais iluministas, especialmente na formação do sujeito autônomo e livre. Essa centralização fez da escola um local apropriado para a construção de dispositivos disciplinares. Então, caberia a ela a missão de disciplinar os corpos e as mentes e de ser responsável por formar um novo homem. Assim, é compreensível que a escola, além de governar as condutas humanas, ficou encarregada de transmitir e generalizar essas condutas. A isso, Foucault (2011) atribuiu o conceito de disciplina.

O momento histórico das *disciplinas* é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação

de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 2011, p. 133- *grifo nosso*).

Os dispositivos, sejam eles disciplinares ou de segurança, atuam em conjunto. Enquanto os dispositivos disciplinares se apropriam dos corpos, manipulando seus gestos e comportamentos, operando a partir de técnicas que buscam dominar o corpo, transformando-os em corpos dóceis, os dispositivos de segurança agem no controle da população, dando movimento e circulação às pessoas, entretanto mantendo sobre elas uma constante vigilância e estabelecendo limites e controles (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, podemos pensar na escola como um local onde os dispositivos disciplinares e de segurança se fazem presentes e a conduta é regulamentada e controlada. Uma demonstração disso é a própria organização no ambiente escolar - a distribuição dos indivíduos no espaço, o horário e as hierarquias - que levam à prescrição de comportamentos. Foucault descreve assim esses procedimentos:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (FOUCAULT, 2011, p. 136).

Nessa direção, buscamos argumentos que possam aprofundar a discussão sobre a inclusão escolar, melhor dizendo, a escola inclusiva, analisando as premissas que a instituíram como um local onde os corpos devem ser homogeneizados. A escola inclusiva requer de todos os sujeitos que eles façam parte do espaço escolar. Essa inclusão busca possibilitar a inserção do diferente no ambiente escolar, um verdadeiro convite a ações igualitárias e homogêneas. Há, nesse sentido, uma conexão de adversatividade, pois os enunciados e as narrativas proclamam uma inclusão, pensada e criada para atender a todos. Entretanto, esses mesmos enunciados são contraditórios, porquanto a inclusão exige a demarcação da diferença e orienta, regulamenta e autoriza quem pode ou não ser incluído.

A escola inclusiva é também uma forma de vigilância, pois incluir também significa uma forma de vigiar. Para Foucault (2011, p. 169) “a vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.

Ao incluirmos os alunos, trazendo-os para mais perto, onde *a vista os alcança!*, também barateamos custos para o Estado, uma vez que esses alunos que frequentam a escola, além de estarem *incluídos* no sistema educacional, receberão noções de higiene, alimentação saudável, prevenção de doenças, paz no trânsito, educação ambiental, só para citar alguns exemplos. Além disso, eles levarão os familiares para a escola, para que eles também sejam orientados. Dessa forma, são gerenciados, ao mesmo tempo, comunidade, famílias e indivíduos, o que resulta em economia da máquina estatal (HATTHE, 2007).

Encontramos, nesse sentido, um exemplo do jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. Não podemos esquecer que a inclusão também pode ser entendida como uma demarcação da diferença, que serve como dispositivo para identificar, capturar e nomear o diferente, uma diferença que pode ser exaltada ou apagada, a depender do valor que lhe é atribuído.

Assim, como a diferença pode ser exaltada e desejada em situações pontuais, ela também pode ser indesejada e apontada como uma condição vivida somente por alguns nominados e identificados como problemas, como exóticos, anormais, etc. (LOPES, 2007, p. 12)

Isso significa dizer que os espaços e os lugares são determinados pela sociedade e estabelecem as posições a serem ocupadas pelos sujeitos. Esse posicionamento dependerá da inserção de cada sujeito no mapa social e faz com que ele possa ser incluído ou excluído, a depender do contexto. Nessa linha de pensamento, podemos entender uma posição binária, pois, ora os sujeitos são excluídos do sistema, ora são incluídos por ele. Há, nesse sentido, um poder disciplinar que enquadra, ordena e manipula os sujeitos, um verdadeiro mecanismo de controle que precisa aproximar e reconhecer o outro para dominá-lo.

Assim, estaríamos em constante governo, em relação a nós mesmos e aos outros de maneira articulada.

Ao passo que o poder é entendido como uma ação sobre ações possíveis – uma ação sempre escorada em saberes –, o governo manifesta-se quase como um resultado dessa ação; na medida em que alguém coloca em funcionamento o poder sobre outrem, esse alguém pode governar esse outrem. Pode-se dizer então que, de certa maneira, o governo é uma manifestação *visível, material, do poder*. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952-953 - *grifo nosso*).

O sentido atribuído à palavra governo diz respeito ao modo de dirigir a conduta dos indivíduos. Caberia, nesse momento, a seguinte pergunta: Qual a relação entre governo e inclusão?

O imperativo da inclusão representa uma estratégia que movimenta a sociedade em prol de inserir todos na escola. Para tanto, os discursos inclusivos mobilizam os veículos de comunicação para alargar o acesso de todos à escola. Precisamos entender que as tramas que envolveram a escola moderna foram alicerçadas no ideal de universalização do ensino.

Há, nesse sentido, uma necessidade emergente de capturar todos os que estejam fora do ambiente escolar, sejam eles deficientes ou não. Trata-se de governar os outros e a si, em relação ao ingresso no sistema de ensino, tornando inquestionável a possibilidade de se manter afastado do sistema. Para tanto, é preciso mobilizar toda a sociedade em relação à educação.

Ao trazer à tona alguns questionamentos a respeito das técnicas de governo presentes na perspectiva inclusiva, estamos desestabilizando os alicerces da escola moderna. Nosso objetivo é de problematizar a inclusão, que pode ser entendida como salvação para muitos, porquanto denota uma visão simplista em relação a uma problemática que vai além do acesso e da integração do diferente nos espaços sociais, nesse caso, a escola. Mas é preciso compreender a inclusão como uma estratégia que apresenta um conjunto de táticas/técnicas disciplinares que, ao operar nos indivíduos, visam apagar as diferenças. Para isso, utiliza o discurso da diversidade e da igualdade. Entendemos, pois, que a inclusão possibilita o governo de todos e de cada um. Nessa perspectiva, o governo representa o ato ou ação que age sobre nossas vidas e a dos outros uma possibilidade de controle que envolve toda a população.

Exemplo disso são os discursos e as campanhas que envolvem a pró-inclusão, que buscam homogeneizar a diferença e, ao mesmo tempo, tentam individualizá-la.

Nesse sentido, todos precisam estar na escola, inseridos em uma governamentalidade neoliberal que introduz na sociedade práticas discursivas que assumem o caráter de verdade. Essas práticas são responsáveis pela mobilização de grupos sociais que buscam o acesso e a ampliação da escola. Uma demonstração disso são as políticas inclusivas gestadas na Conferência Mundial de Educação para Todos. Se analisarmos o documento constituído a partir da Conferência, iremos encontrar um série de compromissos firmados pelas nações que participaram dela, no sentido de universalizar a educação.

Destacamos, em especial, o Artigo 3 da declaração – Universalizar o acesso à educação e promover a equidade, ao defender:

A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. 2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação. 4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. 5. *As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.* (UNESCO, 1990, p. 04 – grifo nosso).

Outro documento que expressa esse mesmo sentido, com foco no ajustamento de práticas educativas, foi a Declaração de Salamanca em 1994, que contempla os princípios e práticas vinculadas às necessidades educativas especiais. Destacamos o item nº 2:

*Acreditamos e proclamamos que [...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.* (UNESCO, 1994, p. 01 – grifo nosso).

É possível perceber a relação existente entre os movimentos reivindicatórios e os interesses do Estado e da sociedade civil. Significa dizer que os saberes e os poderes que circulam em nossa sociedade são constituídos pelas realidades que vivenciamos, ou seja, a forma como nossas subjetividades, ideais e práticas são incorporadas e os sentidos são construídos. Segundo Foucault (2005), houve um deslocamento na forma de governar, o que, antes, era atribuído ao território passa a ser atribuído à população, que se torna objeto de condução. Há uma redefinição dos limites e da participação dessa população e a necessidade de pertencer a determinado grupo social.

Para tanto, perceber a quantidade de leis que definem e sustentam a sociedade é um mecanismo que captura e determina comportamentos, utilizando práticas coercitivas para garantir a segurança e o controle da população. A ideia de *escola inclusiva* serve satisfatoriamente a esse propósito, já que oferece um projeto que propõe a captura de sujeitos para o espaço escolar. Dessa forma, o sujeito adentra um universo impregnado de regras e prescrições já estabelecidas pelos dispositivos disciplinares, como leis, regulamentos e programas.

Assim, entendemos a inclusão como

[...] uma programação de demanda externa e interna a ser desenvolvida pela escola junto aos diferentes sujeitos, produzindo efeitos, cristalizando significados, informando comportamentos e servindo de referência para a percepção e apreciação das coisas, pessoas, ações; inclusão que passa por simplificações, recortes, acréscimos, escapando do previsto, com toda a ambiguidade que esse escape possa gerar. (ROSS, 2009, p. 21).

Diante desse contexto, precisamos entender a polissemia da palavra inclusão, pois é um processo multifacetado de diferentes dimensões e significados. Ao retratar o processo inclusivo, estamos, implicitamente, reproduzindo um processo de exclusão. Assim, ao defender a inclusão como alternativa para as desigualdades no ambiente escolar, precisamos nos orientar a respeito das políticas de enfrentamento da diferença, entendendo os efeitos perversos da conversão da exclusão em inclusão.

De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007), desse modo, ao invés de promover aquilo que afirmam querer promover – uma educação para todos – tais políticas podem estar contribuindo para uma inclusão excludente. Em sintonia com o pensamento de Veiga-Neto, Lopes e Foucault, somos convidados a examinar o conceito de inclusão. Não podemos glorificá-lo, tampouco rejeitá-lo, porquanto precisamos analisar atentamente todos os elementos que constituem o processo inclusivo, especialmente as articulações, as estratégias e as relações de poder impregnadas nas práticas subjacentes a esse conceito.

Nesse sentido, a inclusão pode ser compreendida como uma técnica de dominação, que visa normalizar as pessoas como sujeitos, encorajando-as à sensação de pertencimento e, ao mesmo tempo, individualizando-as e moldando-as. Para isso, recorre à institucionalização do diferente. Importa ressaltar que, embora o poder esteja, muitas vezes, atrelado às técnicas de dominação, há outra dimensão do poder - seu caráter produtivo, positivo, criativo e transformador.

Ao falar em normalização, sentimos a necessidade de refletir sobre o conceito de normalidade, o qual desfruta de amplo destaque no campo da saúde e da educação. Para aprofundar nosso estudo, iniciaremos nossas indagações sobre a noção de norma. Para isso, recorreremos a Michel Foucault, para que possamos nos apropriar de alguns termos que são essenciais para nossa compreensão.

Segundo Foucault,

[...] o que circula entre o disciplinar e o regulamentador e o que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população e que permite simultaneamente controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a “norma”. A norma é que pode tanto se aplicar a um corpo quanto a uma população que se quer regulamentar. (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Assim, a norma seria um instrumento de medida, que utiliza a comparação para instituir uma referência que servirá de base para regulamentar o corpo (dispositivo disciplinar) ou a população (dispositivo de segurança ou normalização). Essa referência visa estabelecer critérios que favoreçam as ações que podem homogeneizar as pessoas, incluindo-as nos espaços sociais ou em ações que busquem destacar as diferenças entre elas, a partir de referenciais instituídos socialmente.

É importante frisar que um dispositivo não anula o outro, ao contrário, eles coexistem, sem excluir um ou outro, em um constante embate de forças, pois ambos são necessários às práticas de governmentação. Assim, “a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

## BIOPOLÍTICA E INCLUSÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foucault, no curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France, no ano de 1976, precisamente na aula de 17 de março de 1976, traz explicações importantes acerca do conceito de biopolítica. Para ele, no final do Século XVIII, surgiu uma nova forma técnica de poder não disciplinar que não se dirige mais exclusivamente ao corpo, mas à vida dos homens, ao homem como ser vivo, às populações. Portanto, a noção de biopolítica representa o domínio do homem, um domínio que vai além do poder disciplinar, mas o poder sobre o próprio organismo vivo do homem.

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Nesse sentido, a Biopolítica faz parte de um novo tipo de poder, uma nova forma de controle.

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do Século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [os quais não retorno agora], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2005, p. 289-290).

Há uma preocupação derivada do aumento da população, isto é, uma necessidade de controlar a população. Com isso, surgem novas técnicas de vigilância, que podem assegurar o controle e a circulação de todos. Isso significa que não basta controlar a circulação da massa, é preciso controlar as “circulações das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial, também” (FOUCAULT, 2008, p. 20).

Isso implica em dizer que é preciso conhecer a população. Para isso, é necessário diagnosticar os indivíduos, classificando-os e rotulando-os de acordo com sua patologia. Trata-se, então, da emergência dos mecanismos de segurança, instituídos pelo Estado para controlar o território. São mecanismos

de controle social, que agem na forma de modificar o biológico, na tentativa de normalizar e controlar o diferente. Ou seja, é uma forma de conter as diferenças e de exigir um padrão de normalidade que possa garantir a segurança do território. Para tanto, é preciso conhecer o diferente, para que não fuja ao controle da sociedade.

A inclusão atende a esse princípio, agindo como um dispositivo de controle social, incluindo ou excluindo os sujeitos de acordo com critérios estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, podemos pensar a escola, melhor dizendo, a educação escolar como um dispositivo disciplinar e de segurança, amparada pelos mecanismos sociais. Portanto, a inclusão atende às expectativas de uma sociedade disciplinar, porquanto trabalha com foco no desenvolvimento das pessoas, para que elas sejam capazes de ser incluídas, apagando as diferenças que as distanciam do território.

Assim, um dispositivo, que tem sempre uma função técnica, pode ser definido como um

conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Ora, por meio do conceito de dispositivo, Foucault nos apresenta os vários modos de se articularem os elementos que se relacionam para atingir determinado fim. Nesse sentido, o dispositivo se apresenta como algo móvel e dinâmico, que visa responder a uma urgência histórica.

Os mecanismos utilizados pela Biopolítica diferem dos mecanismos disciplinares. A Biopolítica usa formas sutis de controle. Trata-se de previsões, de dados estatísticos, de medições globais. Não se trata de modificar o indivíduo, tal como indivíduo, mas de intervir nos fenômenos gerais que, de alguma maneira, possam modificar os indivíduos.

Essa nova forma de intervenção se apresenta nos seguintes mecanismos de regulação da população: baixar a mortalidade, aumentar a expectativa de vida e estimular a natalidade. São mecanismos por meio dos quais se regulam as populações e que atuam nos processos biológicos do homem, um poder político sobre a vida e a morte da espécie.

[...] do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Esse tipo de poder é incrivelmente forte e destrutivo, porque visa à normalização da sociedade. Não significa dizer que o poder disciplinar deixou de existir, mas que foram estabelecidos dois conjuntos de poderes que ocupam esferas diferentes: um que atua na unidade, e outro, no conjunto. O poder

disciplinar utiliza os mecanismos disciplinares no corpo de cada sujeito; e o biopoder, os mecanismos de regulamentação das populações.

É preciso, pois, que haja uma norma, porquanto caberia a ela articular os dois mecanismos - os disciplinares, que atuam sobre o corpo, e os regulamentadores, que atuam sobre a população. A norma se encarrega de individualizar e recorre à comparação para tal fim. Isso quer dizer que, através das ações da norma, fazem-se comparações entre os indivíduos, avaliando cada elemento em relação ao seu conjunto. Aqueles cuja diferença não se enquadra em relação ao conjunto são considerados anormais.

A norma é saturante, ou seja, ela não admite exterior, fazendo de todos um caso seu: normal ou anormal. O anormal, portanto, está na norma, está ao abrigo da norma, ainda que seja tomado como um oposto ao normal. (VEIGA-NETO, 2011, p. 75).

Nesse sentido, a norma serve para produzir um controle, seja a nível individual e/ou grupal. Uma forma de vigilância sutil que exerce dominação na consciência ideológica da população. Portanto, a biopolítica se apresenta como uma estratégia utilizada pela sociedade, tanto de proteção, como de regulamentação da vida dos indivíduos.

Assim, podemos perceber uma operação de controle não só individual e do grupo, mas também do grupo em relação a outros grupos, o controle da espécie e o controle da população. Estamos diante de um tipo de vigilância que se amplia no campo das visibilidades, não apenas vigiando e domesticando os corpos, mas controlando o grupo que se deseja regular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar o que abordamos neste texto, trazemos um questionamento que acreditamos ser capazes de responder. É possível pensar em inclusão e diferença sem deixar de vincular um discurso de normalização?

A resposta poderia tomar diversas direções e posicionamentos, entretanto tomando como referência toda a discussão apresentada, consideramos que não é possível deixar de vincular a inclusão e a diferença a um discurso de normalização. Essa desvinculação não é possível, pois, segundo o próprio Foucault (2008), as operações de normalização consistem em fazer com que as diferentes distribuições de normalidade funcionem uma em relações às outras. Para Foucault, não podemos pensar a normalização sem relacionar as ações disciplinares e biopolíticas que agem sobre os indivíduos.

Essas ações podem ser visualizadas em diversos campos da sociedade, inclusive no ambiente escolar. A educação que, a princípio, estava destinada a uma parcela mínima de indivíduos, a partir da modernidade, foi sendo organizada para dar conta da população, que necessita ser conduzida e controlada. Aos poucos, a sociedade foi instituindo a inserção de todos na escola, até mesmo os diferentes. Esse movimento não ocorreu despretensiosamente, foi mais uma manobra da sociedade, que criou novas estratégias de controle e regulação dos sujeitos, produzindo novos mecanismos de poder sobre os indivíduos.

A proposta deste texto foi de conduzir um ponto de vista mais crítico sobre a institucionalização da diferença, relacionando as políticas públicas inclusivas e sua forma de governo. Entendemos que, devido à atual conjuntura, precisamos problematizar alguns conceitos que, ao longo do tempo, foram instituídos pela sociedade. Não se trata de adotar um viés positivo ou negativo, mas

de compreender as tramas que cercam esses processos, as intenções obscuras engendradas pela sociedade, desde a construção de discursos que são propagados como verdade, até a análise das práticas de governo que, sutilmente, conduzem à forma de agir e de pensar da população.

Enfim, podemos compreender, embora sem a pretensão de concluir tão complexa discussão, que as instituições sociais, forjadas a partir da modernidade, almejavam e almejam conduzir os indivíduos. Para isso, empregam técnicas de dominação e submissão e se expandem em todo o corpo social.

Assim, devemos reconhecer que a obra de Foucault abre muitas possibilidades para a exploração dos fenômenos sociais, e por que não dizer, educacionais, foco do nosso estudo. Por tudo isso, recorremos a Pierre Bourdieu, ao dizer que “a obra de Foucault é uma longa exploração da transgressão, da ultrapassagem do limite social, que se liga indissolúvelmente ao saber e ao poder” (BOURDIEU, 1984 apud VIEGA-NETO, 2011, p. 15).

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo et. al. *Estudos culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- HATTGE, Morgana Domênica. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle e risco social. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.) *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007. p. 189-200.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar, currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia (Orgs.) *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007, p. 11-34.
- MARINHO, Cristiane Maria. *A filosofia da diferença de Gilles Deleuze na filosofia da Educação no Brasil*. Campinas/SP, 2012. 338 f. Relatório final (Pós-doutoramento) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/SP.
- ROSS, Ana Paula. Sobre a (in)governabilidade da diferença. IN: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. (Orgs.) *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.13-32.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca/Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portalmec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo, *Foucault & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber; VEIGA-NETO, Alfredo et. al. *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 47.

# UMA ANTROPOLOGIA TRAÇADA PELA PAIXÃO

Luiz Assunção

É isso que eu peço à ciência: que me faça apaixonar.

Mia Couto

O presente memorial é uma versão resumida do texto apresentado em novembro de 2014 ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN como parte dos requisitos para a ascensão à classe de professor titular na carreira do magistério superior<sup>1</sup>.

Ao escrever este memorial fui conduzido pela concepção de que o conhecimento – o aprender a pensar e conceber o mundo – se constrói em processo, vivido nas diversas experiências do mundo sensível e intelectual e na relação com o outro. Ao dar importância à experiência vivida, ressalto fases de minha vida, pessoas, eventos, como uma espécie de matéria que se coloca à minha disposição para, numa estratégia de bricolagem, ir compondo meu pensamento e conhecimento. Os primeiros ensinamentos aprendidos no núcleo familiar impregnaram-se no meu inconsciente e, ao somarem-se a tantos outros ensinamentos na escola, no cotidiano social, no trabalho, foram tatuando meu corpo e minha existência.

O relato sobre a história vivida descarta qualquer possibilidade de pensá-la como coerente e totalizante, como se estivesse organizada em uma sequência ordenada de acontecimentos. Ao contrário, o relato de vida depende das relações existentes na produção dos discursos, o que significa considerar o contexto no qual a história se desenrola e o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço possíveis. (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, quero destacar que, ao tratar de histórias de vida, o olhar deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios.

Gostaria, ainda, de ressaltar que, na elaboração de pensar e repensar o passado, estabeleci alguns marcos para a rememoração, através de linhas cronológicas, que teceram e vieram a compor o texto elaborado. Na primeira, que poderia chamar de linha histórica, assinali os eventos significativos de processos históricos mais abrangentes, e também aquelas situações vividas particularmente por minha pessoa nesses contextos históricos abrangentes e que dizem respeito especificamente ao meu cotidiano e à minha circulação por diferentes esferas do social. Na segunda linha, apresentei os eventos que marcaram minha ação profissional a partir e no interior da vida acadêmica. No conjunto, procurei reunir os momentos mais marcantes do que, de fato, constitui o objeto central deste memorial, que é minha trajetória intelectual e acadêmica.

## OS PRIMEIROS PASSOS – EXPERIÊNCIAS PLURAIS

Aos seis anos de idade, tenho o primeiro contato com a escola. Foi a primeira experiência em grupo fora do meu universo de família e parentesco, onde acontecia minha socialização e aprendizado do mundo. Na pequena turma formada por doze alunos, que compunha o denominado “jardim de infância” do Grupo Escolar Querubina Silveira, uma escola pública da rede estadual de ensino, na cidade de Cerro Corá-RN, experimentamos a descoberta das letras do alfabeto, a junção dos fonemas, a composição das sílabas na formação de palavras, os números e suas possibilidades, mas também diferentes atividades marcadas pelo lúdico, através dos jogos, leituras, o desenho, a pintura, a música, todas experimentadas como possibilidades de elaboração do conhecimento formal e o estabelecimento de relações em grupo.

Ao mesmo tempo em que iniciava no ensino formal, minha mãe foi gradativamente me encaminhando para outras atividades complementares, de modo que, para além dos momentos recreativos, meus dias eram ocupados com aulas diversas, como a de reforço dos conteúdos estudados e, obrigatoriamente, o ensino de caligrafia. Aos sete anos de idade ganhei de presente um instrumento musical – um acordeão, e um professor foi incumbido de transmitir as primeiras noções musicais. Em outro momento, lembro-me da descoberta das cores e do cheiro das tintas nas aulas de pintura.

A intensa motivação que recebia na escola era igualmente vivida no universo familiar. Meus pais nunca perderam o contato com os parentes e seus territórios geográficos. Lembro-me das muitas viagens que fizemos aos sítios e propriedades rurais dos parentes que continuavam vivendo na zona rural de Santana do Matos, principalmente no período de colheita, nas festas de padroeiro, nas festas juninas, mas também nos velórios, quando todos da família se encontravam.

Existiam também as viagens para as cidades grandes, como Currais Novos e Natal, para visitar os parentes, resolver algum problema, geralmente relacionado à saúde ou fazer compras. Nessas viagens estava sempre acompanhando minha mãe e nessas idas e vindas por entre lugares aparentemente diferentes e desconhecidos, fui descobrindo contextos sociais diversos – um mundo rural, um mundo urbano, a tradição, a novidade. O novo e a novidade aparecem em minha vida como descobertas de imagens construídas no entorno social, que muitas vezes ganham forma em objetos concretos. Sempre tive a sensação de que, como cosmovisão, as ideias de tradição e a modernidade sempre coexistiram no pensamento dos meus pais e perpassam a dinâmica do meu universo familiar.

Na volta dessas viagens sempre ganhava um livro de presente que, de certa forma, materializava minhas andanças, inclusive aquelas imaginárias por mundos desconhecidos<sup>2</sup>. Sem ter a consciência da ideia da universalidade da cultura, minha mãe criava a oportunidade para que eu descobrisse novas conexões na elaboração do pensamento.

Muitas outras lembranças povoam minha infância na pequena Cerro Corá dos anos de 1960, como aquelas noites na residência de seu João Barbeiro, um pequeno agricultor e barbeiro, amigo dos meus pais, que juntava toda sua família para debulhar o feijão verde, contando intermináveis “estórias de trancoso” de mundos desconhecidos e misteriosos que me encantavam. Outros intensos encantamentos foram vivenciados. Não era raro aportar um circo na cidade e, quando isso acontecia, era dia de festa, melhor dizendo, eram semanas de alegria, riso, deslumbramento frente aquele mundo mágico. Gostava dos

palhaços e suas piadas; gostava de ver as acrobacias, as dançarinas rumberas e os dramas dos teatros apresentados.

Para completar, gostava de andar entre as muitas barracas arrumadas no mercado em dia de feira. Observava as cores das miudezas expostas sobre as bancas, os diferentes produtos e, entre eles, vez por outra, aparecia uma novidade que chamava atenção, seja pela estética ou inovação tecnológica, como óculos esportivos ou o radinho de pilha. Era possível perceber como aquele espaço não era apenas comercial, mas também local de encontros e sociabilidades. Foi em uma dessas caminhadas pela feira que descobri uma nova possibilidade de leitura – a revista impressa e fiquei completamente atraído por aquele objeto. O vendedor colocava uma lona no chão e sobre ela arrumava as revistas, de modo que de longe dava para ver as letras das capas e os coloridos das imagens. Passei a ser frequentador e, acredito que, por eu ser conhecido, o vendedor permitia que folheasse todas as revistas. Esse foi o primeiro espaço de leitura que frequentei para consulta e leitura.

No início de 1968, presto o exame de admissão no Instituto Vivaldo Pereira, escola estadual recém-criada em Currais Novos, onde irei cursar o nível ginásial (1968-1971). Essa escola era ampla e organizada, com seus equipamentos modernos, contando também com uma equipe de professores qualificados. Todavia, apesar dessa aparente qualidade da estrutura escolar, a sociedade estava vivendo um contexto marcado por um Estado militar repressivo e sua ideologia desenvolvimentista, cujas ações também chegavam àquela escola encravada no sertão potiguar por intermédio da ausência de biblioteca e o incentivo à leitura, uma prática pedagógica bancária, conforme argumenta Freire (1982), pelo projeto de uma escola profissional – no caso, um ginásio com prática industrial, descartando qualquer possibilidade de uma escola com formação humanística. Comparando com a experiência vivida anteriormente na escola do nível primário, o ginásio era frio e impessoal, tinha mudado radicalmente o modelo de escola.

Eu já não era mais um garoto e precisava seguir. Assim como aqueles anos da infância deixaram marcas na minha formação, a década de 1970 vai representar o rompimento com o núcleo familiar, a possibilidade de transgredir, ousar e experimentar a construção de minha própria trajetória. Em janeiro de 1972, com dezesseis anos de idade, venho morar em Natal com o objetivo de dar continuidade aos meus estudos e trabalhar. O trabalho representava forma de sobrevivência e logo compreendi que também era caminho para a autonomia e independência. Durante o dia, trabalhava como auxiliar em um escritório de contabilidade, possibilitando aprender o senso de administração e organização. No horário noturno, frequentava o nível científico no Colégio Estadual Winston Churchill.

Esse é também um tempo de descoberta da cidade grande e, principalmente, da repressão promovida pelo Estado brasileiro. Foi nessa época que conheci Salinézio Oliveira. Ele trabalhava como educador no Movimento de Educação de Base – MEB, órgão da Arquidiocese de Natal, e, simultaneamente, coordenava o movimento político conhecido como Juventude Operária Católica – JOC, uma ação que acontecia principalmente junto a grupos de jovens localizados em bairros populares. A perspectiva de pensar a religião pelo viés político sistematizava o ato reflexivo e criava uma atitude em relação ao mundo e ao contexto sócio-político brasileiro. Integrei-me ao grupo e durante dois anos seguidos (1974-1975) acompanhei a equipe nos encontros coletivos que aconteciam por diferentes bairros da cidade, participando da organização, discussões e encaminhamentos. Embora o movimento não possuísse mais a vitalidade de antes, da minha iniciante participação, aprendi mais do que foi possível contribuir. Ali esbocei pela primeira vez um ensaio sobre a existência de diferenças

de classes sociais e da compreensão do processo histórico de sua construção. Os ideários de justiça social e fraternidade compartilhada naqueles encontros ganharam forma em minha pessoa. Experimentei a imersão em outro mundo social e, ao voltar, estava impregnado desse espírito; não era mais o mesmo. Vivi uma relação com o mundo que é antes de tudo sensível, perceptiva, conforme expressa o pensador Merleau-Ponty (1994). Segundo o autor, experiência e conhecimento se entrelaçam no fenômeno da percepção e são fundamentais para, no ato do vivido, a elaboração de um entendimento.

## POR CAMINHOS ABERTOS

Em dezembro de 1975 fiz vestibular para a Faculdade de Sociologia e Política, escola mantida pelo Governo do Estado do RN através da Fundação José Augusto. Era uma faculdade pública com ótima reputação na cidade. Além do curso de Sociologia e Política, a Fundação mantinha também o curso de Jornalismo. Os meus pais provavelmente não entenderam minha escolha e, principalmente, o que iria fazer após a conclusão. Eu, porém, ao fazer a escolha não tinha dúvidas que esse seria o caminho profissional, embora imaginasse que o caminho seria difícil. Aquele foi o último vestibular realizado por aquela instituição de ensino, uma vez que o acordo firmado entre as instâncias estadual e federal encerrava as atividades da conhecida faculdade, transferindo, no início do primeiro semestre de 1976, todos os alunos para o recém-criado curso de bacharelado em Ciências Sociais<sup>3</sup> da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.

A frustrada possibilidade de frequentar um espaço onde pulsavam ideias e discussões foi dando lugar a um sentimento de orgulho pela inserção numa reconhecida instituição de ensino que iniciava seu projeto de crescimento. A sociedade brasileira ainda vivia um contexto de repressão e medo, e não foi por acaso o fechamento da antiga Faculdade de Sociologia e Política. A política do Estado brasileiro para o ensino e, especificamente, para o nível universitário, implantava um amplo processo de reforma de sua estrutura (curricular, organização política, aspectos físicos, etc.), refletindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem e formação profissional.

O Departamento de Estudos Sociais englobava diferentes cursos com um quadro docente de graduados que, em geral, não demonstravam sensibilidade ou interesses para determinadas disciplinas como, por exemplo, antropologia. Existiam exceções, entre as quais estavam alguns cursos de sociologia, que particularmente me empolgaram. Apesar da presença de alunos militares em sala de aula e do material didático adotado, que seguia o modelo dos compêndios de orientação norte-americana, um ou outro professor conseguia romper o cerco repressivo e nos apontava questões sociais importantes.

O grupo de alunos que compunha a minha sala era predominantemente formado por pessoas adultas portadoras de um diploma de graduação ou que não tinham um diploma, mas estava inserida no mercado de trabalho. De uma forma ou de outra, tinham feito o vestibular de Sociologia para complementar a formação. Entre essas pessoas estava a assistente social Lourdinha Guerra, coordenadora estadual do Mobral, órgão do Ministério da Educação no estado do RN, que, ao final do primeiro ano de curso, formaliza um convite de trabalho naquela instituição. A surpresa e expectativa deu lugar à concretização do desejo de trabalhar em uma atividade mais próxima do curso escolhido. Estava com 21 anos de idade e muitos sonhos. Pedi demissão do emprego no escritório de contabilidade em que estava há cinco anos. Antes de assumir no serviço público, preparei uma mochila e, na mesma noite, peguei um ônibus na rodoviária da

Ribeira e parti, “sem lenço e sem documento”, para minha primeira viagem de descoberta do Brasil. Nem imaginava que ainda estavam por vir as viagens de descoberta das veredas do Sertão. Durante um mês andei por Salvador, da Bahia; Ouro Preto, as cidades históricas mineiras; e a velha capital do Rio de Janeiro, em um roteiro de conhecimento do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Também da percepção das diferenças regionais; de uma visão de Brasil como “uma terra de contrastes” (BASTIDE, 1978), apesar da promoção feita pelo governo militar de um “pra frente Brasil”, desenvolvido e integrado.

O Mobral<sup>4</sup> foi para mim uma grande viagem; como encontrar outros mundos na minha própria terra, outras viagens, outros sujeitos. Em meio as muitas estratégias de ação, dias de estudos eram realizados, seja para pensar sobre os procedimentos de alfabetização ou realizar leituras discursivas. Foi nessa época que conheci alguns livros de Paulo Freire, notadamente “*Pedagogia do oprimido*” (FREIRE, 1982), paradoxalmente obra de referência para os técnicos daquela instituição. Os iniciantes, como eu, no processo educativo, passavam por um período de treinamento, inclusive acompanhando os pedagogos nas reuniões de comunidade e nas salas de aula com os alunos-professores formadores. Depois de certo tempo é que poderíamos assumir a responsabilidade de condução do trabalho de campo. Assim, vivenciei minha primeira experiência de sala de aula assumindo um treinamento para professores da região do Seridó em um fim de semana na cidade de Acari – RN.

O trabalho no Mobral me levou a viajar por todo o estado do Rio Grande do Norte, do litoral à região oeste, passando pela região do Sertão do Seridó, proporcionando a percepção das diferenças regionais e questões rurais e urbanas. Durante quase um ano e meio de trabalho, oportuneizei com a prática profissional a reflexão sobre o mundo social que a sala de aula, no curso de Ciências Sociais, não tinha condições de oferecer. Procurava estabelecer relações das situações concretas de vida – as dificuldades de reprodução das condições materiais de existência dos pequenos agricultores, a relação com a terra; as condições socioeconômicas dos moradores das periferias urbanas, o mandonismo político local, por exemplo, com os conteúdos abstratos trabalhados em algumas disciplinas, delineando o meu interesse pelo campo da sociologia e antropologia.

Poderia ter ficado um pouco mais vivendo a rica experiência do Mobral. Porém, estava no segundo ano de faculdade, sem orientação acadêmica, numa estrutura de ensino que reproduzia um modelo autoritário de educação e sozinho construía meu próprio caminho. O intensivo trabalho e a necessidade das permanentes viagens a campo obrigaram-me a decidir pelo afastamento, uma vez que tinha colocado como prioridade a conclusão do curso de graduação. Assim, ao demitir-me da estabilidade de um emprego federal, a saída foi participar da oportunidade que aquele momento apontava – a seleção como estagiário no Serviço Social do Comércio - SESC.

A condição de bolsista de estágio no setor de estatística do SESC (1978) durou menos de um semestre, uma vez que fui convidado para ocupar uma vaga como funcionário no setor de educação, ficando na instituição pelos próximos cinco anos, ao longo dos quais fui assumindo diferentes funções: chefe do setor de educação, diretor da divisão de orientação social e assessor da direção regional. A oportunidade de aprender e colocar em prática uma série de atividades relacionadas ao processo de planejamento e coordenação talvez tenha sido a principal herança desse período de trabalho.

Ainda durante o curso de graduação tive a oportunidade de conhecer o professor Veríssimo de Melo, conhecido na cidade pelos livros publicados na temática do folclore e que viria a ser diretor do Museu Câmara Cascudo. Professor Veríssimo convidou-me para participar de sua equipe de pesquisadores,

formada por alguns poucos alunos. Como tinha um contrato trabalhista que me tomava a maior parte do tempo, não pude aceitar o convite. Nessa época não existia na Universidade uma estrutura organizacional de pesquisa, nem tampouco um programa de distribuição de bolsas para alunos, de modo que a pesquisa era uma atividade muito particular, iniciativa individual do professor. Apesar de não ter participado do seu grupo de alunos, mantinha sempre contato com ele e algumas vezes levava um trabalho final de disciplina para que ele pudesse avaliar. Um desses trabalhos, aquele feito para a disciplina cultura popular, em que discorria sobre o processo de produção e circulação do artesanato santeiro de dona Teodora, artesã do município de Acari, valeu-me um comentário avaliativo por escrito. Dele ganhei alguns dos seus livros, sempre autografados. Conhecer o professor Veríssimo, tomar conhecimento e ler alguns dos seus escritos fortaleceram meu interesse pelos estudos do folclore e da cultura popular e, o que considero como mais importante, também me instigou a buscar outros autores que escreviam sobre a temática, entre os quais acabei me apaixonando pela obra dos potiguares Manuel Rodrigues de Melo e Oswaldo Lamartine de Faria.

Em 1979, frequentando o último ano do curso de Ciências Sociais, experimento a que considero sua melhor fase, a que corresponde à chegada dos professores visitantes contratados pela Universidade para executarem o projeto de criação de uma pós-graduação em antropologia<sup>5</sup>.

Naquele último ano de faculdade, o estímulo recebido de um grupo de professores me fez esboçar ensaios sobre o tema dos chamados pequenos proprietários rurais, caracterizados como aqueles que detêm a posse legal da terra e que trabalham, geralmente, com a mão de obra familiar, basicamente através de uma cultura de subsistência. As questões que me moviam estavam relacionadas à busca por compreender a relação do trabalhador com a terra, o processo de produção e expropriação rural, as relações de trabalho no meio rural, entre outras questões. Na época, a discussão sobre campesinato estava bastante intensa em decorrência da produção acadêmica nos cursos de pós-graduação, abarcando temas como o trabalho familiar de pequenos produtores rurais, a agricultura marginal à *plantation* açucareira no nordeste brasileiro, os planos de ação governamental para a agricultura e barragens, como as estratégias de sobrevivência dos camponeses<sup>6</sup>.

O interesse pelo tema rural e as questões relacionadas às condições de existência social dos pequenos agricultores, somando-se às leituras acumuladas sobre a temática, levaram-me a elaborar uma proposta de pesquisa, submetendo-a à seleção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. No ano de 1979, em que concluí o curso de graduação, a UFRN implantava o referido curso de pós-graduação e, no início do ano seguinte, aprovado no processo de seleção, iniciava meu primeiro semestre letivo.

É claro que, à medida que ia fazendo as disciplinas no curso de mestrado<sup>7</sup> e conhecendo outros referenciais, o projeto inicial foi se transformando. Existia certo clima de efervescência na Universidade, proporcionado pelo contexto de abertura política do Estado brasileiro. O materialismo histórico e o pensamento marxista nas ciências humanas eram estudados e discutidos em sala de aula. A vertente marxista da antropologia francesa, formada com um grupo de estudiosos que incluía Georges Balandier, Maurice Godelier, Claude Meillassoux, entre outros, era trabalhada na disciplina Antropologia das sociedades camponesas, e, recebida por nós, mestrandos, como outra possibilidade teórica para pensar os estudos da cultura. A esse conjunto teórico somavam-se leituras mais aprofundadas de alguns textos clássicos de Claude Lévi-Strauss sobre o pensamento selvagem e as estruturas elementares de parentesco.

Ao concluir as disciplinas-créditos no mestrado de antropologia social, dediquei-me a algumas leituras de trabalhos produzidos em cursos de pós-graduação sobre o tema do campesinato e a pequena agricultura familiar. Entre eles, um em especial me chamou atenção: a dissertação de mestrado de Margarida Maria Moura (1978), “*Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*”.

Outro trabalho que me foi muito caro foi o de Nazira Vargas (1987), “*História que o povo conta*”, uma tentativa de construir a história do oprimido a partir da sua própria percepção da opressão e dos mecanismos de resistência por ele articulados diante dela. A pesquisa tinha como objeto de estudo as condições de produção e reprodução social de um campesinato localizado nas Ribeiras do Piranhas-Açu, no estado do RN, em um contexto em que a população vivenciava um processo de perda de suas terras em decorrência da construção de uma barragem. Embora o estudo fosse conduzido por um denso referencial teórico, o que particularmente vai me chamar atenção é o processo metodológico da pesquisa e a percepção de uma nova forma de abordar e experimentar a observação participante, em que o camponês ribeirinho se transformava em um interlocutor. O que faz a diferença não é o fato de a pesquisadora residir na área por longo período, mas da perspectiva metodológica assumida (VARGAS, 1987).

As questões e reflexões apresentadas por Moura (1978) sobre reprodução camponesa e relações de parentesco, ou seja, pensar o grupo familiar como dotado de uma dinâmica, com uma organização de produção, de consumo e de reprodução que emerge de um processo histórico, me levou a pensar especificamente em um grupo – os negros do Riacho, comunidade negra rural localizada no município de Currais Novos.

No início dos anos de 1980, quando decidi estudar os negros do Riacho praticamente nada existia escrito sobre eles ou qualquer outra comunidade negra no estado, exceto as referências feitas pelos historiadores nomeando as comunidades negras e, no caso do Riacho, uma reportagem jornalística publicada em um jornal local em que apresentava dados gerais e ressaltava o caráter de isolamento do grupo. Portanto, percebi que tinha um campo completamente aberto para ser explorado como pesquisa.

Ao definir o campo empírico da pesquisa, outras questões surgiram: como tratar de um grupo negro em um mundo rural branco? Ou como pensar as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira? Sobre o tema das relações raciais no Brasil, uma vasta e significativa produção bibliográfica estava disponível e, à medida que me dedicava a essas leituras, outra vereda foi se formando, levando-me especificamente para o tema das “comunidades negras rurais” (Pereira, 1981). Essa abordagem de estudos estava em foco no âmbito da antropologia da Universidade de São Paulo, principalmente pelo professor João Batista Borges Pereira, em que dão ênfase ao tema das populações negras em condições rurais, camponeses negros. Esses estudos seguiam um referencial teórico-metodológico centrado na ideia de tratar as comunidades negras como bairro rural, entendida como uma estrutura mínima de sociabilidade, através do agrupamento de família, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (CÂNDIDO, 2001).

A ebulição do processo de conhecimento que vivenciava não correspondia ao contexto enfrentado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN que, diante do seu desmantelamento institucional, transformando-o em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e a não permanência de antropólogos em seu quadro, produziu concretamente o fato da não existência

de orientador para o tema. Diante do impasse e da certeza do tema escolhido, resolvo solicitar o trancamento do curso, só retornando alguns meses depois.

Ao solicitar o retorno ao curso com o objetivo de concluí-lo, tinha escrito uma proposta de dissertação e a indicação de um nome para orientador, o professor Luiz Eduardo Soares, na época recém-incorporado à equipe de antropologia da UNICAMP. As leituras realizadas foram delineando o que viria a ser a dissertação, cujo fio condutor era a disputa travada entre parentes pelo direito de propriedades das terras do Riacho e outros conflitos daí decorrentes, vividos na prática diária por seus moradores, os “caboclos” e os “negros”. Ao final, a pesquisa mostrou que um grupo aparentemente fechado, coeso e homogêneo era, na realidade, um grupo conflitante, estratificado e envolvido numa rede de relações sociais e políticas, sem, todavia, deixar de ser um grupo, dotado de representações identitárias, o que é, em si mesmo, significativo. Assim, em os “Negros do Riacho”, procurei descrever seu modo de vida, a luta pela terra, as estratégias econômicas e sociais de sobrevivência, as alianças e o sistema interno de liderança e poder, com o objetivo de “procurar perceber como, na trajetória de suas vidas, a identidade social é elaborada e representada por essas pessoas e qual o sentido dessa identidade no contexto da história do grupo”. (ASSUNÇÃO, 2009a, p. 17).

A perspectiva inicial de pensar a concepção de “comunidade negra rural” como um “bairro rural” foi substituída pelos conceitos de grupo e identidade, tal como usados nos estudos da antropologia no campo das relações interétnicas nas sociedades complexas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976), que procurava explicar processos e consequências de contatos de sociedades tribais brasileiras com sociedades regionais inclusivas. Assim, recorri às análises feitas pelo autor em estudos sobre diferentes grupos étnicos e procurei compreender a identidade étnica – no caso não associada a uma sociedade tribal – como um modo de representação social. Outra referência que orientou conceitualmente o trabalho foi a teoria das fronteiras étnicas de Fredrik Barth (1976) nos princípios de abordagem em que enfatiza o caráter relacional e situacional das relações sociais e suas fronteiras.

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, OFÍCIO OU PAIXÃO

A oportunidade de ingressar na universidade surgiu no início de 1982, quando o edital para preenchimento de uma vaga de professor assistente para a disciplina Sociologia no Centro Regional de Ensino Superior do Seridó – UFRN, campus de Currais Novos, saiu publicado. A UFRN vivia uma fase de expansão caracterizada por uma política de interiorização da instituição. O concurso ocorre de imediato; consigo aprovação.

Assumir o cargo de professor na UFRN foi também um forte motivo para retomar o curso de mestrado, do qual estava afastado, conforme explicitiei no tópico anterior, elaborando estratégias para a sua conclusão<sup>8</sup>. Trabalho parte dos dados das pesquisas citadas e apresento meus primeiros escritos, publicando-os em jornais locais. O artigo “As estratégias de sobrevivência de um grupo negro”, publicado no jornal Dois Pontos (Natal, 1989), ganha uma página do jornal e divulga pela primeira vez o resultado da pesquisa na comunidade dos Negros do Riacho.

Semanalmente, me deslocava para o município de Currais Novos, a fim de cumprir com minhas obrigações docentes, sem deixar de assumir também atividades em Natal. Permaneci como docente do campus de Currais Novos

pelo período de oito anos (1983-1991). Ao final desse período, aquela unidade de ensino passava por uma crise estrutural, afetando sua existência através do fechamento de alguns cursos, como o de Estudos Sociais e História. Nesse contexto, solicitei minha remoção para o Departamento de Ciências Sociais (Campus de Natal). Em contrapartida, o Departamento de Ciências Sociais emitiu um documento em que propunha minha transferência através da sessão de vaga. É importante destacar que, desde a conclusão do mestrado (1988), semestralmente vinha assumindo uma disciplina de antropologia no Departamento de Ciências Sociais, como também participando das reuniões departamentais e demais atividades acadêmicas, o que significa dizer que exercia regularmente funções nas duas unidades de ensino.

Com a minha transferência para o Departamento de Ciências Sociais, assumo a Coordenação do curso de graduação (1992-1994), com a incumbência, entre outras atividades, de proceder a uma nova reforma curricular, seguida da implantação do sistema de informatização na dinâmica administrativa e burocrática. Assumir o cargo de coordenador de curso no campus central possibilitou um conhecimento mais detalhado da estrutura da universidade, além de propiciar a circulação por diferentes setores da esfera administrativa. Desde então, venho participando plenamente das discussões pertinentes ao curso de graduação em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura), participando de comissões e ministrando disciplinas, como de várias outras atividades acadêmicas, seja ligada ao Departamento de Ciências Sociais, ao Departamento de Antropologia ou a outras instituições<sup>9</sup>.

## O CURSO DE DOUTORADO NA PUC, SÃO PAULO

Em 1995 começo a pensar na possibilidade de cursar o doutorado. Minha proposta de tese tinha como foco as religiões afro-brasileiras, mais especificamente o catimbó-jurema, um campo de estudo praticamente desconhecido, situado em parte da região do Nordeste brasileiro. Estava interessado em compreender o culto da jurema e seus rituais. Submeto-me à seleção do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP pleiteando uma das vagas disponíveis para a professora doutora Josildeth Consorte.

No Programa de Ciências Sociais da PUC fiz os cursos obrigatórios (antropologia e seminário de pesquisa) e outros considerados optativos, realizados com os professores Maria Helena Vilas Boas Concone, Teresinha Bernardo, Ênio Brito e Jerusa Pires Ferreira. Com as duas primeiras, fiz praticamente todos os cursos exigidos no currículo, nos tornamos amigos e, no decorrer do processo, elas foram imprescindíveis, dialogando com as questões pertinentes à construção da tese. Uma das disciplinas cursadas com Maria Helena tinha como proposta fazer uma revisão da obra de Roger Bastide, momento em que reli alguns textos e procedi a novas leituras do autor. Se, por um lado, Bastide em seus estudos sobre as religiões afro-brasileiras ressaltava a supremacia nagô ao reafirmar a oposição entre um candomblé nagô “autêntico” e uma macumba “degradada”, em razão da pobreza mitológica dos bantos, por outro lado, suas pesquisas sobre o mundo banto revelam preciosas informações empíricas sobre as quais terei particular interesse. O curso dedicado à teoria da memória, uma leitura do pensamento de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, realizado com a professora Teresinha Bernardo, apresentou-me outra base epistemológica, no campo do conhecimento, por meio de novas referências conceituais, como as noções de tempo e espaço para pensar o passado e o processo histórico.

Mas não fiquei limitado ao Programa de Ciências Sociais. Tinha uma necessidade de buscar outros conhecimentos e poder usufruir o máximo possível do que Universidade pudesse oferecer. Nessas deliberadas fugas epistemológicas, atravesso os corredores dos Programas de Ciências da Religião e o de Comunicação e Semiótica e chego a outras salas de aula. No Programa de Religião, frequento os cursos do professor Ênio Brito e fico encantado com a perspectiva de pensar os cultos afro-brasileiros através de uma releitura da escravidão, propiciando uma compreensão das relações interétnicas e das estruturas simbólicas da experiência religiosa afro-brasileira, inclusive no mundo contemporâneo. Leio pesquisas realizadas sobre o tema, a partir de diferentes enfoques no próprio campo das ciências da religião, como na antropologia e sociologia, mas fundamental foi conhecer a reflexão historiográfica sobre a diáspora negra, os processos históricos de deslocamentos e construções identitárias no Atlântico negro.

No Programa de Comunicação e Semiótica, tomo conhecimento da reflexão semiótica sobre cultura a partir de diferentes perspectivas conceituais. Interesse-me pelo curso da professora Jerusa Pires Ferreira, dedicado aos estudos teóricos sobre culturas populares e literatura da voz, cuja ementa explicitava a pretensão de focar textos e conceitos fundantes para enfrentar o desafio de entender as culturas tradicionais, sua avaliação em *continuum* rumo a extensões transmidiáticas. Pessoalmente, tinha certeza da necessidade de compreender melhor a reflexão sobre o tema das culturas tradicionais, e acreditava ser esse um caminho para pensar especificamente meu campo empírico, ou seja, o culto do catimbó-jurema. Sabia do percurso inovador traçado pela professora Jerusa em suas pesquisas na temática das culturas populares. Desse modo, acreditava que aquele curso poderia render bons frutos na minha tese. Converso com a professora e frequento seu curso como ouvinte. O interesse inicial foi se transformando na descoberta de um campo de leituras completamente novo, deixando-me instigado. Pela primeira vez ouvi falar de pensadores como Eleazar Meletinski, Boris Schnaiderman, Iúre Lotman. No entanto, apaixonei-me por Paul Zumthor; foi amor ao primeiro livro. Ao ler “*Introdução à poesia oral*”, fiquei impressionado com a dimensão antropológica do conceito de cultura que permeia o pensamento do autor, sua reflexão e análise. Durante um fim de semana, fiz a leitura completa do livro e nunca mais me separei dele, do livro e de Zumthor.

Como de certa forma já explicitiei, minha ânsia de conhecimento não estava limitada à PUC, ao contrário, estava sempre circulando pelos eventos da cidade e por aqueles realizados na USP, em especial, os seminários organizados pelo professor Reginaldo Prandi. Uma de minhas referências nos estudos das religiões afro-brasileiras, conhecia sua produção bibliográfica, como também já estivera com ele em uma de suas visitas à UFRN. Numa dessas vindas a Natal, ele procurou-me para saber do campo religioso natalense. Na oportunidade, levei-o à casa de Babá Karol, o mais conhecido babalorixá da cidade<sup>10</sup>. Certo tempo mais tarde, em Salvador, a seu convite, participo de uma visita ao Ilê Opô Afonjá e de uma mesa redonda na Reunião Anual da SBPC, para a qual ele tinha convidado além de minha pessoa, os professores Ari Pedro Oro e Mundicarmo Ferretti. Desde aquele primeiro encontro, muitos outros aconteceram sempre permeados por instigantes projetos, como a publicação do livro “*Encantaria brasileira*”. (PRANDI, 2001) e o documentário produzido pela TV Globo, “Êxtase, ritos sagrados – catimbó jurema”.

# AS VIAGENS ETNOGRÁFICAS DE MÁRIO DE ANDRADE E A MINHA VIAGEM DA “DESCOBERTA DO SERTÃO”

Em minhas andanças durante o doutorado em terras paulistas, tomo conhecimento das viagens etnográficas do escritor paulista Mário de Andrade, sobretudo a Missão de Pesquisas Folclóricas, viagem idealizada por Andrade e enviada ao Nordeste brasileiro em 1938. O interesse do escritor pela contribuição que as culturas populares poderiam oferecer para a literatura no campo erudito segue as influências recebidas do movimento romântico europeu. Acreditava que o importante era buscar o entendimento da realidade brasileira em suas múltiplas diferenças, através do conhecimento do povo e de suas condições de vida, ou seja, a partir da cultura. A partir da pesquisa e do registro da produção popular, elabora uma literatura onde recria os elementos que vieram da narrativa oral, contribuindo para a construção do conceito de brasilidade e de uma imagem síntese da nacionalidade e cultura brasileiras. É no bojo dessa concepção que o escritor vai pensar a realização de viagens pelo interior brasileiro com objetivos etnográficos, denominando-as de viagens etnográficas.

Apesar de considerar o Norte-Nordeste como ricos repositórios de tradição e cultura popular, a primeira viagem etnográfica que organiza e realiza é para Minas Gerais, durante a Semana Santa de 1924, a denominada “viagem da descoberta do Brasil”. Posteriormente, outras viagens vieram como a de 1927, tendo como destino as regiões norte e nordeste e Amazônia.

Em dezembro de 1928, Mário de Andrade viaja ao Nordeste na qualidade de correspondente do jornal Diário Nacional de São Paulo. Denominou-a de “viagem etnográfica do turista aprendiz”. (ANDRADE, 1983), reafirmando, através da decisão de realizar uma pesquisa etnográfica, o seu interesse pela cultura do povo. Durante a viagem, realiza um trabalho intensivo de coleta de dados, principalmente nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Após a segunda viagem que faz ao Nordeste, Mário de Andrade constatou a necessidade de voltar à região para efetuar coletas mais sistemáticas, com o objetivo de completar suas observações e notas para o planejado volume “*Na pancada do ganzá*”. Todavia, impossibilitado de retornar ao Nordeste, diante dos compromissos assumidos no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, canaliza a ideia para o planejamento de uma “viagem etnográfica”, que deveria ser assumida institucionalmente pelo referido Departamento. Essa viagem, denominada de Missão de Pesquisas Folclóricas, expressará na prática o pensamento do escritor sobre pesquisa de campo e etnografia.

Apesar de ser o grande idealizador da Missão enviada ao Nordeste no período de fevereiro a julho de 1938, Mário de Andrade não participa da expedição, uma vez que acontecimentos políticos o impedem de retornar à região, porém procura acompanhar todos os passos da Missão, seja através dos relatórios, seja através da correspondência mantida com a equipe. A expedição é formada por quatro integrantes e percorre os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará com o objetivo de realizar a coleta da música folclórica da região e documentá-la através de registro fotográfico e cinematográfico.

É óbvio que, depois de todo esse movimento cognitivo, meu projeto de doutorado não era mais o mesmo; algo tinha mudado. As diferentes leituras que fiz, mas principalmente tomar conhecimento dos empreendimentos de pesquisa levados adiante pelo escritor Mário de Andrade, proceder à leitura da bibliografia produzida no âmbito das “viagens etnográficas” (relatórios, cartas, romances), como também realizar a leitura e consulta do acervo disponível da Missão de

Pesquisas Folclóricas de 1938, em especial a documentação escrita e visual sobre o catimbó-jurema, foram fundamentais para proporcionar uma mudança significativa em meu projeto de doutorado, relativa aos aspectos empíricos, procedimentos de objetivos e conceitos. Tinha conhecimento da prática do catimbó-jurema nas cidades de Natal, João Pessoa e Recife, mas a constatação dessa prática, na década de 1930, em cidades do interior da Paraíba levou-me a interrogar sobre sua existência no presente e, mais importante, procurar compreender o catimbó-jurema como tradição e o processo de transmissão dessa tradição no contexto atual. Dizendo de outra forma, interessava-me compreender as transformações ocorridas na constituição do culto religioso, advindas de diferentes influências e de uma dinâmica que gerava uma nova prática de jurema (Assunção, 2006).

O primeiro passo foi elaborar um roteiro para o campo empírico da pesquisa de tese, seguindo aquele elaborado pela Missão, privilegiando o Sertão nordestino. Além da Missão, existia uma pista deixada por Roger Bastide, quando afirma que “há no Maranhão uma zona de transição entre a capital e o Sertão onde as religiões africanas estão misturadas com o catimbó, de origem indígena (...) chamados de encantados”. (BASTIDE, 1989, p. 257). Mas não esqueci as referências descritas pela documentação histórica sobre a ocupação e o povoamento da região, que estabeleceu um caminho – o do gado –, e um espaço onde esses caminhos se encontravam – o Sertão das Piranhas. É nessa rota que se encontram os municípios com maior densidade populacional e mais urbanizados. Estava definido o campo de pesquisa que incluiu as cidades de Patos e Sousa (Paraíba), Iguatu e Juazeiro do Norte (Ceará), Picos (Piauí) e Salgueiro (Pernambuco).

Assim, inspirado em Mário de Andrade, parto para a minha grande viagem etnográfica, a viagem da “descoberta do Sertão”. Na primeira fase do trabalho de campo (setembro a novembro de 1997), percorri todos os municípios citados e fiz contato com 29 casas de umbanda, quando realizei entrevistas abertas e exploratórias com os dirigentes das casas e outros participantes, como observei rituais públicos e privados. Ainda nessa fase, realizei um levantamento dos dados disponíveis nas fichas de inscrição dos sócios das Federações de Umbanda existentes nos municípios de Patos-PB, Juazeiro do Norte-CE e Picos-PI.

Em um segundo momento da pesquisa, realizado entre agosto de 1998 e janeiro de 1999, trabalhei com um número menor de casas religiosas, selecionadas a partir da análise dos dados colhidos na primeira fase da pesquisa, seguindo os objetivos delineados no projeto. Foram escolhidas duas casas: Afoxé de Oxum, em Patos-PB, e o Centro São Jorge Guerreiro, em Juazeiro do Norte-CE. O trabalho de campo, durante essa segunda fase, basicamente foi organizado pela realização de história oral de vida com os respectivos sacerdotes, observações dos rituais e demais atividades cotidianas.

A prática de dar voz aos sujeitos, compondo uma narrativa em que seja possível expressar suas experiências de vida, já estava presente em minha pesquisa anterior – a dos negros do Riacho; no entanto, a maturidade do pesquisador, associada a um conjunto de leituras, possibilitaram uma prática mais sistemática e consistente do ponto de vista qualitativo. Aprendi a escutar, ficar atento àquelas vozes que “fomos encorajados a deixar de ouvir” (Couto, 2005, p. 48). Aprendi a tornar essas vozes visíveis. Prática, aliás, que irei fazer presente nos trabalhos posteriores. Também aprendi a me colocar com clareza na relação com o outro, sempre adotando como procedimento, durante o trabalho de pesquisa, expor claramente os objetivos do meu trabalho e dizer quem sou, o que faço e a que instituição estou ligado. Isso provavelmente contribuiu para o

fortalecimento de relações e o meu envolvimento em um campo no qual gradativamente fui me incluindo como aliado e, como tal, passando a ser percebido.

O procedimento de leituras para uma abordagem teórico-metodológica da pesquisa foi acontecendo desde o início do curso de doutorado, mantendo-se durante sua fase de trabalho de campo. Essas leituras me fizeram retornar aos conceitos produzidos por uma antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1978). A concepção interpretativa de cultura já estava presente em minha dissertação de mestrado, mas nessa fase do doutorado me dediquei a uma leitura detalhada do livro “*A interpretação da cultura*” (Geertz, 1978), assumindo o fio conceitual que norteia o trabalho ou em termos epistemológicos, como indica Hans-Georg Gadamer, a concepção de que qualquer compreensão é também interpretação. (GADAMER, 2012).

## DE VOLTA A UFRN

Concluído o doutorado<sup>11</sup>, estava cheio de sonhos e tinha um débito com os juremeiros de Natal (e era constantemente cobrado por não escrever sobre a jurema natalense). É certo que havia ainda tanto o que pesquisar, tanto ainda sobre o que refletir; algumas das questões levantadas na tese solicitavam reflexões. No entanto, depois de quatro anos afastado da Universidade, ao retornar, em 1999, encontro meus colegas da equipe de antropologia envolvidos no processo de criação do Departamento de Antropologia. A criação do novo departamento, em 2000, para além de relocar a antiga equipe de antropologia existente no Departamento de Ciências Sociais, gerou em todos nós o compromisso em fortalecer a recém-criada unidade acadêmica<sup>12</sup>.

Outra ação que me envolvi de imediato foi a Pós-Graduação através do credenciamento no Programa de Ciências Sociais e, posteriormente, no de Antropologia Social, representa a construção de outras possibilidades de investimento no trabalho e em minha trajetória acadêmica. O trabalho de orientação é especial e vai sendo traçado lentamente, em um longo processo simultâneo de ensino e aprendizado que envolve professor-orientador e aluno-orientando. Todavia, a orientação nem sempre é fácil de ser conduzida. O tempo mínimo para conclusão do trabalho monográfico, principalmente nos níveis de graduação e mestrado, tem sido cada vez mais reduzido, trazendo dificuldades para o orientador conduzir adequadamente o processo. Por sua vez, os alunos têm dedicado pouco tempo às atividades de leitura e trabalho de campo, sem falar na ausência do conhecimento produzido em outras ciências, na filosofia, na literatura, nas artes, que de um modo geral contribui na formação do aluno.

Nesse processo de orientação, é possível observar o crescimento intelectual de alunos que têm como ponto de partida a iniciação científica<sup>13</sup>, através das primeiras noções de pesquisa, sistematização de leituras e a participação em eventos acadêmicos. Em geral, esses alunos dão continuidade aos seus estudos enveredando pela pós-graduação. Em relação à pós-graduação, alguns alunos sequenciaram, sob minha orientação, os níveis de mestrado e doutorado. Outros foram em busca de diferentes instituições de ensino, notadamente após o mestrado. De um modo geral, os ex-orientandos estão sempre retornando com pedidos de orientação ou informações, o que me faz acompanhar seus percursos<sup>14</sup>.

Dos trabalhos de orientação concluídos, na pós-graduação, alguns foram premiados em concursos promovidos por instituições governamentais:

*Em casa de catiço*: etnografia dos exus na Jurema, dissertação de Marcos Queiroz, premiada no Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura

Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais e Cultura Afro-Latina, no ano de 2010, pela Fundação Cultural Palmares e escolhida pelo colegiado do PPGAS-UFRN como a melhor dissertação de mestrado de 2008.

*Os trabalhos de amor e outras mandingas*: a experiência mágico-religiosa em terreiros de umbanda, dissertação de Kelson Oliveira, recebeu o Prêmio Guilherme Studart de Ensaio sobre tema cultural, no ano de 2010, pelo Governo do Estado do Ceará (Secretaria de Cultura).

*As árvores me começam*: o mundo por Manoel de Barros, tese de doutorado de Kelson Oliveira, selecionado pela Bolsa de Fomento à Literatura da Fundação Biblioteca Nacional e Ministério da Cultura (2014).

Em meio aos papéis da burocracia administrativa e a “corrida” pela produtividade acadêmica, tão importantes para os órgãos de fomento institucional acadêmico, brotaram com intensidade germes das reflexões plantadas durante o período de estudos em São Paulo, que dizem respeito ao movimento de construção da ciência e seus paradigmas, exigindo leituras. Assim, releio autores com a intenção de que eles me ajudem a pensar a ciência e uma atitude científica. Entre as leituras, nada mais impactante que o “fim das certezas” de Ilya Prigogine (1996) e sua concepção sobre os processos de não-equilíbrio. Ao fazer a revisão do conceito de tempo na física, Prigogine quebra a simetria entre passado e futuro que a física tradicional afirmava. Ao incorporar a noção de instabilidade, a significação das leis da natureza não mais se assenta em certezas, como as leis deterministas, mas exprimem possibilidades.

Volto a ler Mikhail Bakhtin (1986, 1992) e suas reflexões sobre cultura, enunciação, os gêneros do discurso e dialogismo. Suas contribuições para a teoria da linguagem ajudam a pensar a teoria antropológica da cultura, a temática da alteridade e a dimensão da pesquisa em antropologia. Não posso deixar de fazer referência à literatura disponível a partir dos chamados estudos pós-coloniais, em especial a contribuição de Stuart Hall (2003), Homi Bhabha (1998) e tantos outros que se dedicaram a repensar a cultura no meio de uma globalização complexa e contraditória, as dimensões político-culturais da globalização, a resistência aos discursos hegemônicos do poder colonial.

É nesse turbilhão de pensamentos epistemológicos que enveredo por um dos projetos mais fascinantes que tive o prazer de participar como escritor e integrante da comissão editorial – o Projeto Galante. O periódico criado pelo Projeto Nação Potiguar (Fundação Hélio Galvão – Natal, RN) circulou encartado no jornal Tribuna do Norte, uma vez por mês, no período de 1999 a 2007, numa tiragem média de 16.000 exemplares para cada número. Revestido por uma ideia de divulgação científica, o projeto continha em sua proposta provocar uma panorâmica significativa das manifestações populares locais, através de textos temáticos com enfoque antropológico, contemplando, ainda, uma concepção fotográfica e documental. Ao final, foram publicados 68 números, abarcando, entre outros, temas referentes às manifestações artísticas, folclóricas, festas religiosas e profanas, atividades de trabalho, devoções populares, como também conteúdos relacionados aos grupos étnicos indígenas, ciganos e quilombolas.

Logo após o término do Projeto Galante, mais exatamente em 2008, o convite da Fundação Cultural Capitania das Artes, órgão da Prefeitura Municipal de Natal, para coordenar o projeto de estudos de criação e implantação do Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão, abriu um campo de trabalho na temática cultura e patrimônio. Uma equipe com profissionais das áreas de antropologia, folclore, museologia e arquitetura, foi formada com o objetivo de colocar em prática uma agenda de trabalho que incluía a elaboração de uma

concepção conceitual, realização de estudos, acompanhamento das fases de execução e implantação final do museu.

## O FONDS DOCUMENTAIRE PAUL ZUMTHOR, UNIVERSITÉ DE MONTRÉAL, CANADÁ

No segundo semestre de 2011, solicitei à UFRN uma licença-prêmio à qual tinha direito e fui para Montréal, Canadá. Há algum tempo vinha estabelecendo contatos com Éric Méchoulan, professor do Departamento de Literatura Francesa da Université de Montréal e diretor do Fonds Documentaire Paul Zumthor da mesma universidade. Encaminhei uma proposta de estudos a ser realizado no Fonds Zumthor, que foi aprovada pelo referido professor e que consistia em atividades de leitura de alguns textos de Paul Zumthor<sup>15</sup>, publicados em periódicos. Os textos, escritos em língua francesa e praticamente sem circulação no Brasil, se apresentavam, na minha perspectiva, inéditos que precisavam ser lidos para complementar e ajudar a compreender a formulação de conceitos trabalhados pelo autor no livro *“Introdução à poesia oral”*. (ZUMTHOR, 1996).

Paul Zumthor, conhecido como medievalista, foi um estudioso das culturas. Nascido em Genebra, cresceu e foi educado em Paris. Docente, lecionou em universidades da Holanda, Estados Unidos e Canadá. Em sua primeira fase de estudos, dedica-se ao conhecimento da literatura medieval europeia e, posteriormente, retorna aos seus estudos do medievo, para buscar nos registros escritos da poesia medieval as marcas da voz viva, e lança-se à observação das suas manifestações contemporâneas.

Em seus estudos sobre os séculos X e XIV, observou um processo de trânsito vocal, socialização e transmissão do texto, no qual a palavra prática vocalmente transmitida, reatualizada, favorece a migração de mitos, de temas narrativos, de formas de linguagem, de estilos, etc., contribuindo para a manutenção do laço social, do imaginário e da autoridade. Esse modelo de circulação da palavra poética e da obra literária reforça, para o autor, o pensamento de que a voz foi um fator constitutivo de toda obra literária, ressaltando que ela se concretiza em sua transmissão, pela presença simultânea dos participantes dessa ação. Crítico da orientação limitada à análise do texto verbal e, ao expressar a noção de que a escrita é, de certo modo, fixa e de que nada se compara à força nômade da voz, desenvolve o que vai denominar de uma teoria da vocalidade. Ao focar a oralidade como um conceito de oralidade aberta e flexível, se concentra nos efeitos da presença, do ambiente e do corpo em ação. Para Jerusa Pires Ferreira, o medievalista “não recebia imposições de sistemas fechados, para ele tudo era experimentação e travessia. Se, de um lado, se concentrava sobre o núcleo da tradição cultural europeia, ao mesmo tempo conduzia sua atenção para a descoberta dos novos mundos, das novas modalidades de comunicação”. (FERREIRA, 2007, p. 152).

O trabalho foi iniciado tomando conhecimento da relação do material disponível no acervo, seguido da escolha dos textos que deveriam ser lidos em sua totalidade, a partir de um critério geral que incluía a reflexão do autor sobre as poéticas da oralidade. Li e reli os textos escolhidos; sem pressa, apenas tentando compreender e estabelecer relações com o conhecimento que tinha sobre a teoria do autor. A leitura dos textos escolhidos levou-me a refazer a trama dos conceitos e a procurar entender as etapas de elaboração das ideias por meio dos escritos sobre voz e vocalidade; escritura e a voz; oralidade e escritura; circularidade e movência do texto. Entre as “descobertas”, a percepção de como

o autor vai elaborando, lentamente, seus conceitos e ideias, e que é possível acompanhar numa sequência de textos.

Considero que meu encontro com Paul Zumthor consolida minhas perspectivas epistêmicas teóricas e de pesquisa sobre a condição humana, a cultura e as diversidades simbólicas e espirituais das populações com as quais partilhei grande parte de minha vida, permitindo uma maior abertura para minha itinerância reflexiva como intelectual e pesquisador<sup>16</sup>.

## **COMUNIDADES NEGRAS, QUILOMBOLAS, RELIGIÕES AFRO-BASILEIRAS**

A atividade de pesquisa foi sempre central em minha trajetória acadêmica. Sempre senti necessidade do campo empírico, do olhar e ouvir, do estabelecer contatos com diferentes sujeitos. Poder estudar uma sociedade, um grupo social ou um ritual religioso em seu contexto e, a partir dos dados coletados, desenvolver uma análise, uma reflexão ou uma descrição interpretativa, têm sido a atitude intelectual predominante ao longo de minha trajetória como antropólogo. As práticas sociais são as minhas principais fontes de informação e as categorias êmicas as bases de minhas reflexões. No campo da pesquisa, não tenho interesse apenas nos fatos e no material coletado para descrição interpretativa. No fundo, meu interesse principal é pelo modo como a população ou os grupos sociais subalternos enfrentam a adversidade, como reinventam um modo de viver e resistir ou, como adverte Stuart Hall (2003): como pensar de forma não reducionista as relações entre o social e o simbólico.

O meu interesse pela temática de pesquisa no campo de estudos das populações afro-brasileiras foi gestado, como aluno de pós-graduação, no contexto do curso de mestrado em antropologia social da UFRN, conforme descrevi anteriormente. Durante quase uma década, de 1980 a 1988, me dediquei à pesquisa e leitura sistemática sobre o tema hoje denominado de “comunidades quilombolas”.

O convênio celebrado entre o INCRA e a UFRN<sup>17</sup>, em 2005, proporcionou voltar a pensar e trabalhar com o tema das comunidades negras rurais. O contexto era outro, pós-constituente, e a perspectiva do enfoque tinha mudado. Tempo de construção de uma ordem política democrática, na qual os grupos minoritários e os movimentos sociais elaboravam uma agenda – a dos novos direitos, porque inseridos nas demandas cotidianas de setores amplos da população, como os direitos humanos e sociais. Agora, aquele mundo das comunidades negras rurais era pensado a partir de uma concepção de remanescentes de quilombos, embasada em perspectivas jurídica e política. Por outro lado, a proposta da elaboração de um laudo antropológico, objetivo principal do referido convênio, me colocava em uma posição especial, pensando na relação com a comunidade, uma vez que existia uma solicitação que partia da própria comunidade, ou seja, da Associação Quilombola dos Moradores do Jatobá (Patu-RN).

Durante o trabalho de campo, no decorrer do ano de 2006, convivi com todas as pessoas da comunidade do Jatobá. As constantes referências sobre o passado, que ganhavam forma através de nomes, datas, imagens, situações vividas, me levaram a privilegiar as narrativas orais e a pesquisa em arquivos institucionais, propiciando, a partir dos dados colhidos, refletir sobre o passado de uma família escrava e a diáspora vivida no processo pós-abolição. Assim, o campo de pesquisa se ampliava e chegava ao arquivo, utilizando-o como fonte

de conhecimento para a produção de análises, mas também contribuindo para pensar o uso de fontes arquivísticas na pesquisa antropológica.

Em meio a milhares de papéis abandonados nos arquivos de igrejas e instituições públicas, foi indescritível a surpresa ao encontrar documentos de um tempo da escravidão, como registros de batizados, cartas de alforria, entre outros, pertencentes a membros da família do Jatobá. Lembro, em especial, de uma semana de trabalho intenso no arquivo do Fórum Municipal de Martins, quando, no segundo dia, encontrei a carta de alforria de Manoel, a referência mais antiga da família. Naquele momento, poderia ter concluído o trabalho, mas estava diante de uma riqueza documental que me deixava extasiado e resolvi continuar abrindo caixas empoeiradas e cheias de traças. Embora não soubesse o que poderia fazer com aqueles documentos, resolvi fazer cópia de alguns deles e, ao final, tinha um acervo do século XIX composto por livros de registro de cartas de liberdade e alforria, escrituras de compra e venda de escravos, escrituras de inventários de parentes dos proprietários de escravos relacionados com a família do Jatobá, além de três processos cíveis de liberdade<sup>18</sup>.

Para dar continuidade a esse relato sobre meu entrelaçamento com a pesquisa e o trabalho de campo, preciso voltar ao ano de 1988. Após a conclusão da pesquisa sobre os negros do Riacho e sua apresentação como dissertação de mestrado, vi-me tomado por alguns questionamentos, seja em torno da continuidade da temática ou, especificamente, sobre o que iria fazer em termos de pesquisa. O tempo que tinha disponível tornara-se um grande problema para administrar. Existia uma carga horária de sala de aula a ser cumprida, as viagens semanais para o expediente no campus da UFRN no interior, as aulas no campus central e nenhum apoio financeiro para investir em pesquisa. Decidira, então, pelo menos em caráter temporário, não dar continuidade à atividade de pesquisa com a temática das comunidades negras rurais.

No âmago desse meu contexto de dúvidas, aceitei participar do Projeto de estudo e catalogação do acervo afro-brasileiro do Museu Câmara Cascudo. Não tinha nenhuma vivência de pesquisa no campo das religiões afro-brasileiras. Na verdade, nunca tinha ido a um terreiro. A proposta do Museu, embora específica – o estudo do acervo material – indicava uma aproximação com o campo das religiões afro-brasileiras em Natal.

Ao longo de um ano de pesquisa no projeto do acervo do museu, as visitas aos terreiros, às entrevistas realizadas com os sacerdotes e as observações dos rituais, me levaram a perceber a existência de um complexo universo simbólico, denominado pelo povo de terreiro como Jurema. Um universo completamente desconhecido para o mundo exterior dos terreiros e praticamente não estudado por pesquisadores. Após a conclusão do projeto, resolvi me dedicar ao estudo do culto da jurema, dando início à minha inserção no tema de pesquisa sobre as religiões afro-brasileiras, mais precisamente sobre o culto da jurema. O primeiro passo foi retomar o contato com Babá Karol e passar a frequentar sua casa e os rituais. A partir dele fui fazendo outros contatos com juremeiros mais antigos da cidade: Geraldo Guedes, Geraldo do Caboclo, Rivaldo Macedo, José Clementino, Olívia Muniz, Joãozinho de Iemanjá, entre outros.

A existência de um conhecimento acumulado sobre o campo das religiões afro-brasileiras na cidade de Natal, mas também a percepção das dificuldades dos sujeitos religiosos de praticarem suas crenças, de se fazerem presentes no universo exterior ao terreiro, associado a questões mais amplas sobre o racismo e preconceito vividos pela população negra na sociedade brasileira e, fundamentalmente, a ausência do enfrentamento dessas questões no espaço escolar, levou-me a pensar um projeto de extensão voltado para a rede pública de ensino.

O Projeto de Extensão “*Antropologia no ensino fundamental: a cultura afro-brasileira*”, realizado no período de 2001 a 2002, partia do princípio de que a escola deveria ser um espaço de reflexão e vivência da pluralidade cultural, contribuindo para a valorização das culturas, o respeito à diversidade cultural e a ampliação dos conhecimentos.

Durante dois anos seguidos, o projeto esteve em catorze escolas da rede pública de ensino e em seis espaços culturais da cidade de Natal, atendendo a uma demanda existente no universo escolar dos níveis fundamental e médio, composto por um total em torno de vinte mil pessoas. Durante o andamento do projeto, foi possível observar e registrar alguns pontos significativos referentes ao universo escolar. Primeiro, em relação à temática da cultura afro-brasileira, praticamente ausente dos conteúdos curriculares; quando existia, se limitava a reproduzir dados históricos contidos nos livros didáticos, como a abolição da escravatura. Os professores e demais membros da equipe pedagógica das escolas desconheciam o documento dos PCNs – Pluralidade Cultural. É bom lembrar que, somente em 2003, portanto, o projeto já tinha encerrado suas atividades, é que o governo federal aprovou a Lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Observamos também a escola como um espaço de disputas e conflitos, em que ações conduzidas por religiosos protestantes se faziam presentes, interferindo na condução das atividades pedagógicas da escola. Assim, nem todos os professores aderiram ou foram simpatizantes com o projeto; alguns deles nem sequer permitiam que seus alunos participassem das atividades programadas.

Outro projeto que considero importante relatar neste memorial é *Religiosidade na Cidade: a umbanda na Zona Norte de Natal*, realizado com financiamento do CNPq, no período de 2003 a 2009. O projeto dá continuidade às pesquisas que vinha realizando no campo das religiões afro-brasileiras em Natal, gerando algumas ações e produtos<sup>19</sup>.

As pesquisas realizadas anteriormente demonstravam a existência de um processo de expansão das religiões afro-brasileiras, especificamente na região denominada de Zona Norte, correspondendo a um percentual de 46,51% do total de 329 terreiros de umbanda existentes na cidade. Os dados disponíveis indicavam que a realidade era fruto do processo de expansão urbana vivido na cidade nas últimas décadas. A partir dessas constatações, busquei entender em que direção caminha essa expansão religiosa e que forma foi adquirindo sua prática, procurando elaborar um quadro sobre a caracterização da umbanda em Natal, principalmente no que se refere aos aspectos da concepção religiosa, doutrinária, os cultos e as práticas rituais, possibilitando analisar a dinâmica religiosa umbandista, as transformações mais significativas e as relações estabelecidas no campo religioso.

Até o final da década de 1970, a maior concentração de terreiros em Natal está nas áreas urbanas de maior densidade habitacional, os bairros que se inserem na linha histórica do processo de construção urbano-espacial da cidade<sup>20</sup>, além de também serem reconhecidos pela população como espaços populares e mantenedores das tradições culturais. No entanto, a partir de 1980, a expansão horizontal da política habitacional, inicia o processo de expansão urbana da cidade de Natal e da região Zona Norte, fazendo gradativamente desaparecer suas áreas rurais. Como consequência, a cidade passou a atrair contingentes populacionais do interior do estado, em busca dos empregos ofertados, concentrando na Zona Norte, nessa fase inicial, uma população de baixa renda e a dominância de uma paisagem residencial<sup>21</sup>.

O recente processo de expansão urbana da cidade, conforme referido anteriormente, tem consequências para a religião afro-brasileira, em especial

dando nova configuração à sua distribuição espacial na cidade. Todavia, essas transformações vão além da espacial, por abarcar aspectos relacionados à prática, como formas de cultivar, ritualizar e constituir outras relações e redes.

No início do trabalho de campo do projeto “*Religiosidade na cidade*” escuto pela primeira vez o relato sobre intolerância religiosa. Lindaura Martins dos Santos Araújo, yalorixá do Ilê Axé Iodu Bolocú Ayê (Conjunto Santarém), relata que durante o toque semanal jogaram pedra no telhado do salão; ato que será repetido em sua casa e em muitas outras nas diferentes regiões da cidade. Outro modo de intolerância vai também ganhar forma. Na mesma época, a yalorixá Ivanete Firmino, do Ilê Axé Forumbê Obai Deli (Loteamento José Sarney), comunica que suas atividades ritualísticas foram paradas até poder atender as solicitações da SEMURB, ou seja, fazer adaptação das paredes para acústica, “*colocando espuma e caixa de papelão de ovo*”, conforme ela me relatou. Agora, os contornos e estratégias da intolerância não estão mais limitados ao espaço da rua e relações comunitárias, mas passam também a ocupar os espaços institucionais públicos.

Em meio a essas e muitas outras questões que o campo aponta, tenho procurado seguir uma agenda de pesquisa pautada pelo compromisso que se concretiza em atitudes de discussão com o grupo sobre as questões que me interessa como estudo e as que interessam a eles, como também assumindo uma postura ao compartilhar com eles questões que dizem respeito específico ao grupo religioso. Talvez seja significativo exemplificar através de uma, entre tantas situações em que fui envolvido, ao atender ao chamado de lideranças de terreiros. A referência específica diz respeito ao convite do babalorixá Jeová Brasil para participar de uma reunião em seu terreiro, que contou com a presença de outros sacerdotes, do presidente da Federação, da minha própria presença (representando a universidade, segundo seu entendimento) e de sua comunidade religiosa. O encontro teve como objetivo apresentar um documento escrito, assinado pelo babalorixá e dona Marlene, viúva de Babá Karol, no qual autoriza o Pai Jeová Brasil a responsabilidade de coordenar e responder pelo acervo de Babá Karol, inclusive a “divulgação de informações” sobre o referido babalorixá falecido.

Passados alguns meses, as situações estão colocadas, à espera de ações ou reflexões. Retomei o contato com Pai Jeová Brasil visando à criação de um projeto para estudo do acervo de Babá Karol<sup>22</sup>. De todo modo, além da possibilidade citada, que aponta para reflexões que nos limites deste texto não são possíveis desenvolver, tenho procurado encontrar espaços para combater a intolerância religiosa, como também criar formas que possam dar visibilidade aos terreiros e seus representantes, a religião, enfim.

## **CULTURAS POPULARES: APOSTA, HORIZONTES DE POSSÍVEIS**

O Grupo de Estudos Culturas Populares surgiu em 2000 com o objetivo de criar um espaço institucional que pudesse congregiar alunos interessados em discutir e refletir sobre questões que permeiam a complexa temática das culturas populares, ou seja, compreender como as diferentes formas das culturas populares se produzem, criativamente, na sociedade contemporânea, estimulando alunos da graduação e pós-graduação à realização de pesquisas nesse campo temático.

A proposta se estrutura a partir da existência de duas linhas de pesquisa: Manifestações culturais: produtos e processos; Religiosidade. Na pri-

meira linha, os temas dos trabalhos abarcam o campo das formas de expressão da cultura, como teatro, música, artesanato, dança, enquanto que, no campo da religião, tem se concentrado basicamente em torno do tema do catolicismo popular e religiões afro-brasileiras.

A estratégia do trabalho é composta por atividades permanentes, como os encontros de estudos, e, as atividades eventuais – os seminários. Os encontros vêm ocorrendo mensalmente, desde a sua criação, alternando-se entre estudos de textos relevantes para a temática, a apresentação de comunicações e as oficinas de pesquisa. Durante os primeiros anos, a atenção foi centrada sobre textos que propiciassem a reflexão do conceito cultura popular e a compreensão do processo histórico de sua construção como categoria de análise (Peter Burke, E.P. Thompson, Mikhail Bakhtin). As discussões ampliaram-se, gradativamente, para contemplar textos referentes à memória, à tradição e poéticas da oralidade, abrangendo autores como Alfredo Bosi, Gerd Bornheim, Walter Benjamin, Néstor Garcia Cancline, Stuart Hall, Homi Bhabha, Paul Zumthor.

Assim, do ponto de vista do conteúdo, tem sido enfatizado o conceito de tradição e sua relação com memória, narrativa, oralidade, performance, tanto quanto a concepção de etnografia como experiência, compreensão e diálogo entre os modos diferentes de ver o mundo, adotando um viés de construção do conhecimento que privilegia uma abordagem de ciência aberta e interdisciplinar, incorporando múltiplas formas de saberes e operando com modos mais híbridos de construção do pensamento, o simbólico e o racional, a cultura científica e os saberes da tradição. O que estou querendo ressaltar é a perspectiva de pensar determinadas manifestações culturais e processos sociais como mundos em movimento, e não um lugar fixo ou um conjunto de objetos estável, mas como processos nos quais estão incluídas concepções de permanência e transformação, de paradoxos e extremos como caminhos que leva do caos à ordem, conforme ensinam as visões dos autores estudados.

Entre as atividades eventuais, os seminários têm se destacado no âmbito da UFRN, sobretudo por seu conteúdo e por sua perspectiva epistemológica de dialogar com outras narrativas e compartilhar saberes. Trata-se da presença de mestres da tradição que têm participado através de apresentações de suas performances culturais e de comunicações em que compartilham seus saberes com professores e alunos da universidade. Seguindo essa atitude ética, pelas salas da universidade passaram o Mestre Geraldo, do coco de Zambê de Tibau do Sul; o Mestre Severino, do coco de roda de Alcauz; o Mestre Correa, dos Congos de Calçola de Ponta Negra; o Mestre Chico Daniel, Raul do Mamulengo e Seu Felipe de Riachuelo, brincantes do João Redondo; Mestre Clemente, dos Caboclinhos de Ceará Mirim; Mestre José, do boi de reis de Parnamirim, todos brincantes produtores das culturas populares, “intelectuais – estejam eles imersos nas culturas tradicionais ou inseridos nas instituições universitárias se ocupando da edificação da cultura científica”. (ALMEIDA, 2010, p. 50).

A perspectiva adotada pelo Grupo pode também ser exemplificada no projeto de produção do CD *Pontos de Jurema*, realizado em parceria com a Fundação Cultural Capitania das Artes (2008). Tendo como ponto de partida a perspectiva dos religiosos sobre a ideia de tradição, conforme apreendida por eles no universo religioso da jurema, foi solicitado que gravassem os pontos cantados escolhidos por cada grupo participante. O resultado foi um produto com vinte e nove faixas contendo uma sequência que incluiu pontos de abertura e fechamento das mesas de jurema; pontos para as entidades espirituais; pontos considerados significativos para algumas das casas religiosas participantes, etc. Mais uma vez, procurei priorizar a participação dos velhos juremeiros da cidade, propiciando a gravação da voz de Babá Karol, Geraldo Guedes, Geraldo

do Caboclo e José Clementino, contribuindo para a existência de registro para a memória e patrimônio cultural desse grupo religioso.

Desde a criação do Grupo de Estudos Culturais Populares relações foram sendo estabelecidas com outros grupos, desenvolvendo vínculos institucionais através de eventos, organizações de grupos de trabalhos, pesquisas conjuntas e demais trocas e intercâmbios<sup>23</sup>.

Em 2008, dois projetos foram desenvolvidos a partir de solicitação de órgão externo. O primeiro deles foi o Projeto Registro do Mamulengo como patrimônio cultural do Brasil, aprovado pelo IPHAN e coordenado pela Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e pelo Departamento de Artes Cênicas da UnB. O projeto tinha como objetivo produzir conhecimento e documentação sobre o mamulengo, com vista ao seu registro e reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. A outra parceria realizada foi com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (Ministério da Cultura) através do Projeto Diagnóstico para implantação do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural, cuja proposta tinha como objetivo compreender a produção artesanal do labirinto e da renda de bilros nas comunidades de Campo de Santana e Alcaçuz, no município de Nísia Floresta - RN<sup>24</sup>. Mais recentemente, em parceria com o SEBRAE-RN e Fundação Cultural Capitania das Artes foi executado o projeto do mapeamento e estudo do patrimônio imaterial da cidade de Natal, envolvendo vários alunos da graduação de Ciências Sociais.

O Grupo de Estudos é fundamentalmente dedicado à reflexão sobre os processos de pesquisa e deve ser compreendido como um espaço de formação em sua ampla dimensão – teórico-metodológica, ética, política. O cotidiano do processo de aprendizagem inclui ações coletivas, materializadas, por exemplo, em suas publicações (ASSUNÇÃO, 2004; 2012; 2013), sem abrir mão de construir uma agenda que abarque o diálogo e o compromisso de trabalho com o grupo estudado. Para além da construção de um conhecimento científico referente à compreensão do mundo das culturas, busca-se seguir uma antropologia que assuma um envolvimento com os grupos estudados, semelhante à preocupação de Stuart Hall (2003) de fazer dialogar uma teorização complexa e sofisticada com as demandas de segmentos sociais, manter uma agenda política, ou seja, como demonstra o referido autor, o trabalho de elaboração e produção da cultura, em todos os âmbitos, é de interesse público, político.

## ÚLTIMAS PALAVRAS

Todo memorial é parcialmente uma expressão de uma trajetória de vida intelectual. Relendo tudo o que escrevi até aqui, reconheço algumas marcas que me impregnaram de uma forma mais essencial ou que me traçaram, que constituíram em traços de um esboço de vida acadêmica nutrido pela paixão de conhecer. Daí o título deste memorial. Quais são esses traços predominantes da imagem que procuro assumir provisoriamente na minha caminhada acadêmica?

Com humildade, mais rememorando tudo o que foi experimentado por mim, reconheço que tentei ao longo desses anos, trilhas, caminhos, veredas e bifurcações que, por vezes, reconheço na tatuagem de vida da minha mãe; por vezes, na minha curiosidade e estilo aventureiro de percorrer espaços para os quais eu não tinha mapa a priori; por vezes, na obstinação em desafiar a mim próprio, adentrando em culturas e simbologias tão distintas da vida cidadã; por vezes, me fazendo um leitor itinerante de histórias imemoriais que procurei resgatar como um arqueólogo das constelações imaginárias.

Reconheço, com humildade, repito, duas matrizes como sendo a substância de minha trajetória. Em primeiro lugar, a busca por terras desconhecidas nos anos de 1970, quando fui em direção a cidades do sul do país, parece ter se desdobrado na minha permanente viagem por territórios de pesquisas diversas e complementares. Mário de Andrade foi mais do que um projeto de pesquisa. A trajetória pelos caminhos de Andrade respondia por essa minha permanente paixão por conhecer culturas, valores, diversidades da alma humana.

Em segundo lugar, a perspectiva de valorizar, autorizar e homenagear os conhecimentos de raiz parece estarem consonância e coerência com o desejo de reconhecer nas sabedorias locais as cosmologias universais das culturas, sempre no plural, diversas e ao mesmo tempo unas.

O deslocamento e o desejo por brincar o universal e o particular podem de alguma forma expressar a minha busca sempre incompleta por uma perspectiva antropológica vinculada a uma ética da humildade e do compromisso com todos os cenários que me foram dados viver na minha vida acadêmica. Consegui? Em parte, sim.

## NOTAS

<sup>1</sup> Resolução n. 136-2014-CONSEPE, de 22 de julho de 2014.

<sup>2</sup> Ainda guardo alguns desses preciosos presentes, como um livro datado de 1964, intitulado “Os mais belos contos de fadas da Índia”, publicado pela Editora Vecchi.

<sup>3</sup> O curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da UFRN foi reconhecido conforme Decreto Federal número 77.363 de 01.04.1976.

<sup>4</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização tinha sido criado em plena ditadura militar com o objetivo de realizar um trabalho visando à erradicação do analfabetismo no país, mas também contribuía para a manutenção de um projeto ideológico (Jannuzzi, 1979). Não tenho como propósito desenvolver uma análise sobre esse projeto educacional, apenas relatar minha inserção em sua ação estadual, que considero ter suas especificidades.

<sup>5</sup> Faziam parte da missão, os professores Tom Miller, Kabengele Munanga, Etienne Samain, Angela Tygel e Clarice Novaes da Mota, com os quais estudei antropologia no final da graduação. No ano seguinte, outros professores foram incorporados, entre eles Roberto Ricardo Ringuet, Madeleine Richeport e Anita Maria Monteiro.

<sup>6</sup> Entre os autores estudados: Eric Wolf, Maurice Godelier, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Francisco Graziano, Paul Singer, Maria Nazaré Wanderley, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes, Maria Conceição D’Incao, Maria Conceição de Almeida, Nazira Vargas.

<sup>7</sup> O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN estava organizado com um elenco de disciplinas, de forma que o aluno podia integralizar créditos em um período de até três anos. Após a realização dos cursos, o aluno submetia-se ao exame de qualificação, para em seguida realizar a pesquisa e o exame final, podendo chegar a cinco anos de curso. Do número mínimo de 33 créditos exigidos, cumpri um programa de 37 créditos com as disciplinas: teoria antropológica, métodos e técnicas de pesquisa antropológica, sociedades camponesas, campesinato brasileiro, antropologia econômica, etnologia brasileira, antropologia urbana, antropologia médica, entre outras.

<sup>8</sup> Uma dessas medidas se efetivou através do registro do projeto de pesquisa “Negros do Riacho: um estudo sobre identidade social” (1985), seguido do projeto “Inventário da população negra escrava no município de Currais Novos, 1755-1888” (1988).

<sup>9</sup> O detalhamento dessas atividades e demais produção acadêmica pode ser consultado no Sistema de Currículos Lattes-Cnpq.

<sup>10</sup> Um desses eventos que participei, denominado de “A crise da razão”, organizado pela FUNARTE em 1995, contou com conferências de cientistas e filósofos brasileiros e, entre os estrangeiros: Jacques Rancière, Gérard Lebrun, Michael Lowy, Claude Lefort. No evento de 1998, “A outra margem do ocidente”, pude ouvir Patrick Menget, Serge

Gruzinski, Philippe Descola, entre outros.

<sup>11</sup> A apresentação e exame final da tese “O reino dos encantados, caminhos. Tradição e religiosidade no Sertão nordestino” ocorreu em maio de 1999. Nesse mesmo ano, o trabalho recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Silvío Romero (Ministério da Cultura-FUNARTE). Em 2006, a tese foi publicada pela Pallas Editora (Rio de Janeiro), com o título “O reino dos mestres. A tradição da jurema na umbanda nordestina”. Em 2010, uma reimpressão do livro foi produzida pela editora.

<sup>12</sup> Como vice-chefe do Departamento de Antropologia, participei, junto com a professora Anita Monteiro, dos quatro primeiros anos de sua administração. Em seguida, assumi o cargo de chefe do departamento e, novamente, a vice-chefia, perfazendo um total de dez anos ininterruptos participando ativamente na condução do departamento de antropologia da UFRN.

<sup>13</sup> Gostaria de ressaltar que entre os alunos bolsistas que participaram da iniciação científica, dois deles foram premiados como “o melhor trabalho do ano na área de ciências humanas”: Rafaela Menezes Ramos, em 2003, bolsista do “Projeto Umbanda e Sociedade” e Marcos Queiroz, em 2005, bolsista do “Projeto Religiosidade na Cidade”.

<sup>14</sup> A maioria está inserida em instituições públicas de ensino, como a UFRN, UERN, UEPI, UEBA, UFSE, UFPB, UFPE, UFSA, UNILAB, os Institutos Federais de Educação dos Estados do RN, Paraíba e Ceará.

<sup>15</sup> O Fonds Documentaire Paul Zumthor está localizado na Biblioteca de Livros Raros e Coleções Especiais da Université de Montréal e abarca o acervo referente às publicações do escritor, composto por monografias (89), capítulos de livros (36), artigos em periódicos (139) e outros documentos como cadernetas e correspondências.

<sup>16</sup> Participo de uma rede que inclui pesquisadores do Brasil, Portugal, França, Canadá, dedicados ao estudo da obra Zumthor. Em 2015, a convite da Université Paris Nanterre La Défense participei do Colloque International Poétique de Paul Zumthor (1915-2015). Recentemente organizei com a professora Beliza Áurea de Arruda Mello o livro “Paul Zumthor, memórias das vozes” (2018).

<sup>17</sup> O convênio tinha como proposta a realização de relatórios antropológicos visando à identificação e delimitação de seis territórios de remanescentes das comunidades de quilombo, conforme Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Além de coordenar os dois convênios firmados entre as instituições, assumi o relatório referente à comunidade quilombola do Jatobá (Assunção, 2009b).

<sup>18</sup> Sobre os processos cível, que em seu conjunto denominei de “Autos da Cafunga”, referem-se a ações de liberdade, processos judiciais nos quais os escravos, por intermédio de seus curadores, procuram conseguir a alforria junto aos seus senhores pelos mais variados motivos. Esses processos são marcados por diferentes formas de ações e lutas por liberdade protagonizadas por personagens e densas histórias, que a historiografia potiguar parece não ter demonstrado muito interesse.

<sup>19</sup> Projeto Cartografia dos Terreiros de Natal, iniciado em 2010 através do mapeamento dos terreiros de Natal, procurando organizar os dados disponíveis, atualizá-los e dar visibilidade às informações existentes, geradas ao longo das pesquisas realizadas. A proposta se vincula a um projeto mais amplo coordenado pelo Programa Terreiros do Brasil (SEPPIR) do governo federal. Um acervo virtual foi produzido por intermédio da criação de uma página na internet hospedada no site do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN - [www.cchla.ufrn.br/mapeamentodosterreirosdenatal](http://www.cchla.ufrn.br/mapeamentodosterreirosdenatal).

<sup>20</sup> É nessa área urbana, especificamente a Zona Leste, por exemplo, que se concentra a maior quantidade de terreiros – 149, que corresponde a 50,34 % do número total. No primeiro levantamento estatístico realizado (1985), a região urbana Zona Norte aparece com 33 terreiros (11,15 % do total). Considerando que nesse total estão incluídos os terreiros dos distritos de Igapó (23) e Redinha (06), teremos, portanto, apenas dois terreiros da recente área de expansão urbana da cidade (Zona Norte), formada pelos denominados conjuntos habitacionais.

<sup>21</sup> Tomando os dados estatísticos, é possível afirmar que, em menos de 10 anos, na década de 1980, os terreiros na Zona Norte da cidade de Natal têm um crescimento de 3,38 % para 46,51 % na relação com o número total de terreiros existentes na cidade. Existe um crescimento das religiões afro-brasileiras na Zona Norte de Natal, que acompanha a expansão urbana na referida região.

<sup>22</sup> O projeto foi registrado em 2017, na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN, com o título

“Memória e patrimônio religioso afro-brasileiro” e embora alguns acervos de terreiro estejam incluídos, como o de Babá Karol, a primeira fase de execução do projeto, foi dedicada ao acervo religioso do Centro Humilde de Caridade São Lázaro (Bairro das Quintas), fundado pelo babalorixá José Barroso dos Santos.

<sup>23</sup> Entre os grupos, citamos o Projeto Nação Potiguar (Fundação Hélio Galvão), o Laboratório de Estudos da Oralidade (UFPB), o Grupo de Pesquisa Memória e Imaginário das Vozes e Escrituras (UFPB), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomusicologia (UFPE) e o Grupo de Estudos Culturais (UERN).

<sup>24</sup> A primeira parceria contou com a participação dos alunos de pós-graduação Ricardo Canella e Maria das Graças Cavalcanti Pereira, enquanto que na segunda, o participante envolvido foi Nilton Xavier Bezerra, aluno do PPGAS.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ASSUNÇÃO, Luiz. (Org.). *Cultura Popular. Revista Vivência*, n. 27, jan./jun. Natal: UFRN-CCHLA, 2004.

\_\_\_\_\_. *O reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social*. Natal: Edufrn, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Jatobá: ancestralidade negra e identidade*. Natal: Edufrn, 2009b.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Da minha folha: múltiplos olhares sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Arché, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Um Barco: experiências etnográficas e diálogos com as culturas populares*. Natal: Edufrn, 2013.

ASSUNÇÃO, L; MELLO, Beliza Áurea de A. (Orgs.). *Paul Zumthor, memórias das vozes*. São Paulo: Arché, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Estética e criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1989.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

COUTO, Mía. *Pensatempos. Textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

FERREIRA, Jerusa Pires. O universo conceitual de Paul Zumthor. *Revista do IEB*, n. 45. São Paulo: USP, set. 2007.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobraal*. São Paulo: Ed. Cortez, 1979.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- PEREIRA, João Batista Borges. Estudos antropológicos das populações negras na USP. *Revista de Antropologia*, v. 24. São Paulo: Edusp, 1981.
- PRANDI, Reginaldo. (Org.). *Encantaria brasileira: o livro dos Mestres, Caboclos e Encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *História que o povo conta: opressão e sobrevivência*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1987.
- ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1996.



Composto na

CAULE DE PAPIRO GRÁFICA E EDITORA  
Rua Serra do Mel, 7989, Cidade Satélite  
Natal/RN | (84) 3218 4626  
[www.cauledepapiro.com.br](http://www.cauledepapiro.com.br)

